

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

VALORES SOCIAIS DOS  
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E  
DOS RESPECTIVOS PROGENITORES

Ana Sofia Martins Silva Freire

Ref. 10809

Instituto Superior de Psicologia Aplicada  
BIBLIOTECA

MESTRADO EM PSICOPATOLOGIA E PSICOLOGIA CLÍNICA

1998

**PROJECTO FINANCIADO PELA**  
**JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (JNICT)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Eurico Figueiredo a possibilidade de trabalhar num projecto deste âmbito e desta dimensão e quero referir o ânimo, a confiança e a disponibilidade que me ofereceu no desenvolvimento deste trabalho..

Quero, naturalmente, expressar os meus agradecimentos a todos os professores que autorizaram a aplicação do inquérito durante a aula - sem a sua disponibilidade este projecto não teria sido possível.

Aproveito, igualmente, para agradecer a disponibilidade demonstrada por todos os alunos e progenitores em responder a este inquérito, sem os quais não teria havido objecto de estudo.

Quero cumprimentar o Professor Ernesto Figueiredo e o Eng. Cunha Machado pelo tratamento dos dados relativos à amostra nacional.

Devo lembrar também os familiares e amigos que me ouviram e me apoiaram nesta tarefa.

Por último, quero fazer uma referência a minha mãe, pela revisão deste trabalho e pelas sugestões e apoio que me foi dando ao longo da sua realização.

## RESUMO

Este trabalho teve como objectivo, identificar e comparar os valores sociais defendidos por jovens estudantes da Universidade do Algarve e pelos respectivos progenitores. Para além disso, pretendeu-se comparar os valores identificados com aqueles sustentados por outros jovens universitários e progenitores. Selecionou-se uma amostra representativa de estudantes finalistas da Universidade do Algarve e a partir destes entrou-se em contacto com os pais. Utilizou-se um inquérito de auto-preenchimento, que foi aplicado durante as aulas, com a autorização dos professores. Pediu-se, ainda, aos alunos que preenchessem a morada dos seus progenitores num envelope e que os motivassem a enviar a resposta. A análise dos resultados permitiu encontrar alguns pontos de discontinuidade entre os jovens estudantes e os respectivos pais, nomeadamente, a nível da concepção de trabalho, e fundamentalmente, a nível da concepção da família. Para além disso, verificou-se que os estudantes investem mais valores pós-materialistas do que os seus progenitores, que defendem, sobretudo, valores materialistas.

**Instituto Superior de Psicologia Aplicada**

**VALORES SOCIAIS DOS  
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E  
DOS RESPECTIVOS PROGENITORES**

**Ana Sofia Martins Silva Freire**

**Licenciada em Psicologia - ramo social**

**Universidade de Lisboa**

**Tese apresentada para a obtenção de grau de  
Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica**

**Professor Orientador: Professor Doutor Eurico Figueiredo**

**1998**

# ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	vii
<b>ÍNDICE</b>	xii
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	xvii
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	xix
<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAP.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA</b>	5
1.1.NOVOS VALORES E CONFLITO DE GERAÇÕES	5
1.2.CONTEXTO SOCIAL E ECONÓMICO EM PORTUGAL	11
1.1.2.O Algarve	17
1.3.DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	22
<b>CAP.2 VALORES SOCIAIS</b>	25
2.1.INTRODUÇÃO	25
2.2.CONCEPÇÕES ACERCA DE VALORES SOCIAIS	26
2.3.ESCALAS DE VALORES SOCIAIS	36
2.4.INQUÉRITOS SOBRE VALORES SOCIAIS	44
2.4.1.Estudos sobre valores sociais na população geral	45
2.4.2.Estudos sobre valores sociais nos jovens	55
a. Família, casamento e sexualidade	57
b. Trabalho	63
c. Participação política	64
d. Religião	67
2.4.3.Estudos evolutivos sobre valores sociais nos jovens	68

<b>CAP.3 AQUISIÇÃO DE AUTONOMIA</b>	77
3.1.INTRODUÇÃO	77
3.2.ADOLESCÊNCIA: PALCO DE TRANSFORMAÇÕES	79
3.3 O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE AUTONOMIA	86
<b>CAP.4 METODOLOGIA</b>	99
4.1.DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO	99
4.2.DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	102
4.3.APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	106
4.4.DESCRICÃO DO PROCEDIMENTO	109
4.5.ANÁLISE DOS DADOS	110
<b>CAP.5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS</b>	115
5.1.ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE GERAÇÕES E SEXOS	115
5.1.1.Instituições sociais, problemas sociais e religião	120
5.1.2.Centros de interesse	133
5.1.3.Sexualidade, casamento e família	139
5.1.4.Progresso e civilização	155
5.1.5.Política	174
5.2.ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS AMOSTRAS DE NATURAIS E NÃO NATURAIS DO ALGARVE	177
5.2.1.Amostra de estudantes	177
5.2.2.Amostra dos progenitores	179
5.3.ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS AMOSTRAS ALGARVIA E NACIONAL	181
5.3.1.Alguns dados sócio-demográficos	181
5.3.2.Instituições sociais, problemas sociais e religião	187
5.3.3.Centros de interesse	202
5.3.4.Sexualidade, casamento e família	213
5.3.5.Progresso e civilização	229

5.3.6.Política	250
<b>CAP.6 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO</b>	<b>253</b>
6.1.OS VALORES DOS JOVENS FINALISTAS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E DOS RESPECTIVOS PROGENITORES	253
6.1.1.Quem são estes jovens?	253
6.1.2.Análise dos valores sociais defendidos por estes jovens	255
6.1.3.Materialistas ou pós-materialistas?	262
6.1.4.Quem são os progenitores?	264
6.1.5.Continuidade intergeracional ou conflito de gerações?	266
6.2.IMPACTO DO GÉNERO NOS VALORES SOCIAIS DEFENDIDOS	271
6.3.IMPACTO DA UNIVERSIDADE NOS VALORES SOCIAIS DEFENDIDOS	273
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>281</b>
<b>ANEXO:</b> Questionário sobre valores sociais	

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 4.1.</b> Distribuição, em frequência, dos alunos finalistas por cursos no ano lectivo de 1995/96	101
<b>Quadro 4.2.</b> Distribuição, em percentagem, da amostra dos estudantes em função das variáveis sexo e naturalidade	103
<b>Quadro 4.3.</b> Distribuição, em percentagem, dos progenitores por nível de instrução	105
<b>Quadro 4.4.</b> Distribuição, em percentagem, dos progenitores por tipo de profissão	105
<b>Quadro 5.1.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de actividades desenvolvidas”	117
<b>Quadro 5.2.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas”	119
<b>Quadro 5.3.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse lhe despertam”	138
<b>Quadro 5.4.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Factores determinantes para um bom entendimento do casal”	145
<b>Quadro 5.5.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?”	160
<b>Quadro 5.6.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”	161
<b>Quadro 5.7.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Nível de instrução dos pais”	177
<b>Quadro 5.8.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas”	186
<b>Quadro 5.9.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse lhe despertam”	211
<b>Quadro 5.10.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Factores determinantes para um bom entendimento do casal”	225
<b>Quadro 5.11.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?”	239
<b>Quadro 5.12.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”	240

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 5.1.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Pertença a movimentos culturais”	116
<b>Figura 5.2.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais”	118
<b>Figura 5.3.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”	121
<b>Figura 5.4.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”	122
<b>Figura 5.5.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário” (amostra dos estudantes)	122
<b>Figura 5.6.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”	123
<b>Figura 5.7.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”	124
<b>Figura 5.8.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia” (amostra dos estudantes)	125
<b>Figura 5.9.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”	126
<b>Figura 5.10.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga”	127
<b>Figura 5.11.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição”	127
<b>Figura 5.12.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”	128
<b>Figura 5.13.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”	129
<b>Figura 5.14.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “”Liberalização das drogas”	130
<b>Figura 5.15.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”	131
<b>Figura 5.16.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que procura na religião?”	132
<b>Figura 5.17.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que procura na religião?” (amostra dos progenitores)	132
<b>Figura 5.18.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior”	134
<b>Figura 5.19.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”	134

<b>Figura 5.20.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Amor”	135
<b>Figura 5.21.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”	136
<b>Figura 5.22.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com os colegas e amigos”	136
<b>Figura 5.23.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”	139
<b>Figura 5.24.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Realização entre os cônjuges”	140
<b>Figura 5.25.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”	140
<b>Figura 5.26.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos”	141
<b>Figura 5.27.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Meio de satisfação das necessidades sexuais”	142
<b>Figura 5.28.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos” (amostra dos estudantes)	143
<b>Figura 5.29.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Realização entre os cônjuges” (amostra dos estudantes)	143
<b>Figura 5.30.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos” (amostra dos estudantes)	144
<b>Figura 5.31.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”	146
<b>Figura 5.32.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”	147
<b>Figura 5.33.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”	148
<b>Figura 5.34.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” (amostra dos estudantes)	149
<b>Figura 5.35.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”	150
<b>Figura 5.36.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”	151
<b>Figura 5.37.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”	152
<b>Figura 5.38.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”	153
<b>Figura 5.39.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” (amostra dos estudantes)	154
<b>Figura 5.40.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”	155

<b>Figura 5.41.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”	156
<b>Figura 5.42.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão”	157
<b>Figura 5.43.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”	157
<b>Figura 5.44.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a lata dos preços”	158
<b>Figura 5.45.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo”	159
<b>Figura 5.46.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje, no ano 2010?”	162
<b>Figura 5.47.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje, no ano 2010?” (amostra dos estudantes)	163
<b>Figura 5.48.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com a visão mais realista do mundo?”	164
<b>Figura 5.49.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Capacidade para influenciar o progresso”	165
<b>Figura 5.50.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”	166
<b>Figura 5.51.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?”	167
<b>Figura 5.52.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”	168
<b>Figura 5.53.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo” (amostra dos estudantes)	169
<b>Figura 5.54.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?”	170
<b>Figura 5.55.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” (amostra dos estudantes)	171
<b>Figura 5.56.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” (amostra dos progenitores)	171
<b>Figura 5.57.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise de civilização?”	172
<b>Figura 5.58.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução”	173
<b>Figura 5.59.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”	174
<b>Figura 5.60.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”	175
<b>Figura 5.61.</b> Distribuição, em percentagem, da variável Ligação a um partido político” (amostra dos estudantes)	176

<b>Figura 5.63.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”	178
<b>Figura 5.64.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”	179
<b>Figura 5.65.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”	180
<b>Figura 5.66.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais” (amostras dos estudantes)	184
<b>Figura 5.67.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais” (amostras dos progenitores)	185
<b>Figura 5.68.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória” (amostras dos estudantes)	187
<b>Figura 5.69.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória” (amostras dos progenitores)	188
<b>Figura 5.70.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário” (amostras dos progenitores)	189
<b>Figura 5.71.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” (amostras dos estudantes)	190
<b>Figura 5.72.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” (amostras dos progenitores)	191
<b>Figura 5.73.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia” (amostras dos estudantes)	192
<b>Figura 5.74.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” (amostras dos estudantes)	193
<b>Figura 5.75.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” (amostras dos progenitores)	194
<b>Figura 5.76.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade” (amostras dos estudantes)	195
<b>Figura 5.77.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo” (amostras dos estudantes)	196
<b>Figura 5.78.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição” (amostras dos estudantes)	197
<b>Figura 5.79.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga” (amostra dos progenitores)	198
<b>Figura 5.80.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição” (amostra dos progenitores)	198
<b>Figura 5.81.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo” (amostra dos progenitores)	199
<b>Figura 5.82.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas” (amostras dos estudantes)	200
<b>Figura 5.83.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?” (amostras dos estudantes)	201

<b>Figura 5.84.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior” (amostras dos estudantes)	203
<b>Figura 5.85.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com colegas e amigos” (amostras dos estudantes)	203
<b>Figura 5.86.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” (amostras dos estudantes)	204
<b>Figura 5.87.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Amor” (amostras dos estudantes)	205
<b>Figura 5.88.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional” (amostras dos estudantes)	206
<b>Figura 5.89.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” (amostras dos progenitores)	207
<b>Figura 5.90.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior” (amostras dos progenitores)	207
<b>Figura 5.91.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com colegas e amigos” (amostras dos progenitores)	208
<b>Figura 5.92.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Amor” (amostras dos progenitores)	209
<b>Figura 5.93.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”(amostras dos progenitores)	210
<b>Figura 5.94.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?” (amostras dos estudantes)	212
<b>Figura 5.95.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos esposos” (amostras dos estudantes)	213
<b>Figura 5.96.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os cônjuges” (amostras dos estudantes)	214
<b>Figura 5.97.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos esposos” (amostras dos progenitores)	215
<b>Figura 5.98.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os cônjuges” (amostras dos progenitores)	215
<b>Figura 5.99.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos” (amostras dos progenitores)	216
<b>Figura 5.100.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação das necessidades sexuais” (amostras dos progenitores)	217
<b>Figura 5.101.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” (amostras dos progenitores)	218
<b>Figura 5.102.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” (amostras dos estudantes)	218
<b>Figura 5.103.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” (amostras dos estudantes)	219

<b>Figura 5.104.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” (amostras dos progenitores)	220
<b>Figura 5.105.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” (amostras dos estudantes)	221
<b>Figura 5.106.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” (amostras dos progenitores)	222
<b>Figura 5.107.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?” (amostras dos estudantes)	223
<b>Figura 5.108.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio” (amostras dos estudantes)	226
<b>Figura 5.109.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio” (amostras dos progenitores)	227
<b>Figura 5.110.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” (amostras dos estudantes)	228
<b>Figura 5.111.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” (amostras dos progenitores)	229
<b>Figura 5.112.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego” (amostras dos estudantes)	230
<b>Figura 5.113.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão” (amostras dos estudantes)	231
<b>Figura 5.114.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país” (amostras dos estudantes)	232
<b>Figura 5.115.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços” (amostras dos estudantes)	233
<b>Figura 5.116.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (amostras dos estudantes)	234
<b>Figura 5.117.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego” (amostras dos progenitores)	234
<b>Figura 5.118.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão”(amostras dos progenitores)	235
<b>Figura 5.119.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país” (amostras dos progenitores)	236
<b>Figura 5.120.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços” (amostras dos progenitores)	237
<b>Figura 5.121.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” (amostras dos progenitores)	238
<b>Figura 5.122.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje, no ano 2010?” (amostras dos estudantes)	241

<b>Figura 5.123.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?” (amostras dos estudantes)	243
<b>Figura 5.124.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?” (amostras dos estudantes)	244
<b>Figura 5.125.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução” (amostras dos estudantes)	246
<b>Figura 5.126.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução” (amostras dos progenitores)	246
<b>Figura 5.127.</b> Distribuição, em percentagem, da variável Como pode ser vencida a crise de civilização?” (amostras dos progenitores)	247
<b>Figura 5.128.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo” (amostras dos estudantes)	249
<b>Figura 5.129.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo” (amostras dos progenitores)	249
<b>Figura 5.130.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” (amostras dos estudantes)	251
<b>Figura 5.131.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” (amostras dos progenitores)	251
<b>Figura 5.132.</b> Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” (amostras dos estudantes)	252

# *INTRODUÇÃO*

---

Vive-se hoje uma época de transformação rápida do mundo. Está-se a assistir ao desenvolvimento das tecnologias e à possibilidade de utilização de novos recursos, com implicações drásticas ao nível do trabalho, da família, das relações sociais e políticas e ao nível dos valores e ideologias.

Os novos desenvolvimentos tecnológicos, que se multiplicam a um ritmo vertiginoso, estão a provocar a desorganização e incerteza na sociedade e no indivíduo (Santos, 1989). Assim, o conhecimento considerado válido no dia de ontem já não o é no dia de hoje; aquilo que era no passado considerado benéfico para o Homem e para a sociedade verificou-se ter repercussões maléficas, cuja amplitude muitas vezes se desconhece; cada nova solução para um desafio põe a descoberto novos desafios, novos problemas, que urgem ser resolvidos.

As rápidas mudanças tecnológicas (com repercussões na organização da própria sociedade) colocam problemas e desafios numa geração, muito diferentes daqueles que se colocaram na geração anterior e daqueles que se irão colocar nas gerações vindouras. Determinam, para além disso, o aparecimento de novas ideologias e valores, adaptados aos novos problemas, preocupações e interesses que entretanto surgiram (Figueiredo, 1985a).

Este contexto actual de final de século e de transição para o século XXI, assim como alguns dos problemas e preocupações que os novos desenvolvimentos das sociedades ocidentais colocam, criaram a necessidade de se adoptar uma atitude reflexiva orientada para o futuro.

De acordo com Figueiredo (1988) os valores sociais acerca da família, sexualidade, religião, educação, liberdade, igualdade, justiça, paz, nacionalidade, etc., parecem constituir uma matéria fundamental para reflexão e estudo, por

possibilitarem o conhecimento de diferentes aspectos da realidade actual. Para além disso, este autor considera que, se estudados em populações de jovens, os valores sociais poderão também fornecer indicações acerca de uma realidade futura, que se constituirá quando a geração jovem actual assumir responsabilidades nos diversos domínios da sociedade.

Numa outra perspectiva, mais pessoal, estudar os valores dos jovens parece ser fundamental na intervenção clínica. A compreensão global dos jovens implica conhecer também os seus valores, como forma de perceber as suas atitudes e alguns comportamentos e, também, de contextualizar a natureza das sua interacção com os pares e a família. Só na posse destes dados (mas também de outros) poderá o clínico desenvolver uma intervenção adequada.

Com efeito, segundo Lau (1988) investigar acerca dos valores é extremamente importante por permitir compreender não só as culturas, como também, a “constituição” psicológica e a socialização dos indivíduos. Assim, na sua opinião, os valores podem ser estudados a dois níveis. A um nível social, o estudo dos valores em diferentes populações pode ajudar a compreender determinadas características culturais e tendências no desenvolvimento de novos valores. A um nível individual, o seu estudo pode ajudar a compreender de que maneira os valores afectam a “escolha” de um determinado comportamento ou atitude ou a defesa de determinadas crenças.

No presente estudo vai-se analisar os valores sociais dos jovens tendo em conta o contexto social actual. Para além disso, vai-se comparar os valores dos jovens com aqueles defendidos pelos respectivos pais, à luz do processo de autonomia e do conflito de gerações. Este tem como ponto de partida o estudo realizado por Figueiredo (1988), o qual teve como principais objectivos captar a grande mutação de valores na sociedade portuguesa e analisar esses valores segundo uma perspectiva do conflito de gerações.

Assim, mantiveram-se, no presente estudo, as mesmas linhas orientadoras. Foi introduzida, no entanto, uma inovação relativamente ao estudo anterior: ao invés de se estudar uma amostra nacional recolheu-se uma amostra regional relativa ao distrito de Faro, que vai possibilitar captar ligeiras diferenças regionais.

O trabalho encontra-se organizado em seis capítulos. O capítulo um inicia-se com um breve enquadramento do problema segundo duas linhas orientadoras - o conflito de gerações e o contexto social actual. É do cruzamento destas duas temáticas que surge o problema, cuja definição mais precisa será apresentada na segunda parte desse capítulo. No capítulo dois procede-se à revisão de literatura na área dos valores sociais, apresentando-se diferentes concepções sobre valores e diferentes metodologias utilizadas no seu estudo e no capítulo três procede-se à revisão da literatura no que diz respeito à aquisição de autonomia na adolescência. A apresentação da metodologia é feita no capítulo quatro, onde se inclui a descrição da população, da amostra, do procedimento e do instrumento utilizado. Finalmente, no capítulo cinco procede-se à apresentação dos resultados e no capítulo seis à sua discussão e conclusão.

# *DEFINIÇÃO DO PROBLEMA*

---

### 1.1. NOVOS VALORES E CONFLITO DE GERAÇÕES

Em Portugal, só muito recentemente o estudo dos valores sociais começou a ter alguma importância. Só na década de 80 se publicaram os primeiros estudos acerca de valores sociais nos jovens. O inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores”, realizado por Figueiredo (1988) revelou que os valores veiculados pelos filhos diferiam daqueles veiculados pelos pais e que, em algumas áreas, diferiam de uma forma significativa, tal como na área da “sexualidade, casamento e família”.

De acordo com este autor (1985a), o alargamento da informação, ao possibilitar o contacto do jovem com vários papéis e grupos sociais e com outras culturas e ideologias, tornou-o centro privilegiado da criação e desenvolvimento de novos valores e ideologias, de que os movimentos de vanguarda dos anos 60 e 80 - expressão de profundas alterações ideológicas - constituem exemplo. Por essa mesma razão, os jovens e os valores por eles veiculados passaram a ser considerados como uma prioridade na investigação.

A juventude enquanto categoria social é, segundo Vala (1986), um fenómeno recente que surgiu a par das transformações sociais que emergiram com a revolução industrial e que se tornaram mais salientes no fim da Primeira Grande Guerra. Da mesma forma, o sentimento de pertença dos jovens ao grupo de pares é um fenómeno recente, resultado do prolongamento dos estudos, que teve como consequência tornar a escola um elemento de socialização muito importante - local onde o jovem passa grande parte do seu tempo e contacta, primordialmente, com outros jovens.

Mead (1970, citado em Braga da Cruz et al., 1984) considera que a importância extrema que os grupos juvenis assumem na sociedade ocidental actual tem que ver com a sua própria configuração sócio-cultural. De acordo com esta autora, uma sociedade na qual o “futuro é agora” e que é caracterizada pela mudança e pela inovação - tal como acontece com a sociedade actual - tem uma grande tendência em valorizar os jovens, que se tornam, então, figuras de autoridade em relação ao modo de apreender o futuro.

De acordo com Fornäs (1995) a juventude é tudo aquilo que pertence ao futuro e que é novo. Segundo este autor, a juventude é, actualmente, encarada segundo duas perspectivas: uma pessimista e uma optimista. De acordo com a primeira, a juventude surge associada aos perigos do futuro, sendo as suas normas, valores e práticas sociais sinais desses perigos, porque constituem desde já transgressões à ordem social reinante. De acordo com a perspectiva optimista, a juventude encontra-se associada a uma imagem de esperança, de uma nova vida e de progresso, devido a sua flexibilidade biológica, psicodinâmica, cultural e social, que lhe permite construir e desenvolver novas ideologias e movimentos sociais.

A perspectiva pessimista encontra-se associada à imagem de uma sub-cultura juvenil, caracterizada pela rejeição dos valores sociais reinantes e pela ruptura com as práticas sociais aceites e que emergiu nos anos 60 a par dos movimentos de vanguarda juvenis (van Wel, 1994), ou, segundo palavras de Vala (1986 citado em Conde, 1990), encontra-se associada ao modelo do jovem antiadulto, de acordo com o qual a juventude constitui “uma etapa do desenvolvimento marcada pela exterioridade e distanciamento em relação ao mundo do adulto, propondo uma cultura específica quase sempre nova e oposta à cultura dominante, juventude portadora de novos valores e que alimentaria a mudança social” (pág. 684).

De acordo com este modelo de juventude, Deutsch (1967) defende que os jovens

tendem a criar grupos sociais, no seio dos quais procuram aceder às suas próprias aspirações e perspectivas e ficar “puros de toda a contaminação adulta”. “Eles têm a sua própria música, as suas danças, o seu teatro, a sua literatura, assim como, têm os seus líderes, os seus heróis e as suas formas de delinquência” (pág.8). Os jovens rejeitam os objectivos defendidos pelos adultos e contestam as suas aspirações sociais e políticas, pois não vão ao encontro das suas necessidades emocionais e intelectuais. Esta autora considera que é a ausência relativa de ideologias, assim como, o carácter intensivo, prolongado e competitivo dos estudos que está a provocar, em certa medida, a separação entre os jovens e os adultos e a impedir a participação dos primeiros na situação social e política. Contudo, acrescenta que a separação entre jovens e adultos não pode ser explicada, apenas, com base em factores sociais. Existem factores, inerentes ao próprio desenvolvimento psicológico, que facilitam o aparecimento, no jovem, de determinadas reacções em resposta à situação social. Entre essas reacções, Deutsch refere o desinvestimento nos valores reconhecidos socialmente e a procura de novos valores.

Dias Cordeiro (1978), ainda de acordo com o mesmo modelo, considera que se vive, actualmente, uma época de crise e de evolução permanente, marcada por uma enorme competitividade, consumismo, produtividade e na qual os valores tradicionais desapareceram. Para além disso, paralelamente à crise da sociedade está-se a assistir ao desmantelamento da estrutura familiar. “As dificuldades de comunicação verbal na família e de trocas afectivas, a crise de autoridade, a atitude demissionária e o absentismo dos pais levam os jovens a procurar, fora do círculo familiar, o contacto e o calor humano de que necessitam” (pág.19). De acordo com este autor “ser adolescente” implica substituir os laços afectivos infantis e reencontrar-se consigo próprio, o que determina a contestação de hábitos e costumes dos adultos.

Segundo Figueiredo (1985a, 1988) as divergências de valores entre pais e filhos

são o resultado do conflito de gerações, que é universal a todas as gerações. O conflito de gerações exprime uma tensão psicológica entre filhos e progenitores, tensão essa que resulta, por um lado, da aquisição interna do desejo de autonomia pelos filhos e, por outro lado, pelo aparecimento de sentimentos de perda de amor, de autoridade e de auto-estima nos pais. De acordo ainda com o mesmo autor, é a resolução do conflito de gerações que vai permitir o afastamento dos filhos dos pais e a possibilidade daqueles constituírem a sua própria família.

Campbell (1969) considera que a rejeição verbal ou o aumento do número de laços com os pares e a diminuição do contacto com os pais, não significa a dissolução da influência parental. Este autor considera que os pais constituem agentes de socialização extremamente importantes durante toda a fase da adolescência, apesar de existir sempre um conflito entre pais e filhos. Assim, de acordo com este autor, o modelo tradicional, segundo o qual os pais não constituem bons modelos para os filhos, pois os seus valores diferem radicalmente daqueles defendidos pelos filhos, não dando respostas às novas condições e exigências sociais, é desadequado. Os pais continuam, com efeito, a constituir um importante meio de socialização ao longo de toda a adolescência. De facto, só assim se consegue explicar que, a par de uma grande rebeldia, rejeição da autoridade paterna, conflito de gerações, se verifique também uma enorme coerência entre pais e filhos a diferentes níveis, nomeadamente, na escolha da religião, na escolha de amigos com níveis sócio-culturais semelhantes aos dos pais, nas aspirações e planos acerca da educação e formação académica, etc.

Na opinião de Douvan e Adelson (1966, citado em Fleming, 1993) existe sempre uma ligeira discrepância, a nível dos valores, entre a geração de pais e de filhos. Contudo, essa discrepância diz respeito a valores periféricos, pois aqueles considerados básicos, de uma maneira geral, são partilhados por pais e por filhos.

van Wel (1994) ao estudar os gostos relativos à música, leitura, cinema, televisão,

arte e outras formas de recriação não encontrou dados que confirmassem o modelo da ruptura entre os jovens e a geração mais velha. Este autor verificou que, sem dúvida, o melhor amigo constitui a maior fonte de influência para o jovem em termos dos seus gostos. Mas a par desta influência indiscutível, van Wel encontrou uma “atitude tolerante” (pág.227) para com os gostos dos pais, que se traduz na existência de uma correlação positiva entre os gostos dos jovens e aqueles dos seus pais - se bem que essa correlação seja mais fraca do que aquela verificada entre os gostos dos jovens e dos seus melhores amigos.

Em Portugal, Conde (1990, pág.684) verificou uma grande “disponibilidade, por parte dos jovens, em aceitarem a sua proximidade com outras gerações, no que diz respeito a domínios básicos da existência social” - apenas em domínios como, gostos relativos ao modo de vestir e à música, lazer e importância que lhe é atribuída, corpo e sexualidade, verificou a adopção de posições distintas relativamente às outras gerações. Para além disso, esta autora verificou, ainda, que os jovens tendem a rejeitar uma imagem que tradicionalmente se faz deles; uma imagem caracterizada pela “indisciplina e irresponsabilidade, desinteresse profissional e escolar, menor importância atribuída ao dinheiro e bens materiais, às questões políticas e, finalmente, uma radical desafiliação religiosa” (pág.684). Na sua opinião, a grande continuidade verificada entre as posições defendidas pelas diferentes gerações, ou a diluição das fronteiras intergeracionais, deve ser entendida como uma forma de recusar o “estatuto de menoridade social” (pág.686), estatuto esse que dificulta o acesso pleno dos jovens à condição de adulto. Em termos de relações sociais, verificou que, a par da centralidade que as relações desenvolvidas com os pares assumem na vida dos jovens, a família permanece como referência afectiva muito importante. De acordo com Conde, o prolongamento da estadia no seio da família - devido ao prolongamento dos estudos, à precariedade do emprego, à dificuldade de arranjar habitação - teve como

consequência permitir aos jovens e aos seus pais desenvolverem novas vias de comunicação e de interação, que ao invés de conduzirem à ruptura das relações, permitem reforçar os laços afectivos que os unem.

Assim, esta autora não encontrou uma sub-cultura jovem, no sentido tradicional do termo - “sub-cultura juvenil entendida no sentido do autocentramento e da discontinuidade relativamente ao sistema cultural envolvente”, mas sim determinadas “modalidades de interação e de intercomunicação” (pág.693) que caracterizam o modo de relacionamento dos jovens com o sistema cultural envolvente, neste caso, o mundo dos adultos.

De acordo com Machado Pais (1990, pág. 28) a juventude é “uma construção social, que existe mais como uma representação do que como realidade”. Com efeito, os dados obtidos no seu estudo revelam que se alguns dos jovens se revêem na representação que correntemente se faz da juventude, outros jovens há que consideram que a sua experiência de ser jovem é muito diferente da de outros jovens. Segundo este autor, não há uma única cultura juvenil, mas várias, que dependem das condições sociais dos jovens - pelo que cabe à sociologia explicar as similaridades que aproximam os jovens, mas também, tudo aquilo que os diferencia socialmente. Assim, de acordo com este autor, a juventude deve ser “olhada” na sua unidade, i.e., como um conjunto social cujos elementos estão a viver a mesma fase do ciclo de vida e que têm, como tal, um mesmo conjunto de preocupações, aspirações, expectativas, mas por outro lado, deve-se ter em conta a sua diversidade - porque um jovem do meio rural é diferente de um jovem que habita num meio urbano, o mesmo acontecendo com um jovem estudante ou um jovem trabalhador, com um jovem casado ou solteiro, etc.

## 1.2. CONTEXTO SOCIAL E ECONÓMICO EM PORTUGAL

Roussel (1992, pág.168) considera que não se pode abordar “uma época nova senão através do peso das aquisições, das mentalidades, das imagens colectivas ‘enraizadas’ . . . nos decénios anteriores. De acordo com este autor, cada geração dispõe, à partida, de um capital que pode ter a ilusão de recusar, mas do qual parte necessariamente, mesmo que, para progressivamente o dissipar. Os próximos vinte anos serão, deste modo, marcados pelo que se acumulou nos últimos vinte anos. E a única maneira de apreender o provável é compreender o que de fundamental se passou recentemente”.

Inglehart (1990) considera que as transformações económicas, tecnológicas e sócio-políticas provocam mudanças em termos culturais, nomeadamente, a nível dos valores políticos, religiosos, relativos ao trabalho, à família, à sexualidade, etc. Segundo este autor “cultura refere-se a um sistema de atitudes, valores e conhecimentos amplamente partilhados numa sociedade e transmitidos de geração para geração” (pág.18). Estes sistemas não dependem, no entanto, exclusivamente de processos de socialização, mas também, das experiências de vida características de cada indivíduo ou de grupos de indivíduos. Neste sentido, estes sistemas podem sofrer mudanças de acordo com as novas condições de vida - que se vão alterando à medida que ocorrem as mudanças económicas, políticas, tecnológicas, etc. Contudo, as mudanças culturais fazem-se obrigatoriamente de uma forma gradual e segundo uma escala intergeracional. É que é difícil abandonar sistemas de valores, atitudes e conhecimentos aprendidos precocemente. Logo, as mudanças individuais ocorrerão mais facilmente nos grupos mais novos e a mudança cultural vai ocorrendo à medida que os elementos mais velhos vão sendo substituídos pelos mais novos.

De acordo com Inglehart (1990), apesar das mudanças culturais ocorrerem

segundo uma escala intergeracional, estas só dificilmente são detectadas. Com efeito, as evidências empíricas recolhidas não demonstram a existência de grandes diferenças culturais em populações de grupos etários distintos - embora essas diferenças existam em domínios que estejam a sofrer grandes mudanças. Assim, para que as mudanças nos sistemas de valores e de atitudes possam ser detectadas é necessário focar-se em determinados domínios que estejam a sofrer grandes alterações, fazer medições regulares ao longo de um período de vários anos e estar atento a mudanças no meio sócio-económico envolvente, pois estas poderão ajudar a distinguir entre verdadeiras mudanças intergeracionais e mudanças relacionadas com o envelhecimento (i.e., próprias de cada fase do ciclo de vida).

Neste sentido, para compreender os valores sociais defendidos presentemente pelas diferentes gerações torna-se necessário não só estudar as condições sócio-económicas actuais, como também aquelas que marcaram o passado e, logo, que determinaram o aparecimento de novos valores (ou a manutenção de valores antigos) e a emergência de novas preocupações e de novos modos de pensar e de apreender a realidade.

De acordo com Ferreira de Almeida (1990), o 25 de Abril e a democratização tiveram amplas repercussões (nomeadamente, a nível dos valores e representações sociais) nos diferentes grupos sociais, e naturalmente, nas diferentes gerações. Estas repercussões não foram, no entanto, homogéneas - tendo marcado umas gerações mais do que outras e afectado os diversos grupos sociais distintamente.

Barreto (1995) considera que a sociedade portuguesa tem vindo a sofrer, desde os anos 60, amplas mudanças estruturais, nomeadamente, demográficas, económicas, relativas ao emprego feminino, à organização do sistema de saúde, de justiça, de educação, relativa à emigração, etc. Estas mudanças, que se procederam de uma forma extremamente rápida, estão a ter repercussões profundas na sociedade portuguesa,

nomeadamente, em relação às expectativas sociais geradas. De uma sociedade fechada e com um grau muito elevado de homogeneidade etno-cultural, a sociedade portuguesa tornou-se, em 30 anos, numa sociedade aberta e pluralista. De acordo com este autor, a abertura da sociedade portuguesa teve que ver, nos anos 60, essencialmente com a emigração, o turismo e o livre comércio iniciado com a adesão à AELE/EFTA, nos anos 70 com o investimento estrangeiro e com a implementação da democracia e nos anos 80 com a integração europeia.

Barreto considera que as mudanças que ocorreram a nível da sociedade portuguesa suscitaram novas expectativas nos portugueses, nomeadamente, nas camadas mais jovens. Contudo, se em termos de expectativas, mentalidades, ambições, comportamentos, os portugueses aproximaram-se muito dos cidadãos europeus, como de resto o demonstra o estudo realizado a nível europeu (Ashford e Timms, 1992), as condições económicas, técnicas e organizacionais permaneceram ainda aquém da realidade europeia (pelo menos, relativamente aos países mais desenvolvidos da UE).

De acordo com Ulrich (1991), a sociedade portuguesa sofreu grandes modificações nos últimos 15 anos, tendo-se tornado mais aberta ao exterior, não só em termos económicos (de que a adesão à CEE, em 1986, constitui um testemunho) como também em termos culturais, com uma influência nítida dos valores anglo-americanos em substituição da tradicional influência cultural francesa. Para além disso, tornou-se numa sociedade mais competitiva - que assimilou as leis do mercado e da livre concorrência, mas que sofre ainda da influência de valores passados.

Uma sondagem (Villaverde Cabral, 1991) realizada junto de 1200 portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos e vivendo em localidades com mais de 200 habitantes, demonstrou que os portugueses estão abertos ao progresso económico, muito embora, de acordo com um padrão materialista - 45% dos inquiridos avaliando positivamente o progresso pelo *conforto e vantagens materiais* que traz

consigo. Esta sondagem revela, ainda, a existência de atitudes positivas em relação à livre concorrência - sendo esta avaliada positivamente, pelo facto de *fazer aparecer novos produtos* (41%) e de *beneficiar os consumidores* (30%).

Contudo, de acordo com o mesmo autor, se estes dados sugerem uma mudança de mentalidades, nomeadamente, em relação ao sistema de mercado e à livre concorrência, outros dados recolhidos na mesma sondagem sugerem, por outro lado, a presença de uma atitude de forte dependência em relação ao Governo ou a ajudas provenientes do exterior, no que diz respeito ao desenvolvimento económico do país. Com efeito, quando questionados sobre os factores mais importantes para o desenvolvimento da economia portuguesa, uma grande parte dos inquiridos continua a referir como principais factores *as ajudas do exterior* e *a acção do Governo* (respectivamente, 29% e 23%) - se bem que uma parte também significativa dos inquiridos refira como factores mais importantes *o trabalho dos portugueses* (20%) e *a iniciativa dos donos e gerentes de empresas* (16%).

Estes resultados sugerem, segundo Villaverde Cabral, que existe um sentimento de bem-estar entre os portugueses. Com efeito, estes revelam que uma grande parte dos inquiridos apresenta uma percepção subjectiva optimista no que diz respeito à posição social que ocupa na sociedade portuguesa. Só assim, se justifica que apenas 30% das famílias portuguesas tenha a percepção de viver nitidamente pior do que os seus "grupos de referência", contra 57% que não tem essa percepção ou tem-na mas de uma forma moderada. Para além disso, 71% dos inquiridos, quando interrogados sobre a camada social a que pertencem, referem pertencer à classe média. Estes dados contradizem a distribuição objectiva dos inquiridos, construída com base nos indicadores sócio-económicos declarados pelos próprios - de acordo com esta distribuição, apenas, 39% dos inquiridos pertence objectivamente à classe média. Segundo este autor, a sociedade portuguesa não sofreu uma redistribuição de riqueza

de tal forma profunda que justifique a percepção de mobilidade social ascendente revelada pela sondagem - já que, muito embora 71% dos inquiridos refira pertencer à camada média, objectivamente 50% dos inquiridos pertencem, contudo, à camada baixa/pobre. Este autor explica este desfasamento com base num efeito de ilusão que frequentemente se encontra associado ao crescimento económico de um país.

De acordo com a análise económica e social elaborada pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993), Portugal sofreu uma boa evolução económica e social na década de 80. Os indicadores económicos demonstram que a economia portuguesa cresceu, na década de 80, a um ritmo mais acelerado do que o ritmo global da União Europeia (UE). Contudo, a análise de indicadores sociais demonstra que, muito embora, tenha havido uma evolução positiva, Portugal ainda mantém, relativamente à UE, valores inferiores na maior parte destes indicadores.

Assim, em termos de indicadores demográficos verifica-se que a taxa de natalidade está a descer, sendo inferior à taxa média da União Europeia, muito embora, o número médio de pessoas por família seja, ainda, ligeiramente superior em Portugal (3.1) do que na UE (2.6). Para além disso, a esperança de vida continua ainda a ser ligeiramente inferior à da UE, apresentando as taxas de mortalidade e de mortalidade infantil valores ligeiramente superiores àqueles relativos à UE. Os dados relativos à saúde indicam que a densidade das estruturas de saúde são inferiores relativamente à UE, com excepção para o número relativo de médicos e farmacêuticos e do número de pessoal hospitalar por cama. Para além disso, revelam que os encargos públicos e das famílias em relação à saúde são também inferiores, mas que, pelo contrário, o número de medicamentos consumido por habitante é superior. O peso da protecção social no conjunto das despesas públicas é inferior ao da UE, assim como, o grau de cobertura das infra-estruturas de saneamento básico e de tratamento de resíduos. Em termos de transportes e comunicações, verifica-se que, apesar de se terem efectuado melhorias a

este nível, mantém-se uma situação de desnivelamento face à UE. Muito embora, este quadro dê uma imagem negativa das condições de vida dos portugueses, há que considerar, no entanto, que em termos evolutivos houve uma melhoria nítida em muitos dos indicadores referidos.

No que diz respeito à educação e cultura, e ainda de acordo com o mesmo relatório, verifica-se que a taxa de analfabetismo se mantém bastante elevada e que a circulação e importação de material cultural (tais como, livros, revistas, jornais) se mantém muito baixa, assim como, a frequência de sala de cinemas. O tempo livre tem vindo a aumentar, embora variando a sua evolução de acordo com as camadas sócio-profissionais e com as diferentes regiões do país - o Algarve, Lisboa e Vale do Tejo apresentando as evoluções mais favoráveis a este nível.

No que diz respeito à evolução do mercado de trabalho há a referir que este sofreu uma evolução bastante positiva na década de 80. A redução do desemprego foi particularmente marcada na camada mais jovem da população (menos de 25 anos) - se bem que a taxa de desemprego juvenil continue, em 1991, a ser superior ao dobro da taxa total de desemprego. Também a taxa de desemprego feminino diminuiu nos anos 80, tendo o emprego das mulheres aumentado a uma taxa bastante superior do que a do emprego masculino - se bem que, mais uma vez, persistam grandes deficiências a este nível, deficiências estas mais marcadas no Alentejo e no Algarve.

O sector da habitação foi aquele que apresentou maiores dificuldades - estas mais salientes no período de 1983 a 1985. Apesar destas dificuldades a construção de alojamentos familiares tem vindo a aumentar - se bem que este crescimento se deva, em parte, à construção de residências de emigrantes e de segundas residências.

Segundo dados do mesmo relatório, o Algarve, região sobre a qual se debruça o presente estudo, tem vindo a crescer económica e demograficamente desde os anos 70, tendência esta que se demonstrou mais saliente nos anos 80. Este crescimento deveu-

se sobretudo ao desenvolvimento das actividades ligadas ao turismo desde os anos 60.

O Algarve que era, antes do surto do turismo, uma das regiões menos desenvolvidas de Portugal, apresenta em 1991 indicadores sociais e relativos às condições de vida muito positivos. A seguir ao Alentejo é a região que apresenta a taxa de mortalidade infantil mais baixa e a seguir a esta mesma região, é aquela que apresenta maior número de médicos por habitantes. No que diz respeito às infra-estruturas sanitárias, a sua posição relativa é sempre acima da média das várias regiões de Portugal Continental - quer para a percentagem de agregados que possuem instalações sanitárias, quer para o número de indivíduos servidos pelas redes públicas de abastecimento de água e de recolha de resíduos sólidos. A taxa de motorização é bastante elevada, aproximando-se da taxa de motorização relativa a Lisboa e Vale do Tejo e demarcando-se das taxas das restantes regiões. No sentido contrário, no entanto, a densidade de estradas por Km/Km<sup>2</sup> é a segunda mais baixa. É interessante notar que, apesar do fluxo migratório em direcção ao Algarve, que se fez sentir sobretudo nos anos 80 e que se traduziu numa aumento de 5.1% da população, o Algarve é das regiões que apresenta um maior peso da população com mais de 65 anos (correspondendo a 17.1% da população total do Algarve) e um peso menor da população com menos de 15 anos (correspondendo a 18.2% da população algarvia) - acima desta região só se encontra o Alentejo.

### **1.2.1. O Algarve**

O Algarve é, para muitos autores (J. Guerreiro, 1987; Duarte, 1988, Matoso, 1989) uma região de características únicas, bem diferenciada das outras regiões do país. É que, para além de condições bioclimáticas únicas, esta região apresenta

também uma história e um desenvolvimento social, cultural e político muito peculiares.

Em termos bioclimáticos, o Algarve apresenta características que a tornam numa região especial. Segundo Guerreiro (1989a, pág.374) “o Algarve é, do ponto de vista ecológico, a única região portuguesa que, embora banhada pelo atlântico, tem um clima idêntico ao da bacia do Mediterrâneo”, o que lhe confere características únicas no mundo ocidental.

Assim, em termos climáticos esta região é caracterizada por um Inverno chuvoso e ameno e por um Verão quente e seco. A pluviosidade é irregular. Estas condições tornam-na numa região privilegiada para o desenvolvimento de uma agricultura de sequeiro e de pousio, ou, se houver água armazenada ou disponível, para uma agricultura de regadio.

De acordo com Guerreiro (1989a) estas condições climáticas permitem atingir, potencialmente, produções agrícolas muito elevadas. No entanto, a excessiva divisão da terra, a carência de água (que não é armazenada) e a baixa formação profissional dos agricultores não permite que os níveis de produção sejam superiores. Segundo Duarte (1988) estas limitações urgem ser ultrapassadas, tanto mais rapidamente quanto se sabe que a percentagem de solos cultivados no Algarve está a descer, resultado da grande movimentação de pessoas do sector primário para o sector terciário.

Segundo Pimpão (1991) a estrutura económica actual da região algarvia caracteriza-se pelo grande peso do sector primário e, simultaneamente, pelo grande crescimento do sector terciário. Até aos anos 60, o Algarve era uma das regiões mais pobres do país, apresentando indicadores sócio-económicos muito baixos. A sua estrutura económica baseava-se, então, no sector agrícola e piscatório e na indústria de conservas. Com o aumento da actividade turística, a partir dos anos 60, deu-se o aumento do sector terciário e, simultaneamente, a ocupação da faixa litoral.

O *boom* turístico teve, deste modo, como consequência, acentuar o contraste entre

o litoral e o interior algarvio. É assim que, por exemplo, o litoral algarvio, que corresponde a 1/4 da superfície total do Algarve, acomoda actualmente 2/3 da população algarvia. De acordo com Mendes e Jorge (1991), o contraste entre o litoral algarvio e o barrocal e a serra não é visível apenas em termos demográficos. É também visível em termos sócio-económicos, como o testemunham, por exemplo, indicadores como a taxa de natalidade, de mortalidade e de mortalidade infantil

Em termos históricos, o Algarve apresenta um percurso peculiar. Em primeiro lugar, sofreu enormes influências de civilizações do mediterrâneo central e oriental (fenícios, romanos, árabes). Com efeito, antes da integração do Algarve no Reino de Portugal, a sua estruturação económica e social era caracterizada pela existência de “uma apertada rede de relações culturais e comerciais” desenvolvida preferencialmente com o Norte de África e com os outros povos mediterrâneos (J. Guerreiro, 1987).

Segundo Guerreiro (1989b), o *Al Gharb* começou por ser uma região que se prolongava pelas duas margens do Rio Guadiana e só em meados do século XIII se tornou uma região de Portugal, por convénio assinado por D. Afonso III e seu sogro D. Afonso VI de Castela.

De acordo com Matoso (1989), a integração do Algarve no Reino de Portugal não foi, no entanto, simples. Se, por um lado, era uma região rodeada por uma cadeia de montanhas, que tornava difícil a comunicação com o resto do Reino, por outro lado, as suas cidades possuíam uma relativa autonomia, que lhes era assegurada pelos seus vastos recursos agrícolas e pelos contactos marítimos orientados para Leste. Segundo este autor, foi o isolamento geográfico desta região, assim como, a sua organização social que levaram os altos dirigentes a atribuir-lhe a categoria de Reino, “não confundido com a coroa portuguesa, sua titular” (pág.19).

De acordo com Guerreiro (1989b) o título de Reino concedido então ao Algarve teve que ver fundamentalmente com o “reconhecimento de uma realidade cultural com

um nível mais elevado, que não era comum no norte visigodo”. Segundo este autor, foi também este elevado conhecimento em diversos domínios, tais como, agricultura, indústria, política, ciências, artes, que contribuiu para as dificuldades de integração.

Guerreiro considera que a integração desta região no Reino de Portugal trouxe consigo algumas consequências negativas. Em primeiro lugar, o Algarve “perdeu a sua identidade e independência cultural”. Segundo palavras de Matoso (1989) resta-lhe actualmente “os últimos redutos da arquitectura árabe, a prática de uma tecnologia pesqueira para a captação do atum, as culturas tipicamente mediterrâneas da alfarroba, do figo e da amêndoa . . .” (pág.21). Em segundo lugar, de acordo com Guerreiro (1989b) as trocas comerciais, que começaram a fazer-se preferencialmente segundo o eixo atlântico, trouxeram consigo as guerras e os saques, e as incursões de inimigos vindos especialmente dos mares. E para além disso, também os cataclismos (secas, pestes, terramotos) assim como, o seu contínuo isolamento do resto do país contribuíram para a estagnação do Algarve.

Durante sete séculos, e segundo palavras de Guerreiro (1989b) “o Algarve regrediu. O algarvio perdeu a sua memória, a sua sensibilidade a sua identidade . . .” (pág.31). Só em 1889 foi inaugurado o Caminho de Ferro para o Algarve e, só no início do século XX, se começou a construir a rede viária que fazia a ligação entre o Algarve e o resto do país. Até ao final do século XIX o barco era o meio de transporte preponderante (J. Guerreiro, 1987).

No princípio da década de 60 descobriram-se as potencialidades do Algarve para o turismo, tendo, desde essa altura, sofrido grandes mudanças, não só económicas como também sociais e culturais. Por exemplo, entre 1983 e 1988 o número de turistas chegados ao aeroporto de Faro duplicou (Amaro, 1988).

Segundo palavras de J. Guerreiro (1987) “o turismo veio juntar-se, nos últimos 30 anos, às principais actividades económicas . . . e, desde então, tem provocado

alterações importantes na organização espacial do litoral e na estrutura produtiva regional, com consequências actualmente imprevisíveis” (pág.37).

O desenvolvimento económico resultado da grande afluência de turistas apanhou os decisores e planeadores políticos desprevenidos, o que deu origem a um crescimento não ordenado e não programado, com repercussões no ambiente, na estrutura económica típica, na ordenação do espaço, etc. A necessidade de se desenvolver rapidamente infra-estruturas, resultou na implementação descontrolada de equipamentos turísticos e na alienação e destruição de grande parte do património: “cimentaram-se mosaicos, saquearam-se destroços históricos nos rios e zonas portuárias . . . , construiu-se sobre ruínas romanas demarcadas, etc.” (Evangelista, 1988, pág.686).

Contudo, como refere Martins (1991), a par do desenvolvimento económico registado desde a década de 60, não se registou o aumento de outros indicadores sócio-económicos, tais como, a rede de distribuição de água e de esgotos, a densidade ferroviária e rodoviária, o consumo de energia, o PIB *per capita* , a densidade populacional. Para além disso, este rápido crescimento económico, assim como, o contacto súbito com outros povos e outras culturas teve também consequências na própria maneira de pensar e de estar dos algarvios, nomeadamente, nos seus valores. De acordo com Duarte (1988) “cegos pelo que pensam ser a civilização ou o fascínio pelo modo de vida dos países mais desenvolvidos da Europa, os algarvios copiam tudo o que de mal têm essas civilizações, designadamente, o consumo de drogas, o amor livre . . .” (pág.167).

Segundo Gomes (1988) tudo se processou de uma forma muito rápida e sem reflexão e as raízes do algarvio tornaram-se, entretanto, confusas e obstruídas pelo lucro fácil; o algarvio “perdeu a sua crença e tornou-se desenraizado, “fechado”, desconfiado, desejando, sobretudo, vender o seu quinhão de terra a qualquer preço, seja

a quem for” (pág.171).

Assim, o algarvio que era descrito com possuindo uma grande facilidade de adaptação, com um ar aberto e acolhedor, como alguém que gostava de rir e de falar (Ribeiro, 1945 citado em Feio, 1983) ou como alguém “que sabia sorrir, que era nobre e que suportava dignamente as agruras da vida”(Gomes, 1988, pág.171), transformou-se radicalmente, com o turismo, com o contacto com outras formas de estar, de viver e de pensar.

### 1.3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Algarve sofreu, nos últimos 30 anos, mudanças económicas, sociais e culturais profundas, devido ao grande *boom* turístico que, desde então, se verificou. De uma condição de relativo isolamento, o Algarve passou a sofrer, desde os anos 60, da “invasão” constante de pessoas de outros países da Europa, com valores e modos de vida muito diferentes daqueles tradicionalmente defendidos pelos algarvios. Daí que seja extremamente pertinente estudar o impacto que esta transformação repentina teve a nível dos valores dos algarvios.

Segundo Inglehart (1990) a mudança em termos de valores é gradual, faz-se segundo uma escala intergeracional e só é visível, entre duas gerações próximas, em domínios que sofreram grandes mudanças. Tendo em conta as grandes alterações que o Algarve tem conhecido, nomeadamente a nível da sua estrutura económica, parece ser pertinente, deste modo, saber se os antigos valores ainda têm eco na população juvenil algarvia e saber como evoluíram os valores na população algarvia relativamente à população do resto do país.

É na população de jovens estudantes da universidade do Algarve e seus pais que

se pretende analisar e comparar os valores, veiculados por uns e por outros, à luz do conflito de gerações, procurando-se identificar áreas de divergência e de consenso.

Keniston (1965, citado em Sprinthall e Collins, 1988/1994) considera que a experiência universitária origina no jovem um novo conjunto de experiências psicológicas e sociológicas que o afastam dos adolescentes do secundário. Refere, nomeadamente, que a diminuição dos contactos com os pais (em particular, no caso dos estudantes que saíram de casa para frequentarem o ensino superior) gera uma atmosfera propícia para o aparecimento de novos valores. Com efeito, algumas investigações que se têm feito com estudantes universitários põem em evidência que estes sofrem grandes mudanças estruturais, quer a nível intelectual, quer a nível moral e dos valores (Sprinthall e Collins, 1988/1994).

Neste sentido, será que se vai encontrar diferenças entre os estudantes que ainda vivem com os pais e aqueles que vivem com os colegas? Qual o impacto que a frequência do ensino superior tem a nível da autonomia de valores dos filhos relativamente aos pais?

Num outro sentido, inúmeros estudos transculturais têm demonstrado que os modos de socialização primária diferem consoante o sexo (Berry, Poortinga, Segall e Dasen, 1996). Extebarria (1992) verificou que as práticas educativas adoptadas pelos pais podem facilitar ou dificultar a mudança de valores, bem como, a adopção de valores diferentes dos pais e que essas práticas educativas variam consoante o sexo. Costa (1992), num estudo que realizou acerca de representações sociais dos sexos feminino e masculino, verificou que as camadas mais jovens (15 aos 30 anos) apresentam uma atitude menos discriminatória, quer em relação às mulheres, quer em relação aos homens, i.e., não estabelecem com tanta frequência representações distintas entre mulheres e homens. Esta atitude discriminatória era muito marcada, pelo contrário, nas gerações mais velhas. De acordo com Figueiredo (1988), existem

grandes diferenças entre as duas gerações, particularmente, no que diz respeito a valores na área da sexualidade, casamento e família. Os resultados demonstram, por exemplo, que a geração dos progenitores é mais permissiva relativamente aos jovens do sexo masculino do que aos jovens do sexo feminino no que diz respeito às relações sexuais pré-matrimoniais. Este autor concluiu que a nova geração é mais igualitária, sendo a geração dos pais mais discriminatória. Assim sendo, será que se vão observar diferenças significativas entre a população feminina (raparigas e mães) e a população masculina (rapazes e pais) em termos dos valores que defendem?

Tendo como ponto de partida estes vários aspectos, procurou-se estruturar o presente estudo segundo quatro eixos ou questões principais.

1. Há diferenças significativas nos valores manifestados pelos pais e pelos filhos?
2. Há diferenças significativas nos valores veiculados pelos diferentes sexos, i.e., entre rapazes e raparigas e pais e mães?
3. Há diferenças significativas nos valores veiculados por pais e filhos naturais do Algarve e pais e filhos não naturais do Algarve?
4. Há diferenças significativas nos valores veiculados pelos jovens e progenitores da amostra Algarvia relativamente à amostra nacional?

## VALORES SOCIAIS

---

### 2.1. INTRODUÇÃO

A questão dos valores é, hoje em dia, uma questão crucial que preocupa pais, professores e investigadores das diferentes áreas das ciências sociais.

Vive-se uma época de grande mutação social, que está a provocar a ruptura das tradições morais, a insegurança nas questões acerca de valores, normas, metas e o aumento dos conflitos sociais (Brezinka, 1992).

Segundo Toffler (1970 citado em Brezinka, 1992) a crise que se está a viver actualmente encontra-se relacionada, por um lado, com a sobre-estimulação a que o indivíduo está sujeito e por outro lado, com a possibilidade que este tem em escolher entre múltiplos comportamentos, modos de pensar, de agir, etc. De acordo com este autor, é a multiplicidade de informações e de alternativas que está a contribuir para a debilidade da formação e para alienação do indivíduo. Toffler defende que, para fazer frente a estes aspectos da sociedade actual (aspectos esses que têm uma maior expressão nos jovens) é essencial ajudá-los a determinar e a clarificar os seus valores e, ainda, a solucionar possíveis conflitos que existam no seu sistema de valores.

Mas, que valores considerar? Que valores devem ser atendidos e estimulados? Esta é uma questão que se coloca e cuja resposta é difícil.

Tradicionalmente, a educação de valores não trazia dúvidas, pois os valores e as práticas da sociedade constituíam uma realidade objectiva (Halstead, 1996) que facilmente podia ser transmitida às novas gerações. Contudo, numa sociedade pluralista e em constante mudança como a actual, essa abordagem não é possível. Nem

todos os indivíduos partilham os mesmos valores e nem todos os entendem da mesma forma. Neste sentido, Haydon (1995, citado em Halstead, 1996, pág.7) defende que “se ensine não só acerca da moralidade, mas também, acerca da pluralidade, não só acerca de valores, como também acerca dos tipos de significados associados a esses”.

De acordo com Turiel (1996) os valores constituem fenómenos dinâmicos e multifacetados, que podem ser entendidos de maneiras diferentes por diferentes indivíduos e podem, inclusive, apresentar, para o mesmo indivíduo em diferentes situações, implicações positivas e negativas. É que, segundo este autor, o Homem interpreta activamente a cultura e também os seus valores predominantes. Neste sentido, a cultura, assim como os valores, nunca poderão constituir um fenómeno homogéneo e coerente. Como refere Strauss (1992, citado em Turiel, 1996) a compreensão da cultura implica compreender os seus “conflitos, ambiguidades e mudança”.

Reed (1986) considera que a ubiquidade e pluralidade constituem o ponto mais fundamental a ter em conta em qualquer estudo acerca de valores. Segundo este autor, o indivíduo em desenvolvimento não pode ser encarado como receptor passivo dos valores de uma sociedade homogénea. O processo de desenvolvimento de valores é, segundo este autor, um processo complexo de apropriação e transformação dos valores acessíveis no meio cultural e social envolvente, muitas vezes existindo em condições de grande conflito e ambiguidade. São estes conflitos e ambiguidades que vão permitir a mudança desenvolvimental a nível dos valores, dando origem a reorganizações profundas a nível dos sistemas de crenças e atitudes.

## **2.2. CONCEPÇÕES ACERCA DE VALORES SOCIAIS**

As primeiras concepções acerca de valores na área das ciências sociais provêm da Economia. Segundo estas concepções, os valores estavam relacionados com a posição

relativa que um objecto ocupava numa hierarquia de preferências (Félix da Costa, 1992). Também Maslow (1970, citado em Félix da Costa, 1992) tem uma concepção semelhante, ainda que segundo uma perspectiva motivacional. Segundo este autor, os objectos externos ocupam uma posição numa escala hierárquica de valor, consoante o estado biológico e psicológico do organismo, podendo essa posição mudar de acordo com esse seu estado.

O estudo dos valores na sociologia e na antropologia tem em Kluckhohn um grande marco. Este autor considera os valores como um aspecto de qualquer cultura ou sociedade e define-os como uma concepção acerca daquilo que é desejável, concepção essa que influencia a escolha de meios e fins entre uma série de alternativas possíveis e que pode ser defendida por um indivíduo ou por um grupo (1951, Berry et al., 1996). Este autor distingue valores finais - objectivos e virtudes eleitos por uma certa cultura, de valores instrumentais - comportamentos escolhidos como meios para atingir certas finalidades, e distingue o conceito de valor do conceito de orientação dos valores, correspondendo este a escolhas concretas que um indivíduo faz a partir de uma série de escolhas alternativas apresentadas num inquérito. (Kluckhohn, 1951 citado em Félix da Costa, 1992). De acordo com Berry et al. (1996), este conceito tornou possível desenvolver escalas que permitissem “medir orientações dos valores culturais a partir da recolha de respostas individuais”, o que constituiu um avanço metodológico fundamental, nas áreas da sociologia e antropologia, pois permitiu estudar os valores, de uma forma directa, sem recorrer a indicadores culturais, tais como mitos e ideologias

O estudo dos valores na área da Psicologia é relativamente recente. Começou por ser estudado na área da Psicologia Social, muito embora, de uma forma intermitente e pouco investida (Leal e Ruiz, 1986).

Segundo estes autores, as razões que levaram à marginalização dos valores enquanto objecto de estudo da Psicologia foram essencialmente duas. Em primeiro

lugar, este é um conceito bastante abstracto, cuja operacionalização se demonstra difícil. Para além disso, estudos acerca das atitudes, conceito mais facilmente operacionável, permitiram desenvolver e aperfeiçoar uma série de técnicas para medidas, tornando-as boas predictoras do comportamento social.

Rokeach (1973) era da opinião que qualquer conceptualização acerca dos valores devia ser intuitivamente atractiva e facilmente operacionável. Para além disso, defendia que uma conceptualização desse tipo deveria ocupar uma posição central em todas as diferentes áreas das ciências sociais, desde a psicologia, à sociologia, à educação, história, economia, procurando unificar os seus interesses.

Valores são, na sua concepção, “crenças duradouras acerca de um modo específico de conduta ou de estados finais de existência, que são pessoalmente e socialmente preferíveis a modos de conduta ou estados finais de existência opostos” (pág.5). Esta noção de valor baseia-se na concepção de desejável proposta por Kluckhohn (Rokeach, 1973). Rokeach considera que esta concepção de desejável refere-se, antes de tudo, a um tipo especial de preferência, i.e., uma preferência por um determinado modo de conduta relativamente a outros alternativos ou uma preferência por um estado final de existência a outros alternativos.

Na sua perspectiva, os valores caracterizam-se por serem duradouros, muito embora, não imutáveis. De acordo com palavras suas “os valores são suficientemente estáveis para permitir a identidade e continuidade de uma única personalidade socializada e são, simultaneamente, suficientemente instáveis para permitir a mudança, como resultado da socialização e da própria experiência pessoal” (pág.11).

Rokeach refere ainda a existência de sistema de valores, definindo-o como “uma organização duradoura de crenças acerca de modos de acção preferíveis ou estados finais de existência preferíveis, posicionadas ao longo de um contínuo de importância relativa (pág.5)”. Os valores encontram-se, deste modo, dispostos segundo uma estrutura hierárquica, a qual pode sofrer reordenações como resultado de mudanças na

cultura, na sociedade, nas experiências pessoais. Neste sentido, ainda que o sistema de valores seja relativamente estável ao longo do tempo, as prioridades relativas entre os valores podem ser alteradas. Assim, segundo palavras do autor “variações nas experiências pessoais, sociais e culturais podem, não só gerar diferenças individuais no sistema de valores, como também, diferenças individuais na sua estabilidade”(pág.11).

Segundo vários autores a conceptualização de Rokeach apresenta grandes inovações relativamente a outras anteriores. Por exemplo, segundo Braithwaite e Law (1985) Rokeach consegue desenvolver uma conceptualização bem articulada de valores. Para além disso, estes autores acham que a força deste modelo resulta da introdução de duas inovações maiores. Em primeiro lugar, neste modelo os valores são concebidos como “constructos que transcendem situações específicas e que são pessoalmente e socialmente preferíveis”. A segunda inovação consiste na distinção clara, que faz entre valores, atitudes, normas, necessidades, traços, interesses.

Félix da Costa (1992, pág.54) considera que “os valores não podem ser entendidos como constructos estanques, impondo-se cada um por si no funcionamento psicológico”; muito pelo contrário, segundo este autor, os valores influenciam-se entre si e podem, inclusive, entrar em conflito em situações concretas.

No mesmo sentido, Schwartz (1992) defende que os valores estabelecem uma relação dinâmica entre si. Segundo este autor os valores são, em termos formais, crenças ordenadas segundo a sua importância relativa, que dizem respeito a estados finais ou comportamentos desejáveis e que, transcendendo situações específicas, guiam a selecção e avaliação de comportamentos e acontecimentos. Em termos de conteúdo, os valores são representações cognitivas de objectivos, os quais são gerados a partir de certos estados motivacionais. Estes estados motivacionais - a que denominou tipos motivacionais - são derivados, por sua vez, de três necessidades universais da existência humana: necessidades do indivíduo enquanto organismo biológico, necessidades do indivíduo em desenvolver interacções sociais, necessidades de

sobrevivência e de bem estar do e no grupo (Schwartz, 1990, 1992). Segundo este autor (1992) existem 11 tipos motivacionais básicos - poder social, hedonismo, auto-direcionamento, estimulação, segurança, maturidade, conformidade restritiva, realização, manutenção da tradição, pró-social (Menezes, Costa e Campos, 1989).

Schwartz (1992) introduz na sua conceptualização uma grande inovação relativamente a Rokeach. Propõe-se estudar a estrutura do sistema de valores. Este considera que a estrutura refere-se às relações de conflito ou de compatibilidade que se estabelecem entre valores e distingue-a da noção de hierarquia (ou prioridade) que se refere à importância relativa que cada valor ocupa no sistema de valores.

Assim, as acções que cada indivíduo desenvolve em concordância com determinado valor têm consequências práticas, psicológicas e sociais que podem ser compatíveis ou entrar em conflito com outro tipo de consequências resultantes de outras acções congruentes com outros valores. Por exemplo, este autor considera que as acções desenvolvidas em congruência com os valores poder e auto-realização são compatíveis, assim como, o são aquelas desenvolvidas de acordo com os valores tradição e conformidade. Pelo contrário, considera que as acções desenvolvidas em congruência com os valores auto-direcionamento e estimulação, por um lado, e com os valores conformidade restritiva, manutenção da tradição e segurança, por outro, dão origem a fortes conflitos psicológicos e/ou sociais.

Hofstede (1984), tal como Schwartz, considera que os valores estão organizados num sistema hierarquizado, podendo não estabelecer necessariamente relações harmónicas entre si, mas pelo contrário entrar em conflito. Este autor define valores como a “tendência geral dos indivíduos em preferirem um determinado estado de coisas a outro estado” (pág.18). Na sua concepção, os valores são caracterizados por ter uma direcção, na medida em que o estado final das coisas pode ser bom ou mau. Para além disso, são caracterizados por terem uma intensidade que depende da relevância que o estado de coisas preferido assume para o sujeito.

Hofstede considera que a distinção entre desejado e desejável é fundamental. O primeiro conceito diz respeito àquilo que o sujeito realmente deseja e o segundo àquilo que o sujeito acha que deve ser desejado. Este autor considera que os valores nunca devem ser equacionados com comportamentos, pois estes tanto dependem do sujeito como da situação que o envolve. Para além disso, porque os valores desejados estão mais próximos dos comportamentos e, como tal, estão mais sujeitos a enviesamentos dadas as características da situação, então, qualquer estudo acerca de valores deve procurar centrar-se nos valores desejáveis (encontrando-se estes menos contaminados pela situação).

Hofstede considera que os valores constituem as pedras angulares de uma cultura, definindo cultura como uma agregado comum de características interrelacionadas que determinam a resposta de um grupo ao meio envolvente. Com base nestas concepções - de cultura e de valores - Hofstede desenvolveu, entre 1967 e 1973, um estudo transcultural levado a cabo numa organização multinacional, com o objectivo de estudar, num ambiente de trabalho, as dimensões características de diferentes culturas. Este autor encontrou quatro dimensões - distância hierárquica, rejeição da incerteza, individualismo e masculinidade (Ferreira de Almeida, 1990) - com base nas quais classificou os diferentes países/culturas.

Este estudo deu origem a inúmeros outros, sendo que, de entre estas dimensões, aquela mais estudada foi a dimensão colectivismo/individualismo, que teve em Triandis um grande impulsionador (Berry et al., 1996). A dimensão individualismo descreve, de acordo com Hofstede (1984), um tipo de relação que o indivíduo estabelece com a sociedade.

A maneira como é concebida a relação que um indivíduo deve estabelecer com a sociedade vai determinar a emergência de certos sistemas de valores, os quais vão, por sua vez, determinar a estrutura e funcionamento das diferentes relações sociais do indivíduo com o meio envolvente e com várias instituições sociais (desde a família à

organização onde trabalha, passando pelo sistema político, pelo sistema legal, etc.). Ainda, no que diz respeito a esta dimensão, Hofstede verificou que não havia grandes diferenças na análise intra-cultural (i.e., na mesma cultura), mas que estas eram muito grandes na análise ecológica (i.e., entre culturas).

Triandis (citado em Berry et al., 1996) defende que a dimensão colectivismo/individualismo deve ser estudada a dois níveis distintos - a um nível individual, propondo designá-la de idiocentrismo/alocentrismo, e a nível cultural, propondo manter a mesma designação. A razão fundamental para esta distinção reside no facto de, segundo este autor, a dimensão idiocentrismo/alocentrismo ser demasiado complexa para ser estudada com base no questionário construído por Hofstede - o qual tinha como principal objectivo estudá-la a um nível cultural.

Hui e Triandis (1986) consideram, do mesmo modo, que a dimensão colectivismo/individualismo pode ser entendida a uma nível individual e a um nível cultural. A um nível individual, é a existência de todo um conjunto de crenças e comportamentos que determina se um indivíduo é individualista ou colectivista. No nível cultural, uma cultura será colectivista (ou individualista), se houver um maior número de sujeitos colectivistas (ou individualistas).

Segundo estes autores, uma cultura colectivista caracteriza-se pelos seus elementos considerarem, no seu relacionamento com o grupo, os custos/benefícios das suas acções e decisões sobre os outros, partilhar os recursos materiais e não materiais e os resultados das suas acções, demonstrar uma grande susceptibilidade à influência social, dar um grande importância à aprovação do grupo e envolver-se com a vida do grupo. Estes autores verificaram, no entanto, que este constructo é mais discriminativo em determinadas situações do que noutras - por exemplo, que o comportamento de um indivíduo em relação a um vizinho pode ser mais informativo no que diz respeito ao grau de colectivismo (ou individualismo) do que o seu comportamento em relação ao seu marido (ou mulher).

Um outro estudo realizado por Triandis, Bontempo, Villareal, Asai e Lucca (1988) com estudantes de um estado americano (Illinois), de Porto Rico e do Japão demonstrou, com efeito, que o modo como o indivíduo se relaciona com o próprio grupo e com elementos exteriores ao grupo varia de cultura para cultura, i.e., com o seu grau de individualismo/colectivismo. Assim, verificaram que a diferença a nível dos comportamentos dirigidos aos elementos do grupo e a elementos exteriores ao grupo é muito grande nas culturas colectivistas e muito mais atenuado nas culturas individualistas. Por exemplo, os estudantes japoneses comportam-se em relação a elementos exteriores ao grupo de uma forma muito semelhante à forma como os estudantes americanos se comportam em relação aos elementos do seu grupo.

Segundo Schwartz (1990) esta dicotomia, assim como, a dicotomia idiocentrismo/alocentrismo, reflecte a diferença de ênfase que é colocada, por certas culturas ou indivíduos, em determinados valores em oposição a outros. Como já foi referido, de acordo com este autor, cada valor representa uma preferência por determinado objectivo. Assim, a dicotomia colectivismo/individualismo representa a preferência por determinados objectivos que podem ser colectivistas ou individualistas. Este autor, muito embora considere esta dicotomia útil em determinado tipo de análises - mais globais e menos discriminatórias, considera também que em análises mais precisas esta se revela insuficiente. Em primeiro lugar, porque há valores que reflectem uma preferência, quer por objectivos colectivos quer por objectivos individuais - é o caso de valores como *sabedoria*, que tanto serve os valores do indivíduo como os do grupo. Em segundo lugar, existem valores que servem objectivos colectivos, contudo, não os objectivos do grupo de pertença, como é o caso do valor *justiça social*. Por último, esta dicotomia postula que a dimensão individualista é constituída por toda uma série de valores que aparecem organizados sistematicamente da mesma forma, opondo-se consistentemente aos valores que

constituem a dimensão colectivista. Ora, este autor não verificou a existência de subgrupos de valores individualistas e colectivistas em oposição sistemática.

Num estudo posterior (1992), este autor verificou, no entanto, que existiam tipos motivacionais que originavam interesses individuais, tais como, *poder social* e *hedonismo*, tipos motivacionais que originavam interesses colectivos, tais como, *conformidade restritiva* e *pró-social* e, ainda, tipos motivacionais que davam origem, simultaneamente, a interesses individuais e colectivos, tais como, por exemplo, *segurança* e *maturidade*. Verificou, para além disso, segundo palavras suas, que “os valores que serviam interesses individuais e aqueles que serviam interesses colectivos formavam duas regiões separadas que não se misturavam” (pág.42), isto para as 40 amostras estudadas.

Inglehart (1990) propondo uma nova tipologia dos valores sócio-políticos, desenvolveu uma série de estudos transculturais e longitudinais, através dos quais pretendia comparar diferentes sociedades, em termos dos valores existentes. Segundo esta sua classificação existem dois tipos de valores sócio-políticos: valores materialistas, associados à satisfação das necessidades de segurança e bem-estar básicos e à coesão social, e valores pós-materialistas de que são exemplo, valores como o desenvolvimento pessoal, a liberdade de expressão, a qualidade de vida, a participação social e política, a autonomia na tomada de decisões relativas ao trabalho, entre outros.

Este autor verificou que a emergência deste novo tipo de valores começou a fazer-se sentir, nas sociedades ocidentais, nos anos seguintes à 2ª Guerra Mundial - anos marcados por um clima de paz e pelo crescimento económico e social. Para além disso, observou que níveis elevados de desenvolvimento económico - a que estão associados a satisfação de necessidades básicas e o bem-estar e segurança económicos - determinam o aparecimento de valores pós-materialistas. Neste sentido, as sociedades

que apresentam um maior desenvolvimento sócio-cultural, são aquelas onde se irá encontrar uma maior prevalência de valores pós-materialistas.

De acordo com este autor, os valores das sociedades ocidentais têm vindo a sofrer mudanças graduais, acompanhando as alterações económicas, políticas e tecnológicas que se fizeram sentir de uma forma mais acentuada a pós a 2ª Grande Guerra Mundial. Desde essa altura os países ocidentais têm atingido níveis de riqueza e de bem-estar nunca antes alcançados, o que tem vindo a provocar, “quase invisivelmente” (pág.69), uma alteração a nível deste tipo de valores. Esta alteração inscreve-se, de acordo com o mesmo autor, numa mudança cultural mais global que se reflecte no declínio das orientações religiosas tradicionais e das regras e normas sociais e sexuais convencionais.

Inglehart desenvolveu um instrumento através da qual pretendia recolher informação acerca da organização dos valores sociais dos indivíduos e validar, deste modo, esta tipologia (1990). Este autor criou um instrumento, constituído por 12 itens (tais como, “liberdade de expressão”, “Forças Armadas fortes”, “combater o crime”), que se encontravam distribuídos por três cartões (quatro itens por cartão: dois relativos ao materialismo, dois relativos ao pós-materialismo). Era então apresentado ao sujeito cada um dos cartões, sendo-lhe pedido que dissesse qual o aspecto que considerava mais importante concretizar-se num período de 10 anos. Os valores recolhidos, em diferentes países, permitiram validar esta tipologia. Persistem, no entanto, sérias dúvidas relativas, não só ao método utilizado, como também, à interpretação que Inglehart faz dos resultados (Garcia, Seabra e Vala, 1993).

De acordo com estes autores, o método utilizado por Inglehart tem algumas desvantagens, nomeadamente, a de criar uma situação artificial. Em primeiro lugar, os valores podem ter igual importância, sendo difícil hierarquizá-los numa situação ideal. Em segundo lugar, este método não permite conhecer como são resolvidos os conflitos entre valores no dia a dia. É que face a situações concretas, os indivíduos têm que

estabelecer compromissos a nível do seu sistema de valores. Este autor refere ainda que, se ao invés de pedir ao sujeito que hierarquize os itens, se pedir que diga qual o grau de importância que cada item assume para ele, os resultados obtidos serão diferentes.

Uma outra crítica feita por este autor dirige-se à interpretação proposta por Inglehart. Com efeito, tendo realizado um estudo, com uma amostra recolhida numa empresa pública em Portugal e com uma amostra da cidade de Lisboa, utilizando o mesmo método de recolha de dados, estes autores verificaram que havia uma outra dimensão, esta relativa a valores de mudança/conservação da ordem social (pág. 484). Os resultados obtidos sugerem que existe uma configuração de valores tripartida e não dicotomizada: valores materialistas, pós-materialistas e de conservação da ordem social.

### **2.3. ESCALAS DE VALORES SOCIAIS**

Rokeach (1973), com base na distinção proposta por Kluckhohn (1951 citado em Berry et al., 1996), descreveu dois tipos de valores - instrumentais e finais. Valores instrumentais são as crenças relativas a modos desejáveis de conduta e valores finais são as crenças relativas a estados finais de existência desejáveis.

Muito embora estes valores possam ser classificados de diferentes formas (Rokeach, 1973), este autor propõe que os valores finais sejam classificados em valores sociais e pessoais. Os primeiros estariam centrados na sociedade e teriam um foco interpessoal. Os segundos estariam centrados no indivíduo e teriam, portanto, um foco intrapessoal. Rokeach considera que existem diferenças individuais relativamente à prioridade que cada um destes tipos de valores ocupa no sistema de valores e, para além disso, considera que diferenças nas prioridades atribuídas a estes tipos de valores

(pessoais ou sociais) vão determinar a emergência de atitudes e comportamentos distintos.

Este autor distingue, ainda, os valores instrumentais, em valores morais e de realização pessoal. Os primeiros referem-se a determinado tipo de valores que têm um foco interpessoal e que, quando violados, dão origem a sentimentos de culpa. Os segundos têm um foco intrapessoal e a sua violação gera sentimentos de vergonha, de incompetência e de inadequação.

Vala (1986) propõe uma outra classificação, agrupando os valores finais em valores de dimensão mais pessoais (dizendo respeito a fins próprios da pessoa ou a interesses pessoais), de dimensão mais relacional (dizendo respeito a objectivos desejáveis na relação com os outros) e de dimensão mais social (dizendo respeito àqueles mais centrados no grupo ou na colectividade). Este autor distingue, ainda, nos valores de dimensão mais pessoal entre valores hedonistas, relacionados com a satisfação ou expressão imediata dos sentimentos e necessidades e valores relacionados com o desenvolvimento, expressão e afirmação do eu.

Rokeach (1973) considera que os valores existem em número limitado, de tal modo, que é possível identificá-los e medi-los. Considera, ainda, que todos os indivíduos possuem os mesmos valores, embora estes possam ocupar diferentes posições hierárquicas.

Com base nestes pressupostos, identificou 36 valores e elaborou um instrumento, denominado “Escala de Valores de Rokeach”. Esta escala é constituída, deste modo, por 36 itens, distribuídos por dois grupos de 18 - um dos grupos dizendo respeito aos valores instrumentais, como por exemplo, “ser corajoso”, “ser honesto”, “ser educado”, e outro dizendo respeito aos valores finais, como por exemplo, “igualdade”, “liberdade”, “auto-respeito”.

Leal e Ruiz (1986) criticam esta distinção, entre valores instrumentais e finais, referindo que esta reside numa diferenciação gramatical arbitrária, os primeiros

correspondendo a substantivos e os segundos a adjetivos. Estes autores aplicaram a Escala de Valores de Rokeach a uma população de estudantes universitários do curso de psicologia e a uma população de professores e realizaram uma análise factorial dos resultados, tendo concluído que, de facto, os dados não apoiam a distinção proposta por Rokeach. Os resultados obtidos levaram-nos, ainda, a concluir que os valores incluídos na escala são arbitrários, como consequência, não só do modo como foram seleccionados como também, do pressuposto orientador de Rokeach segundo o qual os valores são quase permanentes. Leal e Ruiz (1986) contrapõem este pressuposto de Rokeach com a posição, segundo a qual alguns valores tradicionais estão a caducar, estando a emergir novos valores mais em acordo com a época actual. É neste sentido que estes autores alertam para a necessidade de se desenvolver outras investigações, utilizando outros métodos que permitam averiguar quais são os valores reais da população e que não estejam condicionadas pela existência de uma lista pré-fabricada de valores.

Vala (1986) baseia as suas críticas à Escala de Valores de Rokeach, no facto desta “não cobrir os diversos planos fundamentais da existência humana” (pág. 11) e pelo facto fazer apelo apenas a certos valores específicos.

Outras críticas que se fazem à Escala de Valores de Rokeach dizem respeito à sua construção. Com efeito, uma das principais críticas relaciona-se com o facto de terem sido utilizados critérios subjectivos e arbitrários na escolha dos itens a incluir na escala (Brainthwaite e Law, 1985; Leal e Ruiz, 1986). O próprio Rokeach (1973) refere o carácter intuitivo utilizado na sua construção, defendendo, no entanto, que a correlação que existe entre os itens é negligenciável e que, para além disso, os itens incluídos na escala são razoavelmente representativos dos valores mais importantes e frequentes.

Brainthwaite e Law (1985) desenvolveram uma investigação com o objectivo de analisarem, fundamentalmente, a questão da representatividade da escala e da adequação do procedimento (ordenação dos valores, em termos de preferências ou

prioridades). Em relação à questão da representatividade concluíram que “de um modo geral, a Escala de Valores de Rokeach cobre muitas e variadas facetas no domínio dos valores. A maior excepção consiste na negligência relativamente aos valores relacionados com o desenvolvimento físico e com o bem-estar” (pág.260). Para analisarem a questão da adequação do método testaram um procedimento de atribuição de pontos numa escala assimétrica (*rating*), tendo concluído que este procedimento apresenta maiores vantagens relativamente ao procedimento de ordenar os valores (*ranking*).

Na direcção oposta, os resultados obtidos por Lau (1988) indicam que o procedimento de ordenação de valores apresenta validade, quando se pretende, como é o caso, a obtenção de dados que manifestem prioridades ou preferências. Para além disso, este autor verificou, ainda, a existência de uma forte correlação entre a escala de Valores de Rokeach e a Escala de Valores Pessoais de Scott (1965), principalmente, entre os valores semelhantes, tendo concluído que, dadas as boas propriedades psicométricas da Escala de Valores Pessoais de Scott, a Escala de Valores de Rokeach apresenta uma boa validade a nível do seu conteúdo.

Shrum e MacCarty (1992) analisaram uma série de investigações que tinham como objectivo determinar qual o melhor método para medir valores sociais - se o método de ordenação de valores ou se o método de atribuição de pontos segundo uma escala. A análise dos resultados obtidos nestas diferentes investigações revelou que, em algumas destas os resultados indicam a superioridade, em termos do grau de diferenciação, de um dos métodos em relação ao outro, enquanto noutras os resultados indicam que não há diferenças a este nível entre os diferentes métodos. Segundo estes autores é o grau de “autoconsciência privada” (*private self-consciousness*) que determina o grau de diferenciação nas respostas dadas, segundo um método de ordenação. De acordo com estes autores, “autoconsciência privada” é a “tendência consistente do indivíduo em dirigir a sua atenção para os seus conteúdos internos”

(pág.224). Neste sentido um indivíduo com um grau elevado de “autoconsciência privada” demonstraria um bom conhecimento acerca dos seus próprios pensamentos, sentimentos, atitudes, motivos e, também, dos seus próprios valores.

Apesar de todas as críticas, Vala (1986) considera a Escala de Valores de Rokeach um ótimo instrumento de medida, pelo facto de se encontrar validado em diferentes países, possibilitando desenvolver estudos transculturais. Braithwaite e Law (1985) referem que a sua versatilidade e facilidade de aplicação e cotação constituem as suas maiores vantagens. De acordo com Sohlberg (1986) esta escala constitui “um instrumento objectivo para medir valores e sistemas de valores em indivíduos e grupos culturais diferentes” (pág. 190).

Este autor, com efeito, desenvolveu um estudo com adolescentes israelitas. Sohlberg pretendia comparar estudantes provenientes da cidade com aqueles que viviam nos *kibbutz*, relativamente aos valores por eles veiculados. Subdividiu estas amostras, ainda, em duas outras sub-amostras - uma constituída por estudantes não religiosos (que frequentavam uma escola estatal laica) e outra por religiosos (que frequentavam uma escola estatal religiosa). Este autor obteve diferenças nos valores veiculados pelos diferentes alunos, tendo concluído que estas eram devidas a práticas de socialização diferentes e também à existência de quatro estilos de vida distintos (para os indivíduos de cada sub-amostra).

Esta escala tem, também, sido aplicada em Portugal. No inquérito “Valores e Atitudes nos Jovens”, desenvolvido, em 1983, pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, com jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, foi administrada a lista de valores finais da Escala de Valores de Rokeach, tendo sido os seus resultados analisados por Correia Jesuíno (1983) e, posteriormente, por Vala (1986). Nesta escala foram introduzidos três novos valores - luta pela justiça, solidariedade e vida com sentido, pelo facto de, segundo Vala (1996), estes se encontrarem um pouco difusos na escala original.

A análise de Vala vem ultrapassar algumas das limitações da análise realizada por Correia Jesuino. De facto, nesta análise fez-se apenas uma abordagem qualitativa dos resultados e, para além disso, não se procedeu à análise diferencial dos resultados segundo variáveis de caracterização pessoal, de posição social e variáveis ideológicas (Vala, 1996).

A análise dos resultados permitiu verificar que o valor final mais escolhido foi a *felicidade*, seguido, de longe, pelos valores *dignidade*, *um mundo de paz*, *liberdade* e *gozar a vida*. Tendo em conta a hierarquização global, Vala (1986) verificou que os jovens davam maior importância aos valores pessoais associados à satisfação e gratificação imediatas e, só de seguida, aos valores relacionais, aos valores relativos à realização pessoal e, por último, aos valores sociais. Esta hierarquização manteve-se estável ao longo das diferentes variáveis de caracterização, muito embora se tivessem encontrado algumas diferenças. Assim, verificou, por exemplo, que os rapazes davam mais importância aos valores de realização pessoal do que as raparigas e que estas, por sua vez, davam mais importância aos valores relacionais. Para além disso, verificou que, era o grupo etário dos 21-24 anos (logo, o grupo dos mais velhos) que dava maior importância aos valores de realização pessoal, assim como, o grupo dos que estudam, que pertencem a um estrato sócio-económico elevado e que habitam em meio urbano. Em contrapartida, os grupos dos que não estudam, que pertencem a níveis sócio-económicos mais baixos e que habitam em meio rural são aqueles que mais veiculam valores hedonistas.

Vala (1986) considera que o sistema de valores é relativamente estável e duradouro, mas que pode, no entanto, sofrer alterações na sua estrutura hierárquica como consequência de mudanças sociais estruturais. Deste modo, procurou relacionar os resultados referentes à hierarquização dos valores com as principais preocupações dos jovens, no sentido de compreender como é que determinadas condições sociais poderiam (ou não) exercer influência no modo como são hierarquizados os valores.

Assim, verificou que as principais preocupações referidas pelos jovens se centravam, fundamentalmente, em torno do desemprego, paz e futuro, estando estas fortemente relacionadas com a conjuntura nacional (grandes taxas de desemprego, dificuldades económicas, maus serviços de saúde e problemas de habitação). Para além disso, verificou que “alguns dos temas evocados parecem típicos dos jovens: as preocupações com a realização pessoal, a relação com os outros, o futuro, a guerra e a paz, a fome e as injustiças sociais”, acrescentando que “a referência a estes temas não varia com a idade, embora diminua com o casamento ou a saída de casa dos pais” (pág.71).

Figueiredo (1988) realizou um estudo transgeracional, através do qual pretendia analisar as diferenças na hierarquização dos valores em duas gerações distintas. Este autor aplicou a Escala de Valores de Rokeach a uma amostra de estudantes universitários do Concelho de Matosinhos e aos respectivos pais. Na análise dos valores finais Figueiredo recorreu à classificação de Vala (1986), tendo verificado que ambos os grupos escolheram, respectivamente, em primeiro e terceiro lugares, os valores *dignidade* e *felicidade*, i.e., valores relacionados com o amor-próprio. Contudo, o grupo dos filhos escolheram, em segundo lugar, o valor *harmonia interior*, com uma dimensão marcadamente mais pessoal e o grupo dos pais o valor *segurança familiar*, com uma dimensão mais relacional. A nível dos valores instrumentais verificou que os jovens escalonaram prioritariamente os valores *honesto* (1º), *responsável* (2º) e *afectuoso* (3º) e os pais defenderam em primeiro lugar *honesto*, em segundo *afectuoso* e em terceiro *responsável*.

Assim, aparentemente, os valores escolhidos pelos estudantes e respectivos pais parecem ser consensuais. Contudo, numa análise do total dos resultados, Figueiredo (1988) demonstrou que, a nível dos valores finais, os jovens veicularam prioritariamente valores com uma dimensão marcadamente pessoal e, de seguida, valores com uma dimensão mais relacional, enquanto que os pais veicularam

prioritariamente valores sociais. Também em relação à globalidade dos valores instrumentais, Figueiredo (1988) verificou que os jovens escalonaram prioritariamente valores de auto-afirmação e que dizem respeito à relação do indivíduo com o próprio e que os pais veicularam principalmente valores que apelam, pelo menos implicitamente, à relação com o outro e valores morais que aparentemente apelam à subordinação ao outro.

Os trabalhos de Schwartz (1992) permitiram alargar a tradição imposta por Rokeach. Schwartz procurou avaliar a universalidade do seu modelo, tendo analisado dados recolhidos em 40 países diferentes, que correspondem a culturas provenientes de todos os continentes e a 8 religiões diferentes e que representam 13 línguas distintas. Este autor (1992, pág.47) considera que “os aspectos universais da condição social humana conduzem a consequências psicológicas, práticas e sociais transculturais. Estas consequências dão, por sua vez, origem à experiência quase universal de conflitos e compatibilidades no sistema de valores”. De facto, verificou que se mantinham, para quase todas as amostras, as compatibilidades e conflitos entre os valores e domínios motivacionais. Assim, concluiu que existia uma estrutura quase universal nos valores, se bem que alertando para os perigos de generalização, uma vez que não tinham sido estudadas todas as culturas.

Schwartz (1992) desenvolveu uma questionário de valores que, tal como a escala de Rokeach, era constituída por uma lista de valores finais e outra de valores instrumentais. Contudo, foram incluídos, no Questionário de Schwartz, 56 valores, representando os 11 tipos motivacionais. Uma outra inovação relativamente à escala de Rokeach foi a nível das instruções dadas: pedia-se agora que os sujeitos posicionassem os valores numa escala de (-1) a (7), de acordo com o grau de importância que atribuíssem a cada um dos valores enquanto princípio orientador da sua vida. Este autor considera que este procedimento apresenta várias vantagens, nomeadamente, a de possibilitar medir valores “negativos”, i.e., “valores que as

peessoas evitam exprimir através das suas escolhas e comportamentos” (pág.17). Este aspecto é, particularmente importante, de acordo com o mesmo autor, em estudos transculturais, pois algumas culturas podem rejeitar os valores defendidos noutras culturas.

No âmbito da investigação transcultural desenvolvida por Schwartz realizou-se em Portugal um estudo utilizando a mesma metodologia (Menezes et al., 1989). Contudo, os resultados obtidos neste estudo não confirmam as hipóteses de compatibilidade e conflito geradas a partir do modelo de Schwartz e Bilsky. Das categorias definidas por estes autores apenas cinco se aproximam daquelas obtidas neste estudo e, para além disso, a distribuição dos valores entre cada uma delas é diferente.

Um outro dado interessante que observaram foi a existência de discrepâncias entre estes resultados e aqueles obtidos por Vala (1986) e Figueiredo (1988). De facto, muito embora a categoria maturidade, que engloba valores pessoais, tivesse sido aquela que obteve maiores resultados, a categoria social surgiu em segundo lugar. Estes resultados indicam, deste modo, que a categoria social (à qual correspondem valores sociais) assume uma maior importância entre estes jovens do que as categorias, relacional (à qual correspondem valores relacionais) e hedonismo (à qual correspondem valores hedonistas). Os autores apresentaram como possível explicação para estes resultados discrepantes, a possibilidade dos grupos de valores sociais e pessoais considerados em cada uma das escalas não serem equivalentes.

## **2.4. INQUÉRITOS SOBRE VALORES SOCIAIS**

Todos as investigações referidas em cima utilizaram como métodos de recolha de dados escalas de valores. Contudo, outros estudos há que recorrem a inquéritos como forma de analisar os valores sociais.

### 2.4.1. Estudos sobre valores sociais na população geral

Em 1981 foi realizado um estudo, à escala europeia, com base num inquérito acerca de valores sociais. Esse estudo, sob a responsabilidade do Grupo de Estudos dos Sistemas de Valores Europeus, tinha como objectivo fundamental descrever os valores globais defendidos nos diferentes países da Europa (Harding e Phillips, 1986). Pretendia-se saber se a Europa era homogénea nos seus valores. Para além disso, pretendia-se verificar, se as grandes mudanças sociais a ocorrer na Europa, desde uma maior permissividade nos padrões morais, às alterações nos padrões de trabalho, às novas preocupações ambientais e pacifistas, estavam a reflectir-se nos valores sociais, originando mudanças a este nível. Posteriormente, desenvolveu-se um novo estudo, com base no mesmo inquérito, com o qual se pretendia saber se se tinham registado mudanças, entre 1981 e 1990, a nível dos sistemas de valores (Ashford e Timms, 1992). Este questionário foi aplicado em dez países da Europa, incluindo Portugal e pretendia dar conta das preocupações e crenças relativamente a uma série de áreas, tais como, satisfação pessoal, participação social, trabalho, religião, família, política.

Com base nos dados recolhidos através deste inquérito, um grupo de investigadores portuguesas desenvolveu uma caracterização dos valores veiculados pela população portuguesa (França, 1993).

Algumas destas análises demonstraram “que os portugueses se revelaram bastante diferentes da imagem que deles frequentemente se faz ou se dá” (Santos e Dias, 1993). Com efeito, estas autoras verificaram que uma grande maioria de portugueses se sente feliz, satisfeita com a vida, sente-se saudável e contente por ter realizado alguma coisa útil nas últimas semanas. Contudo, é de notar, como referem as autoras, que estes índices de felicidade são inferiores aos da população europeia, em geral, e que 1/4 da população portuguesa (que corresponde a grupos vivendo em condições sócio-económicas difíceis e a grupos mais vulneráveis, tais como, mulheres e idosos)

manifesta diversos índices de mal-estar. Esta relação parece, pois, indicar, segundo Santos e Dias, que é necessário existir “um limiar mínimo de bem-estar económico e social para que o bem-estar pessoal possa emergir”.

A área relativa ao trabalho foi analisada por Correia Jesuíno (1993). Este autor começou por chamar a atenção para a elevada percentagem de indivíduos que responderam ao inquérito que *neste momento está desempregado* : 41%. Para além disso, verificou que a maior percentagem de indivíduos desempregados se encontrava entre as mulheres, entre os grupos etários mais novos (com idades compreendidas entre os 18 e 24 anos) e mais velhos (com idades superiores a 55 anos) e nas regiões Litoral Norte e Interior Sul.

Para além destes dados, caracterizando a população dos empregados e desempregados, Correia Jesuíno procurou examinar qual a representação que os portugueses fazem do trabalho, para o que se baseou na noção de ética protestante do trabalho, inicialmente, proposta por Weber e operacionalizada, posteriormente, por outros autores. A ética protestante do trabalho tinha que ver, na concepção de Weber (citado em Correia Jesuíno, 1993), com “a valorização do trabalho em si mesmo”. Segundo Weber, a valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho teria tido como consequência o desenvolvimento de certas crenças e atitudes que estariam relacionadas com o desenvolvimento económico e com o espírito capitalista. Inúmeros estudos demonstraram que a ética protestante do trabalho se encontra associada, fundamentalmente, à motivação para o êxito, ao controle interno, a atitudes favoráveis em relação ao trabalho e ao lazer e a atitudes favoráveis em relação ao controlo racional do tempo (Correia Jesuíno, 1993). Para além disso, este autor considera que esta noção se encontra actualmente desligada do seu cariz religioso e que a valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho tem que ver com determinados valores e atitudes transmitidos socialmente e que, como tal, são independentes da religião processada.

Este autor verificou que a valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho encontra-se presente, de um modo geral, nos portugueses, sendo, no entanto, mais marcada naqueles provenientes de níveis sociais e sócio-profissionais mais elevados e naqueles com habilitações académicas e rendimento, também, mais elevados.

Ao analisar as motivações para o trabalho, verificou que *o trabalho enquanto forma de realização pessoal*, era a opção mais escolhida entre os portugueses (33%) - principalmente, pelos adultos, pelos indivíduos pertencentes aos estatutos elevado e médio superior e pelos indivíduos com rendimentos elevados e médios. Verificou, para além disso, que uma percentagem significativa da população portuguesa (26%), constituída, principalmente, pelo grupo etário dos mais novos, considera que o trabalho é um valor como qualquer outro, que não deve interferir noutras áreas da vida. Correia Jesuíno interpreta esta posição como a superação da ética de trabalho, o que estaria de acordo, na sua perspectiva, com a transição para valores pós-materialistas.

A religião foi um tema abordado por França (1993, pág.115), tendo os resultados obtidos confirmado “a situação de monocultura religiosa existente na sociedade portuguesa”. Com efeito, 72% da população portuguesa diz pertencer a uma religião, e de entre estes, 97% pertencem à religião católica. Entre estes encontram-se, fundamentalmente, as mulheres e os mais idosos, assim como, os indivíduos que habitam nos meios rurais e que pertencem a um nível social baixo. Para além disso, é nas regiões da Madeira, dos Açores e do Norte Litoral e Interior que se registam percentagens mais elevadas de católicos.

Apesar, do número elevado de indivíduos que pertencem a uma religião, quase metade dos portugueses nunca frequenta os serviços religiosos (47%) e só 33% frequenta esses serviços semanalmente. Para além disso, apesar de 72% dos portugueses declarar que pertence a uma religião, apenas 68% se considera uma *pessoa religiosa, independentemente do facto de frequentarem igrejas ou serviços religiosos*. 5% declara-se, por outro lado, *ateu convicto*. Os perfis entre aqueles que se

consideram religiosos e aqueles que se declaram ateus são, quase, diametralmente opostos. Entre os primeiros predominam as mulheres, os mais idosos, aqueles pertencentes ao nível sócio-económico baixo e que habitam no meio rural. Pelo contrário, os ateus convictos são, sobretudo, homens, pertencem a níveis etários mais baixos (fundamentalmente, até aos 24 anos), habitam em meio urbano e têm níveis escolares médios e altos.

França construiu, com base nos dados globais, um indicador religioso relacionado com os “aspectos mais personalizados e interiorizados da atitude religiosa”. Segundo este autor, são estes aspectos que mais impacto têm no desenvolvimento de certos valores sociais e de certas atitudes e não tanto os índices relacionados com as práticas e pertenças religiosas. Este autor verificou que 55% dos portugueses são indivíduos claramente religiosos e que apenas 14% se colocam numa posição de total rejeição da religião. Para além disso, com base neste indicador distinguiu três regiões distintas nos país, tendo em conta o seu posicionamento face à religião. Assim, nas regiões Insulares e Norte (Interior e Litoral) estariam em maioria aqueles indivíduos que são, claramente, religiosos, i.e., aqueles indivíduos para quem Deus e a igreja assumem uma posição muito importante na sua vida, independentemente da sua pertença à igreja católica ou a qualquer outra religião. Nas regiões do Grande Porto, Vale do Tejo e Litoral Centro encontrar-se-iam, principalmente, os indivíduos com um posicionamento intermédio face à religião, i.e., aqueles que se declararam não religiosos ou aqueles que, tendo declarado-se religiosos, referem que Deus assume pouca importância na sua vida e que quase nunca rezam. Por último, nas regiões do Algarve, Grande Lisboa e Interior Sul viveriam os indivíduos que claramente assumem um posicionamento de rejeição da religião, i.e., os ateus convictos e aqueles indivíduos que não se consideram religiosos, que não rezam e para quem Deus não tem qualquer importância na sua vida.

A família foi um outro tema amplamente abordado neste inquérito. Os dados relativos à família foram analisados por Almeida e Guerreiro (1993), tendo-se procurado compreender o lugar que a família ocupa no quotidiano dos portugueses, a natureza da relação conjugal e da relação entre pais e filhos, a natureza do papel feminino em casa e no trabalho.

A família assume uma grande importância para os portugueses. De facto, 64% consideram-na como um *aspecto muitíssimo importante na sua vida* e apenas 3% a consideram como *pouco ou nada importante*. Esta é, para além disso, representada, fundamentalmente, como palco para a realização afectiva individual e é considerada como fonte de satisfação e de gratificação pela grande maioria dos portugueses. Com efeito, 70% dos portugueses considera-se muito satisfeito com a sua vida familiar. Aqueles que se consideram pouco satisfeitos com a família correspondem às camadas mais jovens, ao grupo dos separados ou divorciados e a aqueles que se declararam ateus convictos. Segundo as autoras, será nestes grupos, onde a insatisfação com a família é maior, que irão iniciar-se as mudanças relativamente aos valores associados à família.

Relativamente à relação conjugal, verificou-se que, na altura da realização do inquérito, 57% dos indivíduos eram casados, 30% eram solteiros, 5% eram divorciados ou separados e 2% viviam em união de facto. Os dados revelaram, ainda, que apenas 22% da população portuguesa considera o *casamento como uma instituição antiquada*. Este grupo é constituído, fundamentalmente, por homens, por indivíduos com idade inferior a 44 anos, pelos divorciados ou separados, pelos que se declaram ateus, pelos que pertencem a níveis sociais médios, a níveis sócio-profissionais baixos e a níveis de instrução médios e baixos. Para além disso, verificou-se que os indivíduos que vivem em desacordo com o modelo conjugal dominante (i.e., em coabitação ou estando divorciados ou separados) ocupam uma posição social, cultural e económica média e baixa.

Relativamente à natureza da relação conjugal, os dados indicam que os princípios morais são aqueles aspectos mais partilhados entre o casal e que, para além disso, o respeito mútuo, fidelidade, compreensão e tolerância se revelaram como os quatro aspectos considerados mais importantes na felicidade do casal (Almeida e Guerreiro, 1993). Mas, muito embora, a grande maioria dos portugueses associe a felicidade da relação conjugal a factores afectivos e não a factores relacionados com condições materiais de existência, há uma importante franja da população que atribui importância a estes últimos. Esta franja corresponde aos grupos mais desfavorecidos, tais como, idosos, habitantes do meio rural e na metade sul do país, com um nível social baixo, com baixos rendimentos e com níveis de instrução, também, baixos.

Apenas, 17% dos inquiridos rejeita incondicionalmente o divórcio, correspondendo estes, ao grupo dos mais idosos, dos que habitam em meio rural, daqueles que possuem um baixo nível de instrução e baixos rendimentos e daqueles que são católicos praticantes.

Um outro dado diz respeito à relação entre pais e filhos, referindo-se às atitudes partilhadas entre estes. Esta questão é tanto mais importante, quanto se sabe que, segundo palavras de Almeida e Guerreiro (1993) “as novas gerações, pelas experiências próprias que vivem, trazem consigo novos valores, em ruptura mais ou menos acentuada com a geração dos seus pais”. Os dados recolhidos revelam que existe uma partilha bastante elevada, entre pais e filhos, de valores morais (64%), de valores religiosos (55%) e de valores referentes à sociedade (46%) e que é a nível das ideias políticas (25%) e, fundamentalmente, a nível de atitudes sexuais (12%) que existe menos consenso entre as duas gerações.

Relativamente às normas de socialização, verifica-se que os pais transmitem, de uma maneira geral, valores ligeiramente mais relacionados com a conformidade social do que valores mais relacionados com a autonomia pessoal. Segundo Almeida e Guerreiro (1993) os valores relacionados com a conformidade social são aqueles que

“acentuam o respeito pelas normas sociais e integração em instituições” e os valores relacionados com a autonomia pessoal são aqueles “mais centrados no protagonismo do autor social”. É, no entanto, interessante notar que as gerações mais novas, os indivíduos com níveis superiores de escolaridade, assim como, pertencendo a níveis sociais mais elevados, defendem a transmissão de valores mais relacionados com a autonomia pessoal. Também, a nível regional se observam diferenças, em termos daquilo que é valorizado na educação dos filhos. Assim, o Grande Porto e os meios rurais é defendida a transmissão de valores relativos à conformidade social, enquanto que a Grande Lisboa e os meios urbanos é defendida a transmissão de valores relativos à autonomia pessoal.

O lugar da mulher na família e na sociedade foi também analisado. As autoras verificaram que os valores que traduzem uma orientação, das mulheres, para a vida profissional assumem uma posição importante no universo português. Contudo, os valores que traduzem uma orientação para a vida doméstica também ocupam uma posição considerável. Para além disso, são as próprias mulheres, os mais novos, os que habitam em meios urbanos e aqueles com níveis de escolarização mais elevados e pertencentes a níveis sociais mais elevados, que mais defendem a orientação para a vida profissional da mulher.

Almeida (1985) sugere, no entanto, que o trabalho da mulher não assume, pelo menos para as camadas sociais mais baixas, o mesmo significado que o trabalho do homem. Esta não tem que ver com uma atitude de emancipação e liberalização, mas enquadra-se numa situação de sobrevivência - a mulher trabalha para contribuir para o orçamento familiar da família de orientação ou da família nuclear. Assim, segundo esta autora (1993) a taxa de actividade feminina não pode ser analisada, incondicionalmente, como índice de emancipação da mulher. Com efeito, o trabalho feminino é, frequentemente, representado como uma necessidade, i.e., como fonte de acréscimo de receitas para o orçamento familiar.

Vala (1993) analisou os valores sócio-políticos, tendo em conta a categorização proposta por Inglehart e tendo em conta os valores de modernidade.

Assim, este autor começou por verificar que entre os portugueses eram mais salientes os valores materialistas e menos salientes os valores pós-materialistas, sendo que estes resultados se aproximam daqueles obtidos em 1981 para a média da amostra europeia. Para além disso, verificou que a saliência de um tipo de valor relativamente ao outro variava, na amostra portuguesa, de acordo com os diferentes grupos sociais, tendo verificado o predomínio dos valores pós-materialistas em grupos com níveis de instrução mais elevados, nos grupos etários mais baixos e em estratos sócio-económicos mais elevados. Este autor explicou estes dados com o facto, de nestas camadas da população, se encontrarem satisfeitas as necessidades básicas e se encontrarem ultrapassadas as dificuldades económicas, e também pelo facto destas camadas possuírem um maior nível de escolaridade, que permite o desenvolvimento de aptidões e o acesso a novas redes de informação, que “facilitam a abertura e descentração do espaço social imediato, condições importantes para a emergência do pós-materialismo” (pág.227).

Este autor propôs-se também analisar o peso que os valores tradicionalistas e da modernidade têm na sociedade portuguesa. Segundo este autor, os valores da modernidade estão associados, por um lado, à individualização da vida social, à menor saliência dos valores de submissão e a uma atitude mais crítica face às instituições de regulação social e, por outro lado, estão associados à maior saliência da racionalidade científica. Este observou que, se por um lado os portugueses valorizam o respeito pela autoridade (o que subentende uma tendência no sentido do tradicionalismo), valorizam, por outro lado, mais do que os restantes países europeus, o desenvolvimento tecnológico (que remete para os valores da modernidade). Vala explicou, que a presença de valores associados à defesa do desenvolvimento tecnológico entre os portugueses - valor já ultrapassado, de um modo geral, na Europa - tem que ver com o

facto de, em Portugal, o debate acerca das consequências do desenvolvimento tecnológico e do seu impacto ambiental, ser ainda incipiente. De facto, a sensibilidade para questões relacionadas com o ambiente é muito reduzida em Portugal, o que constitui um dado significativo, se tiver em conta, como refere Vala, que uma “atitude positiva face aos movimentos ecológicos é um indicador de mudança dos valores sociais, nomeadamente, daqueles que sustentaram o progresso técnico e o desenvolvimento tecnológico a qualquer preço” (pág.239).

Vala verificou que o ecologismo surge associado quer aos valores da modernidade (relacionados com o desenvolvimento tecnológico) quer a valores tradicionalistas, o que, na sua interpretação, revela que em Portugal os valores ecológicos assumem uma pluralidade de significados. Independentemente dos seus significados, este autor verificou, no entanto, que valores positivos face à ecologia encontram-se presentes, sobretudo, nas camadas mais jovens (indivíduos com idades inferiores a 35 anos) e nos grupos com maiores habilitações escolares e académicas.

Reis e Dias (1993) recorreram, também, ao quadro de referência proposto por Inglehart para analisarem os valores político-económicos prevalecentes na sociedade portuguesa. De acordo com estas autoras, numa sociedade de orientação materialista “prevalece a defesa de valores estatizantes ou colectivizantes, assumidos como reguladores privilegiados do funcionamento político-económico do Estado e da sociedade portuguesa em geral” e numa sociedade de orientação pós-materialista prevalece “o desejo crescente de intervenção individual nos processos de tomada de decisões e um desejo, cada vez maior, de privatização das esferas públicas”.

Analisando os dados relativos à privatização/estatização do funcionamento político-económico português, as autoras verificaram que existe, entre os portugueses, uma tendência clara para valorizarem a propriedade privada e a livre iniciativa, para valorizarem a gestão privada das empresas (em oposição à gestão pelo estado) e para valorizarem a responsabilidade individual pela sobrevivência dos cidadãos. Estes

dados indicam, claramente, que os portugueses defendem valores de liberalismo económico, iniciativa privada e liberdade individual, que reflectem atitudes económico-políticas muito próximas daquelas defendidas pelo resto dos europeus. Contudo, no que diz respeito à intervenção do estado na economia apresentam posições mais conflituais: um terço exigindo do Governo uma maior liberdade de actuação individual e outro terço não apoiando a desintervenção do Governo na economia portuguesa. As autoras referem que estes resultados podem, no entanto, constituir, apenas, uma manifestação de oposição ao Governo que estava, na altura da aplicação do inquérito, no poder.

No que diz respeito à União Europeia, verificaram que a maior parte dos portugueses acredita que esta *pode proteger as identidades nacionais, históricas e culturais de cada país membro* e que *só assim as economias nacionais poderão enfrentar as superpotências*. Contudo, 24% dos portugueses não concordam totalmente com esta afirmação, o que indica que “o projecto europeu não é um projecto pacífico em termos de unanimidade suscitada na população portuguesa” (Reis e Dias, 1993). Por último, há que referir a grande aderência dos portugueses ao projecto europeu - só ligeiramente inferior relativamente à média dos países europeus.

Em termos de posicionamento político, verificou-se que a maioria dos portugueses se situam no centro da escala, embora, se concentrem nas posições 5 e 6, indicando uma tendência maior para o posicionamento político à direita. O posicionamento na escala varia com o escalão etário, sendo que o grupo etário que se situa mais à esquerda corresponde aos 25-44 anos e que são os mais idosos que se situam mais à direita.

## 2.4.2. Estudos sobre valores sociais nos jovens

Na década de 80 desenvolveram-se uma série de investigações com o objectivo de se analisar os valores veiculados pelos jovens. Dada que esta era uma área inexplorada em Portugal, optou-se por utilizar metodologias abrangentes que permitissem desbravar essa realidade. Assim, recorreu-se, fundamentalmente, à utilização de inquéritos extensivos que possibilitassem a recolha de dados quantitativos (Machado Pais, 1993).

Segundo Machado Pais, o interesse crescente pela juventude nos anos 80 prendeu-se, essencialmente, com “a crescente valorização da juventude em termos sociais e políticos - justificada pelo alongamento e diversificação das etapas e modalidades de entrada na vida adulta” (pág.4).

Com efeito, desde meados da década de 70, vinham-se a registar mudanças no sistema educativo, quer a nível do aumento do tempo de escolarização, quer ao nível do aumento de alternativas de formação, com o objectivo de aumentar as saídas profissionais dos jovens numa altura marcada pela precariedade do mercado de trabalho (Braga de Cruz, Seruya, Reis e Schmidt, 1984). Contudo, o aumento do tempo de escolarização a nível do ensino secundário e abolição do ensino técnico, a restrição da entrada ao ensino superior (com o estabelecimento do *numerus clausus*) e o desajustamento entre o mercado de trabalho e o sistema de ensino liceal e superior, tiveram, segundo Braga da Cruz et al., fortes consequências negativas, tais como, transformar a “grande maioria da população escolar numa população secundariamente escolarizada, mas profissionalmente menos qualificada, o que contribuiu decididamente para o incremento do desemprego juvenil” (pág.294). De facto, verificou-se que o desemprego juvenil quadruplicou entre 1974 e 1981 e que, em 1981, 74% dos desempregados eram jovens (Braga da Cruz et al., 1984).

Estes autores consideram que a dificuldade de acesso ao ensino superior, assim como, a dificuldade de integração no mundo de trabalho, estão associadas ao aumento

da criminalidade e delinquência juvenis. Assim, se em 1970, 39% dos reclusos nas prisões portuguesas eram jovens, em 1980 esta percentagem era de 65%, o que, segundo palavras dos autores, “revela que a criminalidade, em Portugal, se tem vindo a tornar uma problema juvenil” (pág.299).

Uma outra mudança que marcou a sociedade portuguesa, nos anos 80, prendeu-se com a diminuição das taxas de fecundidade, com o aumento do número de divórcios e com o desenvolvimento de novas formas de estruturas familiares (Machado Pais, 1993). Mas a família não conheceu, segundo Braga de Cruz et al. (1984) apenas mudanças demográficas. Estes autores consideram, com efeito, que a família sofreu, também, importantes mudanças a nível jurídico e a nível social. A um nível jurídico estas mudanças reflectiram-se, em primeiro lugar, “na possibilidade do divórcio para os casamentos católicos” e, em segundo lugar, na “igualdade dos cônjuges no casamento e dos pais perante os filhos fora do casamento”. Ainda no plano jurídico, reflectiram-se no dever do Estado em promover o planeamento familiar. Estas alterações tiveram repercussões ao nível social, nomeadamente, na igualitarização dos cônjuges e na própria condição da mulher.

A nível habitacional, as condições foram piorando. Braga de Cruz et al. (1984) considera, mesmo, que a crise de habitação constitui um dos piores problemas sociais que afecta a família portuguesa desde os últimos anos, sendo esta crise mais saliente nos jovens, nomeadamente, naqueles recém-casados que são muitas vezes obrigados a coabitar com a família de origem.

Todos estes dados demonstram as condições difíceis em que viviam os jovens na década de 80, principalmente, se se tiver em conta, segundo palavras de Braga de Cruz et al., que “o acesso à idade adulta é basicamente determinado pelo ingresso na vida activa . . . e que se completa pela aquisição de uma autonomia social, que se corporiza pela emancipação não só económica, mas também habitacional da família de origem . . .” (pág.285).

Embora, os estudos desenvolvidos na década de 80 acerca de valores sociais nos jovens não sejam comparáveis, por terem recorrido a instrumentos diferentes, por terem tido como alvo populações diferentes e por terem sido realizados em alturas diferentes, torna-se interessante como refere Ferreira (1993, pág.11), “salientar linhas de força . . . em termos de valores e de modos de vida dos jovens”.

Optou-se por fazer, no presente estudo, uma breve exposição relativamente aos valores que dizem respeito a aspectos da vida que assumem particular importância para os jovens e que, de certa forma, permitem caracterizá-los como um grupo social distinto dos adultos. Assim, foram considerados, apenas, os valores sociais que dizem respeito à família, casamento e sexualidade, à religião, à participação política e ao trabalho, visto serem aqueles mais pertinentes ao presente estudo.

#### ***a. Família, casamento e sexualidade***

Segundo Roussel (1992), os anos 70 foram marcados por uma série de acontecimentos que permitiram a praticabilidade de uma série de expectativas que já se vinham a desenhar. Segundo este autor, o aumento da esperança de vida, a diminuição da taxa de natalidade e a maior escolarização das mulheres tiveram grandes repercussões na estrutura e organização da família.

O aumento da esperança de vida tornou possível a coexistência de quatro gerações numa família, obrigando à modificação das relações intergeracionais. Também o desenvolvimento de meios contraceptivos, mais eficazes e infalíveis, permitiu o controlo dos nascimentos no casamento. Deste modo, a família nuclear passou a ser constituída por um ou dois filhos e a família alargada também sofreu uma diminuição acentuada - decrescendo o número de primos e de tios, os quais, segundo o autor, podem ter um papel importante na socialização das crianças e dos jovens, por permitirem limitar a dependência afectiva ao pais e relativizar a sua influência. Por

último, a escolarização das mulheres e a sua entrada no mundo do trabalho contribuíram, também, para a redefinição de novos papéis e de novas áreas de responsabilidade na família e para o aparecimento de novas expectativas. Para além disso, este autor refere ainda que a flexibilização das leis e a possibilidade de divórcio, tornando o casamento reversível, tiveram consequências qualitativas muito importantes na concepção da família. Segundo palavras do autor, “as relações familiares, e em especial as conjugais, deixaram de ser definidas pelas instituições para passarem a ser reguladas por pactos” - instituição referindo-se a uma “norma pública que se impõe aos indivíduos” e pacto a um “acordo privado entre particulares” (p.168).

Segundo Fernandes (1994), a crise que muitos referem estar a acontecer na família, tem que ver com uma série de transformações que estão a ocorrer a nível das dinâmicas familiares, de modo, a permitir que a família se adapte às modificações mais amplas que estão a ocorrer nas sociedades ocidentais. Segundo este autor, os índices, que alguns interpretam no sentido da crise da instituição família, têm que ser entendidos como os efeitos da adaptação às novas mudanças.

De acordo com Mendes, Pereira e Pinto (1994) houve uma mudança no modelo familiar. Em termos de composição, a família portuguesa em 1991 tinha uma dimensão muito reduzida - constituída essencialmente pelo casal sem filhos (25.57% das famílias recenseadas) ou pelo casal e um filho (23.97% das famílias recenseadas). Para além disso, 11.90% das famílias eram famílias monoparentais e 13.97% eram famílias constituídas por uma só pessoa. Mas, de acordo com estes autores, não foi só a nível da composição familiar que ocorreram mudanças - estas também ocorreram a nível da formação e da dissolução da família. Houve uma diminuição da taxa de nupcialidade e o aumento do número de nascimentos fora do casamento. Houve uma diminuição da taxa de fecundidade e o retardamento do nascimento do primeiro filho. E, por último, as taxas referentes ao divórcio aumentaram, tendo diminuído a idade em que este ocorre. Para além disso, as funções do casamento também se modificaram.

Tradicionalmente o casamento marcava o início da vida conjugal e da vida sexual e era o passo que precedia a reprodução biológica e social. Actualmente, os jovens têm relações sexuais previamente ao casamento, o número de uniões de facto está a subir e o início do matrimónio não coincide obrigatoriamente com o nascimento do primeiro filho, que está a ser cada vez mais retardado.

Contudo, apesar destes factos, que segundo Félix (1994, pág.18) constituem “aspectos reveladores de algum *défice familiar*”, a família continua a constituir, de acordo com um inquérito realizado em 2190 sujeitos com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, um aspecto extremamente importante para os portugueses (Direcção Geral da Família, 1994).

Verificou-se que os portugueses têm uma imagem bastante positiva da família, a grande parte qualificando-a como um factor de equilíbrio social e de desenvolvimento da sociedade. Em termos das funções da família, verificou-se que a maior parte continua a considerar que as principais funções da família são *criar, educar e instruir os filhos* (55.8%) e *proporcionar amor e afecto aos filhos* (24.0%).

Os inquéritos sobre valores sociais aplicados aos jovens, na década de 80, também demonstram, de acordo com Ferreira (1993), que a família é extremamente importante enquanto veículo de realização pessoal dos jovens e que assume uma grande centralidade nas suas vidas.

O inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas, aspirações” (Ferreira, 1993) aplicado a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, demonstra que a grande maioria destes jovens ainda vive com a família de origem (80%) e que desfruta de uma função instrumental da família, a qual funciona como primeira fonte de rendimento para 47.4% dos jovens e como segunda fonte de rendimento para 41.2% dos jovens. É, no entanto, interessante verificar que apenas 20% destes jovens continuaria a viver com os pais se pudesse escolher uma outra situação alternativa. Apesar disso, 82.4% dos jovens declaram sentir-se bem ou muito bem em termos das

suas relações com os pais, sendo estes aqueles que apoiam mais os jovens nos seus problemas e que os aconselham mais nas suas decisões - se bem que, sempre em pé de igualdade com o namorado(a) ou cônjuge.

Ainda de acordo com o mesmo inquérito, verifica-se que a família de origem e a família de orientação constituem o segundo tipo de relações mais importantes para os jovens (respectivamente, para 51.9% e 29.0% dos jovens) - a seguir às relações com os amigos.

Um outro inquérito sobre “Valores e atitudes dos jovens” (Ferreira, 1993), com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos, demonstra que os jovens têm uma imagem positiva da família: 82.5% considerando a família como *um grupo de pessoas que se ajuda mutuamente em todas as circunstâncias* e 72.0% encarando-a como *um local de segurança afectiva*, só para referir as opções mais escolhidas. Para além disso, 79.0% dos jovens rejeita (total ou parcialmente) a imagem de que a família é *uma fachada social, é substituível por um grupo de amigos* (67.5%) ou *é um lugar de pressão social* (68.8%) (só para referir também as opções mais escolhidas).

Almeida (1986) refere que os resultados deste inquérito demonstram que os valores de contestação à instituição família não têm quase expressão entre estes jovens e que esta é considerada, quase consensualmente, como um *local de segurança afectiva*. Esta autora conclui então que as características expressivas são aquelas mais valorizadas pelos jovens - fundamentalmente, no entanto, pelos jovens dos meios urbanos e provenientes de estratos sócio-económicos altos e por aqueles que ainda estudam.

Verificou, ainda, que os valores relativamente à família são determinados por variáveis sociais e regionais. Assim, são os jovens que pertencem às camadas mais baixas e menos escolarizadas que possuem os valores mais tradicionais sobre a família. Para além disso, são os jovens que habitam no sul interior (incluindo o Algarve) que se mostram mais contestatários relativamente à instituição familiar, mas também mais

exigentes, no sentido em que a encaram como um local de ajuda mútua e de segurança afectiva e, também, como um local onde se encontram as raízes e onde se prepara para a vida. São também os jovens que habitam na grande Lisboa (em contraste com aqueles que habitam no grande Porto) que manifestam com maior intensidade valores de contestação à família e uma maior aceitação da coabitação e do casamento civil.

Machado Pais (1985) discutindo se o casamento é, hoje em dia, uma “casamento de coração ou de razão”, concluiu, com base nos resultados deste mesmo inquérito - “Valores e atitudes nos jovens”, que este resulta de uma combinação de “aspectos do coração e da razão”. É assim que a grande maioria dos jovens inquiridos (79%) discorda que o casamento seja *uma fachada social sem sentido*. Contudo, apenas 21.7% destes jovens não acha que a família seja *um meio de segurança económica*, muito embora, 74% destes jovens considere-a *indispensável para a segurança afectiva*. Estes resultados levaram-no a concluir, deste modo, que os “jovens portugueses dão mostras de aderir à instituição social da família tanto por motivos de ordem racional, como por motivos de ordem afectiva” (pág.352).

Segundo a análise de Ferreira (1993) feita com base nos dois inquéritos já mencionados, verifica-se que a grande parte dos jovens que vivem como casal são casados e que a grande parte dos jovens solteiros têm a intenção de vir a casar-se, uma minoria referindo que irá optar pela união livre. Estes dados levam Ferreira a concluir que, “não é possível dizer que os jovens consideram o casamento com uma instituição ultrapassada, o que não significa que mantenha o mesmo significado que tinha para as gerações mais velhas ou que tenha o mesmo significado para todos os jovens” (pág.36). Com efeito, no inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores” (Figueiredo, 1988) realizado com estudantes universitários e respectivos progenitores, verifica-se que os jovens consideram que o principal fim do casamento é *a realização humana dos cônjuges*, seguido do *auxílio mútuo entre os esposos* e que os pais, muito embora,

escolhendo estas mesmas opções, também dão, no entanto, muita importância ao casamento enquanto *meio de procriação e educação dos filhos*.

No que diz respeito à sexualidade, o inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações” (Ferreira, 1993) começa por revelar que a maior parte dos jovens (60.8%) considera que a importância atribuída à vida sexual constitui um aspecto que permite distingui-los das gerações mais velhas.

O inquérito “Valores e atitudes dos jovens” (Ferreira, 1993) revela que a grande maioria considera as relações sexuais como *uma relação global entre duas pessoas* ou *uma forma de comunicação entre homem e mulher*. Para além disso, na sua grande parte demonstram uma atitude permissiva relativamente às relações sexuais antes do casamento: 83% dos rapazes e 64% das raparigas defendendo que as relações sexuais entre jovens não casados devem ser permitidas pela sociedade. No mesmo sentido, o inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores” revela que a maior parte dos estudantes universitários considera que as relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes ou nas raparigas são úteis ou não têm gravidade (Figueiredo, 1988).

Miguel e Vilar (1986) na sua análise aos resultados do inquérito “Valores e atitudes dos jovens” conclui que muito embora rapazes e raparigas demonstrem, de uma maneira geral, uma atitude permissiva relativamente às relações sexuais antes do casamento, as raparigas prevêm, no entanto, que a sociedade terá uma atitude menos favorável relativamente às relações sexuais nas raparigas solteiras, pelo que se mostram mais culpadas e mais discretas no que diz respeito às suas práticas. Este autor conclui, com base nas respostas obtidas, que existe um “duplo padrão moral (pág.115) face à sexualidade feminina e masculina. Só assim se compreende que mais raparigas do que rapazes achem que procederam mal e que uma percentagem mais elevada de raparigas do que de rapazes achem que as raparigas, mais do que os rapazes, procurarão que a prática de relações sexuais passe despercebida aos outros. E só assim se compreende que a culpa e o medo associados às práticas sexuais pré-

matrimoniais se mantenham com a idade, nas raparigas, e que decresçam, no caso dos rapazes.

No que diz respeito ao trabalho feminino e à distribuição de papéis familiares entre os dois sexos, Machado Pais (1985) concluiu, com base nos dados do inquérito “Valores e atitudes nos jovens”, que ainda que seja partilhada a ideia de igualdade de funções no casamento, na prática corrente isso não se verifica, não havendo uma igual distribuição de tarefas domésticas entre os cônjuges, mesmo no caso em que as mulheres trabalham fora de casa. “Impera o modelo de ‘dupla carreira’; a participação da mulher na vida profissional não a liberta das principais e mais rotineiras tarefas domésticas” (pág.363). Assim, ainda que a maior parte dos jovens defenda que as mulheres devem ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem - como é revelado pelo inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores” (Figueiredo, 1988), na prática as mulheres acumulam papéis domésticos e relativos à sua vida profissional, o que limita, à partida, a sua progressão na carreira profissional.

### ***b. Trabalho***

De acordo com as concepções adultas, os jovens não atribuem uma grande importância ao trabalho (Conde, 1990). Esta ideia não foi, no entanto, confirmada pelos resultados obtidos nos inquéritos sobre valores nos jovens realizados na década de 80 (Ferreira, 1993). Com efeito, o inquérito “Valores e atitudes nos jovens” (Ferreira, 1993) revela que o desemprego é uma das suas principais preocupações - 40.3% dos jovens incluem-no, mesmo, entre as três maiores preocupações e o inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações” (Ferreira, 1993) revela que a maioria dos jovens (51.6%) prefere arranjar um emprego qualquer do que não ter nada que fazer. Para além disso, este inquérito revela ainda que a maior parte dos inquiridos não considera que os jovens dêem menor importância ao trabalho enquanto

realização pessoal do que os adultos (64.8%) ou à sua carreira profissional (64.1%). O inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações” revela, ainda, que os jovens procuram essencialmente *um trabalho que lhes dê gozo realizar* (71.2%) - muito embora, na sua maioria estes jovens pertençam às camadas sócio-económicas mais elevadas e tenham ou frequentem níveis de ensino mais elevados. Para além disso, 40% destes jovens desejaria ter um trabalho onde pudesse desenvolver as suas capacidades. Apenas, 6.2% destes consideram que o trabalho é importante, apenas, por permitir satisfazer as necessidades de consumo e de tempo livre.

Estes dados confirmam a ideia de Garelli (1984 citado em Ferreira, 1993) segundo a qual, os jovens valorizam, de uma maneira geral, essencialmente o conteúdo do trabalho, preocupando-se menos com os seus aspectos instrumentais, e que, para além disso, procuram melhorar a sua qualidade de vida a partir da vida profissional e em continuidade com o consumo e o lazer.

Segundo Sanchin (1988 citado em Ferreira, 1993) os jovens têm uma concepção instrumental do trabalho. Dada a grande insegurança e instabilidade que se vive em termos profissionais e a impossibilidade de se atingir valores como êxito profissional e progressão na carreira, assim como, níveis elevados de realização profissional, os jovens procurariam no trabalho a satisfação de uma dimensão estritamente instrumental, como por exemplo, arranjar dinheiro, remetendo a sua realização pessoal para a área da vida privada (tempos livres, convívio com os amigos, etc.).

### ***c. Participação política***

O inquérito “Valores e atitudes nos jovens” incluía algumas questões que permitiam fazer uma análise dos valores e atitudes sócio-políticos. A inclusão deste tipo de questões teve como objectivo compreender o significado do desinteresse sócio-político manifestado pelos jovens (Reis, 1986). Com base nos dados obtidos, o autor

concluiu que a juventude portuguesa se mostra afastada e desinteressada da política, desacreditando os mecanismos tradicionais do funcionamento do sistema democrático, mas aderindo a mecanismos de participação menos tradicionais, nomeadamente, a participação em movimentos sociais, como pacifismo e ecologismo. Para além disso, é uma juventude que continua a defender a transformação da sociedade, se bem que através de um modelo de transformação gradual e não através de modelos mais radicais, como por exemplo, modelos revolucionários.

Em 1985, Braga da Cruz desenvolveu um inquérito, que aplicou a 900 jovens, através do qual pretendia saber qual a repercussão que as novas condições emergentes nas sociedades ocidentalizadas em geral, e na sociedade portuguesa em particular, estavam a ter sobre a participação política dos jovens.

Segundo este autor, a participação política consiste no conjunto de todas as actividades desenvolvidas que permitem formar uma opinião e escolher e influenciar os indivíduos que tomam decisões políticas. Neste sentido, a participação política “depende, tanto da possibilidade objectiva, como da vontade subjectiva de tomar parte do processo de produção de decisões políticas” (pág.1069) e logo, depende, não só da existência de estruturas participativas, como também, de uma cultura política de participação.

Em termos operacionais, este modelo propõe que a participação política, assim como a sua qualidade, dependem da existência de quatro elementos base: ter acesso a informação política e possibilidade de integrar estruturas participativas, ter interesse pelas questões políticas e haver mecanismos de mobilização.

Braga da Cruz ao analisar os resultados do inquérito tendo em conta este modelo, verificou que a participação política entre os jovens portugueses é baixa. Assim, muito embora, 45% dos jovens inquiridos se encontrem integrados numa associação, a maior parte revela-se mais passiva do que activa, de acordo com uma escala de activismo social (estando estes dois aspectos - associativismo e activismo extra-político,

frequentemente associados à participação política). No que diz respeito aos níveis de informação sobre a política, este autor verificou que os jovens conhecem melhor os factos da vida política corrente do que o funcionamento do sistema constitucional português, mostrando-se ainda menos informados em relação aos actores políticos da cena internacional e nacional. Relativamente ao interesse pela política, uma grande parte dos jovens inquiridos (51%) demonstrou ter sentimentos moderados pela política. Por último, no que diz respeito à mobilização política, operacionalizada em termos de todas as solicitações dirigidas aos cidadãos, o autor concluiu que a família era um agente mobilizador razoável, assim como, a escola (se bem que em menor grau). E concluiu que havia uma exposição razoável a mensagens políticas, através da televisão, de comícios, campanhas eleitorais e imprensa escrita, mas que a mobilização organizativa era, contudo, baixa.

Ao analisar ainda outros dados, designadamente, em relação à participação eleitoral e organizativa a diferentes níveis e em diferentes populações de jovens, o autor concluiu que a falta de participação política manifestada pelos jovens tem que ver fundamentalmente com a inexistência de uma cultura política e com um desenvolvimento político ainda imaturo - características estas, que na sua opinião, não são exclusivas da população jovem, mas sim, da população portuguesa em geral.

Da mesma forma, Ferreira (1993) ao analisar os inquéritos aos jovens feitos nos anos 80, verifica de uma maneira geral que a juventude portuguesa é caracterizada por manifestar baixos níveis de participação política, considerando, no entanto, que este fenómeno não é específico dos jovens. De acordo com este autor, a baixa participação política deve ser enquadrada num fenómeno mais global característico das sociedades ocidentais - sociedades marcadas pelo predomínio de valores individualistas, onde as questões colectivas (e logo, também as questões políticas) têm pouco interesse para os diferentes indivíduos.

#### d. Religião

De acordo com os resultados obtidos no inquérito “Valores e atitudes nos jovens”, foram manifestados quatro tipos de atitudes face à religião: católicos praticantes (representando 28.8% dos jovens), católicos não praticantes (representando 47.7% dos jovens), ateus (12.8%) e outra posição, que inclui os protestantes, os que não sabem/não respondem e os que responderam outra posição (10.6%) (França, 1985, 1986).

Os resultados obtidos revelam que, à medida que aumenta a idade, aumenta a percentagem de ateus e de jovens que têm outra posição face à religião e que este é mais acentuado após os 18-20 anos. Para além disso, revela que a maioria dos católicos praticantes (64.6%) e não praticantes (47.1%) são raparigas, e que aqueles que são ateus ou têm uma outra posição são na sua maioria rapazes (respectivamente, 60.3% e 63.3%).

A análise cruzada desta variável com a variável distribuição geográfica demonstrou que a maior parte dos jovens católicos praticantes vivem acima do Tejo (60%) e que quase metade dos jovens ateus vivem na área da grande Lisboa. No que diz respeito à região do Algarve, verificou-se que a percentagem de jovens católicos praticantes equivale à percentagem de jovens ateus (para ambas as posições, 13.2% dos jovens que vivem no Algarve). Para além disso, verificou-se que existe uma grande maioria de jovens católicos no Algarve (81.6%), se bem que estes sejam na sua maior parte (68.4%) católicos não praticantes; apenas 13.2% dos jovens algarvios são católicos praticantes.

Para além disso, o autor verificou ainda que o *habitat* era a variável mais determinante no tipo de posição adoptada face à religião. Assim, o catolicismo surge associado à ruralidade e que a posição “ser ateu” surge associada à urbanidade. Com efeito, 43% dos jovens católicos praticantes vivem na zona rural (i.e., aglomerados com

menos de 2000 habitantes) e 70% dos ateus vivem em zona urbana. Para além disso, 53% dos católicos não praticantes, assim como, 58% daqueles que têm uma outra posição face à religião vivem sobretudo, também, em zonas urbanas.

O nível de escolaridade também introduz variações na posição dos jovens face à religião. Assim, quanto mais habilitações escolares tem o jovem, menos ele é católico, praticante ou não, e mais ele é ateu ou tem outra posição.

Tendo em conta os resultados relativos ao *habitat* e ao nível de habilitações escolares, França (1985) concluiu que a religião tem entre os jovens portugueses uma grande valência cultural - o urbanismo encontra-se associado ao pluralismo cultural, facilitando a adopção de outras posições ou valores diferentes dos tradicionais, e os níveis mais elevados de escolaridade (tal como, frequência do ensino superior) estão associados, por sua vez, ao urbanismo.

França (1986) concluiu também, ao comparar os resultados do inquérito “Valores e atitudes nos jovens” com resultados provenientes de estudos evolutivos, que os valores religiosos defendidos pelos jovens são muito consensuais relativamente à geração dos seus progenitores e que é a nível das práticas religiosas que se registam as grandes mudanças entre essas duas gerações. Segundo palavras deste autor (1986), “as diferenças observadas entre o meio urbano e o meio rural, entre os efeitos da maior ou menor escolarização, assim como, o impacto da liberalização dos comportamentos sexuais, são factores suficientes para indiciarem uma erosão dos comportamentos religiosos tradicionais” (pág.45).

### **2.4.3. Estudos evolutivos sobre valores sociais nos jovens**

O estudo dos valores sociais nos jovens são extremamente importantes, por permitirem conhecer melhor um grupo social que assume, nas sociedades ocidentais actuais, uma grande importância. Como referem Figueiredo (1988) e Ferreira de

Almeida (1990), procurar mudanças e novas possibilidades de evolução constitui um objecto de estudo extremamente importante, pois os jovens de hoje serão os adultos de amanhã, que terão em suas mãos a responsabilidade de decidir sobre aspectos importantes da sociedade. Assim, prospecionar valores sociais e tendências poderá dar indicações importantes de como a sociedade poderá evoluir num futuro próximo.

Serrano (1994) desenvolveu um estudo diacrónico, comparando os resultados obtidos em estudos realizados em diferentes períodos de tempo. Este autor tinha como objectivo saber como é que os valores dos jovens se tinham transformado ao longo de três décadas (anos 60, 70 e 80), para o que recolheu os dados provenientes de todos os estudos sobre valores sociais realizados entre 1960 e 1990. Estes estudos permitiram-lhe recolher uma série de informação relativa a valores políticos, religiosos, sobre a família e o casamento, sobre as relações sexuais, o estudo e o trabalho, as instituições sociais, o nacionalismo e o racismo, o consumo e o lazer. Para além disso, permitiram-lhe recolher, ainda, dados sobre percepção geracional, aspirações e objectivos existenciais, juízos morais e preconceitos sociais.

Os dados relativos a cada uma destas áreas foram analisados, independentemente das outras áreas, e segundo uma perspectiva evolutiva. Para além disso, procedeu-se à análise global de todos os dados, relativos a todas estas áreas, o que permitiu categorizar e caracterizar diferentes visões do mundo e determinar as gerações que lhes estão associadas, assim como, as condições de vida específicas desses períodos.

De um modo geral, estes dados indicam que existem 3 visões do mundo distintas, que se sucedem ao longo da década de 60, 70 e 80, nas quatro gerações identificadas. O conceito de visão do mundo refere-se, segundo Serrano (1994) a “ferramentas cognitivas que servem para interpretar e avaliar os acontecimentos e que justificam a realização de certos comportamentos ou o desejo de desenvolver certos comportamentos como forma de intervir na marcha dos acontecimentos” (pág.17). A

estas visões do mundo estão associados diferentes valores sociais, crenças e representações.

Figueiredo (1988) desenvolveu um estudo transversal, em duas gerações distintas, com o objectivo de analisar a existência de conflitos entre estas duas. Para além disso, ao optar por construir o instrumento de recolha de dados a partir do II Inquérito Geral às Universidades em 1964 promovido pela direcção geral da JUC (Juventude Universitária Católica), tornou possível a comparação de alguns valores nos diferentes períodos (1964 e 1986) e o desenho da sua evolução.

Ao analisar os valores sociais defendidos por jovens universitários e respectivos pais, verificou a existência de áreas de forte consenso entre as duas gerações, assim como áreas de grande conflitualidade, sugerindo estas últimas que novos valores estão a emergir na geração dos mais novos. Para além disso, tendo comparado estes resultados com os do Inquérito da JUC, verificou que em 20 anos houve uma grande evolução em termos de alguns valores sociais defendidos pelos jovens.

Este autor (1988) começou por analisar os valores, no que respeita “a importantes objectivos civilizacionais . . . , mas também, no que respeita às expectativas” (pág.19) relativamente a um futuro próximo. Verificou que os filhos investem, de uma forma prioritária, valores relacionados com os direitos do Homem, com a igualdade de direitos dos povos e das raças e com a liberdade, enquanto que os pais investem, prioritariamente, valores relacionados com questões sociais, tais como, a paz, a luta contra a miséria, a cura de doenças perigosas. Não obstante, os primeiros valorizam, também, a resolução das desigualdades sociais e o fim da fome e da pobreza.

Em relação ao futuro, a geração mais nova mostrou-se mais reticente que a geração dos progenitores, considerando 25% dos jovens que *as pessoas serão menos felizes no ano 2000*, contra, apenas, 18% dos pais. Por outro lado, mostrou-se mais confiante nas suas capacidades de influenciar o futuro, considerando, além disso, que é

a geração dos 25 aos 30 anos que *tem uma visão mais realista do mundo* (i.e., a sua própria geração).

Ambas as gerações concordam que *a crise de civilização pode ser vencida pela renovação espiritual e moral*; se bem que um número significativo de pais considere que esta pode ser vencida *pela economia e política*. Verifica-se, para além disso, que estes jovens são mais cépticos relativamente aos jovens universitários inquiridos em 1964: 8.5% dos jovens inquiridos em 1986 acha que a crise não poderá ser vencida, contra apenas 2.4% dos jovens da JUC que mantêm essa posição.

Verificou-se no domínio das questões europeias um forte consenso entre ambas as gerações. Por um lado, ambas revelaram uma grande determinação em relação à integração na Comunidade Europeia, se bem que os jovens se tivessem demonstrado mais empenhados que os progenitores.

Relativamente aos centros de interesse, i.e., *aos aspectos da vida que mais interessam* a cada uma das gerações, procurou-se analisar as motivações e preocupações globais de cada uma destas (Figueiredo, 1988). Verificou-se que o principal interesse dos jovens se centra nos *problemas da sociedade, tais como, direitos do Homem, pobreza e igualdade entre os sexos*, seguido do interesse pela *ciência e tecnologia*, depois pelo interesse pelas *artes e espectáculos* e, só em quarto lugar, se manifestou o interesse pelo *meio ambiente, natureza e ecologia* (opção escolhida por 10% dos jovens). Este último dado é tanto mais interessante, quanto constituiu a terceira escolha dos progenitores (11%). Estes manifestaram, para além disso, como interesse principal, também os *problemas da sociedade, tais como, direitos do Homem, pobreza e igualdade entre os sexos*, seguido do interesse pela *política nacional*. Em quarto lugar, 10% dos pais manifestaram interesse pela *religião*, contra 3% dos filhos (tendo a religião correspondido à sua última opção).

Figueiredo analisou de seguida a confiança que os jovens universitários e os seus pais depositam nas instituições sociais, tais como, escola, tribunais, polícia e prisões.

Verificou que o prolongamento da escolaridade obrigatória é um aspecto valorizado por ambas as gerações, se bem que os jovens tenham demonstrado uma posição mais crítica em relação à qualidade do ensino. As respostas relativas à actuação do tribunal revelaram-se, também, bastante consensuais - ambas as gerações defendendo que *é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e, por isso, nunca se justifica que alguém faça justiça pelas suas próprias mãos*. Foi em relação ao sistema prisional e à polícia que se obteve maiores divergências nas respostas dadas pelos pais e pelos filhos. Os primeiros consideram que o sistema prisional e a polícia *fazem o melhor que podem*, enquanto que os filhos acham que ambas as instituições *funcionam mal por desleixe e por desinteresse*.

Um outro aspecto abordado referiu-se aos problemas sociais mais importantes, problemas esses, alvo de preocupações colectivas e relacionados com a criminalidade, alcoolismo, droga e prostituição. Tanto os jovens como os respectivos pais consideram que a melhor atitude a desenvolver face a cada um destes problemas é uma atitude preventiva, se bem que, para o alcoolismo muitos pais valorizem uma atitude terapêutica.

Os dados relativos à religião demonstram que a maioria dos inquiridos - pais e filhos, *se consideram pessoas religiosas*, se bem que os pais em maior número (89%) do que os filhos (65%). Este resultado torna-se extremamente interessante quando comparado com aquele obtido há 20 anos atrás, no inquérito da JUC (JUC, 1967), que indicam que 80% de jovens se consideravam pessoas religiosas. Se bem que ambas as gerações sejam maioritariamente religiosas, pais e filhos acham que as pessoas procuram na religião aspectos diferentes. Os filhos acham que as pessoas procuram na religião, fundamentalmente, *a satisfação de uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos*, enquanto que os pais, para além desta opção, acham também, que se procura na religião *uma forma de amar e servir a Deus* (em 37% dos casos). 12.7% dos progenitores acha também que se procura a *salvação da alma*.

É interessante verificar que as respostas obtidas há 20 anos atrás, no inquérito da JUC (JUC, 1967), se aproximam das respostas da geração dos pais deste estudo. Assim, 30.8% daqueles jovens achavam que as pessoas procuravam na religião *uma forma de amar e servir a Deus*, 24% a *satisfação de uma necessidade própria de todos os jovens* e 21% a *salvação da alma*.

Quanto às questões relacionadas com a política. Este estudo demonstrou que as duas populações analisadas se posicionam politicamente ao centro (em 38% dos filhos e 44% dos pais), se bem que, em segundo lugar os jovens se posicionem à esquerda e os pais à direita. Para além disso, verificou-se que a maior parte dos pais e dos filhos são *sobretudo simpatizantes de um partido político*. Passados 10 anos após o regresso à democracia, verifica-se que persiste, quer nos pais quer nos filhos, uma forte identificação com a democracia, ambos os grupos defendendo um sistema de vários partidos (85% dos jovens e 76% dos pais).

Figueiredo analisou, por último, uma série de questões relacionadas com a sexualidade, família e casamento, tendo verificado que na geração dos pais predomina uma postura discriminatória relativamente às relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes e nas raparigas, sendo esta postura mais igualitária nos jovens. Assim, se a sexualidade nos rapazes é considerada, maioritariamente, por ambas as gerações, como *útil e sem gravidade*, o mesmo já não se passa para a sexualidade das raparigas, considerada, maioritariamente, pela geração dos pais, como *repreensível e perigosa*. A este nível Figueiredo observou, ainda, uma grande diferença entre as respostas dos jovens do presente estudo relativamente àquelas dadas há 20 anos atrás, no Inquérito da JUC. As respostas dadas pelos jovens, de há 20 anos atrás, aproximam-se das respostas dadas pelos pais do presente estudo. Assim, em 1964 os jovens consideravam as relações sexuais pré-matrimoniais nas raparigas, fundamentalmente, repreensíveis (53.4%) e perigosas (26.5%) e no caso dos rapazes, por vezes úteis (32.2%) ou repreensíveis (28.3%) (JUC, 1967).

Em relação ao casamento, 61.2% dos jovens, assim como, 43.2% dos pais, consideram a *realização humana* como o seu fim mais importante, seguido do *auxílio mútuo entre os esposos*. Tendo em conta os dados, Figueiredo (1988) conclui que, mais uma vez se observa uma grande aproximação dos jovens de 1964 aos pais de 1986 - 43.5% destes jovens escolhendo como primeiro fim do casamento a *realização entre os cônjuges*, 22.7% a *procriação e educação dos filhos* e 11.1% o *auxílio mútuo entre os esposos*.

No que diz respeito ao divórcio observaram-se algumas diferenças entre a geração dos filhos e dos pais. Assim, se uma maioria clara dos jovens concorda com o divórcio, apenas 51% dos progenitores concorda também. É interessante notar que há 20 anos atrás quase metade dos jovens concordava com o divórcio (49%) e que quase outra metade discordava (48%) e que, se em 1986, 22.9% dos jovens justificam o divórcio com base na *liberdade humana*, em 1964 apenas 3.5% dos jovens defendia essa posição (JUC, 1967).

Em relação a *aquilo que é mais importante na vida*, os filhos escolheram, em primeiro lugar, o bem-estar interior, em segundo lugar, o amor e só em terceiro lugar, as relações com a família. A família foi, pelo contrário, considerada pelos pais como o aspecto mais importante da vida e, só depois, o bem-estar interior.

Relativamente ao trabalho da mulher, verificou-se que a maioria dos universitários concordam que a *mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem*, enquanto que apenas 37% dos pais concorda com esta afirmação. Para além disso, 35% dos pais considera que a *mulher casada só deve empregar-se se tiver um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar* (contra 16.5% dos jovens). Observam-se a este nível grandes diferenças relativamente aos jovens da JUC - uma grande parte dos quais (46.5%) achando que a mulher casada só se deve empregar se conseguir arranjar um horário de trabalho compatível com as exigências a

vida familiar e 36.5% defendendo o trabalho da mulher casada, apenas em casos de extrema necessidade (contra 0.7% dos jovens em 1986) (JUC, 1967).

No que diz respeito à limitação da natalidade, verificou-se que, na sua maioria, ambas as gerações a consideram como uma *prática lícita* - há 20 anos atrás, apenas 30% dos jovens universitários escolheu essa opção, tendo escolhido fundamentalmente a opção *é uma prática lícita só em circunstâncias graves* (40.8%). Em 1964 também se verificou uma elevada percentagem de respostas *é uma tradução de um egoísmo social* (18.6% nesses jovens, contra 2.0% dos jovens em 1986 e 2.3% dos pais em 1986) (JUC, 1967).

Em relação ao número ideal de filhos, ambas as gerações concordam com o número dois, contudo, os filhos escolhem, em segundo lugar, como número ideal de filhos um e os pais quatro. Estes resultados mais uma vez permitem revelar a evolução ocorrida nos últimos 20 anos, no que diz respeito às camadas mais jovens - há 20 anos atrás, 40% dos jovens universitários considerava como número ideal de filhos quatro e, na amostra presente, apenas 10% de estudantes considera este como o número ideal (JUC, 1967). Em relação à educação dos filhos, ambas as gerações partilham dos mesmos valores - ambas considerando que *até aos três anos as crianças devem ficar com a família*.

# *AQUISIÇÃO DE AUTONOMIA*

---

### 3.1. INTRODUÇÃO

Bendit (1994 citado em Askevis, 1995) considera a juventude como uma fase do ciclo de vida que se estende desde os 12 anos aos 30 anos de idade. Contudo, este autor considera também que as fronteiras impostas pela idade não podem ser rígidas, dada a pluralidade de modos de vida intermediários, que são o resultado do prolongamento dos estudos, da existência de empregos precários, do custo das habitações. Estas condições criam uma situação marcada pela contradição: em que o jovem tem liberdade de decisão no plano político, social, sexual, mas é, no entanto, dependente económica e culturalmente dos pais muitas vezes até aos 25 anos e, por vezes, até aos 30 ou mais anos.

De acordo com Fornäs (1995) a juventude é uma fase do desenvolvimento fisiológico e psicológico, que se estende pelas diferentes fases da adolescência e pós-adolescência.

A adolescência é marcada, segundo Rivto (1995), por uma série de modificações fisiológicas, morfológicas e psicológicas rápidas que duram geralmente entre seis a oito anos. O fim da adolescência deve também ser considerado, segundo este autor, como uma fase do desenvolvimento, durante a qual o jovem é confrontado com certas exigências psicológicas e com a realidade da vida adulta, o que dá origem, espontaneamente, a fenómenos de integração e estruturação da personalidade.

Blos (1962/1985, pág.15) define a adolescência como a “soma de todas as tentativas de ajuste ao estágio de puberdade, à nova série de condições interiores e exteriores enfrentados pelo indivíduo”. Assim, se o início da adolescência pode ser claramente assinalado por um dado biológico - a puberdade, o mesmo não acontece para o fim da adolescência, que pode, apenas, ser definido com base em determinados aspectos psicológicos. O final da adolescência é, segundo este autor, uma fase de desenvolvimento marcada essencialmente pela consolidação dos processos psicológicos, na qual irá observar-se uma maior integração social, uma maior constância emocional e estabilidade da auto-estima, uma maior unificação dos afectos e da vontade, assim como, uma delimitação mais precisa dos interesses.

De acordo com Fleming (1993), no final da adolescência o jovem terá que ser capaz de "suportar" o afastamento físico dos pais, de realizar tarefas por si próprio e tomar decisões orientadas para objectivos por si estabelecidos, avaliar situações, acontecimentos, relações e pessoas com uma visão própria e segundo os seus valores, constituindo-se enquanto um ser adulto capaz de funcionar autonomamente e de forma independente dos pais e possuindo uma identidade definida. Ou, como refere Figueiredo (1985-a), no final da adolescência o jovem deverá ser capaz de desenvolver relações de intimidade psicológica e física, que possibilitem a reprodução biológica e social e deverá ser capaz de realizar e desenvolver uma série de actividades por ele próprio.

Contudo, o aumento da escolaridade obrigatória e as próprias condições económicas adiam a saída do adolescente de casa. Como referem Handlin et al. (1971, citado em Fleming, 1993) "a pressão sobre os jovens para adiar a transição para a adultícia é enorme, apesar de ser evidente que eles atingem a maturidade física mais cedo que no passado" (pág.37).

Esta constitui, com efeito, segundo Fleming (1993), uma das grandes contradições desta fase de ciclo de vida. É que apesar de ser uma fase de transição, ao

longo da qual o jovem faz toda uma série de aquisições (biológicas, psicológicas, cognitivas, etc.) que lhe permitem passar de um estado de total dependência para um estado de autogoverno e auto-suficiência; apesar do desejo de autonomia surgir muito cedo nos jovens e constituir um valor importante para estes, como o indica inúmeros estudos (Figueiredo, 1985a; Fleming, 1993); apesar de, a nível familiar, os pais encorajarem a autonomia, por perceberem que esta constitui uma condição essencial de crescimento (Campbell, 1969) e apesar de valores como a independência e o direito a uma identidade individual, livre e autónoma, serem extremamente importantes na sociedade ocidental actual (Fleming, 1993), a aquisição de uma vida independente e autónoma, que tem o seu expoente máximo na saída de casa e na separação dos pais, está a fazer-se cada vez mais tarde, devido ao aumento dos estudos, à crescente necessidade de especialização, à dificuldade de obtenção de empregos ou à obtenção de empregos precários que impedem a independência económica.

A aquisição de autonomia a diferentes níveis é, deste modo, um aspecto fundamental a estudar nos jovens. Só com a aquisição da autonomia poderão os jovens desenvolver uma visão do mundo independente da dos pais e defender valores sociais diferentes dos pais. Assim, este capítulo irá tratar da aquisição da autonomia, procurando perceber de que maneira as relações com os pais, ou o modo com estas são percebida pelos jovens, assim como, as suas práticas educativas, podem promover (ou não) a autonomia nos jovens, facilitando a aquisição de valores distintos dos pais.

### **3.2. ADOLESCÊNCIA: PALCO DE TRANSFORMAÇÕES**

Na opinião de Hill (1980 citado Sprinthall e Collins, 1988/1994) a adolescência é palco de grandes transformações - biológicas, cognitivas e, também, a nível emocional, a nível das relações familiares, com o grupo de pares, etc. Estas transformações estabelecem entre si relações dinâmicas, mutuamente recíprocas - umas transformações

tornando possível a ocorrência de outras e essas, por sua vez, imprimindo novos desenvolvimentos e conduzindo a novas transformações.

Assim, segundo este autor, começam por tornar-se evidentes certas transformações físicas, biológicas e cognitivas, que originam nos outros novas expectativas em relação ao adolescente. A estas transformações, incluindo as novas expectativas que se desenvolvem em relação ao jovem, denominou Hill, de transformações primárias. Estas transformações ocorrem, por sua vez, em três contextos que o autor considera fundamentais - a família, o grupo de pares e a escola - e dão origem a outra classe de transformações (ditas secundárias) - estas fundamentalmente a nível da aquisição de maior autonomia face à família, a nível do desenvolvimento e formação da identidade, a nível do estabelecimento de relações de intimidade, etc.

A mudança biológica e física mais fundamental, que ocorre nesta fase do ciclo de vida, é a aquisição da capacidade de reprodução e o aumento da pulsão sexual. Concomitantemente com esta transformação, surgem outras a nível físico, tal como, o aparecimento dos caracteres sexuais secundários.

Estas mudanças criam no jovem a necessidade de integrar uma nova imagem corporal, a qual vai determinar em grande medida o sucesso noutras tarefas da adolescência. Como refere Figueiredo (1985a) "as representações corporais e o seu significado de mudança no conjunto das expectativas individuais e culturais, em permanente inter-relação, vão inevitavelmente provocar modificações psicológicas estáveis, ou para bem do amor próprio, pela capacidade de enriquecer a relação social do adolescente, ou para mal, pela insegurança, culpabilidade e isolamento que provocam"(pág.69).

A sexualidade é fundamentalmente determinada, não pelos impulsos biológicos, mas sim, pelas expectativas e significados sociais que lhe estão associadas, os quais são, maioritariamente, aprendidos e reforçados no grupo de pares (Sprinthall e Collins,

1988/1994). Os impulsos sexuais biológicos são acompanhados pelo aparecimento da necessidade de intimidade, os quais o adolescente deverá integrar, por forma a tomar decisões críticas em relação a estas. A integração do desejo sexual e do desejo de intimidade depende, no entanto, de um certo grau de desenvolvimento a nível cognitivo, a nível pessoal e interpessoal e a nível de valores.

A nível cognitivo, o jovem atinge, nesta fase do ciclo de vida, o estágio das operações formais, o que vai permitir a ocorrência de outras transformações fundamentais. É que, ao adquirir um pensamento abstracto, complexo e flexível, que lhe permita “pensar através de hipóteses, pensar diferentes possibilidades e alternativas, pensar acerca dos próprios pensamentos, pensar segundo as perspectivas dos outros e pensar o passado e o presente e antecipar o futuro” (Fleming, 1993, pág.78), o adolescente começa a ser capaz de desenvolver conceitos complexos acerca de si próprio, acerca dos outros e acerca das relações com os outros, começa a ser capaz de assumir diferentes papéis sociais e a ser capaz de compreender as perspectivas dos outros, integrando-as com a sua.

É, pois, na adolescência que, segundo Fleming (1993) os valores e normas “ditados” pelos pais começam a ser relativizados e, que simultaneamente, o jovem começa a desenvolver uma maior noção de responsabilidade pessoal e a controlar as suas atitudes a partir de dentro.

É também nesta fase do ciclo de vida que as relações com os pares começam a assumir contornos diferentes. De acordo com o modelo de Selman acerca da compreensão interpessoal das relações sociais (Fleming, 1993, págs.81/82), o adolescente deverá adquirir a “competência para reconhecer objectivamente o carácter interaccional das suas relações, percebendo a perspectiva do outro e reconhecendo o efeito do comportamento mútuo” e, posteriormente, reconhecer a “necessidade da ligação, do laço emocional de suporte, mas também, a necessidade da liberdade do outro para se envolver em múltiplas relações (i.e., a sua necessidade de autonomia)”.

Também a nível das relações com os pais, a aquisição destas capacidades cognitivas vai permitir a passagem para um estágio superior. Assim, ainda, segundo um modelo de Selman, acerca da compreensão interpessoal das relações com os pais, o adolescente deverá evoluir, nesta fase do ciclo de vida, para um estágio caracterizado pela “compreensão baseada na tolerância e respeito mútuo” e, posteriormente, para um estágio caracterizado pelo “reconhecimento das relações sociais enquanto sistema, susceptível de adaptação às mudanças individuais de cada membro” (Fleming, 1993, pág.83).

Estas transformações a nível da compreensão do outro e das expectativas acerca do outro têm como cenário a família, o grupo de pares e a escola com as suas normas e valores. Estes constituem segundo Campbell (1969) três meios de socialização extremamente importantes.

De acordo com este autor, os pais não deixam nunca de ser agentes de socialização principais. De facto, num estudo realizado por Coleman (1961, citado em Campbell, 1969), no qual foram questionados, 169 jovens de 10 escolas secundárias diferentes, acerca do que seria mais difícil suportar, se a desaprovação dos pais, a desaprovação dos professores ou a zanga com um amigo, verificou-se que 53% destes jovens seleccionaram a desaprovação dos pais contra 43% que seleccionaram os amigos. Assim, parece que o facto de os adolescentes passarem mais tempo com o grupo de pares não tem como consequência a dissolução dos laços familiares.

Com efeito, Douvan e Adelson (1966 citado em Campbell, 1969) num estudo realizado a nível nacional, nos E.U.A., verificaram que houve uma maior percentagem de rapazes a escolher o seu pai como o adulto ideal e uma maior percentagem de raparigas a escolher a sua mãe como o adulto ideal.

A dimensão familiar constitui, segundo Fleming (1993), um aspecto fundamental a ter em consideração. Em primeiro lugar, é no seio da família que muitas das transformações ocorrem, pelo que vão ter repercussões directas nas relações familiares.

Em segundo, a família vai proporcionar determinadas experiências e aprendizagens e vai transmitir determinados valores e expectativas, que são fundamentais no desenvolvimento do adolescente e na formação da sua identidade.

A formação da identidade é, para muitos autores, considerado um marco fundamental desta fase. Segundo Luzes (1980 citado Sampaio, 1991) a “identidade do jovem deve ser conseguida face aos seus pais de que se afasta e em relação à sociedade com a qual vai entrar em estreito contacto” (pág.67). De acordo com Sampaio (1991) a formação da identidade implica integrar todas as transformações, as novas exigências sociais e as suas expectativas em relação ao futuro, num todo único e coerente.

Segundo Erickson (1968), a sociedade cria situações que permitem ao jovem adiar qualquer decisão acerca da sua identidade e evitar assumir compromissos de adulto e, simultaneamente, possibilita o contacto do jovem com vários papéis sociais que lhe permitem descobrir quem é. A formação da identidade, na perspectiva de Erikson (1968), faz-se através da integração das identificações infantis precoces com outros aspectos psicológicos e psicossociais e traduz-se num sentimento de ser distinto e diferenciado dos pais.

De acordo com Fleming (1993), uma das tarefas principais a atingir no seio da família é a progressiva autonomia do adolescente face aos pais, o que implica a separação psicológica e o distanciamento físico dos pais e a formação da identidade. Só esse sentimento de autonomia, que progressivamente o jovem vai adquirindo face aos pais, lhe permite, por outro lado, estabelecer e desenvolver relações com os pares - estas, também, fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade própria e para o desenvolvimento de uma sexualidade adulta.

Segundo Deveraux (1970) a experiência de pertencer a uma grupo de pares parece ser fundamental por permitir ao jovem desenvolver a capacidade de defender aquilo que a maior parte dos adultos considera ser um padrão normal de comportamento (no que diz respeito, por exemplo, aos roubos, mentiras, obediência,

etc.). No estudo que desenvolveu com jovens estudantes do 10º ano de escolaridade, este autor verificou que os sujeitos mais autónomos, i.e., capazes de defender aquilo que acham correcto, sem ceder a influências, quer do grupo de pares, quer dos adultos, eram aqueles que tinham uma grande contacto e experiência com o grupo de pares, mas que, simultaneamente, provinham de famílias que proporcionavam níveis moderados de apoio e de afecto e níveis moderados de controlo e disciplina. Os jovens mais influenciáveis, que cediam portanto às pressões do grupo de pares para desenvolver comportamentos considerados desviantes, eram aqueles que passavam a maior parte do tempo com o grupo de pares e na ausência da supervisão dos adultos. Estes jovens, para além disso, ou provinham de famílias muito permissivas, onde o controlo e a disciplina era quase nulo, ou de famílias muito controladoras, onde o afecto era quase nulo. Para além disso, aqueles jovens que passavam muito tempo na companhia da família, logo, com contactos escassos com o grupo de pares, eram também muito vulneráveis a sofrer pressões, quer no sentido de desenvolver comportamentos desviantes (conformando-se com o grupo de pares) quer no sentido de uma maior conformidade aos adultos. Estes e outros resultados levaram Deveraux a concluir que, só quando o ambiente familiar permite à criança desenvolver um ego forte é que a experiência com o grupo de pares pode contribuir para o desenvolvimento de uma carácter moral forte e autónomo.

Assim, o grupo de pares não é, obrigatoriamente, uma fonte de socialização negativa, provocando o desenvolvimento de comportamentos socialmente inaceitáveis e desviantes, como o indicam alguns autores (Deveraux, 1970). Este vai desempenhar ao longo da adolescência um papel progressivamente mais saliente, constituindo uma fonte importante de novos valores e de novos comportamentos e atitudes.

Com efeito, é no grupo de pares que o adolescente contacta, pela primeira vez, com novas regras e valores acerca do sexo, da droga, da moda e estilos de vida, constituindo, deste modo, uma fonte importante de conhecimento acerca de novos

valores sociais, atitudes e padrões de comportamento. Para além disso, é no grupo de pares que o adolescente desenvolve um sentimento de pertença e experimenta novas possibilidades (por exemplo, de desenvolver relações íntimas), que não pode experimentar no seio da família ou da comunidade adulta. Por último, os pares constituem termos de comparação, com base nos quais o adolescente se avalia e desenvolve uma definição acerca de si próprio, essenciais na formação da sua identidade (Fleming, 1993).

De acordo com Campbell (1969) o grupo de pares surge no “espaço” que se situa entre as relações familiares e as relações com a sociedade (dos adultos). O progressivo afastamento da família, motivado pelo seu desejo de autonomia, levam-no a procurar outras relações fora do espaço familiar. Este afastamento da família promove a troca de um tipo de relações particularistas por um tipo de relações universalistas, originando no jovem sentimentos de insegurança (Eisenstadt, 1956, citado em Campbell, 1969). O grupo de jovens vem, deste modo, proporcionar conforto emocional e segurança e, para além disso, vem permitir que o adolescente ensaie novas atitudes e relações que o irão preparar para a entrada no mundo dos adultos.

Segundo Campbell (1969) a escola, espaço onde o adolescente passa a maior parte do tempo, constitui um outro agente de socialização extremamente importante. É na escola que o adolescente vai desenvolver uma série de habilidades, atitudes e conhecimentos que o irão tornar num bom cidadão e que possibilitarão que adquira a sua independência económica. Para além disso, é aqui que o adolescente vai contactar com grupos de jovens, no seio dos quais terá que desenvolver uma série de competências interpessoais e, ainda, que vai contactar com outros adultos - professores e encarregados, que servirão de modelos e que, através de mecanismos de controlo apropriados, irão reforçar comportamentos socialmente aprovados.

### **3.3. O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE AUTONOMIA**

Douvan e Adelson (1966, citado em Fleming, 1993) distinguem três tipos de autonomia: comportamental, de valores e emocional. A autonomia comportamental refere-se à capacidade de fazer tarefas por si próprio e à capacidade de tomar decisões autónomas, que evidenciem um sentido de auto-orientação. A autonomia de valores refere-se à capacidade de manejar os valores com uma visão própria e de escolher de entre várias alternativas possíveis aqueles valores com os quais se identifica. A autonomia emocional refere-se ao abandono progressivo dos laços infantis que ligam o indivíduo aos pais.

De acordo com Figueiredo (1985, pág.196) "a autonomia emocional da família de origem . . . é uma condição básica para que o adolescente se possa afirmar pela positiva, escolhendo exercer actividades socializadas, capitais para a sobrevivência da espécie, possibilitando a reprodução bio-psicológica e social através da organização familiar e do trabalho produtivo . . .".

Segundo Fleming (1993), o desejo de autonomia - expresso no desejo de desenvolver comportamentos autónomos, fora do controlo dos pais, na necessidade de separação emocional da família, na procura de outras relações significativas fora deste círculo e na possibilidade de manter valores e ideais diferentes dos pais - surge no início da adolescência. De acordo com este autor, o desejo de autonomia comportamental, expresso no desejo de decorar a parte da casa onde dorme, usar a roupa que quiser, sair à noite, etc., encontra-se presente na maioria dos adolescentes com 12 anos. Contudo, o mesmo estudo demonstra também que muito embora a maioria dos adolescentes deseje ter comportamentos autónomos, só poucos conseguem realizar, de facto, alguns desses comportamentos. Assim, se no final da adolescência mais de 80% dizem poder escolher o seu próprio estilo (modo de pentear e vestir) e de orientar a sua própria vida, resolvendo os seus próprios problemas e seguindo as suas

ideias e ideais, menos de 50% refere ter adquirido a possibilidade “de sair sem dizer aos pais aonde”, “de entrar às horas que quiser”, “de passar os fins-de-semana fora de casa”.

É que a realização de autonomia depende não só da aquisição de uma série de recursos psicológicos, como também da presença de determinados factores familiares que irão facilitar a realização da autonomia (Fleming, 1993). Segundo este autor, a passagem do desejo de autonomia para a sua realização implica, pelo menos em relação a alguns comportamentos, adquirir a capacidade de desobedecer aos pais.

Ao estudar a desobediência em adolescentes com 12/13 anos e em adolescentes com 18/19 anos, esta autora verificou que o padrão de submissão, i.e., não desenvolver determinados comportamentos desejados porque os pais não deixam, é uma constante. Contudo, verificou que existe uma tendência para o número de adolescentes que desobedecem aumentar com a idade, particularmente, no que diz respeito a certos comportamentos, tais como “gastar o seu próprio dinheiro como quiser” e “namorar”.

No mesmo sentido Figueiredo (1985a) afirma que a manifestação do desejo de autonomia surge muito cedo no adolescente, revelando uma tendência contínua que aumenta com a idade. Com efeito, num estudo que realizou com jovens de idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos, verificou que estes jovens adquiriram em primeiro lugar o desejo de autonomia, em segundo a capacidade de desobediência aos pais e, por último, a capacidade de desidealizar as figuras parentais.

Este autor repetiu posteriormente o mesmo estudo (1988) com uma amostra constituída por 1131 estudantes, com idades compreendidas entre os 12 e os 23 anos. Utilizou 6 histórias - 3 das quais dirigidas a raparigas e três aos rapazes - sobre um jovem que tinha que tomar uma posição relativamente aos pais, posição essa que podia reflectir autonomia, desobediência ou desidealização dos ideais familiares. Era-lhes perguntado “o que fazia se tivesse que optar tal como o jovem da história?”. O autor verificou que, para ambos os sexos, a percentagem de jovens que desejava a

autonomia, que tinha capacidade de desobediência e de desidealização aumentava com a idade. Assim, a partir dos 14 anos havia uma percentagem bastante elevada de jovens que demonstravam o desejo de autonomia. A partir dos 16 anos havia um predomínio de respostas que revelavam capacidade de desobediência - sendo no entanto este mais marcado no caso dos rapazes. Relativamente à capacidade de desidealização, verificou que, no caso dos rapazes, as respostas reflectindo a desidealização dos pais começam a predominar a partir dos 18/19 anos e, no caso das raparigas, a partir dos 22/23 anos

De acordo com Figueiredo (1985a) a autonomia exprime-se pelo desinvestimento progressivo dos laços afectuosos que ligam os filhos aos pais. Contudo, a conquista de autonomia só se torna possível com a aquisição de certas capacidades - capacidade de desobediência e capacidade de desidealização dos pais, que vão permitir a rejeição de comportamentos, atitudes e valores defendidos pelos pais e a rejeição dos ímagos parentais.

O predomínio da desobediência manifesta-se mais tarde nos jovens e corresponde à aquisição de capacidades de afirmação e de oposição do adolescente aos progenitores. De acordo com este autor, a aquisição desta capacidade é fundamental, sendo condição necessária ao exercício futuro do poder e da autoridade nas funções familiares e sociais. A desidealização das figuras parentais passa pela descoberta de que os progenitores interiorizados não correspondem aos progenitores reais - estes últimos constituindo uma ameaça às aspirações e aos projectos ideais que o jovem possui, pois, pela própria fase do ciclo de vida, os progenitores encontram-se, eles próprios, a renunciar a uma série de aspirações que sempre mantiveram e porque, pela sua experiência, pelo seu sofrimento e decepções, procuram alertar os filhos dos perigos inerentes a certos rumos de vida e a certas decisões. Contudo, os filhos terão que acreditar na sua força e na ideia de que, aquilo que foi impossível para os pais não será para eles, e não poderão renunciar às suas aspirações e projectos.

Segundo Figueiredo (1988) as novas capacidades psicológicas referidas - capacidade de desautorização e de desidealização - assim como, o desejo de autonomia, vão ter uma tradução a nível comportamental (constituindo, por exemplo, o processo de afastamento dos pais uma expressão da aquisição interna do desejo de autonomia) e também ao nível da produção de valores, os quais terão de ser "capazes de auto-justificar os jovens na sua oposição e divergência com os seus progenitores".

Segundo alguns autores, na perspectiva das teorias psicanalíticas clássicas, o processo que vai desde a manifestação do desejo de autonomia até à sua concretização faz-se necessariamente num contexto de ruptura e conflito e envolve, seguramente, rebelião, ambivalência e desidealização (Fleming, 1993).

De acordo com Figueiredo (1985a) existe sempre um conflito entre as duas gerações, conflito entendido como áreas de tensão, que surgem associadas à aquisição da capacidade de desobediência, desidealização e de autonomia nos jovens. A capacidade de desobedecer aos pais vai lesar os progenitores no seu próprio exercício do poder e da autoridade criando novas áreas de tensão psicológica entre filhos e progenitores. A capacidade de desidealização vai gerar entre pais e filhos uma outra área de tensão resultante de confronto das posições do jovem, que tenta evitar o "luto" interno das suas aspirações, e da posição dos pais, que procuram prevenir os filhos dos riscos de manterem determinadas aspirações e, mesmo, evitar que as mantenham. O desejo e a aquisição de autonomia vai gerar, por último, o aparecimento nos pais de sentimentos de baixa auto-estima, de perda de amor e de autoridade.

Outros estudos indicam que a aquisição de autonomia se faz de uma forma gradual e numa relação de respeito e de consideração pelos pais (Douvan e Adelson, 1966 citado em Fleming, 1993). De acordo com Campbell (1969) "pais e filhos não pretendem destruir-se mutuamente; ambos estão a participar no mesmo jogo e têm os mesmos objectivos: desenvolver e fortalecer, na criança, a capacidade para a autodeterminação, preservar a família e manter laços familiares fortes" (pág.831).

Fleming (1993), na mesma linha de pensamento, refere que a autonomia desenvolve-se num contexto familiar que está, tal como o adolescente, em mutação e desenvolvimento. As mudanças que ocorrem no adolescente são progressivas permitindo pôr em acção uma série de mecanismos de auto-regulação do sistema familiar. Estes mecanismos vão tornar possível a adaptação progressiva de todos os membros a esta mudança e a renegociação do novo estatuto do adolescente - o estatuto de indivíduo mais autónomo. Neste processo de mudança e de adaptação mútua, os pais vão ter que ceder à desobediência e desautorização dos filhos (cada vez mais frequente, à medida que os adolescentes vão crescendo e adquirindo novos recursos psicológicos), o que lhes permite adaptarem-se, progressivamente, a uma separação inevitável dos filhos. Os filhos, por seu turno irão fazer uma série de aquisições internas, no sentido da individuação e formação da identidade, os quais juntamente com a aquisição de autonomia interna, serão indispensáveis para a saída de casa com sucesso e para uma separação efectiva dos pais.

Segundo Moore (1987) os estudos que se têm realizado acerca da autonomia centram-se, essencialmente, no início da adolescência e poucos são aqueles que estudaram este aspecto na fase final da adolescência. Na sua opinião, a separação da família ou a saída de casa constitui uma transição normativa importante, típica do final da adolescência. Logo, segundo este autor, a separação da família constitui um contexto muito rico para se estudar a autonomia.

Algumas investigações indicam que a maneira como os jovens percebem a separação dos pais e a saída de casa (expressão da aquisição de autonomia) se faz pela positiva, ao invés de pela negativa, i.e., os jovens pensam que ganham mais (autonomia, autocontrole, autogoverno, etc.) do que perdem (ligação emocional) (Moore, 1987).

De acordo com este autor, os efeitos que os acontecimentos de vida têm sobre um indivíduo são determinados pelo significado que este lhes atribui. Neste sentido, o

modo como os jovens constróem o significado da *saída de casa e separação dos pais* vai influenciar a maneira como vão experimentar esse processo de separação e, para além disso, vai determinar a relação que irá estabelecer com os seus pais e, ainda, o seu desenvolvimento psicossocial.

Este autor verificou que os jovens (com 18-21 anos de idade) constróem a separação dos pais segundo oito dimensões, moderadamente relacionadas entre si, umas dizendo respeito à autonomia e outras à vinculação. A dimensão de autogoverno (que inclui aspectos como sentir-se maduro, sentir-se como um adulto, ser independente, tomar as suas próprias decisões, etc.) foi aquela mais valorizada pelos jovens. Contudo, não verificou qualquer correlação entre as dimensões autogoverno e desvinculação emocional (que se caracteriza pelos seguintes aspectos: não estar ligado à família, não ver a família muitas vezes, sentir-se como uma visita quando vai a casa, etc.) indicando, claramente, que a saída de casa ou a separação dos pais não significa para estes adolescentes a quebra dos laços familiares.

Ao relacionar estas dimensões com outros dados, tais como solidão, auto-estima, identidade do ego, dificuldades sentidas de saída de casa, sentimento de estar a ser abandonado ou de estar a abandonar os pais, Moore verificou que os adolescentes tardios (i.e., com 18-20 anos de idade) que constróem a separação, fundamentalmente, como um processo que possibilita o autogoverno, são aqueles que se sentem menos sós e que têm uma maior auto-estima. E que, pelo contrário, aqueles que constróem a separação dos pais, fundamentalmente, como um processo de desvinculação emocional não conseguem manter, durante o processo de separação, boas relações com os pais e, principalmente, com a mãe. Para além disso, os rapazes que construíram a separação dos pais como um processo de desvinculação emocional sentem-se mais sós, têm uma auto-estima mais baixa, têm uma identidade do ego menos forte e referem ter dificuldades em sair de casa.

Na mesma linha de pensamento, Fleming e Aguiar (1992) desenvolveram uma investigação com o objectivo de estudar as representações que os jovens universitários (com 18-25 anos de idade) fazem da saída de casa. Para além disso, procuraram introduzir um novo dado, i.e., analisar o modo como estas representações estão associadas às expectativas que os pais têm acerca da saída de casa dos seus filhos. Utilizaram uma metodologia projectiva por forma a captar as representações dos jovens. Era-lhes pedido que imaginassem uma história passada, acerca de um indivíduo com a sua idade, que se separa dos pais e vai viver num sítio diferente e era-lhes pedido, ainda, que apresentassem as razões de saída de casa do indivíduo e que descrevessem como antevêem o seu futuro. Estas autoras recorreram, ainda, a um inquérito por forma a caracterizar as expectativas dos pais em relação à saída de casa dos filhos. De um modo geral, verificaram que os adolescentes representam a saída de casa num cenário de conflito com os pais (56%). Contudo, a maior parte deles (62%) aponta como razão da saída de casa a conquista de autonomia e, apenas, 35% aponta como razão da saída de casa o conflito com os pais. De acordo com Fleming e Aguiar, ao representarem a saída de casa num cenário de grande conflitualidade, os adolescentes estão a tornar este processo mais fácil: a saída de casa não seria uma iniciativa sua, mas surgiria, antes, como reacção ao ambiente familiar. Ao representar assim a saída de casa, os sentimentos de culpa e de deslealdade para com os pais seriam reduzidos.

Ao comparar estes resultados com outros obtidos num estudo semelhante realizado em 1986, com uma população de jovens do secundário (com 12-19 anos de idade), Fleming e Aguiar (1992) verificaram que, embora a maior parte dos jovens represente a saída de casa num cenário de conflito, os estudantes do secundário apresentam, fundamentalmente, como razões de saída de casa o conflito com os pais, ao contrário dos estudantes universitários que apresentam como razão fundamental para a saída de casa o desejo de autonomia. Para além disso, os estudantes do

secundário, ao contrário dos universitários, antevêm um futuro negro para o seu personagem.

Fundamentalmente, as autoras explicam estas diferenças - em termos das expectativas futuras - não com base na diferença de idades, mas com base na condição de vida dos jovens. Os estudantes universitários constituem uma população privilegiada em relação ao emprego, e, como tal, conseguem antever mais claramente o seu futuro e sentir que têm um maior controlo sobre a sua vida, o que lhes imprime um sentimento de segurança. O mesmo não se passa com os estudantes do secundários, que ainda não tomaram decisões concretas em relação ao seu futuro, encontrando-se este muito menos definido, por razões que se prendem, também, com a sociedade actual.

As expectativas que os pais mantêm em relação aos seus filhos são, também, diferentes num estudo e no outro. Os pais cujos filhos frequentam a universidade demonstram mais expectativas positivas, ao contrário dos pais dos estudantes do secundário, que apresentam mais expectativas negativas. Estas diferenças podem ser, igualmente, explicadas, pelo facto dos estudantes universitários terem um futuro mais seguro e claro do que os estudantes que ainda se encontram a frequentar o secundário.

Ambos os estudos apresentados procuraram descrever as representações que os filhos fazem da saída de casa. Embora utilizando métodos e populações diferentes, pode concluir-se que, para as duas populações de universitários, aquilo que é mais valorizado na separação dos pais é aquilo que se conquista (o autogoverno, segundo Moore e a autonomia, segundo Fleming e Aguiar). Para além disso, o estudo de Moore pôs ainda evidência que aquilo que se perde (desvinculação emocional dos pais) é um dimensão pouco importante na separação, tal como é representada nos estudantes universitários.

Assim, a separação da família e a separação dos pais não é entendida, pelos jovens universitários, como uma quebra dos laços familiares. De facto, Sullivan e

Sullivan (1980 citado em Fleming, 1993) comparando dois grupos de rapazes com 17 e 18 anos, um dos quais ingressava pela primeira vez na universidade, observaram que esse grupo manifestava um aumento de afecto, comunicação, satisfação e independência em relação aos seus pais. Este facto apoia, deste modo, a ideia de que o processo de autonomia, na adolescência e no final da adolescência não é um processo de desvinculação, mas antes um processo durante o qual a vinculação cresce de uma maneira menos intensa do que na infância e, para além disso, onde se assiste a uma alargamento dos vínculos emocionais a outras figuras (Bowlby, 1969, citado em Fleming, 1993). Porém, segundo Fleming (1993) a separação dos pais e o estabelecimento de relações extra-familiares só é possível mediante o estabelecimento e interiorização de relações íntimas e recíprocas, seguras e securizantes. A vinculação deve ser entendida, na sua opinião (1993) como “um laço afectivo persistente que promove comportamentos de autonomia no adolescente e não como um laço que promove a dependência” (pág.305).

Outros aspectos fundamentais que podem funcionar como facilitadores (ou inibidores) da aquisição de autonomia são as práticas educativas (Deveraux, 1970; Etxebarria, 1992) e a percepção das atitudes parentais (Fleming, 1992, 1993).

Deveraux (1970) estudou a associação que existia entre determinadas práticas educativas e o desenvolvimento moral nos adolescentes, tendo aplicado um inquérito de auto-preenchimento a estudantes do 10º ano (portanto, com 15/16 anos), através do qual queria classificar as famílias de acordo com a sua estrutura de autoridade, e aplicou uma escala aos professores e orientadores escolares, através do qual pretendia obter uma série de informações relativas aos alunos. Este autor verificou que aqueles estudantes criados em casas onde as práticas educativas ofereciam muito pouco controlo e autoridade, mas onde predominava um clima de afecto, apoio e cuidados e uma relação de grande proximidade entre pais e filhos, eram aqueles mais populares, sensíveis aos outros, eram os mais espontâneos e os que se exprimiam melhor.

Contudo, eram também os mais irresponsáveis, imaturos, ansiosos, resistentes à autoridade dos professores e tendo notas baixas.

O autor, utilizando o mesmo método, elaborou um estudo transcultural, através do qual pretendia comparar diferenças culturais em duas populações - uma de estudantes americanos e outra de estudantes alemães. Escolheu como populações alunos alemães do 6º ano (logo, com 11/12 anos) e alunos americanos com características correspondentes. Concluiu que os pais das famílias alemães mantinham um controlo mais apertado e uma maior autoridade que os pais das famílias americanas. Para além disso, os pais alemães demonstravam, simultaneamente, maiores cuidados parentais, tratando os pré-adolescentes como crianças e promovendo a sua dependência. Este estudo demonstrou que os estudantes alemães eram mais dependentes em relação aos americanos, os quais eram mais sofisticados e maduros socialmente. Contudo, outras observações a nível de estudantes universitários alemães e americanos demonstraram que estes eram menos maduros e autónomos, procurando no grupo de pares o apoio que não tinham tido em casa.

Com base nestes dados, Deveraux concluiu que um nível óptimo de afecto e apoio associado a um nível óptimo de disciplina e controlo constituiria a prática educativa que permitiria o desenvolvimento psicossocial saudável do adolescente, numa perspectiva do desenvolvimento moral.

Observações semelhantes foram realizadas por Fleming (1992, 1993), muito embora, em populações distintas e em relação a aspectos diferentes. A autora procurou estudar a autonomia comportamental, medida através de um inquérito, em três grupos de estudantes com idades distintas: 12/13 anos, 14/16 anos e 17/19 anos. Para além disso, através de um questionário, procurou também medir como esses adolescentes percebem as dimensões - amor, hostilidade, autonomia e controlo, nas atitudes desenvolvidas por seus pais. Com este estudo pretendia compreender de que modo a

ligação afectiva aos pais e as práticas educativas influenciam a aquisição de comportamentos autónomos.

Este estudo, obedecendo a um *design* transversal, no qual se estudaram e compararam três níveis etários distintos, permitiu verificar que a ligação afectiva e práticas educativas não têm um efeito homogéneo ao longo da adolescência. O seu efeito é diferente consoante as tarefas desenvolvimentais que o adolescente tem em mãos e os conflitos internos e externos com que está a lidar. Com efeito, os resultados obtidos indicam que a percepção de que os pais encorajam o desenvolvimento de comportamentos autónomos está associada a maiores capacidades de realizar autonomia, em qualquer das idades e para ambos os sexos. Para além disso, estes indicam que os adolescentes, principalmente nas fases médias (14/16 anos) e terminal (17/19) da adolescência, que percebem os pais como muito controladores e autoritários, têm menores capacidades para desenvolver comportamentos autónomos.

No que diz respeito à dimensão afecto, verifica-se maiores dificuldades na realização de autonomia nos adolescentes que percebem os pais como muito afectuosos e “com um amor muito grande”. Estas dificuldades são mais acentuadas nas raparigas nas fases da adolescência inicial (12/13 anos) e média (14/16 anos). Contudo, na fase terminal da adolescência, a percepção de pais “com um amor muito grande” facilita a aquisição de autonomia nos diversos comportamentos em ambos os sexos. Para além disso, quando os filhos percebem uma grande hostilidade nas atitudes dos pais, a sua capacidade de realizar autonomia diminui, independentemente da sua idade e sexo.

Pode-se concluir, deste modo, que as atitudes parentais, tal como são percebidas pelos filhos em termos de ligações afectivas e de práticas educativas, têm consequências diferentes na aquisição da autonomia ao longo do desenvolvimento e nos diferentes sexos.

Etxebarria (1992) procurou relacionar determinadas práticas educativas com a possibilidade e facilidade de mudança de valores nos adolescentes (com idades compreendidas entre os 16 e 19 anos), tendo desenvolvido um estudo, através do qual pretendia compreender o que acontecia aos jovens que contactavam e se identificavam com outras formas de pensar ou outros valores diferentes daqueles de seus pais. Segundo o autor, o contacto e identificação com valores considerados maus e incorrectos pelos pais e família pode originar no jovem sentimentos de culpa, que inibam a mudança de valores - mesmo que o jovem considere os novos valores racionalmente válidos e mais adequados do que aqueles veiculados pelos seus pais e familiares.

Ao procurar analisar de que modo as práticas educativas estavam relacionadas com o aparecimento de sentimentos de culpa e, logo, com a dificuldade em mudar de valores, verificou que as práticas educativas, na sociedade ocidental actual, mudam de sexo para sexo, sendo aquelas desenvolvidas para as raparigas mais geradoras de culpa e colocando, deste modo, mais entraves à sua aquisição de autonomia.

Este autor verificou que quanto maior a distância entre os valores defendidos pelos pais e os novos valores com que os filhos contactam, maiores eram os sentimentos de culpa vivenciados pelos filhos. Por outro lado, quanto mais fortes eram os valores do grupo de pares sobre determinado aspecto, menores eram os sentimentos de culpa gerados no jovem.

Para além disso, verificou que as diferentes práticas educativas tinham repercussões diferentes a nível dos sentimentos de culpa dos adolescentes, podendo algumas dessas inibir o processo de autonomia e provocar a sua submissão. Assim, a indução (i.e., a utilização do medo, temor ou culpa para dissuadir os filhos de qualquer comportamento, atitude ou valor) é a prática educativa mais associada ao aparecimento de sentimentos de culpa nos filhos e, logo, às dificuldades de autonomia. O uso da razão (*racionamento*), técnica educativa que promove a discussão, o debate e troca de

ideias e de perspectivas, era aquela menos associada ao aparecimento de sentimentos de culpa, facilitando como tal a adopção de novos valores. É interessante notar que as raparigas eram mais propensas a sentirem mais culpa, muito embora, apenas no campo das condutas sexuais. Estas diferenças são, na opinião do autor, devido à utilização de diferentes práticas educativas com filhos e filhas, especialmente, nesta área.

# ***METODOLOGIA***

---

O presente estudo insere-se numa investigação acerca de valores sociais realizada por Figueiredo (1988), que teve como objectivo comparar, à escala nacional, os valores sociais preponderantes em duas grandes populações - de estudantes universitários e seus pais, numa perspectiva do conflito intergeracional. Neste sentido, e por forma a tornar os estudos comparáveis, optou-se por utilizar o mesmo instrumento.

Muito embora, o presente estudo assumia as mesmas características que aquele realizado por Figueiredo (1988), baseou-se, no entanto, numa amostra regional (no Distrito de Faro), fundamentalmente, com o propósito de captar pequenas variações de índole regional.

Neste capítulo caracteriza-se a população e a amostra e descreve-se o procedimento adoptado na recolha dos dados. Para além disso, faz-se uma descrição do instrumento utilizado - um questionário acerca de valores sociais - e apresenta-se a estratégia seguida na apresentação e tratamento dos dados.

### **4.1. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO**

Esta investigação teve como objectivo estudar os valores sociais defendidos pelos estudantes da Universidade do Algarve e compará-los com aqueles defendidos pelos seus pais. Deste modo, a população de jovens foi definida como “todos os estudantes finalistas, no ano lectivo de 1995/96, da Universidade do Algarve” e a população dos pais definida como “todos os pais, cujos filhos são alunos finalistas, no ano lectivo de 1995/96, da Universidade do Algarve”.

A escolha da população dos progenitores não teve que obedecer a quaisquer limitações teóricas, uma vez que foi definida a partir da população dos filhos. Contudo, a escolha da população juvenil sofreu algumas restrições, fundamentalmente por razões de ordem teórica.

Por um lado, optou-se por estudar uma população estudantil, pois a educação e formação académica constituem dois processos importantes de socialização (Figueiredo, 1988), que são fundamentais para o desenvolvimento de novos valores e, logo, com grande pertinência para o estudo dos conflitos intergeracionais. Por outro lado, inúmeros estudos realizados na área da autonomia de valores (Figueiredo, 1985, 1988, 1992) indicam que os jovens só no início da vintena passam, claramente, a preferir e a assumir ideais extra-familiares. É que, de acordo com Figueiredo (1988), a possibilidade de optar por valores diferentes e/ou conflituais em relação aos progenitores implica a aquisição de certas capacidades psicológicas, tais como, capacidade de autonomia, de desautorização e de desidealização psicológica, as quais vão sendo adquiridas progressivamente e, de um modo geral, até ao início dos vinte anos. Assim, a escolha de estudantes universitários justifica-se pela possibilidade de se encontrarem estudantes com idades superiores a 20 anos e, logo, potencialmente capazes de defender valores diferentes dos pais.

A escolha de alunos finalistas prendeu-se com o facto de, por frequentarem a Universidade do Algarve há mais anos, sofreram um processo de socialização mais prolongado, esperando-se, portanto, que determinados valores estejam mais enraizados nestes alunos, do que naqueles com menos anos de frequência na Universidade do Algarve. Para além disso, como já foi referido, estes alunos têm uma maior capacidade de defender valores diferentes daqueles sustentados pelos seus progenitores, uma vez que se espera que, na sua maioria, estejam já na casa dos vinte anos.

A população de jovens é constituída por um total de 1387 alunos, matriculados no último ano e distribuídos pelos 29 cursos existentes (Quadro 1.).

## Quadro 4.1.

Distribuição, em Frequência, dos Alunos Finalistas por Cursos no Ano Lectivo de 1995/96

Cursos da Universidade do Algarve	Nº de alunos matriculados
Biologia Marinha e Pescas	131
Engenharia Hortofrutícola	100
Gestão de Empresas	130
Educadores de Infância	25
Professores do Ensino Básico - -Português/Francês	29
PEB - Português/Inglês	52
PEB - Matemática/Ciências da Natureza	43
Engenharia Civil	96
Engenharia Mecânica	63
Gestão	150
Engenharia Alimentar	46
Professores do Ensino Básico - 1º ciclo	4
Engenharia Eléctrica e Electrónica	33
PEB - Educação Visual e Tecnológica	1
PEB - Educação Física	48
Economia	84
Turismo	75
Matemática	10
Línguas e Literaturas Modernas - Português/Francês	- 9
Línguas e Literaturas Modernas - Português/Inglês	- 12
Ensino de Informática	6
Gestão Hoteleira	63
Informática - Gestão	43
Design	49
Engenharia do Ambiente	32
Ensino de Estudos Portugueses	19
Tradução	22
Engenharia de Sistemas e Computação	12

## 4.2. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra de estudantes foi obtida a partir da população de estudantes através da técnica de amostragem aleatória. Embora este método seja considerado por alguns autores como o melhor método para estimar uma amostra (Vockell, 1983), outros autores (Tuckman, 1978) consideram que a amostragem estratificada oferece maiores vantagens, nomeadamente, por garantir uma maior representatividade.

Recorrer a uma técnica de amostragem estratificada mostrou-se difícil, nesta investigação, devido à dificuldade de se obter determinados dados relativamente à população. Para além disso, a utilização deste tipo de técnica iria criar categorias constituídas por um número muito reduzido de elementos (como por exemplo, a categoria de raparigas, não naturais do Algarve, do Curso de Engenharia Alimentar) o que tornaria inviável a recolha dos dados, assim como, a sua análise.

A amostra recolhida representa 21% da população, e apresenta, de acordo com o método proposto por Vockell (1983), um intervalo de confiança de 5%. Este valor significa que os resultados obtidos na amostra podem ser generalizados à população dos estudantes finalistas da Universidade do Algarve, com uma confiança de 95% (ou seja, que se tem 95% de probabilidades de se obter os mesmos resultados na população e na amostra).

A amostra de estudantes recolhida inicialmente era constituída por um total de 307 alunos. Contudo, alguns questionários (11) não foram incluídos na amostra pelo facto de não possuírem informação acerca do sexo e naturalidade. Do mesmo modo, obtiveram-se 209 respostas de progenitores, tendo sido excluídos 18 questionários por não terem informação relativa ao sexo e naturalidade do sujeito.

Assim, a amostra global de estudantes é constituída por 296 elementos, dos quais 158 pertencem ao sexo feminino (53.4%) e 138 ao sexo masculino (46.6%) e estão matriculados numa grande variedade de cursos. A média de idades para a amostra

global é de 23.0 anos, sendo de 22.9 anos para a amostra das raparigas e de 23.1 anos para a amostra dos rapazes.

Verificou-se que 120 (41.2%) estudantes eram naturais do Algarve e que 171 (58.8%) eram provenientes de outras regiões do país. No Quadro 4.2. encontra-se representada a distribuição em percentagem dos sexos dos estudantes por naturalidade.

Quadro 4.2.

Distribuição, em Percentagem, da Amostra dos Estudantes em Função das Variáveis Sexo e Naturalidade

	Naturais	Não naturais
Raparigas	37,8	62,2
Rapazes	45,2	54,8

Verificou-se que a maior parte (92.9%) dos jovens inquiridos são solteiros e que uma grande parte vive com um companheiro ou com outros jovens (45.9%). 44.5% dos jovens ainda vive, no entanto, com os pais e a maioria destes estudantes (95.9%) viveu na infância também com os seus pais. Para além disso, verificou-se que 94.2% dos jovens inquiridos têm ambos os pais vivos e que em 90.7% das situações estes vivem juntos. A maior parte destes jovens recebe uma mesada (38.8%) ou não recebe uma quantia fixa para fazer face às despesas próprias (23.5%).

A maioria destes estudantes é católico (94.3%) e 72.2% passou as suas últimas férias em Portugal.

Os progenitores dos alunos inquiridos pertencem em grande parte (31.8%) à categoria profissional *empregado de escritório; operário; funcionário; trabalhador agrícola por conta de outrem* e sensivelmente metade (50.7%) têm o ensino primário

completo. Apenas 21.8% tem o ensino técnico ou o ensino superior. Os progenitores destes estudantes vivem sobretudo do vencimento mensal (45.7%) e de rendimentos de bens que possuem ou da actividade liberal exercida (36.7%). Para além disso, a maior parte refere viver em *andares ou casas espaçosos e confortáveis* (70.8%).

A amostra dos progenitores é constituída por 191 sujeitos, dos quais 100 pertencem ao sexo feminino (52.4%) e 91 ao sexo masculino (47.6%). A média de idades da amostra total é de 51.0 anos, sendo para a sub-amostra mães de 49.5 anos e para a sub-amostra pais de 52.6 anos. Mais de metade dos sujeitos não são naturais do Algarve (56.4%). Esta tendência é mais marcada na amostra das mães que responderam ao inquérito - sendo estas principalmente não naturais do Algarve (60.0%, relativamente a 40.0% naturais do Algarve).

A grande maioria dos pais inquiridos é católica (98.0%) e a grande maioria passou as suas últimas férias em Portugal (86.7%).

O nível de instrução dos progenitores que responderam ao inquérito é, de um modo geral, muito baixo: 53.2% tem, apenas, o ensino primário completo, sendo que, apenas, 7.5% tem um curso médio e superior. (É interessante notar que muito embora 21.8% dos alunos refira que, pelo menos, um dos seus pais tem o ensino superior ou médio, só 7.6% dos pais com estes graus de ensino respondeu ao inquérito). No Quadro 4.3. são apresentados as distribuições em percentagem dos progenitores tendo em conta o seu nível de instrução.

Quadro 4.3.

Distribuição, em Percentagem, dos Progenitores por Nível de Instrução (n=172)

Nível de instrução	Progenitores
Curso superior	2,9
Curso técnico ou profissional	4,1
Ensino secundário, comercial ou industrial	12,7
Ensino primário completo	53,8
Ensino primário incompleto ou nulo	25,4

Quanto à profissão desempenhada pelos pais, verifica-se que são, na sua maioria, funcionários ocupando cargos de subordinação ou trabalhadores agrícolas por conta de outrem (33.5%) ou são trabalhadores por conta própria em oficinas ou explorações agrícolas familiares (34.1%). No Quadro 4.4. apresenta-se a distribuição, em percentagem, dos progenitores por tipo de profissão desempenhada.

Quadro 4.4.

Distribuição, em Percentagem, dos Progenitores por Tipo de Profissão (n=164)

Profissão	Progenitores
Quadro superior da Administração Pública; Especialistas cientistas ou técnicos, liberais ou similares; Proprietário agrícola de grandes dimensões.	3,1
Empregado de escritório em posição de chefia; Operário altamente qualificado, trabalhador especializado; Rendeiro de propriedade agrícola, proprietário agrícola de média dimensão.	18,3
Profissional artista por conta própria; Proprietário agrícola de exploração de dimensão familiar.	34,1
Empregados de escritório; Operário; Funcionário; Trabalhador agrícola por conta de outrem.	33,5
Pessoal auxiliar; Ajudante; Jornaleiro	11,0

Para além de uma amostra regional, construiu-se uma amostra nacional com base em nove amostras regionais recolhidas por 9 mestrados do Mestrado de Psicopatologia e Psicologia Clínica. Todas as amostras regionais representam 20% da população-alvo e obedeceram aos mesmos critérios e definições, já referidas. Com a construção da amostra nacional, pretende-se estudar como é que os valores defendidos pelos alunos e progenitores de cada amostra regional variam relativamente à amostra nacional. Os resultados, em percentagens, obtidos para a amostra do Algarve e nacional foram comparados e as diferenças avaliadas com o Teste de significância Diferenças de Proporções. As variáveis, qualitativas e medidas numa escala nominal, têm várias dimensões, que eram (ou não) escolhidas pelos inquiridos. Os valores absolutos dizem, deste modo, respeito à frequência com que cada dimensão foi escolhida. Esta foi então transformada em frequência relativa (ou percentagens), que representa a proporção com que cada dimensão foi escolhida. As diferenças entre as proporções foram comparadas com base no teste de significância supra referido.

Foram inquiridos 2978 estudantes das universidades de todo o país, dos quais 43.6% são do sexo masculino e 56.4% do sexo feminino. Os estudantes da amostra nacional têm de média de idade 23.3 anos e na sua grande maioria não são naturais do Algarve (apenas, 6.0% dos estudantes inquiridos referem ser naturais do Algarve). Dos 1751 progenitores da amostra nacional inquiridos, 44.0% são pais e 56.0% são mães. A média de idades é de 53.2 anos para esta amostra e poucos são naturais do Algarve (apenas, 5.9%).

### **4.3. APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA**

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário constituído por 46 perguntas relativas aos valores dominantes na cultura ocidental - valores relacionados

com a família, trabalho, justiça, igualdade, liberdade, paz, nacionalidade, etc. (Figueiredo, 1988).

Este foi construído a partir dos inquéritos mais significativos utilizados nos últimos anos na Europa Ocidental, e em particular, a partir do II Inquérito Geral às Universidades promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em 1964 e a partir do trabalho “Les Jeunes Européens” (Figueiredo, 1988). No anexo I apresenta-se o questionário utilizado.

Assim, muito embora, se tenha optado por manter a estrutura do questionário e grande parte das questões por forma a tornar possível uma comparação do presente trabalho com o trabalho realizado por Figueiredo (1988), sentiu-se a necessidade de introduzir algumas alterações, dada a mudança do contexto cultural, social e político nos últimos 10 anos.

Assim, foram adicionadas nove questões, que se justificam, fundamentalmente, pela sua actualidade...

\* A introdução da questão 21 acerca da despenalização da toxicodpendência justifica-se, pelo facto, de se ter intensificado o debate acerca de diferentes formas de lidar com o fenómeno toxicodpendência, o que obrigou a uma formalização mais cuidadosa e a um maior conhecimento acerca deste fenómeno social.

\* A introdução da questão 36 acerca da utilização de novas tecnologias justifica-se pela sua recente introdução na sociedade portuguesa. Para além disso, esta questão poder-se-á mostrar pertinente em investigações futuras. No inquérito “Juventude portuguesa: Situações, problemas, aspirações” à juventude portuguesa verificou-se uma grande apetência para o consumo, principalmente, de bens ligados aos audiovisuais e às novas tecnologias, tais como, video, máquina de filmar, computador, o que parece indicar que os sistemas de comunicação de massa assumem uma grande importância para os jovens (Schmidt, 1990).

\* A introdução da alínea D da questão 37 justifica-se pela importância que os Grandes Concertos têm para os jovens. Segundo Sampaio (1994, pág.64), “de entre os ritos de passagem que caracterizam a passagem para uma relação mais autónoma com os pais e prenunciam a chegada da idade adulta, os /Grandes Concertos/ são sem dúvida dos mais importantes”.

\* Na alínea *a* da questão 39 foram introduzidas as doenças SIDA e Hepatite por, para além do Cancro, constituírem, actualmente, uma grande inquietação para os jovens.

\* A introdução das questões 16, 18, 19, 20, 21, na parte de caracterização do questionário, justificou-se por permitirem descrever interesses e tendências, que se considerou ser importante analisar.

Para além disso, foram alterados alguns termos e excluídas duas questões por terem sido considerados obsoletos.

\* Assim, na questão 23 o termos Mercado Comum e CEE foram alterados para União Europeia (UE), pois a designação inicial foi abandonada desde a assinatura do Tratado de Maastricht em 1991.

\* O termo Limitação da Natalidade, na questão 13, foi substituído pelo termo Planeamento Familiar.

\* Uma das perguntas excluídas, referia-se às relações entre países socialistas e capitalistas. Considerou-se esta questão obsoleta, dado o colapso da maior parte dos países socialistas e, conseqüentemente, o pouco impacto que, actualmente, as relações entre países democráticos e os países que se mantêm socialistas, tais como, Cuba, China, Coreia do Norte, têm para os jovens.

\* A pergunta referente à caracterização do Bairro onde vive foi excluída por se ter achado que a sua resposta já estaria incluída nas outras

#### 4.4. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

A investigação iniciou-se com um contacto por escrito ao Reitor da Universidade do Algarve pedindo autorização para a sua realização. Este contacto trouxe algumas facilidades, tais como, a possibilidade de contactar os Serviços Académicos da Universidade do Algarve, através dos quais se obteve alguma informação preciosa, com base na qual se constituiu a amostra.

No trabalho de campo fez-se um contacto inicial com os professores responsáveis por cada unidade, com o objectivo de obter informações acerca dos horários dos alunos finalistas e uma indicação acerca de que professores leccionam as cadeiras dos últimos anos dos diferentes cursos.

Numa segunda fase procurou-se cada um desses professores e pediu-se a sua colaboração. Assim, pediu-se a cada professor que dispensasse os últimos 30 minutos da sua aula e que avisasse os alunos acerca do inquérito, solicitando a sua colaboração.

As instruções dadas aos alunos foram essencialmente duas. Foi-lhes pedido que respondessem ao inquérito com sinceridade, sublinhando a importância deste estudo e da sua colaboração. Para além disso, foi-lhes distribuído um envelope A4 já selado contendo dois inquéritos para os pais e uma carta de apresentação e foi-lhes pedido que escrevessem no remetente a morada dos pais e que, se possível, os incentivassem a responder ao inquérito. Os pais foram, deste modo, contactados indirectamente, por correio. Alertou-se sempre para a confidencialidade dos dados.

O questionário demorou em média 30 minutos a ser respondido, tendo a investigadora permanecido junto dos alunos para esclarecer quaisquer dúvidas que surgissem.

Nem sempre foi possível contactar os alunos na sala de aula. Alguns alunos encontravam-se em estágio e, por isso, tinham apenas sessões de acompanhamento com professores responsáveis. Nesses casos optou-se por deixar os inquéritos com os

professores, deixando por escrito as instruções. Houve um outro caso em que se combinou um encontro com todos os alunos de um curso, através da afixação de um aviso por intermédio da secretaria da respectiva Unidade.

#### 4.5. ANÁLISE DOS DADOS

Este é um estudo fundamentalmente descritivo, através do qual se procurou descrever os valores de duas populações e compará-los entre si.

Com este estudo não se pretende estabelecer relações de causa-efeito, mas apenas descrever os valores defendidos por duas populações distintas. Segundo Vockell (1983) este é uma investigação de nível 1, através do qual não se pretende estabelecer relações de causa-efeito ou compreender processos, mas sim levantar questões - estas poderão ser então estudadas a um outro nível de análise e com um outro tipo de metodologia.

As questões incluídas no inquérito foram agrupadas em cinco categorias distintas: “Progresso e Civilização”, “Centros de Interesse”, “Instituições, Problemas Sociais e Religião”, “Política” e “Sexualidade, Casamento e Família”, de acordo com o agrupamento feito por Figueiredo (1988, 1992). As razões que levaram à realização deste agrupamento prendem-se com uma maior facilidade na apresentação e discussão dos resultados. A cada um destes grupos adicionaram-se algumas questões que tinham ficado por analisar nas investigações mencionadas.

No grupo “Progresso e Civilização” incluíram-se 13 perguntas que dizem respeito a objectivos civilizacionais e a expectativas em relação ao futuro. Estas perguntas englobam três níveis - um nível global, um outro nacional e um terceiro relacionado com a Europa e os ideias europeus.

A questão 27 - *as grandes causas por que vala a pena aceitar sacrifícios*, assim como, a questão 41 - *o que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010*,

têm fundamentalmente que ver com objectivos civilizacionais a que os inquiridos dão importância.

Em relação ao progresso e à capacidade de o influenciar, pretendeu-se com a questão 46 saber qual a opinião acerca da *geração que tem uma visão mais realista do mundo*.

Outras questões há em que se vai particularizar para o caso nacional. Por exemplo, as questões 28, 29, 30, dizem respeito a objectivos civilizacionais relativos à realidade nacional, assim como, a questão 25 relativa aos *objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10/15 anos*.

As restantes questões têm como objectivo averiguar quais são as expectativas dos inquiridos em relação ao futuro. Estas questões também subentendem dois níveis - um nacional, outro global. Assim, a um nível de expectativas em relação ao país há a referir a questão 22 relativa ao progresso do país. A um nível de expectativas mais globais há a referir a questão 43 - *as pessoas serão mais felizes no ano 2010*, constituindo esta data uma meta em relação à qual os inquiridos se sentem pessoalmente comprometidos.

Para além disso, neste grupo de questões procurou-se ainda avaliar o grau de optimismo relativamente à *crise de civilização e ao modo como esta poderá ser vencida* (questão 26), avaliar o grau em que cada geração se sente com capacidades para *contribuir, em alguma coisa, para influenciar o progresso* (questão 42) e qual a posição relativamente à dicotomia *revolução/evolução* (questão 23).

“A opção europeia antes de ser um problema político-económico é, para Portugal, em 1986, uma problema de civilização e de progresso” (Figueiredo, 1992, pág.341). Em 1986 a Europa constituía uma expectativa de progresso e a possibilidade de se atingirem níveis de riqueza e desenvolvimento semelhantes aos dos restantes países da Europa. Ocorridos 11 anos de integração europeia, como evoluíram essas expectativas? Os ideias europeus fortaleceram-se? As questões 24 (*se Portugal*

*abandonasse a UE como se iria sentir*) e 40 (acerca do modo de conceber a UE) permitem, exactamente, avaliar os valores em relação à Europa e os ideais europeus.

No grupo “Centros de Interesse”, no qual foram incluídas 4 questões, procurou-se saber o que cada uma das gerações mais valoriza. Este grupo inclui uma questão acerca de *quais os aspectos da vida porque verdadeiramente se interessa* (questão 44). Acrescentou-se uma outra questão com a qual se procurou averiguar, do mesmo modo, o que cada geração considera ser *mais importante na vida de uma pessoa* (questão 3). E ainda a questão 31 relativa às *qualidades que cada um mais admira numa pessoa*. Uma outra questão introduzida neste grupo tem que ver com os *motivos que levam uma pessoa a procurar trabalho* (questão 5).

No grupo “Instituições Sociais, Problemas Sociais e Religião” foram incluídas questões acerca do ensino (questões 1 e 2), tribunais (questão 17), polícia (questão 18), prisões (questão 19), grandes problemas sociais geradores de preocupação generalizada, tais como, criminalidade, alcoolismo, prostituição e droga (questões 20 e 21). A religião foi inserida neste grupo, pelo facto de a Igreja constituir, em Portugal, uma verdadeira instituição social (questões 32 e 33).

Com o grupo “Política”, no qual se incluíram três questões, pretende-se avaliar “a identificação simbólica com a democracia” (Figueiredo, 1992, pág.342). Pretende-se cobrir toda uma série de questões, tais como, “que evolução desejável esperam as duas gerações que venha a ter a democracia? (questão 45) Quais as referências imaginárias no que respeita à dicotomia esquerda-direita e qual o sentido desta divisão? (questão 38) Qual o engajamento de cada geração em relação aos partidos? (questão 39)” (Figueiredo, 1988, pág.43).

Com o grupo “Sexualidade, Casamento e Família”, constituída por onze questões, procurou-se avaliar a conotação dada às relações sexuais pré-matrimoniais (questões 10 e 11), a importância relativa do casamento (questão 8) e os factores determinantes do seu sucesso (questão 7). Procurou-se ainda saber como é entendido o divórcio (questão

9). Procurou-se avaliar a importância do sistema conjugal, da família e de outras instituições na educação dos filhos (questão 14). Procurou-se identificar os valores relativos ao trabalho da mulher (questão 6), ao número de filhos ideal (questão 12) e ao planeamento familiar (questão 13). Acrescentou-se ainda, neste agrupamento e para fins de análise, as questões 15 e 16 relativas aos valores subjacentes à concepção das relações conjugais. A questão 16 foi, contudo, excluída da análise, pelo facto do seu enunciado apresentar um erro, o que suscitou muitas dúvidas nos jovens. Procurou-se, ainda, avaliar as preferências dos jovens relativamente a viverem com a família ou com os amigos (questão 4).

Cada uma das questões e grupos de questões foram analisados em termos de frequência de respostas. Foram comparados 4 grupos distintos: estudantes - progenitores; elementos do sexo feminino - elementos do sexo masculino; elementos naturais - elementos não naturais do Algarve, elementos da amostra regional - elementos da amostra nacional.

Recorreu-se ainda à análise de significância com o objectivo de determinar se as diferenças obtidas nas respostas eram (ou não) significativas do ponto de vista estatístico. Para tal, utilizou-se o Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ). Segundo Guilford & Fruthter (1981) este teste é usado em dados apresentados sob a forma de frequências, pelo que pareceu indicado a sua utilização neste estudo. Para além disso, Fergusson (1988) é da opinião que este teste de significância pode ser utilizado quer com duas amostras independentes, quer com duas amostras dependentes. As amostras recolhidas no presente estudo são independentes, pelo que a utilização do Teste Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) mais uma vez pareceu adequada. A comparação entre a amostra nacional e regional foi feita com recurso ao Teste de Significância Diferenças de Proporções.

# APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

---

### 5.1. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE GERAÇÕES E SEXOS

As amostras em estudo são constituídas, como já foi referido, por alunos do ensino superior que estão a frequentar o último ano do curso e pelos respectivos pais. A média de idades é de 23.0 anos para os estudantes e de 51.0 anos para os progenitores. Pertencem na sua grande maioria à religião católica (94.3% dos filhos e 98.0% dos progenitores).

Em termos culturais, há a dizer que ambas as populações viajam pouco nas férias - o que diminui os contactos com outras culturas e o conhecimento acerca de outros modos de vida e valores. Os filhos viajam, no entanto, mais do que os progenitores (respectivamente, 27.3% e 13.3% passaram as últimas férias no estrangeiro) ( $p < 0.05$ ).

Relativamente à questão sobre pertença a movimentos - ambiental, científico, desportivo ou cultural - obteve-se um elevado número de não respostas: 58.8% dos filhos (180) e 72.3% dos progenitores (139) não respondeu a esta questão.

Verificou-se, no entanto, que a maior parte dos progenitores (14.7%) pertence a *outros* movimentos não especificados e que nenhum pertence a movimentos científicos. Para além disso, 6.3% pertence a movimentos culturais, 4.2% a movimentos desportivos e 2.6% a movimentos ambientais. Os estudantes pertencem na sua maior parte a *outros* movimentos (17.6%). Para além disso, pertencem fundamentalmente a movimentos desportivos (10.8%), mas também, a movimentos culturais (6.8%), a movimentos ambientais (3.4%) e a movimentos científicos (2.7%). Na figura 5.1. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Pertença a movimentos culturais”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

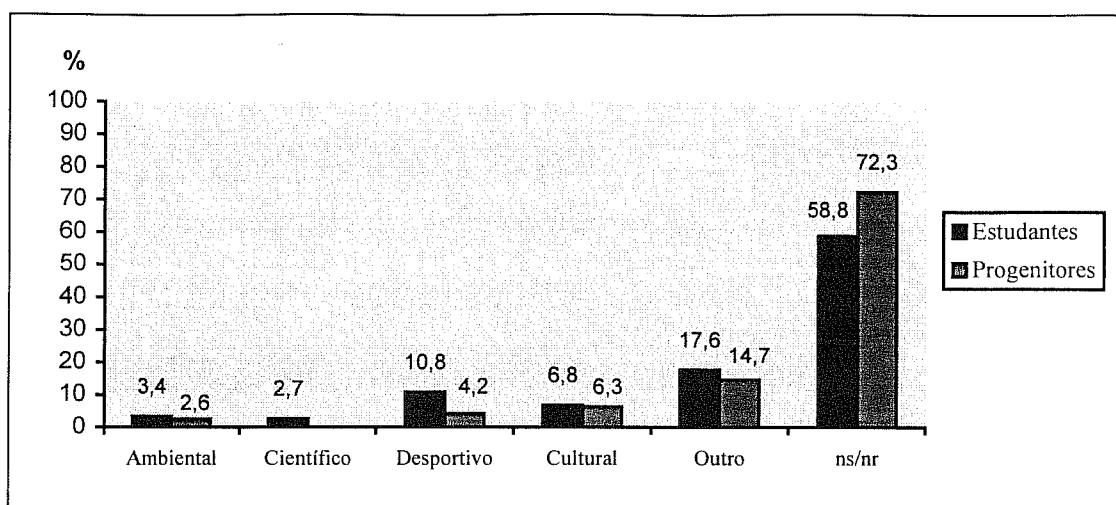


Figura 5.1. Distribuição, em percentagem, da variável “Pertencença a movimentos culturais”

Em termos de actividades culturais desenvolvidas (q. 37), constatou-se que 13.2% dos filhos foi ao cinema na última semana, assim como, 2.6% dos progenitores. Estes números são ainda mais baixos no que diz respeito ao teatro (0.54% dos estudantes foram ao teatro na última semana, assim como, 0.6% dos progenitores), aos concertos (respectivamente, 1.8% e 2.0%) e a conferências (respectivamente, 3.5% e 2.6%). A rádio e a televisão constituem o veículo cultural de eleição: 23.5% dos filhos e 26.7% dos progenitores referiram ter ouvido rádio na última semana e 25.9% dos filhos e 45.5% dos progenitores referiram ter visto televisão na última semana. O leitura de livros é uma actividade desenvolvida por um número relativo de estudantes e de progenitores - respectivamente, por 16.6% dos estudantes e 15.1% dos progenitores. É interessante observar, no Quadro 5.1. relativo à distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de actividades desenvolvidas” na amostra dos estudantes e dos progenitores, a grande discrepância relativamente ao desporto - representando 14.8% das respostas dos estudantes e 5.1% das respostas dos progenitores..

## Quadro 5.1.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Tipo de actividades desenvolvidas”  
(% sobre o total de respostas )

	<b>Respostas dos estudantes</b>	<b>Respostas dos progenitores</b>
Livro	16.6	15.1
Cinema	13.2	2.6
Teatro	0.54	0.6
Concertos	1.8	2.0
Desporto	14.8	5.1
Conferência	3.5	2.6
Rádio	23.5	26.7
TV	25.9	45.5

O desporto assume grande proporções no grupo dos rapazes, representando 19.5% das respostas dos rapazes (contra 12.7% do total das respostas nas raparigas) e situando-se, em termos de actividades desenvolvidas, acima da leitura de livros, no caso dos rapazes (que representa, no caso dos rapazes, 17.7% do total das respostas e, no caso das raparigas, 18.5% das respostas). Verificou-se, ainda, que os rapazes desenvolvem mais actividades no exterior - obtendo percentagens mais elevadas em actividades como, cinema, teatro, concertos e desporto, e que as raparigas tendem a desenvolver mais actividades no interior, tais como, ler um livro, ver televisão e ouvir rádio.

No que diz respeito à leitura de jornais não desportivos (q.34), verificou-se que, de um modo geral, os estudantes lêem mais jornais do que os progenitores ( $p < 0.05$ ). Assim, a grande parte dos estudantes lê jornais uma ou duas vezes por semana (46.8%); apenas 12.5% o faz todos os dias. Em contrapartida, 41.1% dos progenitores quase nunca lê jornais, mas 23.2% fá-lo todos os dias, como se pode observar na figura 5.2. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais não desportivos”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

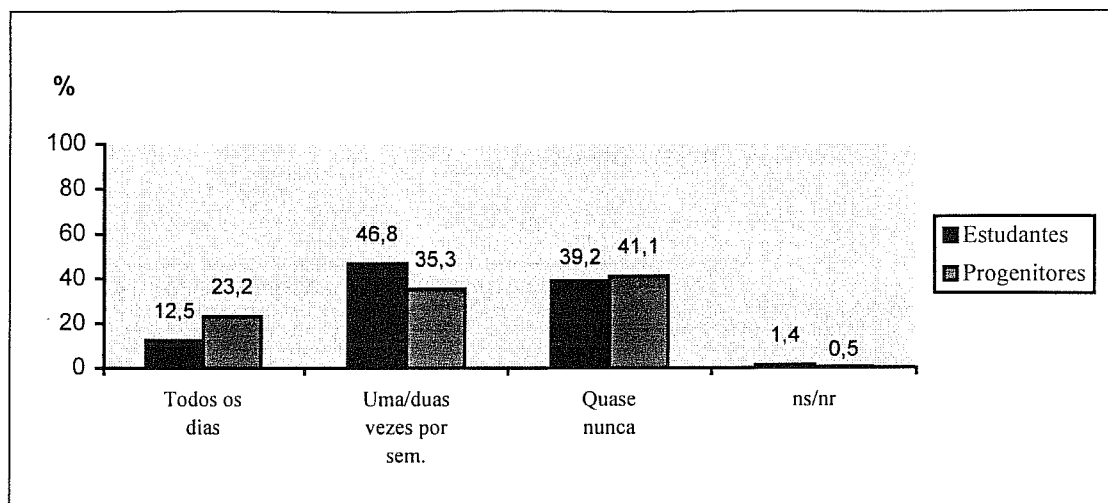


Figura 5.2. Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais”

Quando se controlou a variável sexo, constatou-se que são as mães (53.1% contra 28.3% dos pais), assim como, as filhas (51.9% contra 24.8% dos rapazes) que quase nunca lêem jornais e que 41.3% dos pais (contra 29.6% das mães), assim como, 55.5% dos filhos (contra 39.2% das filhas) lêem jornais uma ou duas vezes por semana (para ambas as amostras  $p < 0.05$ ).

No que diz respeito às secções do jornal que mais interesse despertam (q.35), também se verificou uma orientação diversa entre os progenitores e os filhos. Assim, se ambos lêem preferencialmente a secção sobre vida nacional (16.9% dos filhos e 20.5% dos progenitores), os filhos lêem em segundo lugar páginas de divulgação científica (15.3%) e os progenitores as secções relacionadas com a vida internacional (12.0%) e artigos de fundo e reportagens (12.0%). Estas duas secções constituem, por sua vez, respectivamente, a terceira (13.2%) e quarta escolha (12.6%) dos filhos - sendo a terceira e quarta escolha dos progenitores, respectivamente, a secção sobre curiosidades (11.0%) e a secção sobre crimes e outros acontecimentos sensacionais (9.9%). No Quadro 5.2. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas”, nas amostras dos estudantes e dos progenitores.

## Quadro 5.2.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas” (sobre o total de respostas)

	Respostas dos estudantes	Respostas dos progenitores
Vida nacional	16.9	20.5
Vida internacional	13.2	12.0
Artigos de fundo /reportagens	12.6	12.0
Desporto	8.3	6.7
Artes e letras	4.8	4.0
Críticas de espectáculos	4.9	3.2
Crimes	5.3	9.9
Folhetins, contos	0.5	2.1
Páginas de economia	3.8	6.5
Páginas de divulgação científica	15.3	6.0
Curiosidades	8.9	11.0
Passatempos	5.5	5.0

Em relação à utilização de “novas” tecnologias (q.36) apenas se observou a existência de diferenças significativas ( $p < 0.05$ ) no que diz respeito à utilização do computador pessoal. Com efeito, 98.0% dos filhos (243) utilizam o computador regularmente e, apenas, 48.4% (30) dos 62 progenitores que responderam a esta pergunta, o fazem.

### 5.1.1. Instituições sociais, problemas sociais e religião

Com este conjunto de questões pretende-se conhecer o que cada um dos grupos valoriza nas diferentes instituições sociais, quais são as suas preocupações em termos de problemas sociais e que soluções valorizam para a sua resolução. Pretende-se, também, saber como encaram a religião e o que procuram através desta.

De um modo geral, verificou-se que, entre filhos e progenitores, não existem diferenças significativas naquilo que mais valorizam nas instituições de ensino. Em contrapartida, filhos e progenitores defendem, claramente, posições diferentes ( $p < 0.05$ ) relativamente à polícia, tribunal e prisões.

Em relação aos grandes problemas sociais, parece haver um consenso entre progenitores e estudantes no que diz respeito ao tipo de atitudes a desenvolver perante a prostituição e o consumo de droga, mas não perante a criminalidade e o alcoolismo ( $p < 0.05$ ). Apesar de ambos os grupos concordarem com o tipo de atitude a desenvolver em relação ao consumo de droga, mantêm, no entanto, posições diferentes no que diz respeito à sua liberalização ( $p < 0.05$ ).

#### a. Escolaridade obrigatória (Q.1)

No que diz respeito à educação escolar, verificou-se que 66.0% dos filhos e que 68.6% dos progenitores consideram que a aprendizagem escolar é extremamente importante e que, como tal, o ensino escolar deve ser incondicionalmente obrigatório. Apesar desta atitude favorável em relação ao ensino obrigatório, constatou-se que uma percentagem não negligenciável de progenitores e de filhos (respectivamente, 26.5% e 31.6%) se mostra crítica em relação ao sistema de ensino, referindo que, *tal como está interessa a poucos e que a escolaridade só deve ser obrigatória se for organizada de uma forma mais útil*. Na figura 5.3. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

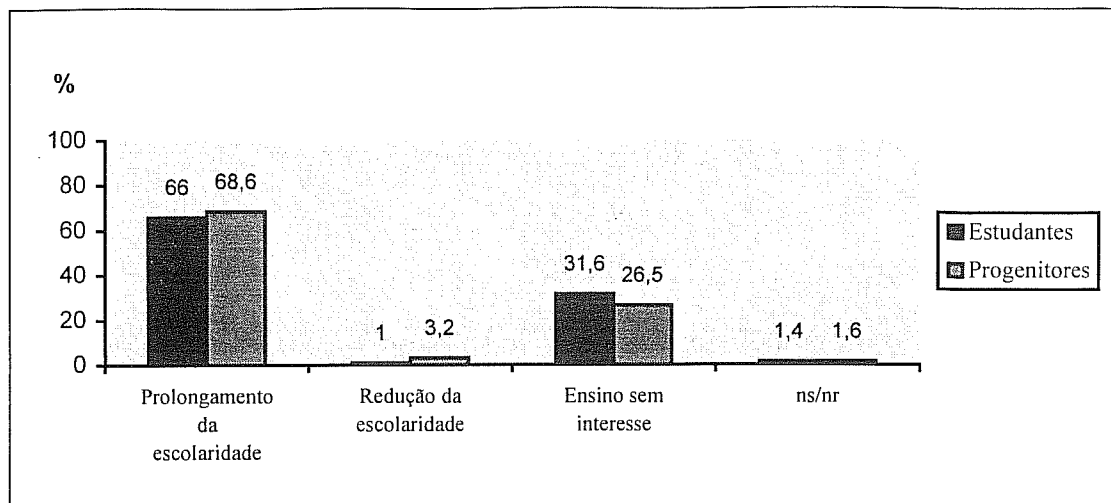


Figura 5.3. Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”

### *b. Ensino pré-primário (Q.2)*

O ensino pré-escolar foi também valorizado da mesma forma nos dois grupos. Assim, 63.6% dos progenitores e 61.8% dos filhos considera que a frequência do ensino pré-escolar é útil, muito embora só após os três anos, pois até essa idade a família é considerada como o melhor meio educativo para a criança. Constatou-se ainda que 31.8% dos estudantes e 25.7% dos progenitores considera que a frequência do ensino pré-escolar é essencial desde a idade de um ano pelo convívio que proporciona com as outras crianças e pelos benefícios que daí advêm, como se pode observar na figura 5.4. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Observaram-se diferenças significativas ( $p < 0.05$ ) na amostra dos estudantes. Assim, mais raparigas concordam com a frequência do ensino pré-escolar em crianças com um ano de idade (38.0% das raparigas contra 24.6% dos rapazes). Para além disso, mais rapazes (8.0%) do que raparigas (5.1%) acham que a criança deve ficar em casa com a família até chegar a idade de ir para a primária e mais rapazes (67.4%) do que raparigas (57.0%) considera ser benéfico a frequência do jardim de infância a partir

dos três anos de idade. Na figura 5.5. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, nas amostras dos rapazes e das raparigas.

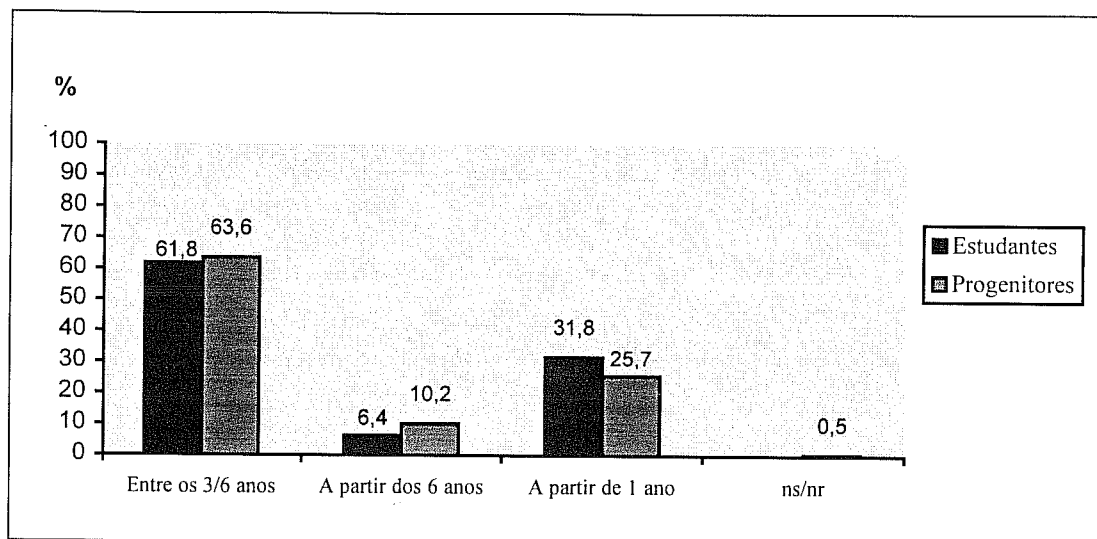


Figura 5.4. Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”

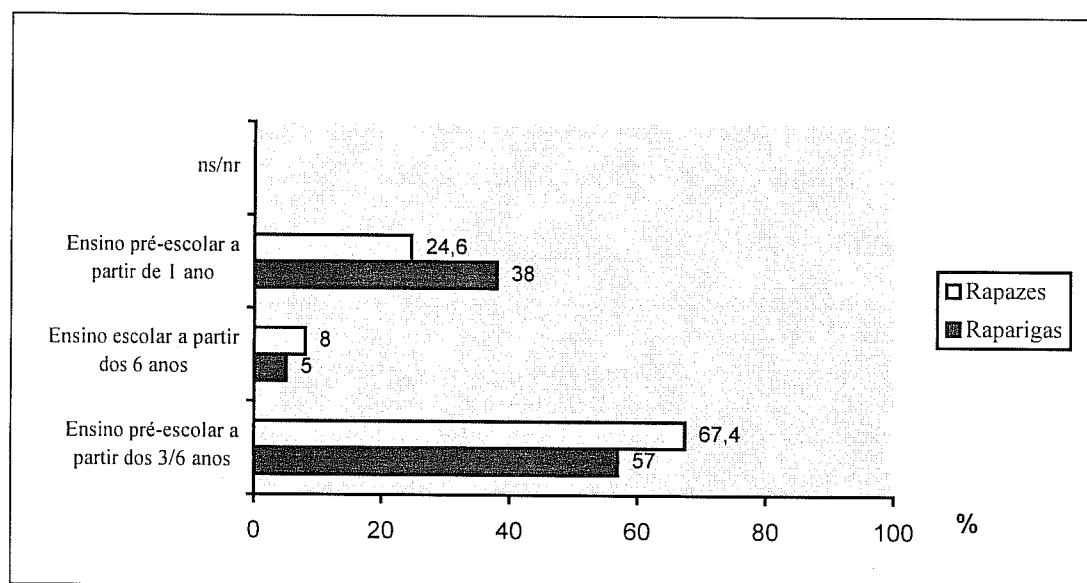


Figura 5.5. Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, na amostra dos estudantes

No que diz respeito às diferentes instituições legais e judiciais, os progenitores demonstraram-se, de uma maneira geral, mais moderados e resignados do que os filhos. Do mesmo modo, as raparigas demonstraram, de uma maneira geral, uma atitude menos moderada do que os rapazes.

### c. Tribunais e leis (Q.17)

A pergunta relativa aos tribunais e às leis reuniu um forte consenso entre os pais, 90.1% dos quais considerando que cabe aos tribunais fazer cumprir a justiça e que esta não deve ser feita pelas próprias mãos. 79.7% dos filhos partilha também desta opinião. Contudo, 7.8% dos filhos também considera que em casos graves pode-se resolver o problema, sem esperar por uma decisão do tribunal e, para além disso, 12.5% escolheu a opção ns/nr. (As diferenças encontradas entre os dois grupos são significativas para  $p < 0.05$ ). Na figura 5.6. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

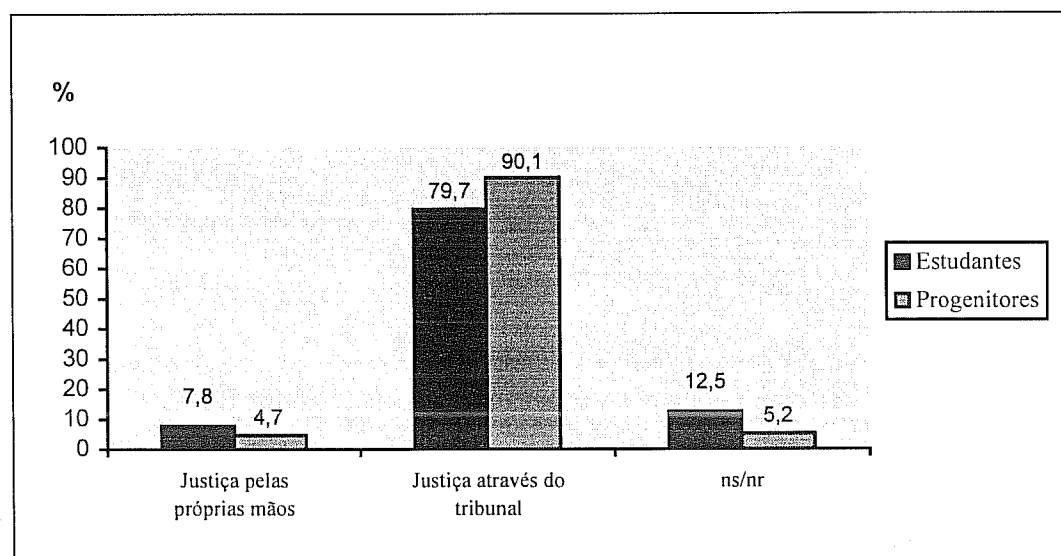


Figura 5.6. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”

Observou-se, na amostra dos progenitores, que uma percentagem mais elevada de mães considera que *nunca se justifica fazer justiça com as próprias mãos* (93.0%

contra 87.0% dos pais) e que uma percentagem superior de pais considera que *nos casos graves, o problema tem que ser resolvido, a bem ou a mal, sem esperar a decisão do tribunal* (8.7% contra 1.0% das mães) ( $p < 0.05$ ).

#### d. Polícia (Q.18)

A maior parte dos filhos (65.3%) considerou que a polícia *funciona mal* (contra 45.5% dos progenitores). Para além disso, muitos progenitores consideraram-na como uma instituição que *faz o melhor que pode* (38.1%) e que *é o que nos vale* (10.6%) ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.7. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

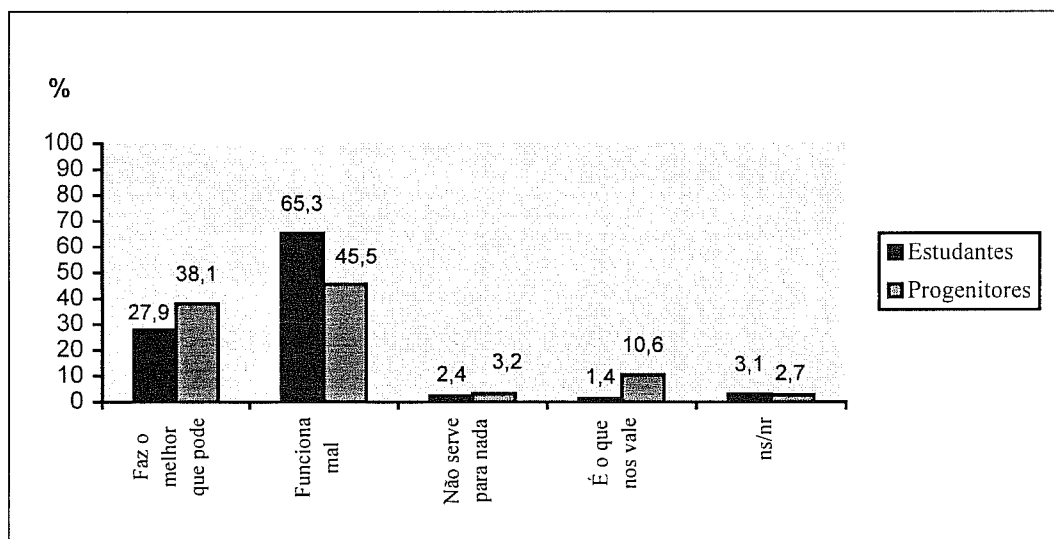


Figura 5.7. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”

Também se observaram diferenças significativas ( $p < 0.05$ ) na amostra dos estudantes. Assim, verificou-se que uma percentagem superior de raparigas considera que a polícia *funciona mal* (71.5% contra 58.1%) e que uma percentagem superior de rapazes considera que esta *faz o melhor que pode* (36.8% contra 20.3%). Na figura 5.8.

apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, na amostra dos rapazes e das raparigas.

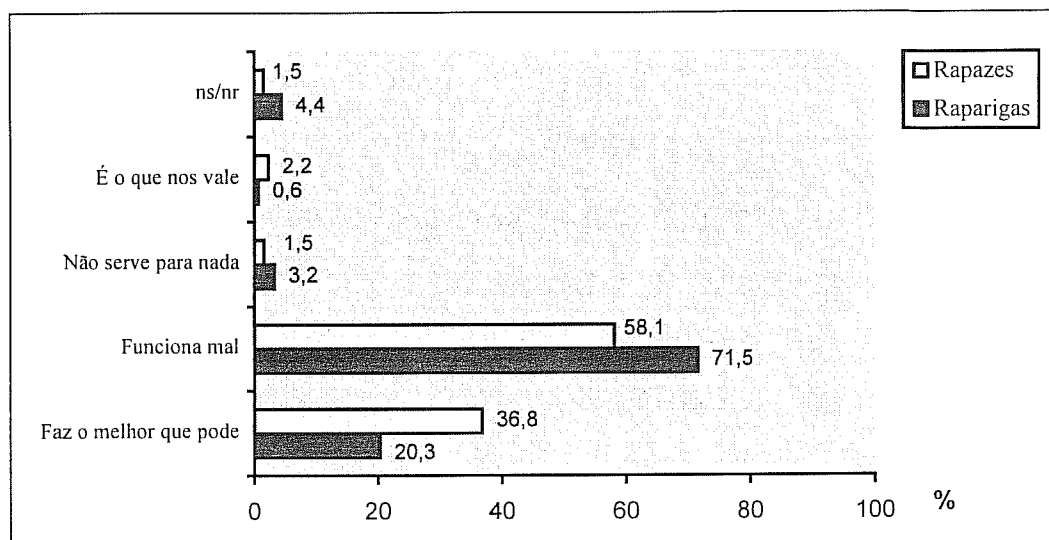


Figura 5.8. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia” (amostra dos estudantes)

#### e. Prisões (Q.19)

Os progenitores e os filhos revelaram este mesmo padrão de respostas no que diz respeito às prisões. Assim, mais filhos do que progenitores consideraram que a prisão *funciona mal* (respectivamente, 69.9% e 59.9%). Por outro lado, mais progenitores do que filhos consideraram que esta *funciona o melhor que pode* (respectivamente, 24.7% e 18.9%) e que *é o que nos vale* (respectivamente, 9.9% e 1.7%) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.9. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

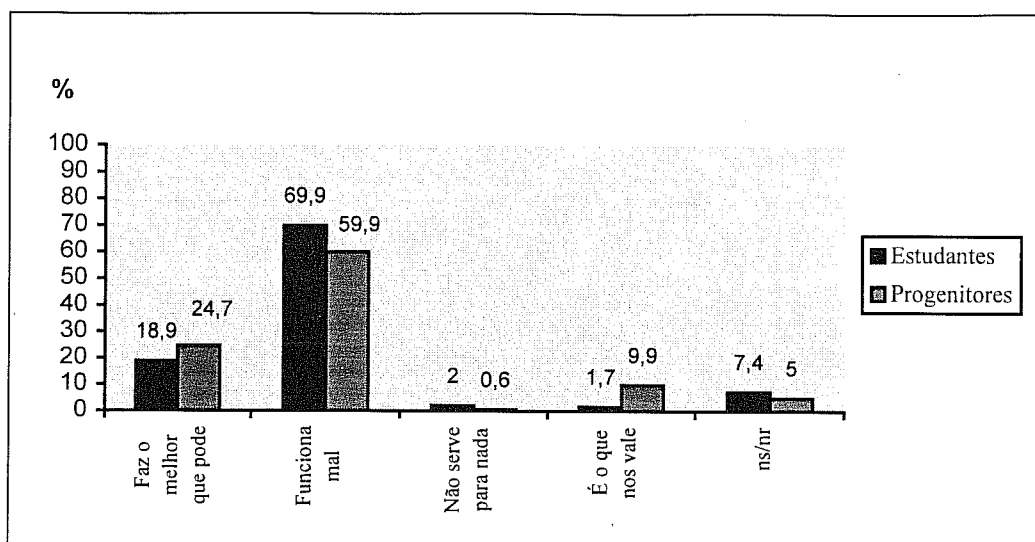


Figura 5.9. Distribuição da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”

Para além disso, constatou-se que uma percentagem mais elevada de raparigas do que rapazes considera que as prisões *funcionam mal* (respectivamente, 79.1% contra 59.4% dos rapazes) e que uma percentagem bastante superior de rapazes considera que *fazem o melhor que podem* (30.4% contra 8.7% das raparigas) ( $p < 0.05$ ).

#### f. Problemas Sociais (Q.20)

Em relação à resolução de problemas sociais, tais como a prostituição e a droga, não se verificaram diferenças significativas nas respostas dos progenitores e dos estudantes. Assim, ambos consideram que a prevenção é a melhor solução, quer para a prostituição (73.7% dos filhos e 78.6% dos progenitores), quer para a droga (66.4% dos filhos e 68.5% dos progenitores). Alguns filhos e progenitores consideram, no entanto, que proibir e prender é uma solução melhor: 11.3% dos filhos e 11.3% dos progenitores considera que se deve adoptar uma atitude repressiva face ao consumo de droga e 12.5% dos filhos e 12.3% dos progenitores acha que se deve adoptar a mesma atitude face à prostituição. Nas figuras 5.10. e 5.11 apresentam-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Atitude da sociedade face à droga” e “Atitude da sociedade face à prostituição”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

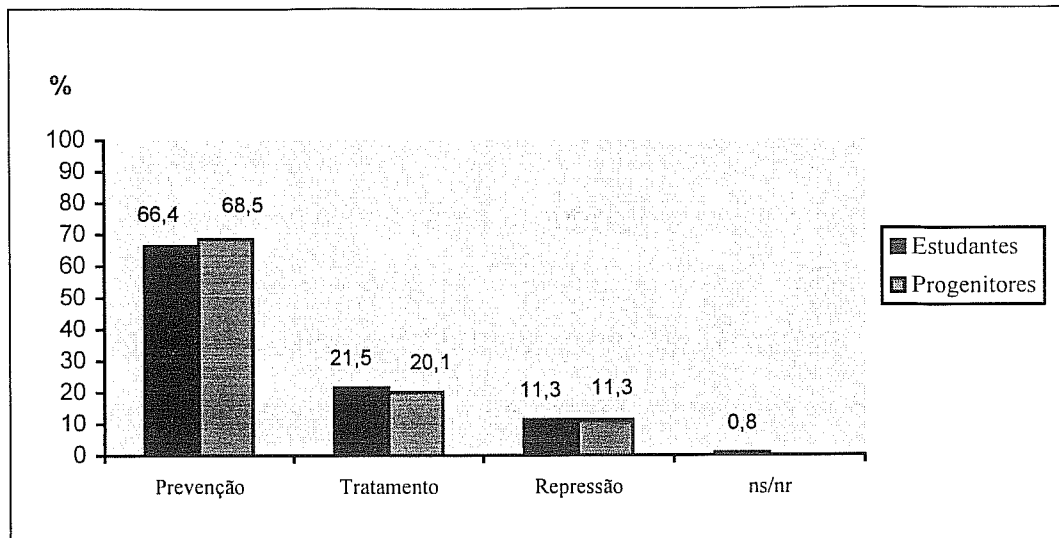


Figura 5.10. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga”

Na amostra dos progenitores, são os pais aqueles que mais defendem uma atitude repressiva face ao consumo de droga ( $p < 0.05$ ): 18.7% dos pais contra 4.8% das mães. As mães defendem essencialmente uma atitude preventiva (72.6% contra 64.0% dos pais).

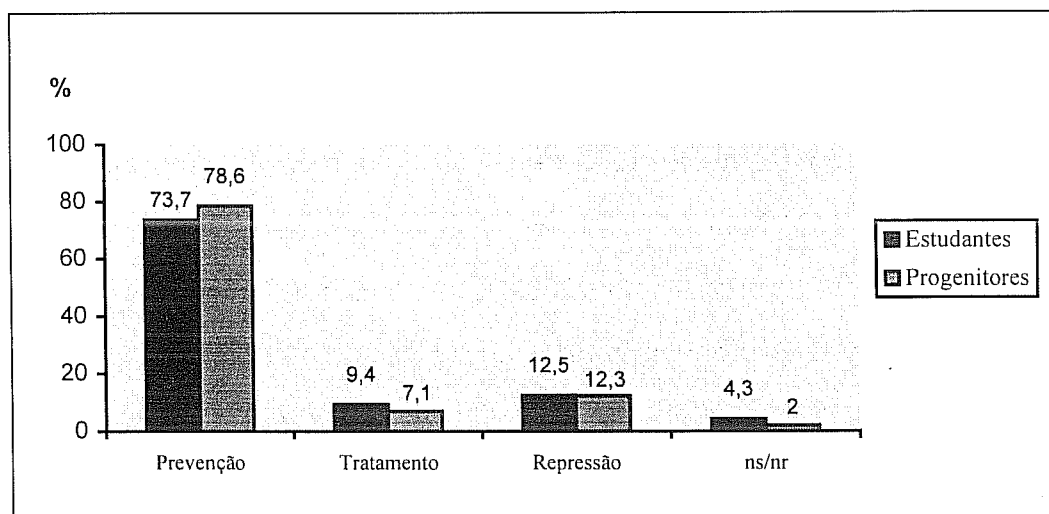


Figura 5.11. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição”

O consenso observado entre estudantes e progenitores no que diz respeito à prostituição e à droga, já não surgiu nas questões relacionadas com a criminalidade e o alcoolismo ( $p < 0.05$ ).

No que diz respeito à criminalidade, ambos os grupos consideram que a melhor atitude a adoptar é a preventiva - se bem que mais progenitores (59.0%) do que estudantes (50.8%) defendam esta atitude. Por outro lado, mais filhos (45.3%) do que progenitores (32.9%) consideram que a atitude adequada face a estes problemas é a repressão, i.e., proibir ou prender ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.12. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

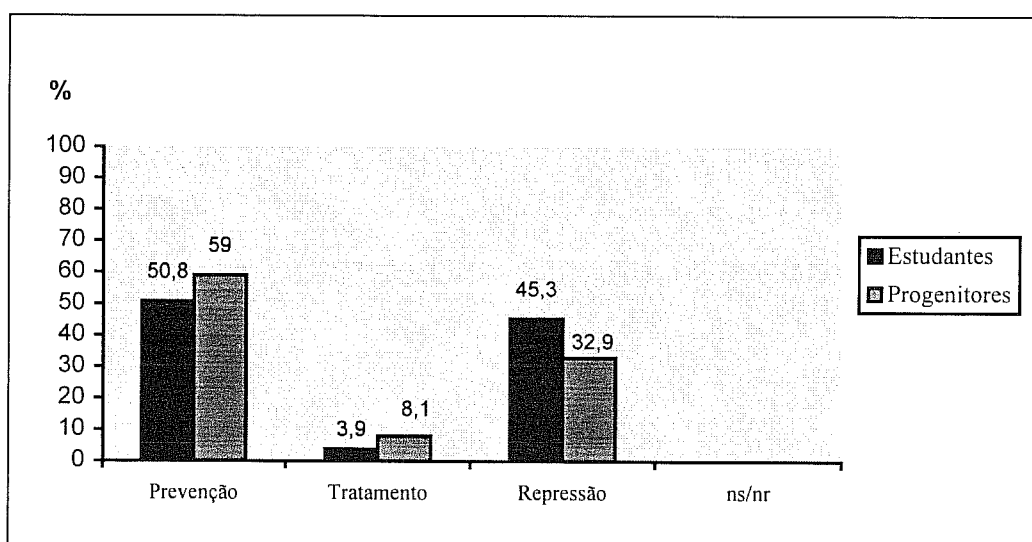


Figura 5.12. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”

Em relação ao alcoolismo, os progenitores (50.3%) e os filhos (52.5%) consideram que se deve adoptar uma atitude preventiva na sua resolução. Contudo, 2.5% dos progenitores defende uma atitude repressiva para lidar com este tipo de problema; nenhum estudante defende esta posição ( $p < 0.05$ ), como se pode constatar na figura 5.13. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

São mais os rapazes, no entanto, que defendem uma atitude preventiva em relação ao alcoolismo (62.3% contra 43.6% das raparigas). Para além disso, uma percentagem superior de raparigas (55.6%) considera que o tratamento é a melhor solução para este tipo de problema (contra 36.9% dos rapazes) ( $p < 0.05$ ).

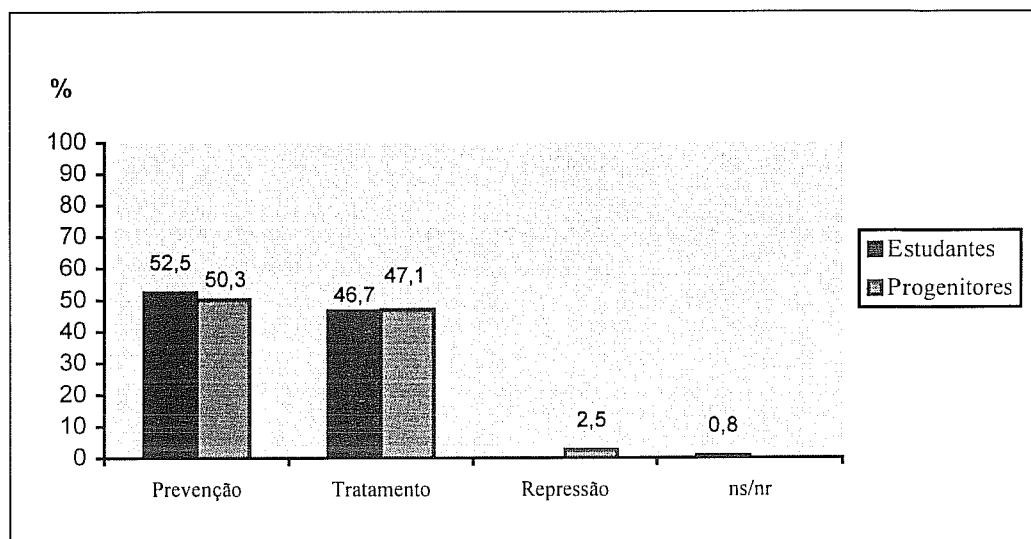


Figura 5.13. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”

### *g. Liberalização das drogas (Q.21)*

Muito embora, progenitores e filhos defendam a mesma atitude para lidar com o consumo de drogas, mantêm posições diferentes no que diz respeito à sua liberalização ( $p < 0.05$ ). Para além disso, apesar de pais e mães defenderem atitudes diferentes face a este problema social, ambos defendem a mesma posição relativamente ao problema da liberalização da droga - aliás, assim como os rapazes e as raparigas.

Tanto os progenitores como os filhos consideram que todas as drogas ilegais devem permanecer ilegais (50.3% dos filhos e 46.0% dos progenitores). Contudo, 33.2% dos progenitores considera que todas as drogas - as legais e ilegais, devem ser proibidas, enquanto que os filhos consideram que o tráfico é que deve ser proibido (17.7%) ou então os malefícios que as drogas - legais e ilegais, provocam nos outros

(13.6%). Na figura 5.14. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

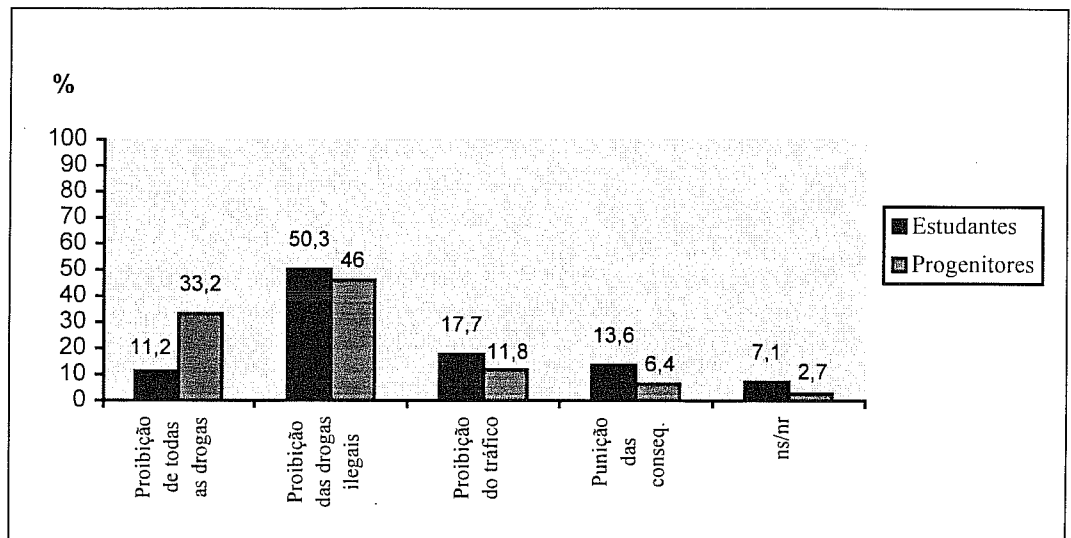


Figura 5.14. Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”

#### *h. Religião (Q.32 e Q.33)*

Em relação à importância atribuída à religião, verificou-se que, a maior parte dos sujeitos inquiridos considera-se uma pessoa religiosa - 65.8% dos estudantes e 83.2% dos progenitores. Contudo, mais progenitores do que filhos consideram-se pessoas religiosas e, em contrapartida, mais filhos do que progenitores consideram-se pessoas não religiosas (respectivamente, 19.7% e 10.0%) ou ateus convictos (respectivamente, 9.8% e 4.7%) ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.15. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Constatou-se, ainda, que os diferentes sexos exibiam padrões diferentes no que diz respeito ao comportamento religioso. Assim, de uma maneira geral, as mulheres (74.1% das raparigas e 92.9% das mães) consideram-se mais religiosas do que os homens (56.2% dos rapazes e 72.8% dos homens consideram-se pessoas religiosas)

(para ambos os grupos  $p < 0.05$ ). Para além disso, os homens consideram-se mais, pessoas não religiosas e ateus convictos (38.7% dos rapazes e 23.9% dos pais contra 21.5% das raparigas e 6.1% das mães).

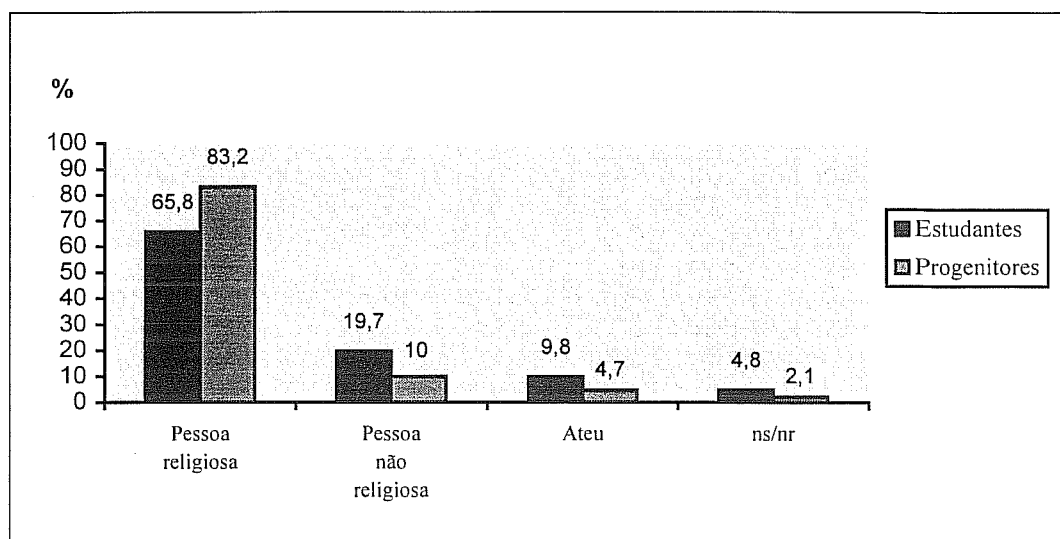


Figura 5.15. Distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”

Verificou-se, ainda, que ambos os grupos diferem significativamente naquilo que pensam que as pessoas procuram na religião ( $p < 0.05$ ). Embora uma maioria dos filhos (54.4%) e uma grande parte dos progenitores (41.6%) pense que se procura *satisfazer uma necessidade espiritual*, há uma grande parte dos filhos (17.9%) que encara a religião como uma *fuga para os problemas da vida* e uma grande parte dos progenitores (33.2%) que a encara como uma *forma de amar e servir a Deus*. Na figura 5.16. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Apesar destas diferenças, os estudantes, independentemente do sexo, procuram na religião, fundamentalmente, a *satisfação de uma necessidade espiritual* (47.1% dos rapazes e 60.8% das raparigas). O mesmo consenso não se verifica no grupo dos progenitores ( $p < 0.05$ ): 43.3% das mães considera que a religião é uma *forma de amar e servir a Deus* (contra 22.0% dos pais) e que 44.0% dos pais considera que a religião é

uma forma de *satisfazer uma necessidade espiritual*. Na figura 5.17. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”, na amostra das mães e dos pais.

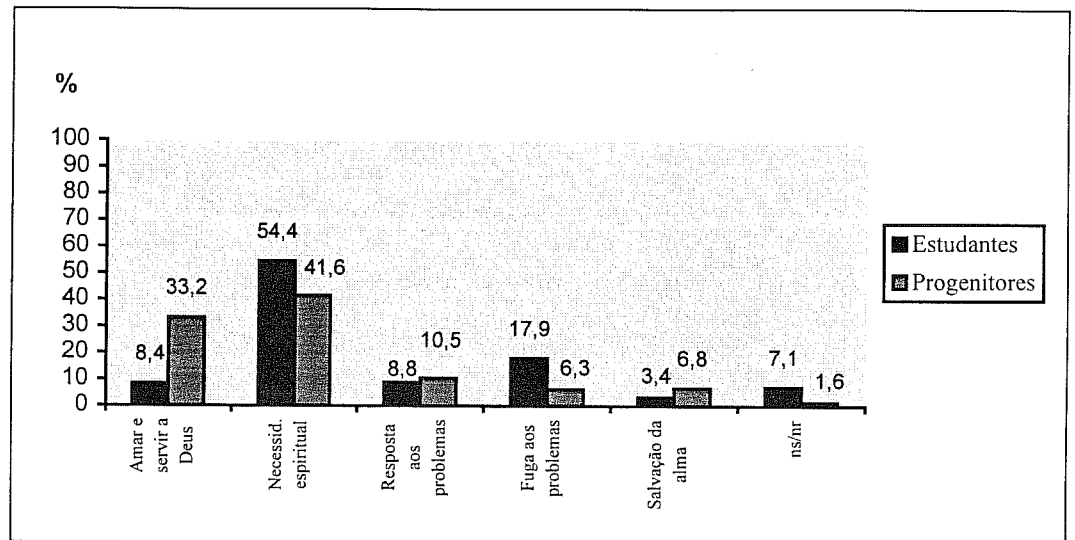


Figura 5.16. Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”

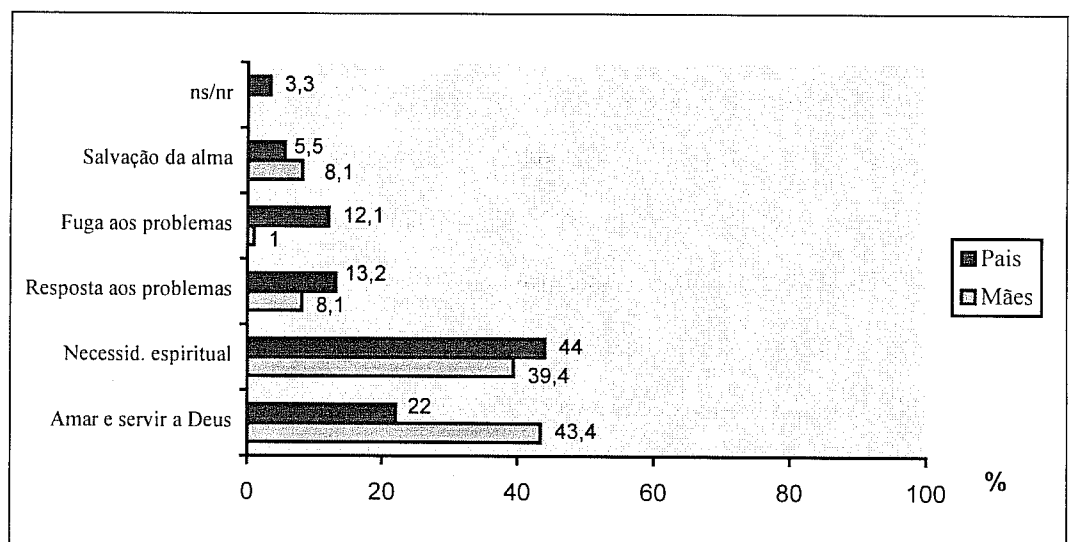


Figura 5.17. Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?” (amostra dos progenitores)

### 5.1.2. Centros de Interesse

Neste conjunto pretende-se analisar os interesses pessoais, assim como, os aspectos relativos a diversas áreas da vida mais valorizados pelos diferentes grupos.

#### **a. Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q.31)**

Verificou-se que as qualidades interpessoais mais apreciadas entre os estudantes é a sinceridade (21.8% do total das respostas), a inteligência (16.6%), a humildade (11.4%), a lealdade (10.5%) e a fidelidade (9.2%). Os progenitores escolhem preferencialmente qualidades como a inteligência (26.6% do total das respostas), a honradez (26.3%), a sinceridade (19.0%) e a humildade (14.7%).

#### **b. Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q.3)**

A análise da pergunta relativa aos aspectos mais importantes na vida de uma pessoa revelou que os filhos optam, preferencialmente, por valores mais pessoais e os progenitores por valores mais relacionais. Assim, o aspecto mais importante na vida dos jovens é o bem estar interior (77.8% dos filhos escolhe esta opção em primeiro lugar) e o segundo é a família (48.1% escolhe esta opção em segundo lugar). Em contrapartida, a família constitui o aspecto mais importante para os progenitores (54.5% dos progenitores escolheram esta opção em primeiro lugar), assim como o bem-estar interior (primeira opção para 29.3% dos progenitores) (para ambas as alíneas  $p < 0.05$ ), como se pode observar nas figuras 5.18. e 5.19 relativas às distribuições, em percentagem, das variáveis “Bem estar interior” e “Relações com a família”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

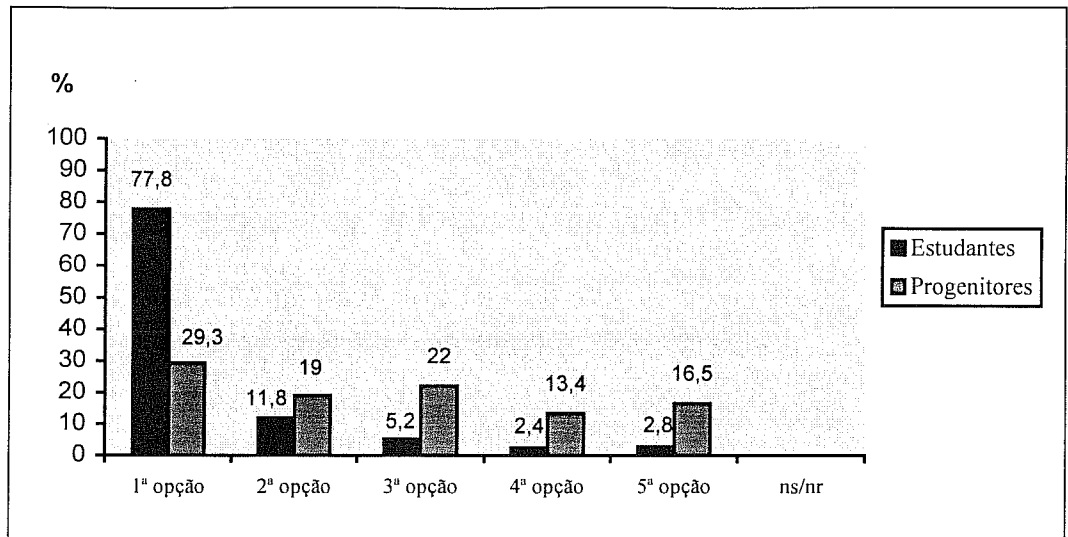


Figura 5.18. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior”

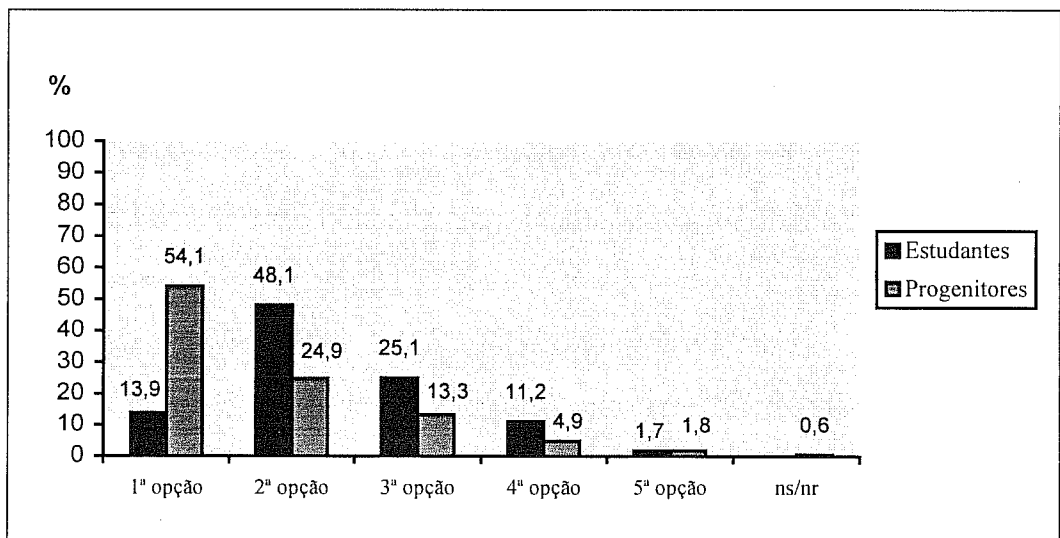


Figura 5.19. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”

O amor foi escolhido por 30.1% dos filhos em terceiro lugar, depois do bem-estar interior e da família, tendo sido escolhido por 32.2% dos progenitores em segundo lugar, como se pode constatar pela figura 5.20. relativa à distribuição, em percentagem,

da variável “Amor”, nas amostras dos estudantes e progenitores. As diferenças encontradas entre ambas as amostras não são significativas.

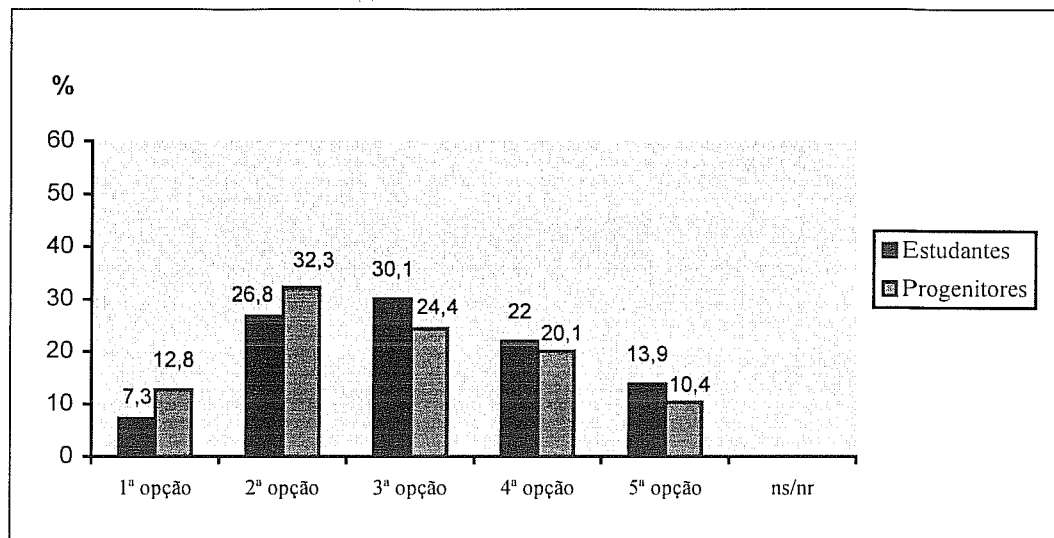


Figura 5.20. Distribuição, em percentagem, da variável “Amor”

Constatou-se que a família constitui o segundo aspecto mais importante na vida das raparigas (56.2% das raparigas escolheu esta opção em segundo lugar contra 38.8% dos rapazes) ( $p < 0.05$ ). No caso dos rapazes, o amor e a família surgem como os segundos aspectos mais importantes na sua vida (32.8% dos rapazes escolhe a opção “amor” em segundo lugar, assim como, 38.8% dos rapazes em relação à família).

A satisfação com o trabalho profissional (5ª opção para 46.0% dos filhos) e as relações com colegas e amigos (5ª opção para 35.5% dos filhos) são as opções escolhidas em último lugar pelos filhos. A satisfação com o trabalho foi escolhido em 4º lugar por 32.9% dos progenitores e as relações com amigos e colegas foi escolhido em 5º lugar por 41.5% dos progenitores. As duas amostras não diferem significativamente no que diz respeito à alínea “Relação com colegas e amigos”. Nas figuras 5.21. e 5.22. apresentam-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Satisfação com o trabalho profissional” e “Relações com colegas e amigos”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

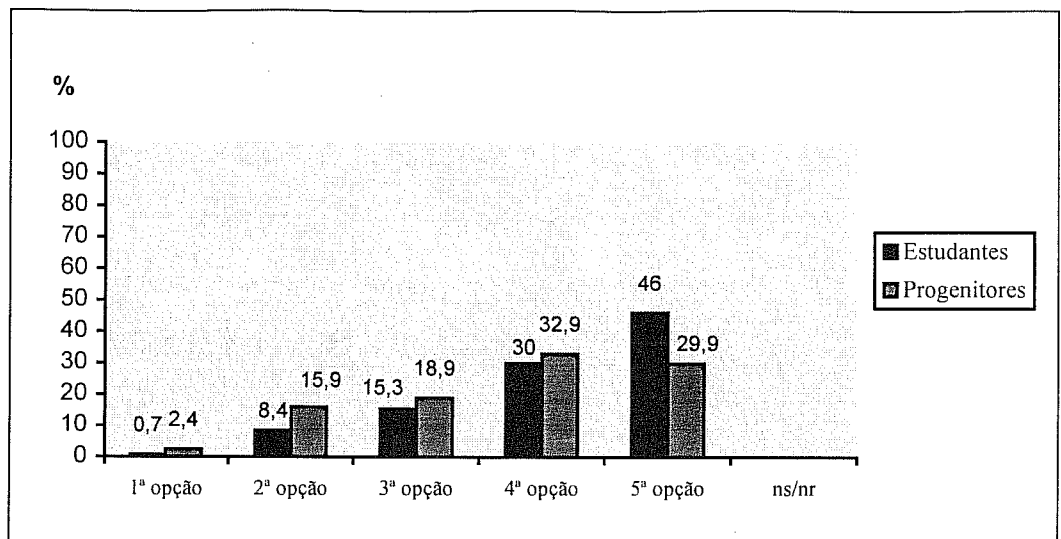


Figura 5.21. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”

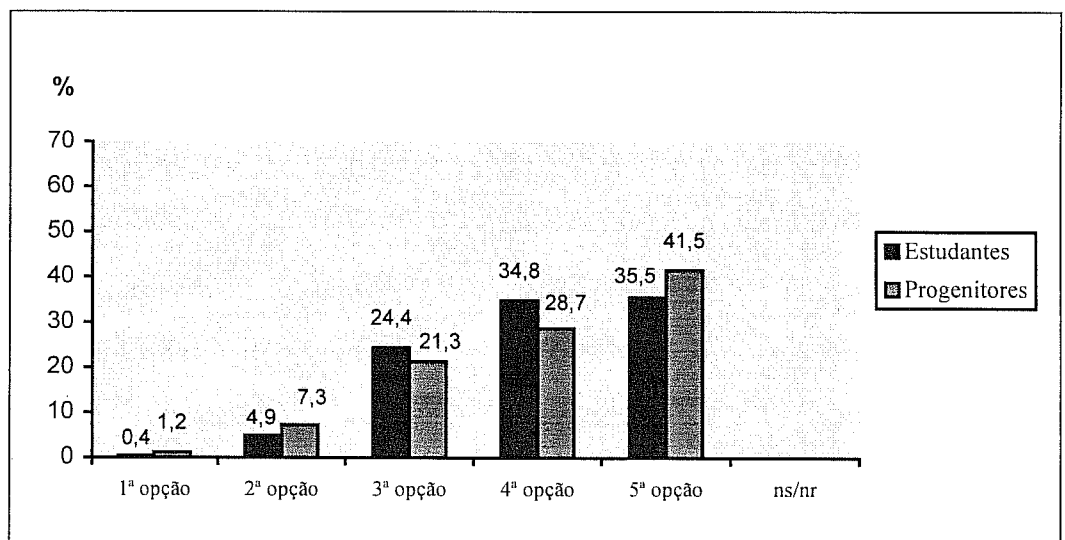


Figura 5.22. Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos”

**c. Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q.44)**

Nesta questão já não são considerados aspectos da vida pessoal, mas sim, aspectos da sociedade e do mundo em geral. Constatou-se que fora da esfera pessoal, os jovens valorizam, de um modo geral, fundamentalmente o meio ambiente (representando 22.9% do total de respostas), a ciência e tecnologia (21.3% do total de respostas) e os grandes problemas da sociedade (18.2% do total de respostas), tal como se pode observar no Quadro 5.3. Relativo à distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse despertam”, nas amostras dos estudantes e dos progenitores.

Constatou-se que esta orientação é ligeiramente diferentes se se atender ao sexo. Assim, os rapazes valorizam a ciência e tecnologia (24.5% do total das respostas) e depois o ambiente (20.0% do total das respostas), em contrapartida as raparigas valorizam o ambiente (25.4% do total das respostas), os grandes problemas da sociedade (22.2% do total das respostas) e só em terceiro lugar, a ciência e tecnologia (18.5% do total das respostas).

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que estes dão mais importância aos problemas da sociedade (25.6% do total de respostas), ao ambiente (21.2% do total de resposta), à política nacional (10.5% do total de respostas), aos problemas de subdesenvolvimento (9.2% das respostas) e, em quinto lugar, à ciência e tecnologia (8.1%), tal como se pode observar no Quadro 5.3. Ambos os sexos obedeceram ao mesmo padrão de respostas.

Todos os outros aspectos apresentam valores negligenciáveis, tendo sido a política internacional e a religião as opções menos escolhidas pelos grupos dos filhos e dos progenitores.

## Quadro 5.3.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Aspectos da Vida que mais interesse despertam” (sobre o total de respostas)

	Respostas dos estudantes	Respostas dos progenitores
Ciências e tecnologias	21.3	8.1
Política nacional	4.2	10.5
Desporto	10.8	5.7
Problemas da sociedade	18.2	25.6
Artes e espectáculos	9.7	4.6
Outros povos	2.3	5.3
Cultura regional	3.0	4.2
Meio ambiente	22.9	21.2
Problemas de subdesenvolvimento	5.7	9.2
Vida política internacional	1.0	1.8
Religião	0.8	4.4

**d. O que pensa do trabalho? (Q.5)**

Verificou-se que não só a satisfação com o trabalho profissional constitui o aspecto menos importante na vida dos jovens - depois do bem-estar interior, da família e do amor, como também, é considerado na sua forma estritamente instrumental. Com efeito, 55.4% dos filhos considera que as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem as suas necessidades económicas asseguradas. Só 35.5% dos jovens considera que o trabalho é uma forma de realização profissional. Em contrapartida, a maior parte dos progenitores (59.0%) defende essa posição ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.23. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

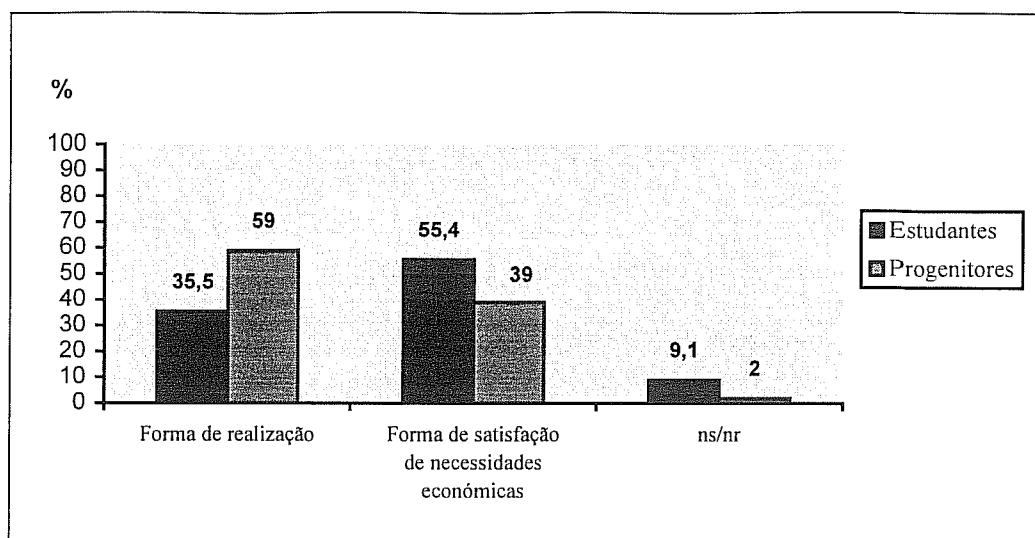


Figura 5.23. Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”

### 5.1.3. Sexualidade, casamento e família

#### a. Finalidades do casamento (Q.8)

No que diz respeito aos fins do casamento, verificou-se que a *realização entre os cônjuges* foi a opção escolhida em primeiro lugar por uma grande parte dos filhos (49.1%), assim como, a opção *auxílio mútuo entre os esposos* (1ª escolha para 40.0% dos filhos), como se pode constatar através das figuras 5.24. e 5.25. relativas às distribuições, em percentagem, das variáveis “Realização entre os cônjuges” e “Auxílio mútuo entre os esposos”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Os progenitores ordenaram de forma significativamente diferentes essas finalidades ( $p < 0.05$ ). Assim, apenas 30.8% dos progenitores escolheu a opção *realização entre os cônjuges* em primeiro lugar - tendo 32.7% escolhido esta opção em terceiro lugar. A opção *auxílio mútuo entre os cônjuges* como finalidade do casamento foi escolhida fundamentalmente em segundo lugar pelos progenitores (34.0%), mas foi escolhida por 27.0% dos progenitores em primeiro lugar, como se pode observar nas figuras 5.24. e 2.25.

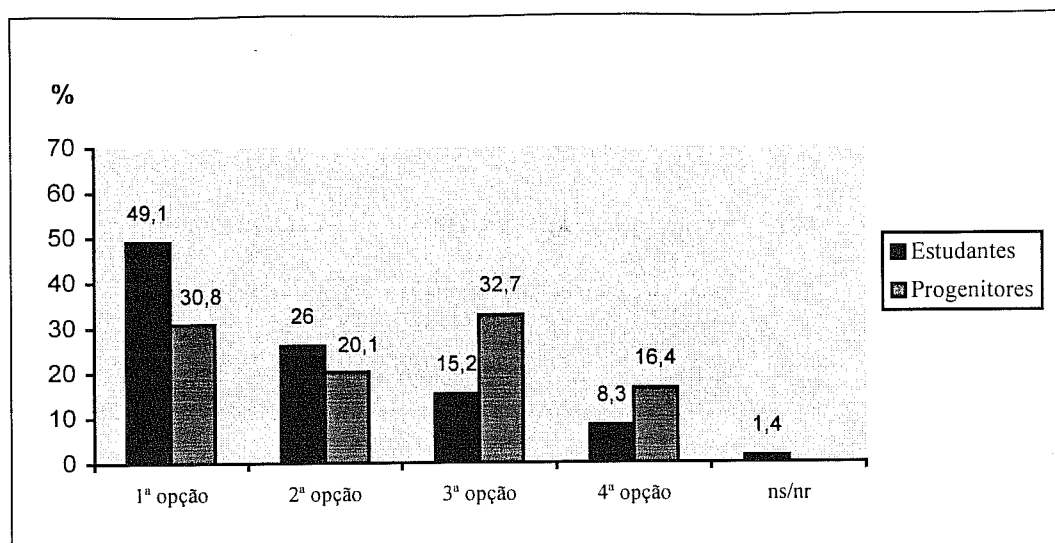


Figura 5.24. Distribuição, em porcentagem, da variável “Realização entre os cônjuges”

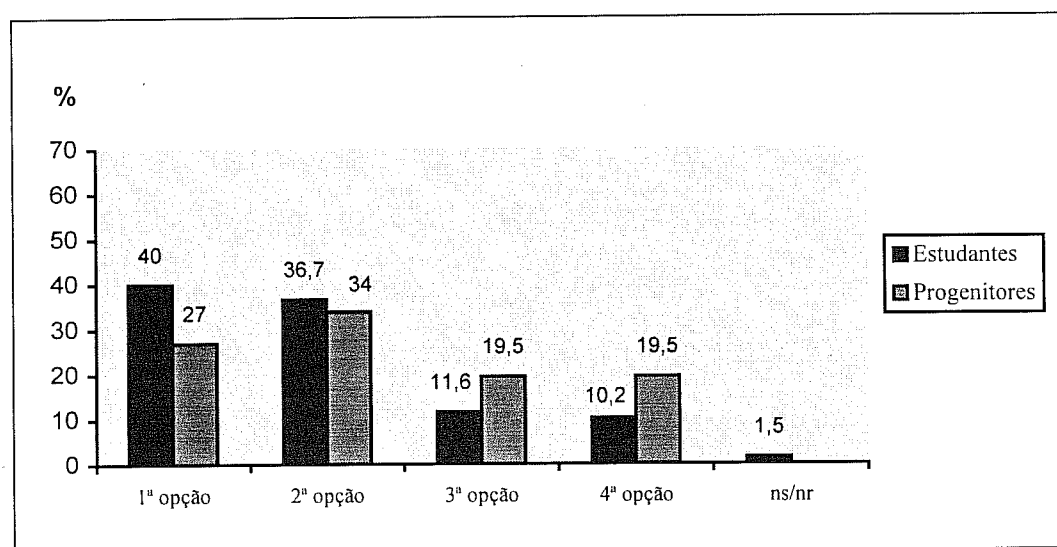


Figura 5.25. Distribuição, em porcentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”

A opção *procriação e educação dos filhos* enquanto finalidade do casamento foi escolhida por 44,4% dos filhos em terceiro lugar e a opção *meio de satisfação das necessidades sexuais* em último lugar por 53,4% dos filhos. Em contrapartida, 30,8%

dos progenitores consideram que a opção *procriação e educação dos filhos* constitui a principal finalidade do casamento, 31.4% consideram-na como a segunda maior finalidade do casamento e 30.8% dos progenitores como a terceira. Por último, a maior parte (56.9%) dos progenitores considera que a *satisfação das necessidades sexuais* é a última finalidade do casamento (tendo em conta as opções propostas), mas, no entanto, verificou-se que 11.3% dos progenitores a escolhem como a principal finalidade do casamento (contra 5.7% dos filhos) e que 14.4% dos progenitores a escolhem como a segunda finalidade do casamento (contra 10.7% dos filhos). Nas figuras 5.26. e 5.27. apresentam-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Procriação e educação dos filhos” e “Meio de satisfação das necessidades sexuais”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

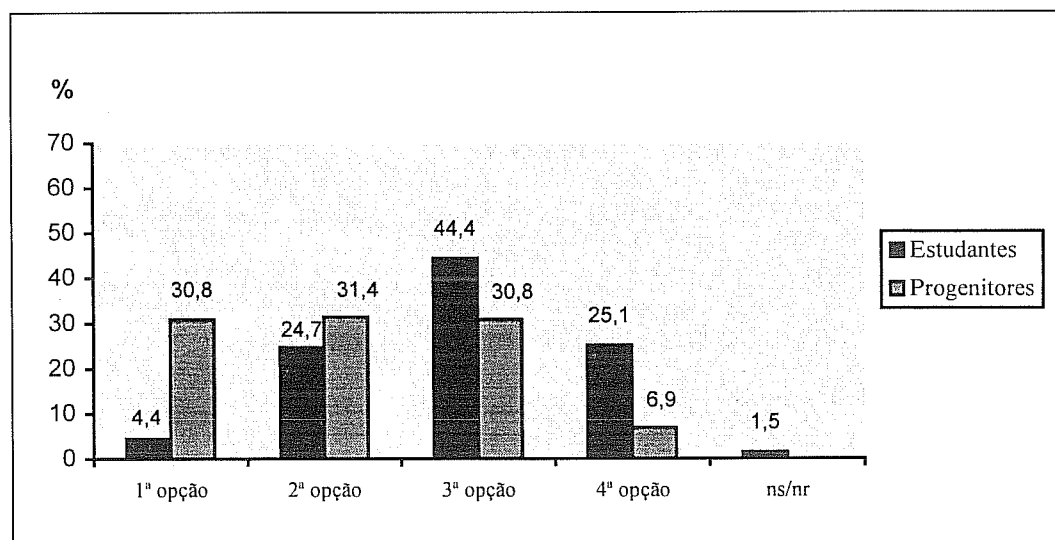


Figura 5.26. Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos”

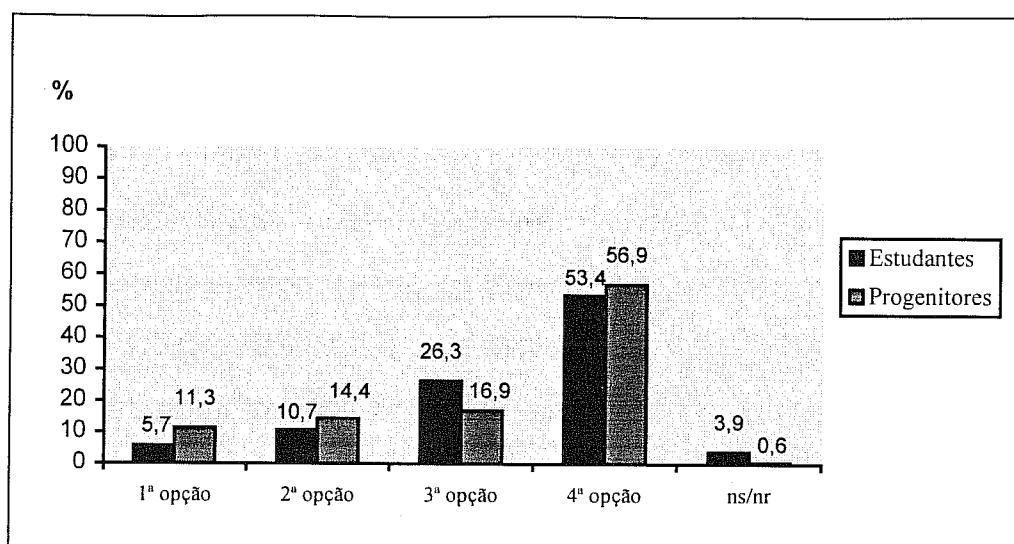


Figura 5.27. Distribuição da variável “Meio de satisfação das necessidades sexuais”

Constatou-se ainda que, se os progenitores não diferem entre si na forma como ordenam aquilo que acham que devem ser as finalidades do casamento, o mesmo não acontece com os estudantes. Com efeito, rapazes e raparigas diferem significativamente ( $p < 0.05$ ), no que diz respeito às alternativas “Procriação e educação dos filhos”, “Realização dos cônjuges” e “Auxílio mútuo entre os esposos”. No que diz respeito à *satisfação das necessidades sexuais*, rapazes e raparigas mostram-se consensuais - ambos considerando-a como a finalidade menos importante do casamento (48.9% dos rapazes e 57.4% das raparigas escolhem esta finalidade em último lugar).

De uma maneira geral, as raparigas dão mais importância, do que os rapazes, ao *auxílio mútuo entre os esposos* (46.8% escolhe esta alternativa em primeiro lugar, contra 32.8% dos rapazes e 40.4% das raparigas escolhe-a em segundo lugar contra 32.8% dos rapazes), como se pode observar na figura 5.28. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”, nos rapazes e nas raparigas.

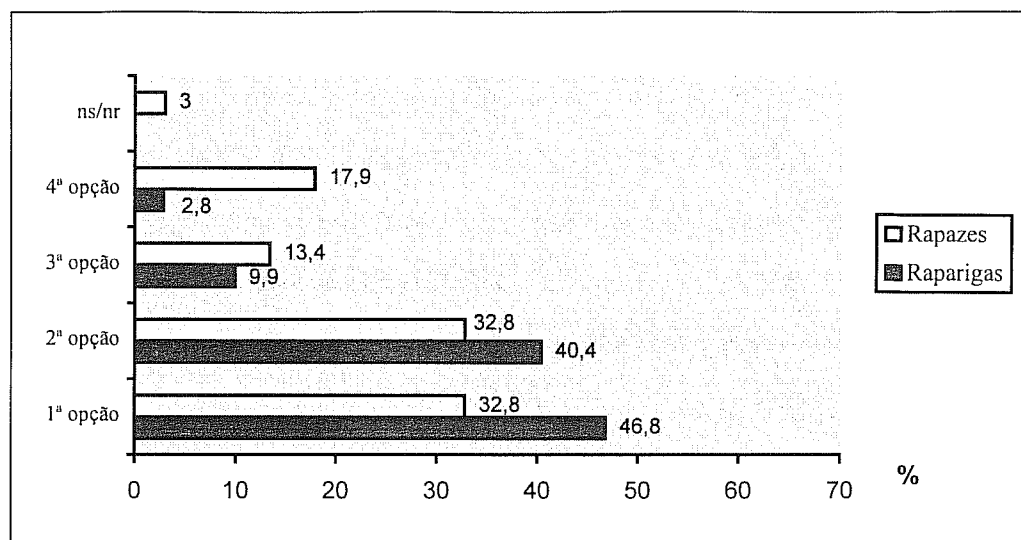


Figura 5.28. Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos” (amostra dos estudantes)

A realização entre os cônjuges é a finalidade do casamento considerada mais importante por 50.7% dos rapazes e 47.6% das raparigas. Esta finalidade é mais escolhida em segundo lugar pelas raparigas (30.8%) do que pelos rapazes (20.9%), como se pode constatar pela figura 5.29. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Realização entre os cônjuges”, nos rapazes e nas raparigas.

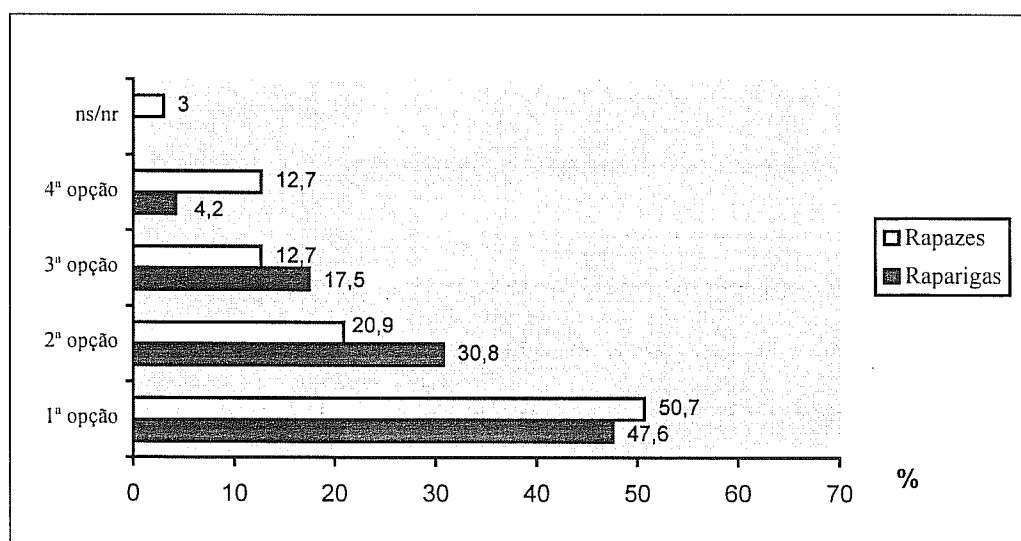


Figura 5.29. Distribuição, em percentagem, da variável “Realização entre os cônjuges” (amostra dos estudantes)

Constatou-se, por último, que, muito embora grande parte dos rapazes e das raparigas considere que a *procriação e educação dos filhos* é a terceira finalidade mais importante do casamento (respectivamente, 41.8% e 46.8%), mais rapazes do que raparigas escolhem-na como segunda finalidade do casamento e mais raparigas do que rapazes escolhem-na como a finalidade menos importante do casamento, como se pode observar na figura 5.30. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos”, nos rapazes e nas raparigas.

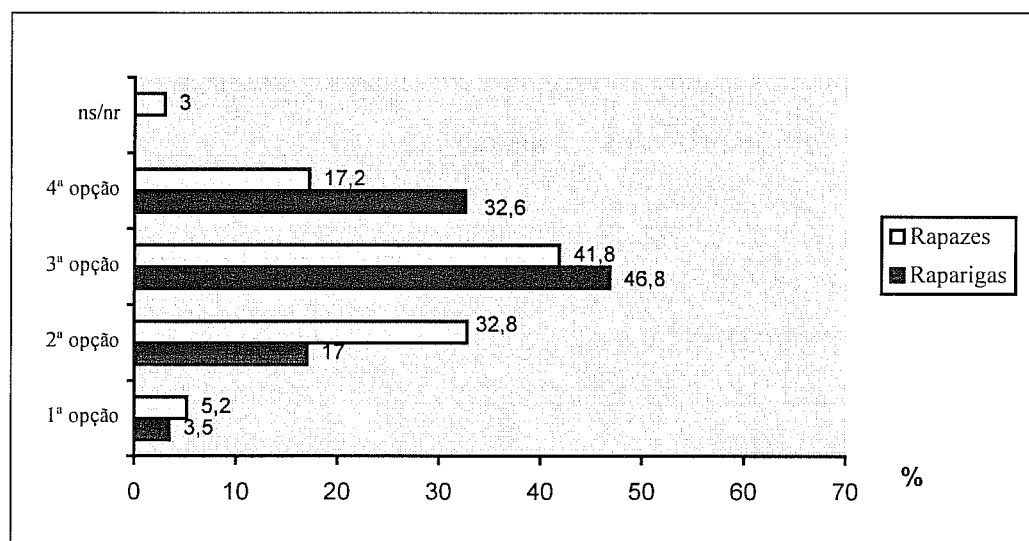


Figura 5.30. Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos” (amostra dos estudantes)

#### **b. Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q.7)**

No que diz respeito aos factores mais importantes para o bom entendimento do casal, verificou-se que existe uma orientação diferente nas opções dos progenitores e dos estudantes. Os progenitores consideram, preferencialmente, que os factores que estão na base do bom entendimento do casal são *ter feitos e gostos semelhantes*, *ter um nível de instrução semelhante* e *ter os mesmos ideais* (representando, respectivamente, 37.0%, 26.7% e 22.7% do total das respostas). Os filhos, por seu turno consideram que os factores mais importantes são *ter os mesmos ideais* (40.2% do total das respostas),

os mesmos gostos e feitios (27.7% do total das respostas) e níveis de instrução semelhantes (17.9% do total das respostas). Observou-se, ainda, uma elevação das respostas ns/nr nos estudantes relativamente aos progenitores (respectivamente, 6.0% e 0.6%). No quadro 5.4. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Factores determinantes para o bom entendimento do casal”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Quadro 5.4.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Factores Determinantes para o Bom Entendimento do Casal” (sobre o total de respostas)

	Respostas dos estudantes	Respostas dos progenitores
Nível de instrução semelhante	17.9	26.7
Educação no mesmo meio	5.4	8.5
Ideais semelhantes	40.2	22.7
Atitudes religiosas semelhantes	2.7	4.5
Feitios e gostos semelhantes	27.7	37.0
ns/nr	6.0	0.6

**c. Resolução de conflitos no casal (Q.15)**

Acerca do modo de resolver os conflitos entre o casal, foi analisada apenas a questão relativa à agressão física relativamente à mulher como forma de resolver conflitos. Excluiu-se a agressão física relativamente ao marido (q.16) pelo facto de, como já foi explicado no capítulo da metodologia, as respostas não serem fiáveis devido à existência de um erro gráfico na formulação da pergunta.

Não há diferenças significativas entre os dois grupos, ambos revelando um grande consenso no que diz respeito à utilização da força física por parte do marido para

resolver questões do casal: 97.6% dos filhos e 95.3% dos progenitores não concordam com este meio de resolver problemas.

#### d. Educação dos filhos (Q.14)

No que diz respeito ao tipo de educação que se deve dar aos filhos, verificou-se que os dois grupos diferem significativamente nas respostas ( $p < 0.05$ ). Assim, muito embora ambos concordem que por vezes é necessário bater nos filhos, apesar de se dever tentar evitá-lo, há, no entanto, mais progenitores (60.6%) do que filhos (56.6%) a concordarem com este aspecto e, por outro lado, há mais filhos (34.6%) do que progenitores (25.0%) a discordar totalmente com o castigo físico dos filhos, como se pode observar na figura 5.31. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

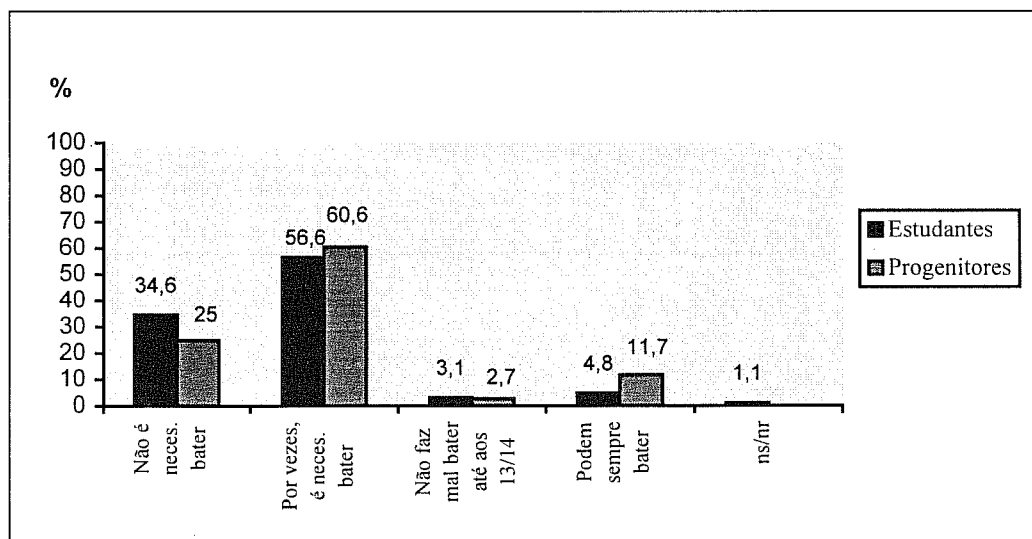


Figura 5.31. Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”

### e. Número desejado de filhos (Q.12)

Em termos do número de filhos que gostariam de ter, não se observaram diferenças significativas nos dois grupos, ambos referindo gostar de ter 2-3 filhos: 70.6% dos filhos e 78.5% dos progenitores. Na figura 5.32. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

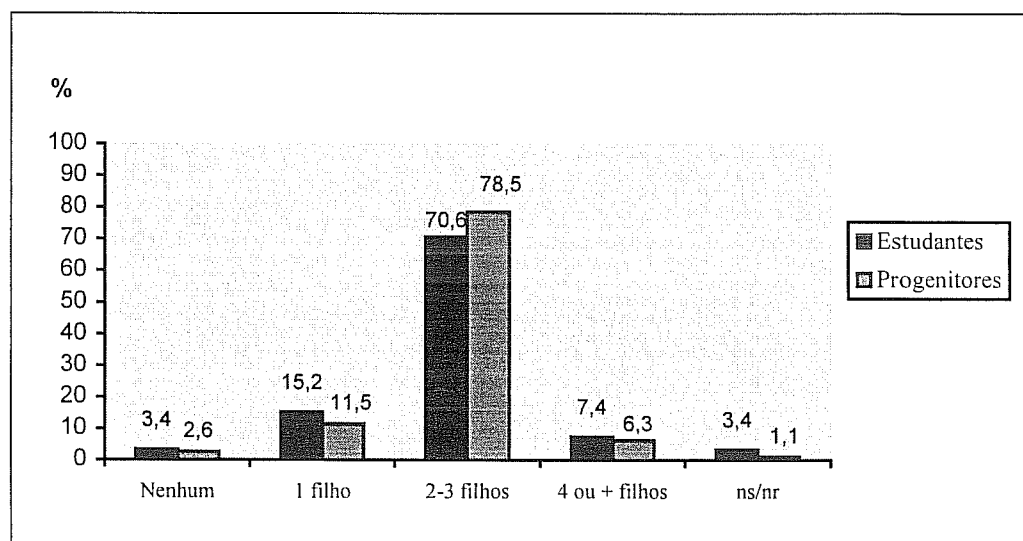


Figura 5.32. Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”

### f. Planeamento familiar (Q.13)

Constatou-se que 45.9% dos progenitores e 53.0% dos filhos considera o planeamento familiar como um meio lícito de planificação da família, que permite escolher as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos. As respostas de ambas as amostras são diferentes ( $p < 0.05$ ), muito embora a opção mais escolhida seja a mesma. Os filhos justificam, em segundo lugar, a importância do planeamento familiar como uma forma de combater o super-povoamento do mundo (25.3%) e os progenitores consideram, em segundo lugar, que esta deve ser uma prática em que os

cônjuges estejam de acordo (27.6%) - estes apelando, por isso, mais para a relação do casal e os filhos mais para os problemas do mundo actual. Apenas 8.8% dos estudantes (26) e 10.8% dos progenitores (20) justificam a necessidade do planeamento familiar com base, apenas, em motivos de saúde ou económicos e sociais. Na figura 5.33. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

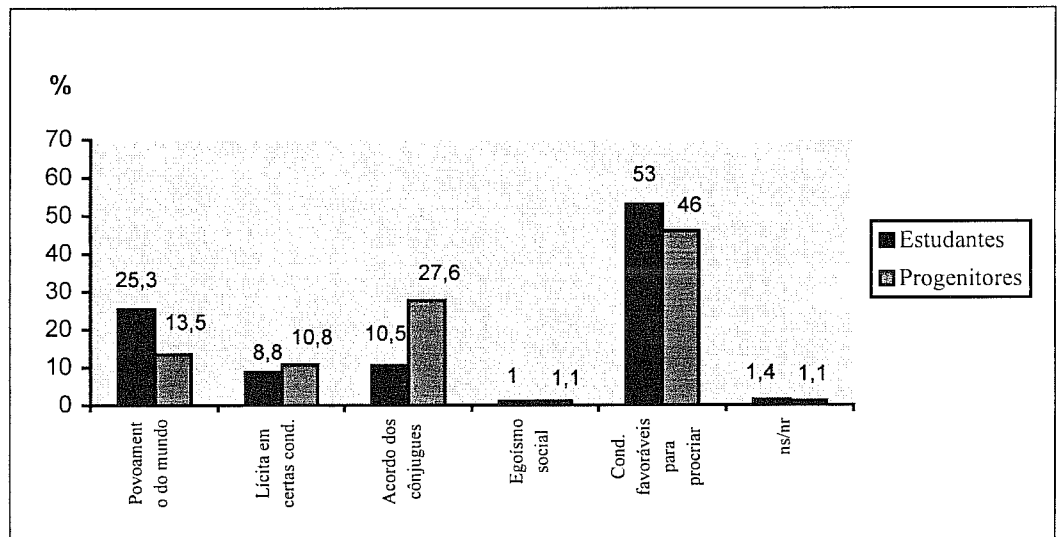


Figura 5.33. Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”

Verificou-se que estudantes defendem relativamente ao planeamento familiar posições diferentes ( $p < 0.05$ ). A maior parte das raparigas (59.5%) coloca o ênfase na possibilidade de poder proporcionar melhores condições de procriação e de educação aos filhos, assim como, grande parte dos rapazes (45.7%). É de referir que 13.8% dos rapazes consideram que esta é uma prática lícita desde que seja justificada pela existência de certas circunstâncias - de saúde, económicas ou sociais e que apenas 4.4% das raparigas defende esta posição, como se pode observar na figura 5.34. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”, nos rapazes e nas raparigas.

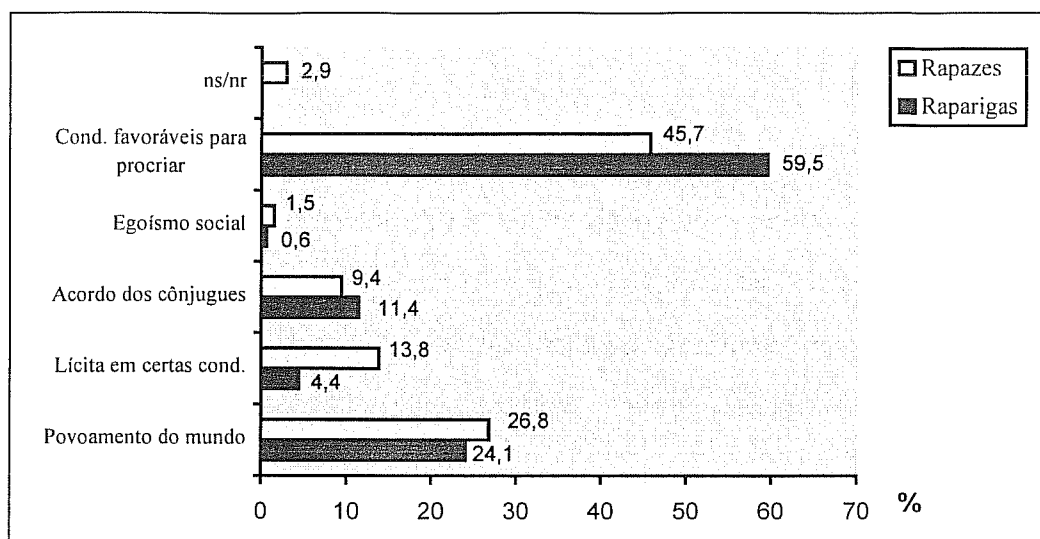


Figura 5.34. Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” (amostra dos estudantes)

#### *g. Divórcio (Q.9)*

Constatou-se que as duas gerações mantêm, no que diz respeito ao divórcio, posições distintas ( $p < 0.05$ ). Muito embora, ambos os grupos escolham a desarmonia conjugal como o motivo mais importante para justificar o divórcio (72.2% dos filhos e 73.6% dos progenitores), há, no entanto, uma percentagem maior de jovens que considera o divórcio como uma expressão da liberdade humana (15.7%) e há uma percentagem maior de progenitores que não concordam com o divórcio, independentemente das justificações (12.4% contra 6.5% dos filhos). Na figura 5.35. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

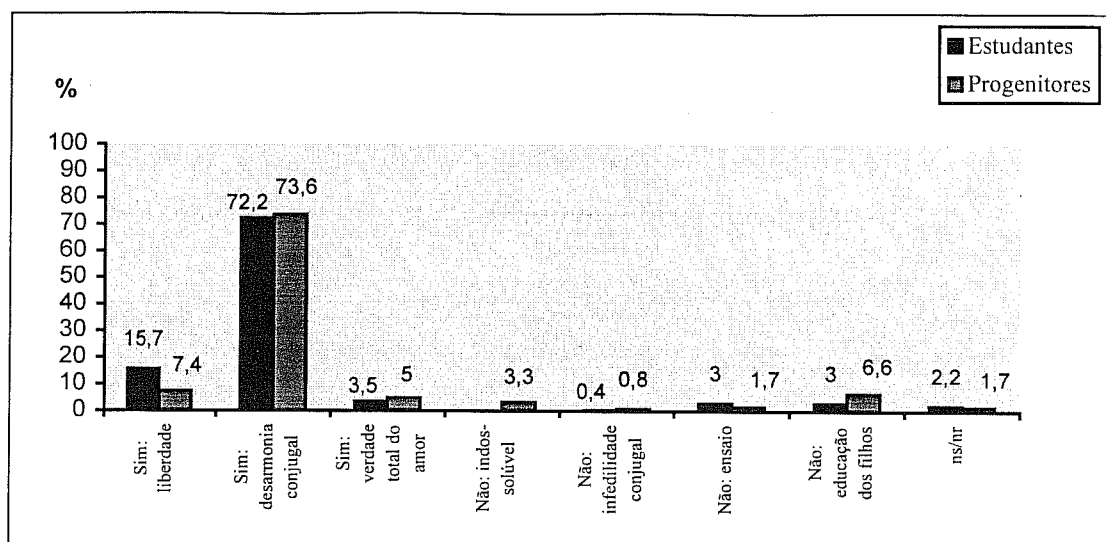


Figura 5.35. Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”

#### ***h. Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q.10)***

Foram, ainda, encontradas diferenças significativas nas respostas dos dois grupos, relativamente à vida sexual pré-matrimonial nos jovens ( $p < 0.05$ ). Relativamente às experiências sexuais dos rapazes, uma grande parte dos os filhos (50.6%) considera-a como uma experiência útil, enquanto que grande parte dos progenitores (36.5%) a qualifica como uma experiência sem gravidade. Para além disso, uma grande parte dos progenitores (28.2%) considera-a como uma experiência perigosa ou repreensível - apenas 10.0% dos filhos a qualifica dessa forma. Na figura 5.36. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

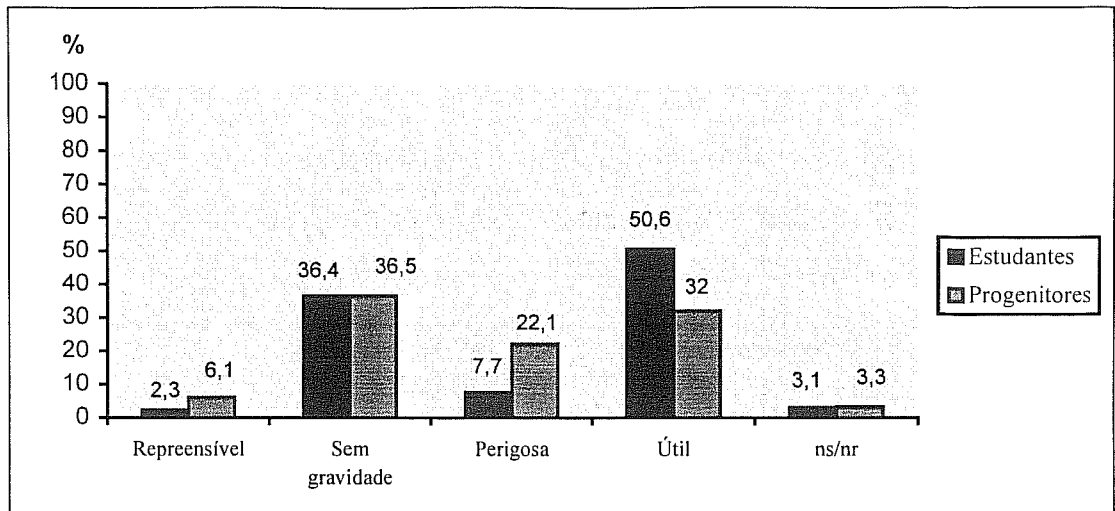


Figura 5.36. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”

Constatou-se, também, que são as mães que mais qualificam a vida sexual pré-matrimonial no rapaz como uma experiência sem gravidade (42.4% contra 30.3% dos pais), qualificando-a os pais sobretudo como uma experiência útil (42.7% contra 21.7% das mães) ( $p < 0.05$ ).

Este mesmo padrão foi encontrado na amostra dos estudantes ( $p < 0.05$ ). Assim, mais raparigas qualificam a vida sexual dos rapazes antes do casamento como uma experiência sem gravidade (41.6% contra 31.6% dos rapazes), qualificando-a os rapazes, preferencialmente, como uma experiência útil (56.6% contra 44.0% das raparigas). Há, ainda a referir que uma percentagem superior de raparigas qualifica estas experiências como perigosas (12.0% contra 3.7% dos rapazes).

#### ***i. Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q.11)***

No que diz respeito a estas experiências nas raparigas, verificou-se a existência de diferenças significativas nas respostas dos dois grupos ( $p < 0.05$ ). Assim, acentuam-se aqui as respostas desfavoráveis dos progenitores, 43.8% referindo que estas são

perigosas. Grande parte dos filhos, em contrapartida, considera-a como uma experiência útil (44.1%) e sem gravidade (36.8%). Na figura 5.37. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

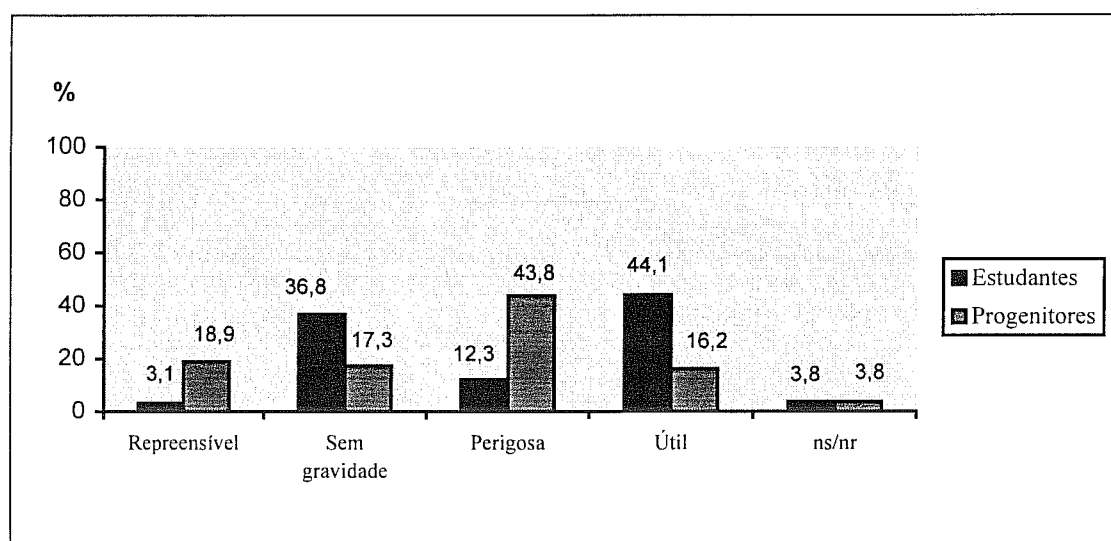


Figura 5.37. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”

É de referir que se constatou a existência de posições distintas para as relações sexuais pré-matrimoniais nas raparigas, na amostra dos estudantes ( $p < 0.05$ ). Mais raparigas do que rapazes qualificam estas experiências como úteis (44.9% contra 42.9% dos rapazes) e como não tendo gravidade (39.1% das raparigas contra 33.3% dos rapazes) e mais rapazes do que raparigas as qualificam como repreensíveis (respectivamente, 6.7% e 0.6%).

Há, ainda, a referir que quando se compararam as respostas dos estudantes para o caso dos rapazes e para o caso das raparigas, se verificou que os rapazes são mais discriminatórios do que as raparigas no que diz respeito à liberdade sexual. Assim, 11.4% dos rapazes considera a vida sexual da rapariga, antes do casamento, como perigosa, mas apenas 3.7% dos rapazes qualifica da mesma forma a vida sexual do rapaz antes do casamento. Há uma mesma percentagem de raparigas que qualifica as

experiências sexuais pré-matrimoniais como perigosas, quer no caso dos rapazes (12.0%), quer no caso das raparigas (12.8%).

No que diz respeito à amostra dos progenitores, verificou-se que se as mães e os pais sustentam posições distintas relativamente às relações sexuais pré-matrimoniais no caso dos rapazes ( $p < 0.05$ ), o mesmo já não acontece no caso das raparigas.

#### j. Trabalho feminino (Q.6)

Quando questionados sobre o trabalho feminino verificou-se que 87.0% dos jovens acha que a mulher deve ter um emprego tal como o homem, assim como, 54.3% dos progenitores. Contudo, 33.5% dos progenitores impõem como condição ao emprego da mulher a existência de compatibilidade entre o horário de trabalho e o horário familiar (contra 7.9% dos jovens que impõem esta condição) ( $p < 0.05$ ), tal como se pode observar na figura 5.38. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

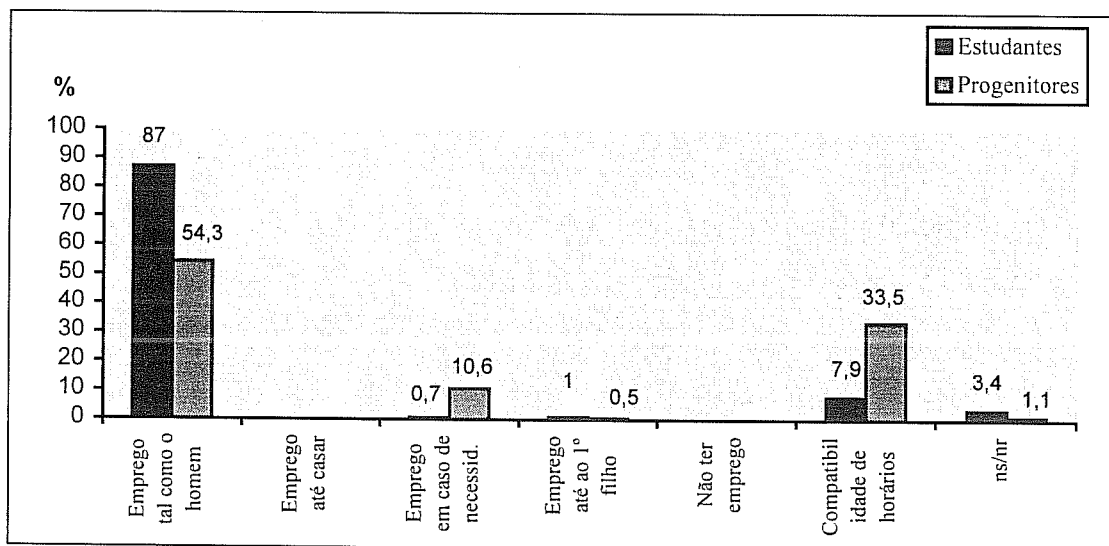


Figura 5.38. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”

Na amostra dos estudantes, verificou-se que são sobretudo os rapazes que impõem a condição de compatibilidade de horários ao trabalho feminino ( $p < 0.05$ ). Assim, 13.8% dos rapazes defendem que a mulher casada só deve empregar-se se arranjar um trabalho cujo horário seja compatível com o horário familiar, mas só 2.6% das raparigas defende esta posição. Para além disso, verificou-se que há mais raparigas (92.2%) do que rapazes (81.2%) a defenderem que a mulher deve ter um emprego durante toda a vida tal como o homem. Na figura 5.39. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas raparigas e nos rapazes.

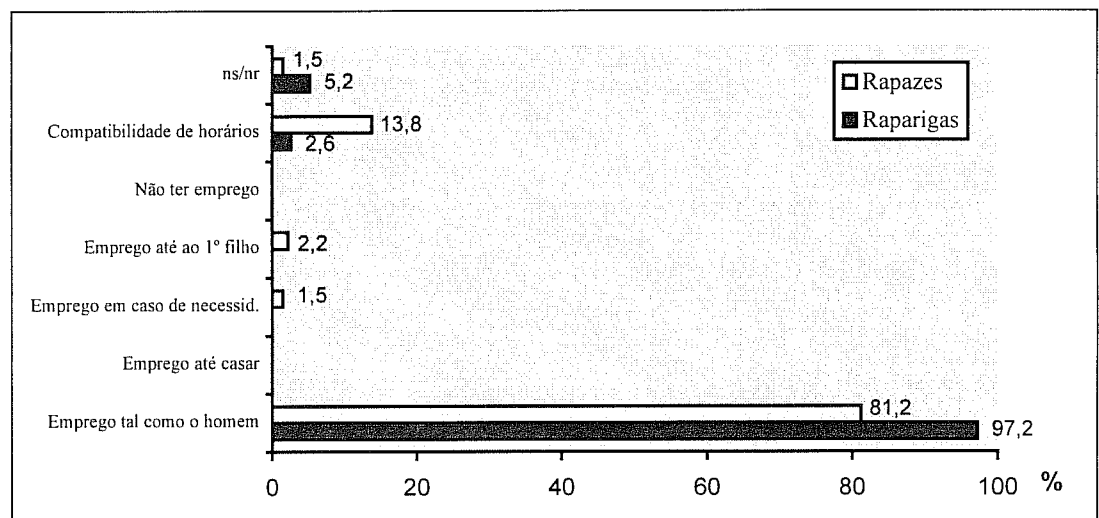


Figura 5.39. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” (amostra dos estudantes)

#### ***I. Com quem gostariam de viver os filhos? (Q.4)***

A maior parte dos estudantes (58.6%) acha que os jovens, a partir dos 17-18 anos, escolheriam naturalmente viver com outros jovens. Em contrapartida, apenas 34.4% tem essa opinião e 35.0% considera que os jovens escolheriam continuar a viver com a família ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.40. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

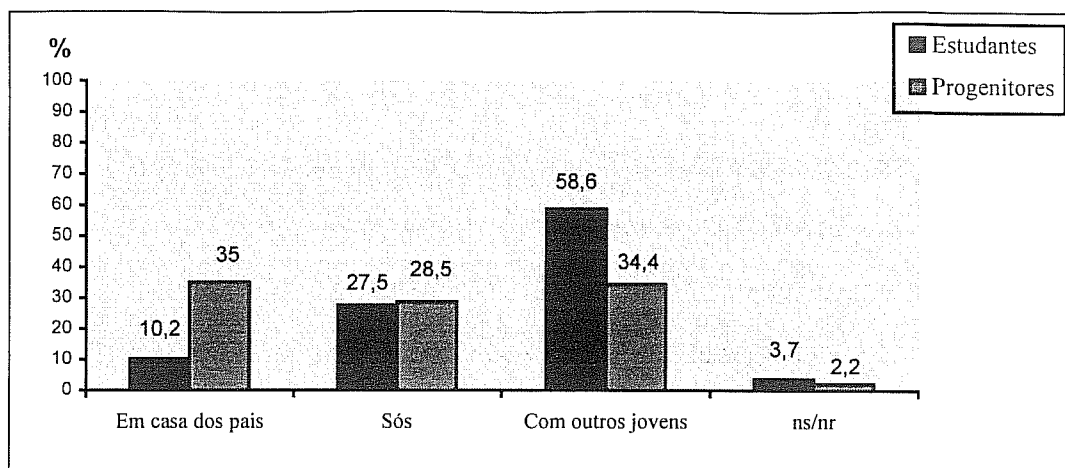


Figura 5.40. Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”

#### 5.1.4. Progresso e civilização

Neste ponto pretende-se analisar a forma como os jovens e os seus progenitores percebem o futuro - em termos de progresso civilizacional, e quais são as suas expectativas relativamente a este. Para além disso, são analisadas duas questões que pretendem dar a conhecer de que modo encaram a sua capacidade de interferir no curso do desenvolvimento e do progresso.

##### *a. Principais objectivos para os próximos 10/15 anos (Q.25)*

Verificou-se que a grande preocupação de ambas as gerações é emprego, pois quando questionados sobre os principais objectivos que o país deveria se esforçar por atingir nos próximos 10/15 anos, *o pleno emprego* surge como primeira opção nas duas gerações: 43.1% dos filhos e 47.2% dos progenitores consideram que esta deve ser o principal objectivo a ser atingido num futuro próximo. As diferenças não são significativas. Na figura 5.41. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

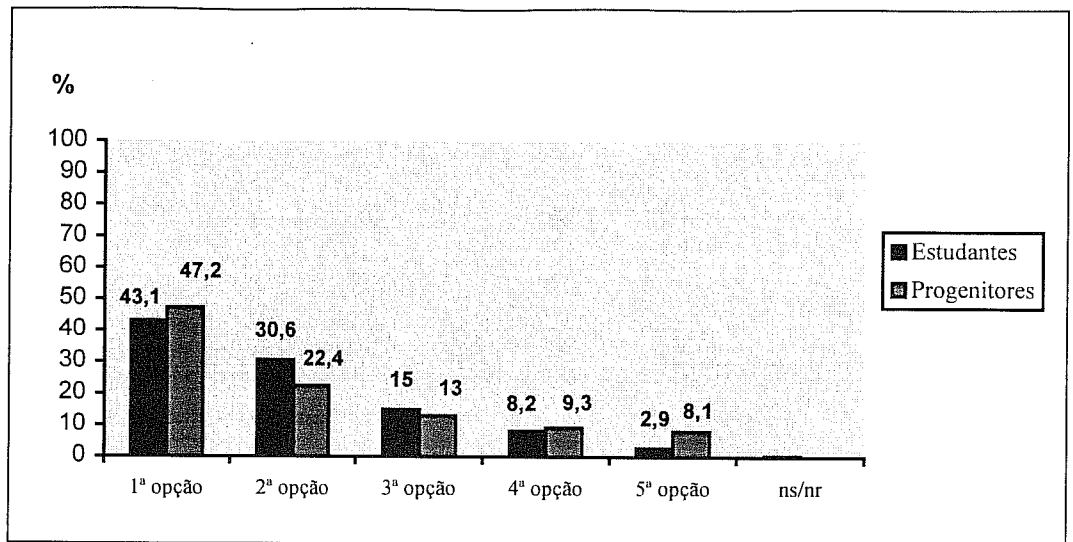


Figura 5.41. Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”

Contudo, a par deste preocupação principal, *garantir a liberdade de expressão* constitui, para 26.0% dos filhos, o principal objectivo a ser atingido, assim como, *manter a ordem do país* para 34.8% dos progenitores. Constatou-se pois que esta orientação é, claramente, distinta nos progenitores e nos filhos: a grande parte dos progenitores escolhe o objectivo *garantir a liberdade de expressão* em último (26.7%) e em terceiro lugar (25.5%) e a grande parte dos filhos escolhe o objectivo *manter a ordem do país* em quarto (25.6%) e em terceiro lugar (24.2%) (para ambas as questões  $p < 0.05$ ). Nas figuras 5.42. e 5.43 apresentam-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Garantir a liberdade de expressão” e “Manter a ordem no país”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

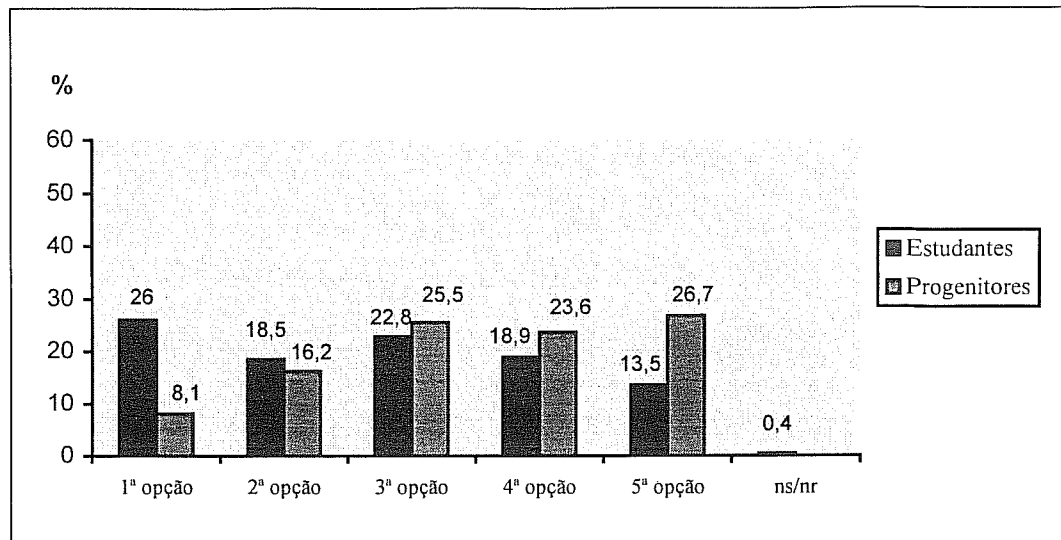


Figura 5.42. Distribuição, em percentagem, da variável "Garantir a liberdade de expressão"

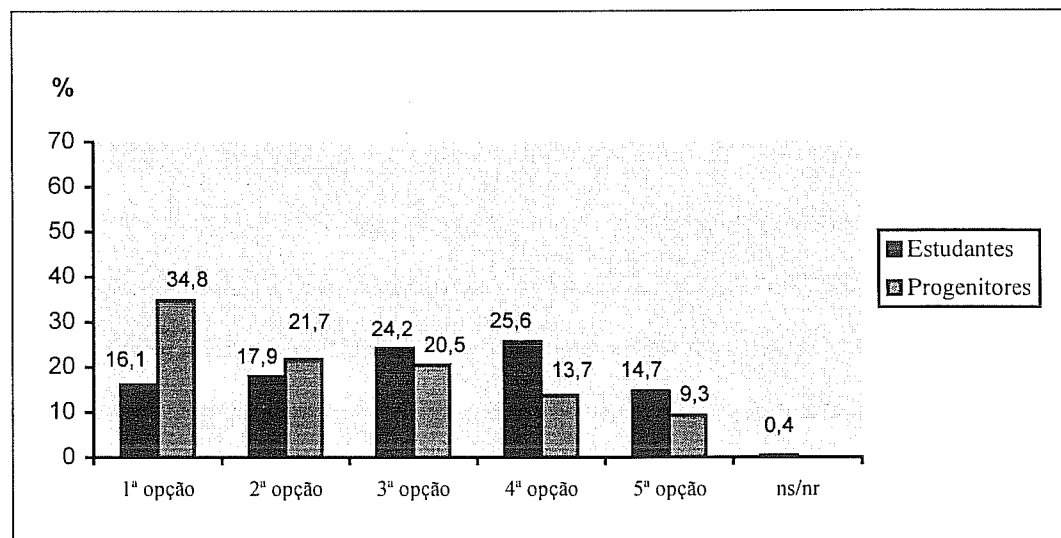


Figura 5.43. Distribuição, em percentagem, da variável "Manter a ordem no país"

Em relação ao objectivo *combater a alta dos preços*, verificou-se que os filhos escolhem-no fundamentalmente em último lugar (45.6%) e os progenitores em terceiro lugar (28.6%) ( $p < 0.05$ ), tal como se pode observar na figura 5.44. relativa às

distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

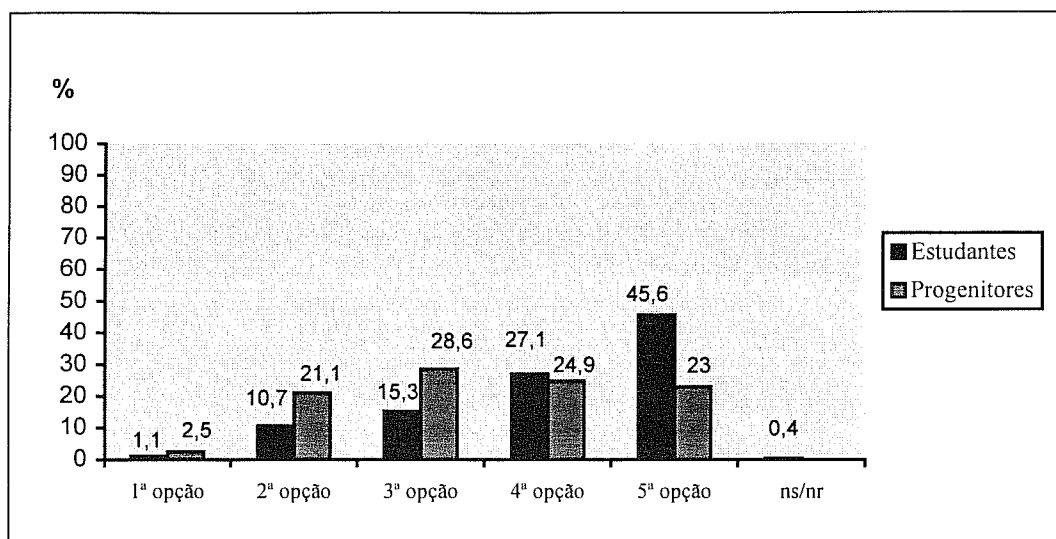


Figura 5.44. Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”

Constatou-se que a mostra das raparigas e dos rapazes diferiam significativamente no que diz respeito a esta alternativa ( $p < 0.05$ ). Muito embora, grande parte dos rapazes e das raparigas não atribuam grande importância a este objectivo (51.9% dos rapazes e 39.9% das raparigas escolhem-na em último lugar), verificou-se que uma percentagem superior de raparigas escolhe esta alternativa em segundo lugar (16.2% contra 4.5% dos rapazes).

No que diz respeito ao *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo*, verificou-se que este objectivo é considerado pouco relevante pelos progenitores, que o escolhem fundamentalmente em último (32.9%) e em quarto lugar (28.6%), já não o sendo tão claramente para os jovens: 23.1% escolhem-no em último lugar, mas 22.1% e 21.7% escolhem-no respectivamente, em terceiro e segundo lugar e 13.5% escolhem-no em primeiro lugar (contra apenas 7.5% dos progenitores que o faz) ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.45. relativa à distribuição, em

percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

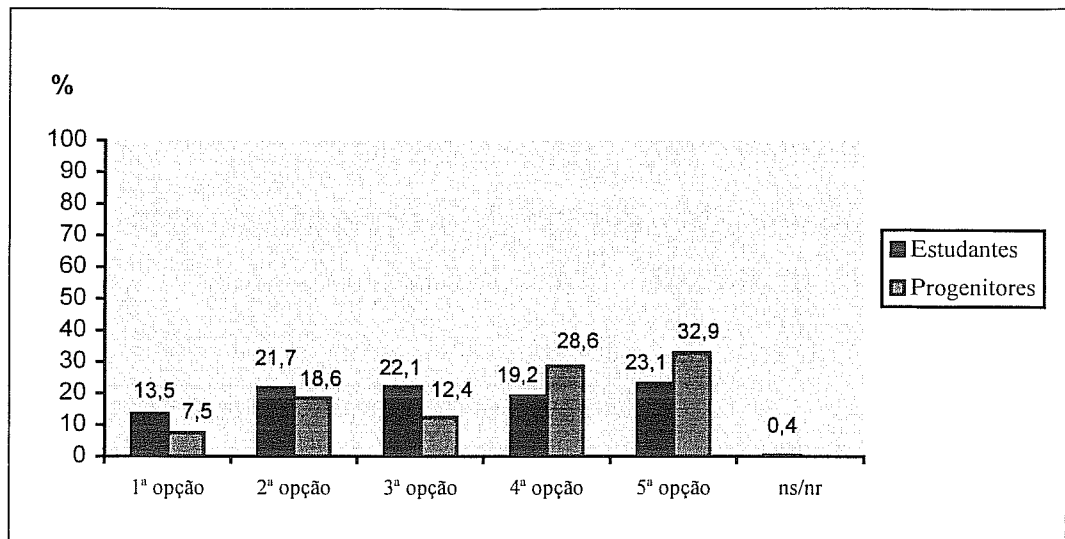


Figura 5.45. Distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”

**b. O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (Q.41)**

Em termos de objectivos mais globais e projectados num futuro próximo, verificou-se que os jovens, assim como os progenitores, desejam sobretudo a *cura das doenças graves* (representando esta opção 36.2% do total das respostas dos filhos e 42.6% do total das respostas dos progenitores), o *fim da fome e da pobreza* (respectivamente, 20.0% e 27.2% do total das respostas dos filhos e dos progenitores) e o *fim das guerras e dos exércitos* (respectivamente, 17.7% e 18.4% do total das respostas dos filhos e dos progenitores).

Constatou-se ainda que, apenas, 11.5% do total das repostas dos jovens manifesta uma preocupação ambiental, reflectida no desejo de se combater eficazmente a poluição. Este dado é tanto mais interessante quanto as questões ambientais constituem um dos principais centros de interesse dos jovens (representando 22.9% do total das respostas à pergunta 44, relativa aos aspectos da vida por que mais se

interessam). No Quadro 5.5. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Quadro 5.5.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “O que deseja que o Progresso torne possível no Ano 2010? (sobre o total de respostas)

	Respostas dos estudantes	Respostas dos progenitores
Cura das doenças graves	36.2	42.6
Fim das guerras e dos exércitos	17.7	18.4
Tempo meteorológico	0	0
Vida noutros planetas	3.0	0.3
Fim da fome e da pobreza	20.0	27.2
Igualdade de direitos entre povos	13.1	5.8
Idioma universal	0.4	1.7
Combate eficiente à poluição	11.5	4.1

**c. Causas por que vale a pena fazer sacrifícios (Q.27)**

Muito embora a natureza constitua um centro de interesse importante para os jovens, constatou-se que estes não a consideram a principal causa por que vale a pena fazer sacrifícios - antes desta, os jovens consideram que vale a pena fazer sacrifícios pela *paz* e pelos *direitos do Homem*. Assim, a *paz* representa 26.4% do total das respostas dos estudantes, os *direitos do Homem* 24.8%, a *protecção da natureza* 20.1%

e a *luta contra a miséria* 17.1%. Verificou-se que o *fim da miséria* foi considerado, pelos jovens, como o segundo maior desejo relativamente àquilo que o progresso poderia trazer (q.41), contudo, constitui o quarto aspecto por que vale a pena fazer sacrifícios.

Os progenitores consideram que vale a pena fazer sacrifícios fundamentalmente pela *paz* (28.1% do total de respostas) e pela *luta contra a miséria* (28.0% do total de respostas). A *protecção da natureza e os direitos do Homem* representam apenas, respectivamente, 17.2% e 16.2% do total de respostas, tal como se pode observar no Quadro 5.6. relativo à distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Quadro 5.6.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Causas por que vale a pena fazer Sacrifícios” (sobre o total de respostas)

	Respostas dos estudantes	Respostas dos progenitores
Protecção da natureza	20.1	17.2
Paz	26.4	28.1
Luta contra a miséria	17.1	28.0
Defesa nacional	2.3	3.5
Liberdade do indivíduo	8.3	6.5
Direitos do Homem	24.8	16.2
Nenhuma	0.5	0.4

**d. As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010? (Q.43)**

Verificou-se que, tendencialmente, os progenitores acham, mais do que os estudantes, que as pessoas serão mais felizes no ano 2010. Por outro lado, grande parte

dos progenitores considera, também, que as pessoas serão menos felizes. Os jovens consideram mais que as pessoas serão semelhantes a hoje. As diferenças não são significativas. Na figura 5.46. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

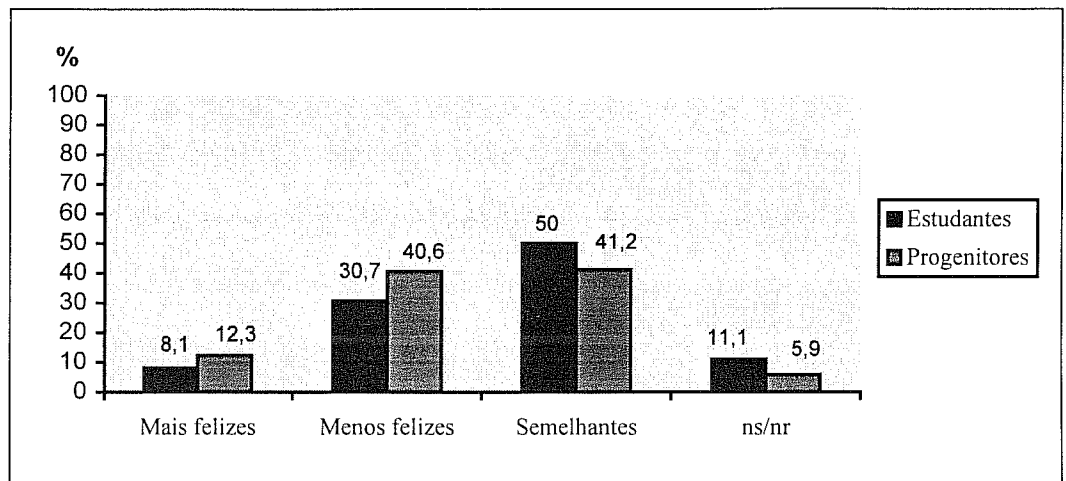


Figura 5.46. Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”

Verificou-se que, de uma maneira geral, os rapazes têm uma imagem mais positiva do futuro do que as raparigas ( $p < 0.05$ ). Assim, muito embora grande parte dos rapazes (50.7%), assim como, grande parte das raparigas (49.4%) considere que as pessoas serão semelhantes no ano 2010, 12.3% dos rapazes (contra 4.4% das raparigas) considera que as pessoas serão mais felizes e 36.1% das raparigas (contra 24.6% dos rapazes) considera que serão menos felizes, tal como se pode observar na figura 5.47. relativa à distribuição, em percentagem da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, nas raparigas e nos rapazes.

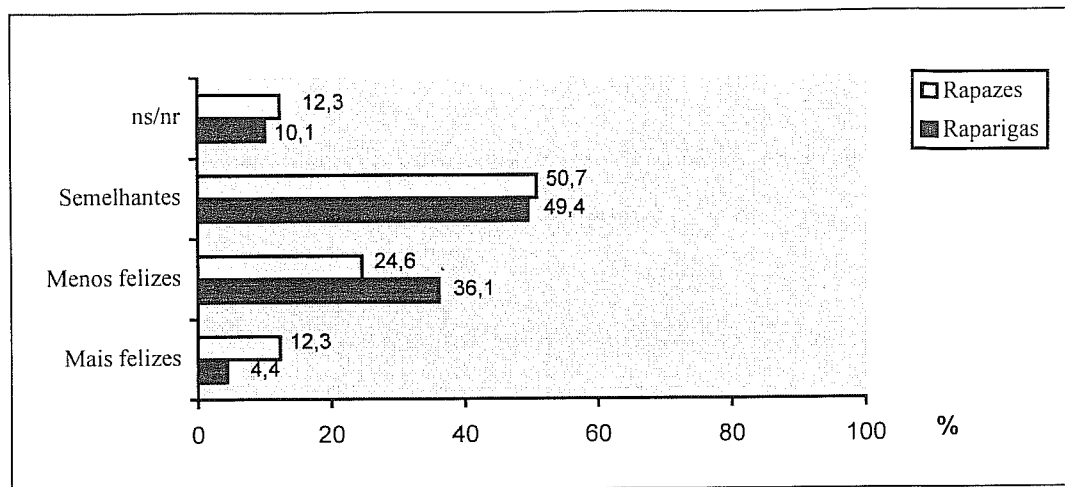


Figura 5.47. Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” (amostra dos estudantes)

**e. Qual a geração com uma visão mais realista do mundo? (Q.46)**

Verificou-se que os progenitores consideram que é a geração dos 40-50 anos (36.0%) e depois a geração dos 30-40 anos (28.6%) que tem uma visão mais realista do mundo e que, por seu turno, os jovens consideram que quem tem uma visão mais realista do mundo é a geração dos 30-40 anos (33.9%) e dos 25-30 anos (29.5%) ( $p < 0.05$ ): Na figura 5.48. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

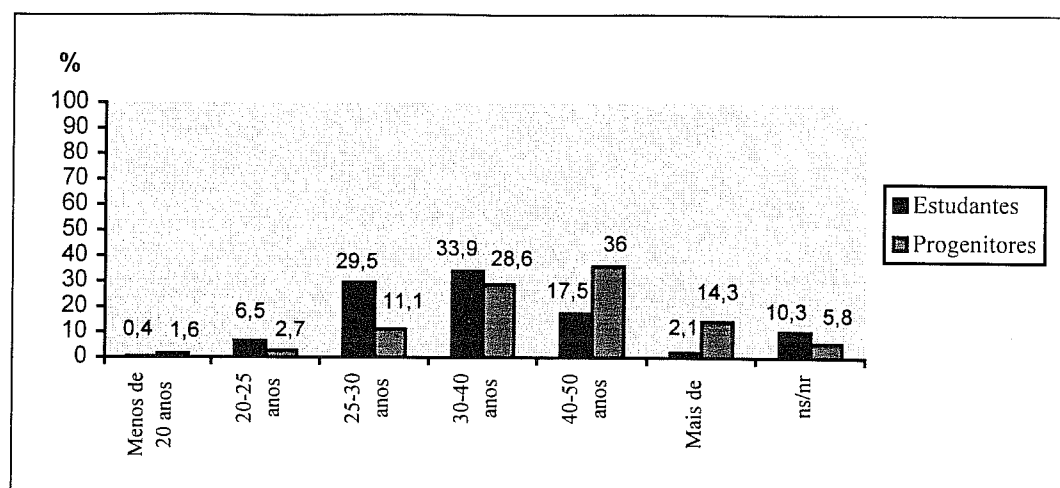


Figura 5.48. Distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?”

Ao controlar-se a variável sexo, verificou-se que as mães, de uma maneira geral, acham que são as gerações mais novas que possuem uma visão mais realista do mundo: 24.7% das mães acha que são as gerações com menos de 20 anos, com idades compreendidas entre os 20 e 25 anos e os 25 e 30 anos, aquelas com uma visão mais realista; apenas 5.4% dos pais que acha que é a geração com idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos que tem a visão mais realista do mundo (as outras duas não foram escolhidas por nenhum pai) ( $p < 0.05$ ). Ambos os sexos consideram, no entanto, que a geração com uma visão mais realista do mundo é aquela com idades compreendidas entre os 40 e 50 anos (39.1% dos pais e 33.0% das mães).

#### **f. Capacidade para influenciar o progresso (Q.42)**

Relativamente à capacidade de influenciar o progresso, verificou-se que 61.2% dos jovens considera que pode contribuir no sentido de influenciar o progresso e que os progenitores se mostram menos confiantes: 43.7% referindo que só talvez possam influenciar o progresso e 16.8% dos progenitores considerando que não o pode influenciar ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.49. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da

variável “Capacidade para influenciar o progresso”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

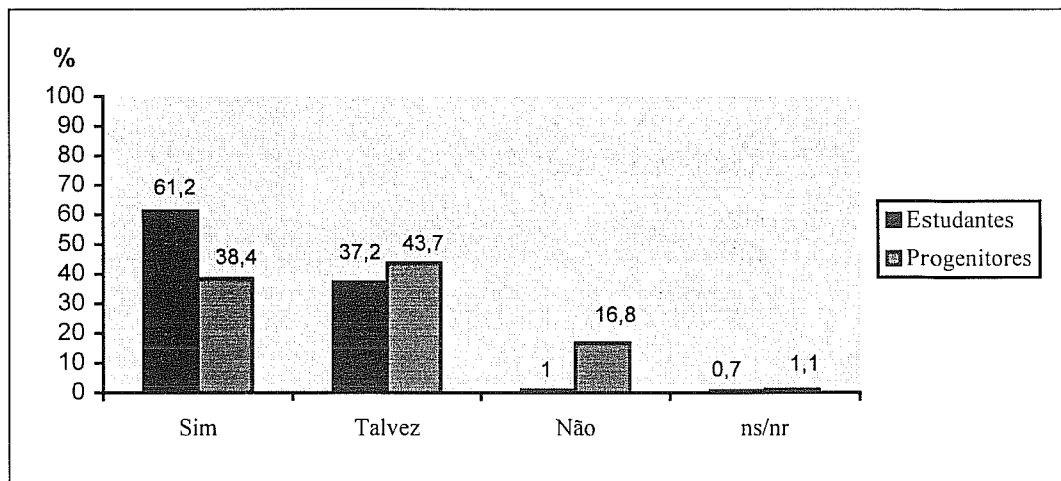


Figura 5.49. Distribuição, em percentagem, da variável “Capacidade para influenciar o progresso”

#### g. O que deseja com o progresso? (Q.22)

Constatou-se que ambos os grupos diferem naquilo que anseiam que o progresso torne possível ( $p < 0.05$ ). Assim, se ambos consideram que a principal vantagem do progresso é *fazer diminuir as desigualdades sociais e criar as mesmas oportunidades para todos* (83.7% dos filhos e 71.8% dos progenitores), verificou-se, por outro lado, que 13.8% dos progenitores anseiam que o progresso permita *manter a ordem social*, mas que 12.8% também anseia que o progresso permita *facilitar a vida àquelas pessoas que são mais capazes e que têm espírito de iniciativa*. Na figura 5.50. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

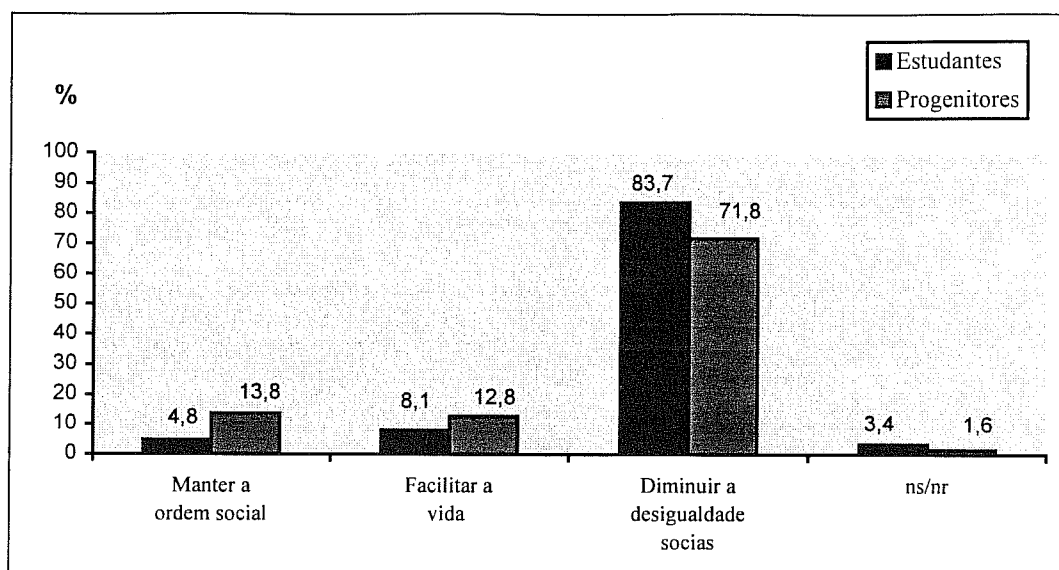


Figura 5.50. Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”

Verificou-se que são sobretudo os rapazes (13.0%) que defendem esta posição (apenas, 3.8% das raparigas a defende) ( $p < 0.05$ ). 86.0% das raparigas defende, por sua vez, que o governo deve procurar *diminuir as desigualdades sociais*, assim como, 81.2% dos rapazes.

#### **h. O que deseja com o progresso do país? (Q.28, Q.29 e Q.30)**

Em termos mais particulares, verificou-se a existência de um grande consenso nas duas gerações relativamente ao desejo de que o progresso permita a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais (96.6% dos filhos e 96.3% dos progenitores) e o desenvolvimento das pequenas cidades (92.5% dos filhos e 96.8% dos progenitores) (as diferentes encontradas entre as duas gerações não são significativas).

São, no entanto, as raparigas que mais defendem o desenvolvimento da agricultura (72.2% contra 53.7% dos rapazes), sendo os rapazes aqueles que mais

defendem o desenvolvimento da indústria (36.0% contra 18.4% das raparigas) ( $p < 0.05$ ).

Já no que diz respeito ao desenvolvimento de que tipo de sector económico, não se verificou um grande consenso entre as duas gerações ( $p < 0.05$ ). Os filhos apresentam mais dúvidas acerca de que sector de actividade económica deve ser desenvolvido (9.9% responde ns/nr) apesar de na sua maior parte (63.6%) considerarem que se deve procurar aumentar a produtividade da agricultura, assim como, 65.4% dos progenitores. Na figura 5.51. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores).

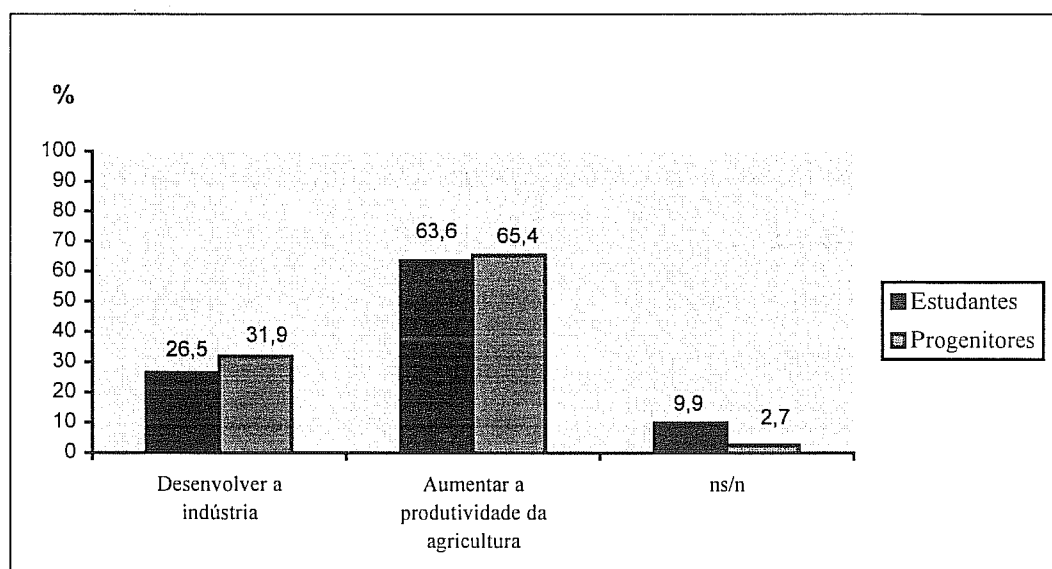


Figura 5.51. Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?”

#### *i. A União Europeia (Q.24 e Q.40)*

Em termos europeus, verificou-se que a maioria dos progenitores (78.6%), assim como a maioria dos estudantes (73.2%), considera que cada país membro deve ser soberano (q.40). Constatou-se, ainda, uma elevação de respostas ns/nr, quer nos filhos

(18.0%) quer nos progenitores (13.7%), tal como se pode observar na figura 5.52. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

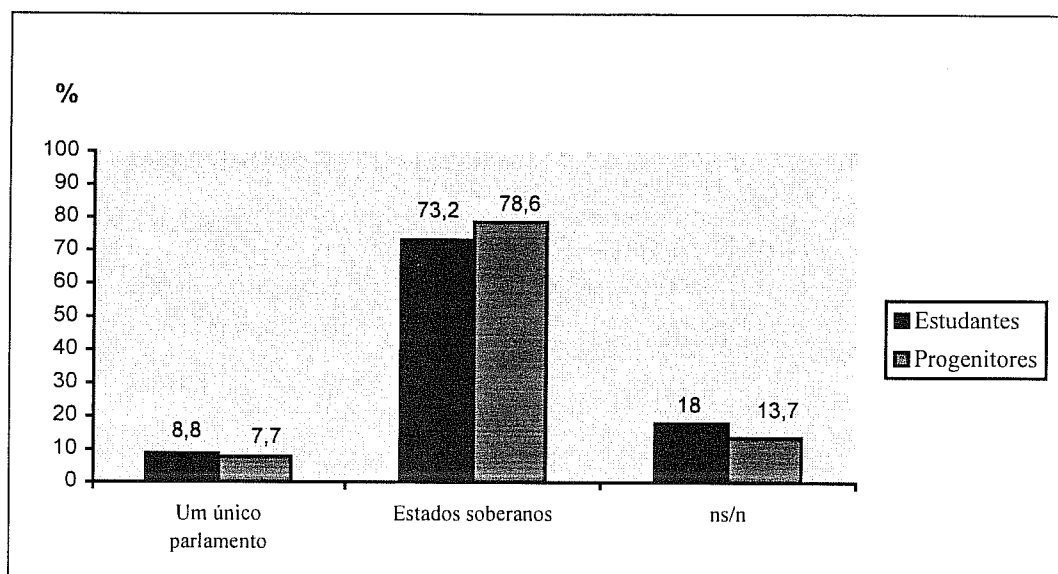


Figura 5.52. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo”

Constatou-se que a elevação das respostas ns/nr no grupo dos jovens se deve, sobretudo, ao tipo de respostas dadas pelas filhas, visto que 26.0% das raparigas respondeu ns/nr. A diferença entre as respostas dos rapazes e das raparigas é significativa ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.53. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, nos rapazes e nas raparigas.

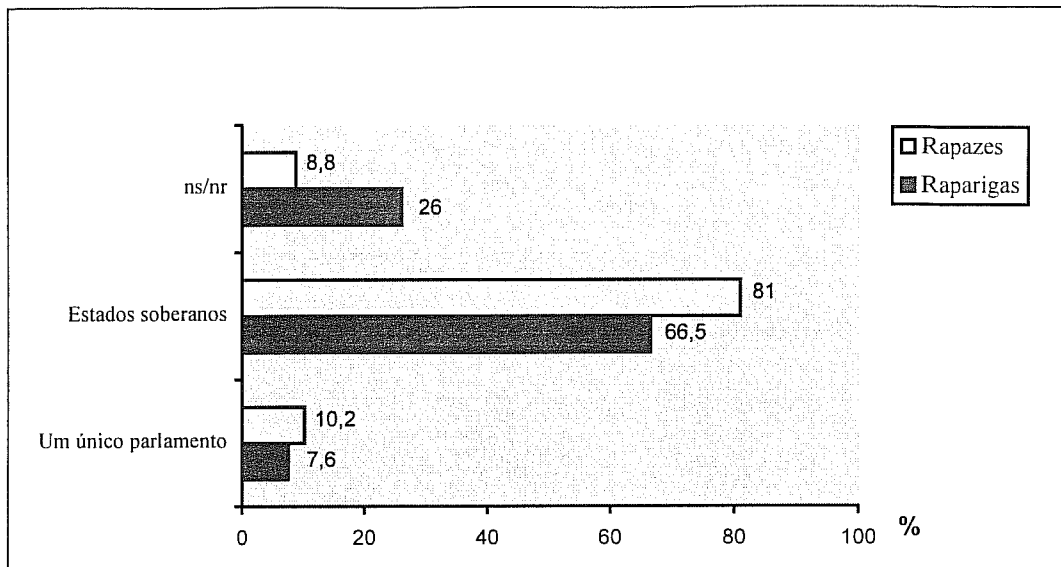


Figura 5.53. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo” (amostra dos estudantes)

Na pergunta relativa àquilo que sentiria se Portugal abandonasse a UE, verificou-se, na mesma a existência de uma elevada percentagem de respostas ns/nr (15.0% nos jovens e 11.8% nos progenitores). Contudo, os filhos demonstraram-se mais apegados ao ideal europeu: 57.1% refere que sentiria pena, contra 46.5% dos progenitores. Para além disso, 26.7% dos progenitores refere que se sentiria indiferente (contra 19.1% dos filhos) e 15.0% que se sentiria aliviado (contra 8.8% dos filhos) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.54. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

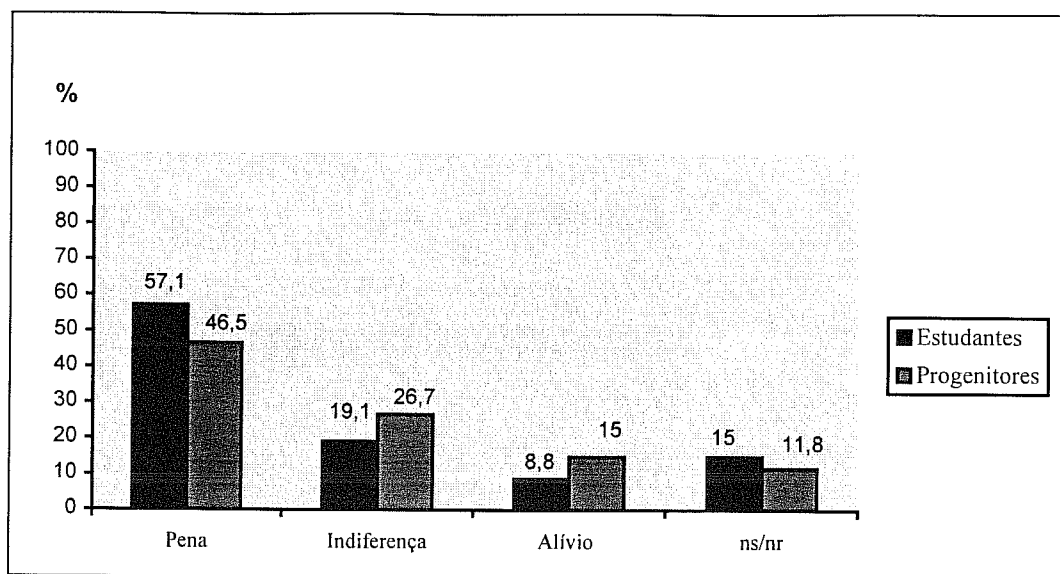


Figura 5.54. Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?”

Constatou-se que são sobretudo os homens (pais e filhos) que se encontram apegados ao ideal europeu relativamente às mulheres (mães e filhas) (para ambos os grupos  $p < 0.05$ ). Assim, 72.8% dos rapazes e 58.2% dos pais sentiriam pena se Portugal abandonasse a UE, contra 43.7% das raparigas e 35.4% das mães. 27.2% das raparigas, assim como, 31.3% das mães sentiriam indiferença (contra 9.6% dos rapazes e 22.0% dos pais). 10.8% das raparigas sentiriam alívio (contra 6.6% dos rapazes), mas, no entanto, mais pais do que mães referem que sentiriam, também, alívio se isso acontecesse (16.5% dos pais contra 13.5% das mães). Nas figuras 5.55. e 5.56 apresentam-se as distribuições, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?”, respectivamente, na amostra de rapazes e raparigas e na amostra de pais e mães.

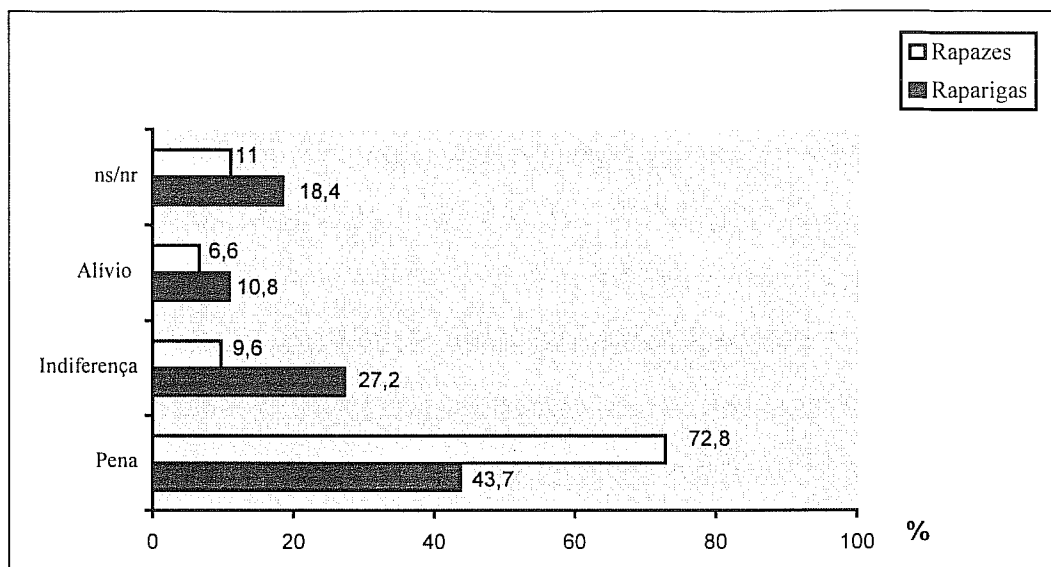


Figura 5.55. Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” (amostra dos estudantes)

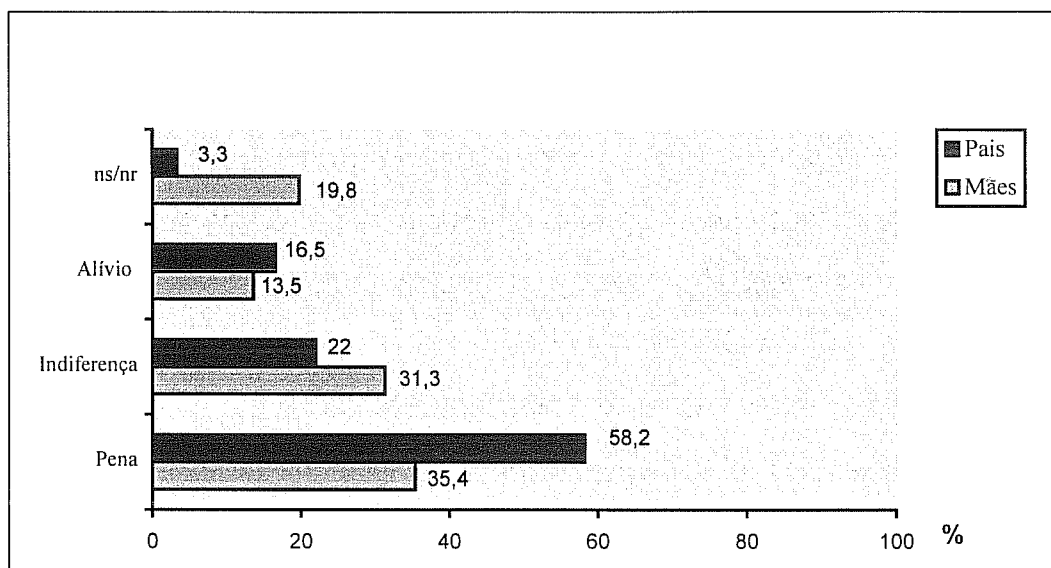


Figura 5.56. Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” (amostra dos progenitores)

### j. Como pode ser vencida a crise da civilização? (Q.26)

Verificou-se que a grande parte dos jovens (46.6%) considera que a crise de civilização pode ser vencida *por meio da renovação espiritual e moral do Homem*, assim como, 39.2% dos progenitores. Para além disso, 27.0% dos progenitores considera que esta pode ser vencida *pela economia e política*, contra 17.1% dos filhos.

Constatou-se que, muito embora, sejam estudantes universitários, apenas, 11.9% dos filhos considera que a crise pode ser vencida *por meio da ciência e da técnica* ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.57. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

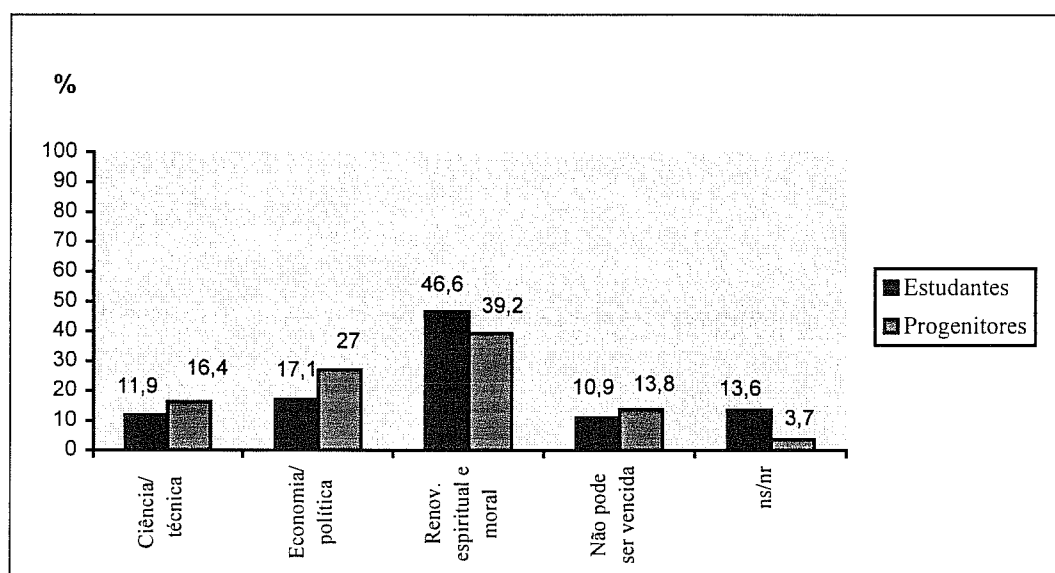


Figura 5.57. Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”

### i. Evolução bem orientada versus revolução (Q.23)

Apesar de diferirem no modo como pensam que a crise pode ser vencida, estes revelaram-se consensuais no modo como defendem a evolução bem orientada como

forma de salvação e de justiça. Assim, quer 71.4% dos estudantes quer 76.1% dos progenitores considera que *a salvação e a justiça reside na evolução bem orientada e não na revolução*, se bem que 19.7% dos estudantes e 13.8% dos progenitores considere que *a violência é o remédio adequado em certas circunstância*. Na figura 5.58. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

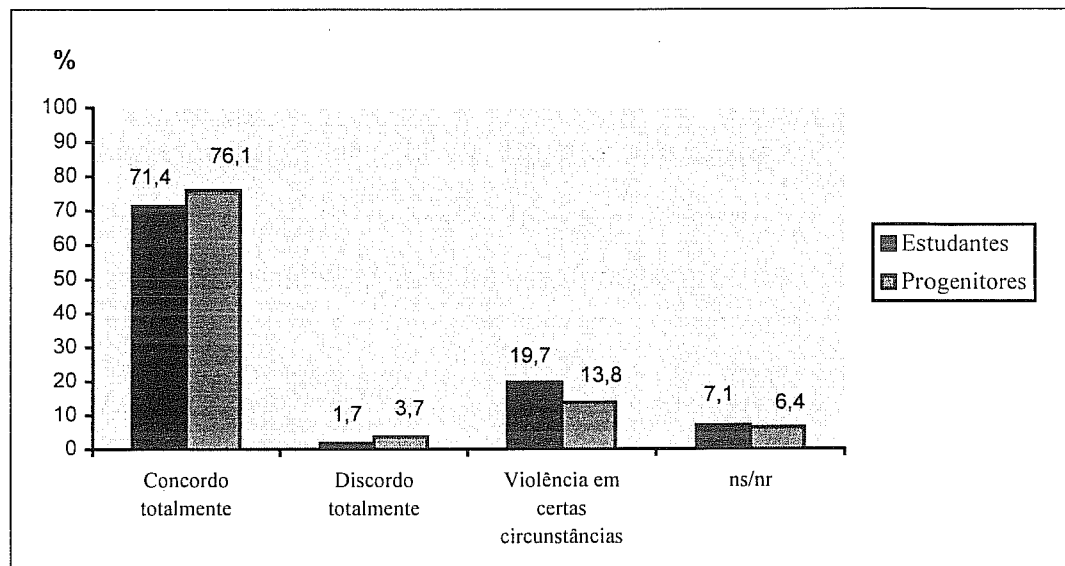


Figura 5.58. Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução”

Verificou-se a existência de diferenças significativas a nível dos sexos ( $p < 0.05$ ). Assim, de uma maneira geral, as mulheres (mães e raparigas) mostram-se mais moderadas nas suas posições: 84.5% das mães e 73.3% das raparigas defende a evolução bem orientada da sociedade, contra 67.0% dos pais e 69.3% dos rapazes. Para além disso, mais homens (rapazes e pais) não concordam com que evolução bem orientada conduza à salvação ou à justiça (5.5% dos pais e 3.7% dos rapazes) ou, então, defendem a revolução como forma de se atingir a salvação ou a justiça (19.8% dos pais e 24.1% dos rapazes).

### 5.1.5. Política

#### a. Posição política (Q.38)

Em relação à posição política dos dois grupos, verificou-se não existirem diferenças significativas: na sua maior parte, progenitores e filhos colocam-se ao centro (5-6) (Figueiredo, 1988). Assim, 36.2% dos filhos colocaram-se na posição 5 e 6, assim como, 39.1% dos progenitores. Muito embora não haja diferenças significativas entre os dois grupos, verificou-se que, tendencialmente, os filhos colocam-se mais à direita (posição 7-8) (30.1% dos filhos contra 18.6% dos progenitores) e à extrema direita (posição 9-10) (9.4% dos filhos contra 6.8% dos progenitores) e que os progenitores tendem a situar-se mais à esquerda (26.7% dos progenitores contra 21.1% dos filhos) e à extrema esquerda (8.7% dos progenitores contra 3.3% dos filhos), tal como se pode constatar na figura 5.59. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

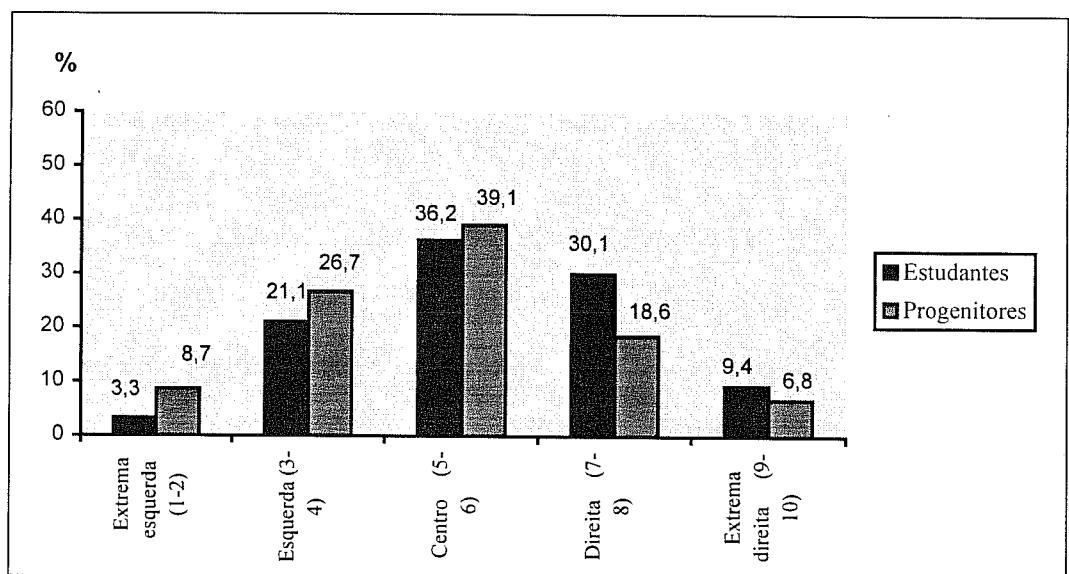


Figura 5.59. Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”

**b. Ligação a um partido político (Q.39)**

Constatou-se que a participação política é fraca nos dois grupos - ambos declarando-se fundamentalmente *simpatizantes de partidos políticos* (57.4% dos filhos e 64.4% dos progenitores). 35.2% dos filhos declararam-se ainda *sem proximidade a nenhum partido*, assim como, 30.0% dos progenitores. As diferenças encontradas não são significativas. Na figura 5.60. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

Verifica-se, ainda, que os rapazes referem mais *estar bastante ligado a um partido* (9.6%) do que as raparigas (1.3%) e que mais raparigas (36.2%) do que rapazes (34.1%) declaram *não ter proximidade a qualquer partido* ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.61. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas raparigas e nos rapazes.

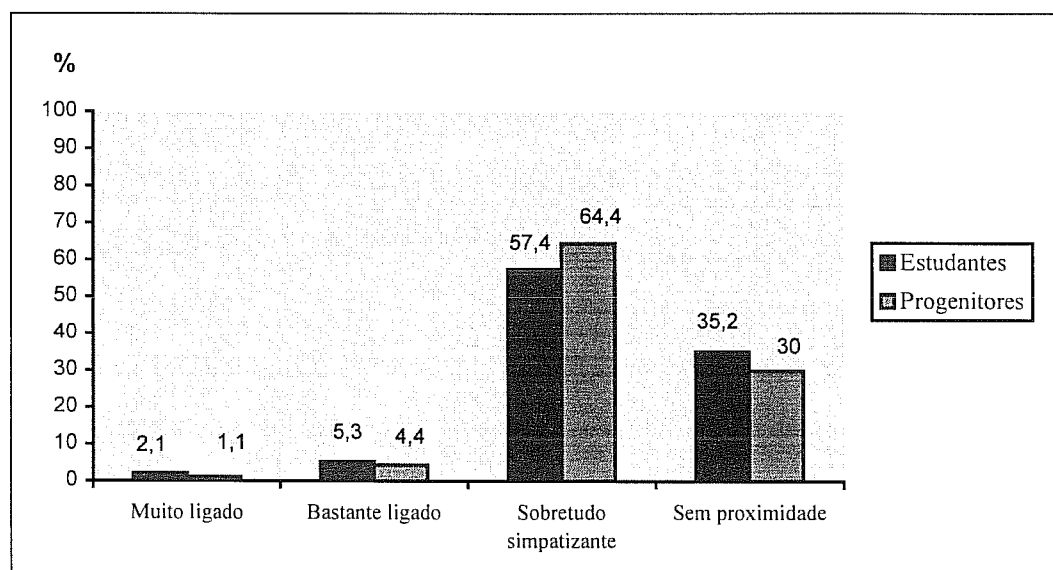


Figura 5.60. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”

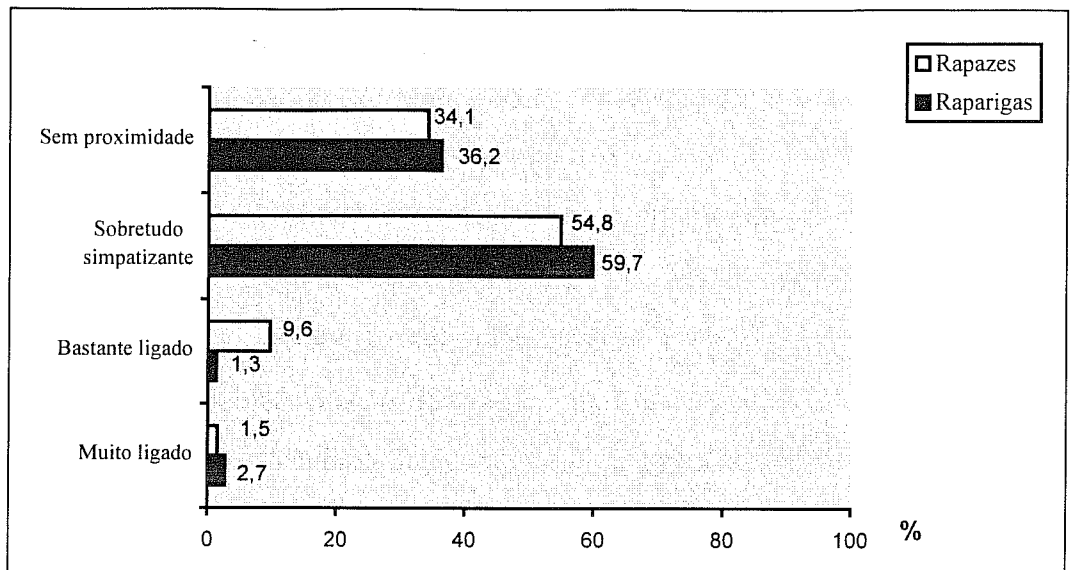


Figura 5.61. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” (amostra dos estudantes)

### c. Sistema político (Q.45)

Relativamente ao sistema político que deve orientar as nações, constatou-se que são sobretudo as raparigas que defendem um sistema de partido único (respectivamente, 9.6% e 7.3%) ( $p < 0.05$ ). É ainda de referir que 19.2% das raparigas escolhe ns/nr (contra 7.3% dos rapazes).

Em termos intergeracionais, verificou-se que ambos os grupos se mostram bastante consensuais: 77.9% dos filhos e 75.8% dos progenitores defendendo o sistema de vários partidos. Há a referir que 15.1% dos progenitores defende o sistema de partido único, assim como, 8.5% dos filhos.

## 5.2. ANÁLISE COMPARATIVA DAS AMOSTRAS DE NATURAIS E NÃO NATURAIS DO ALGARVE

### 5.2.1. Amostra dos estudantes

Não se observaram diferenças consideráveis nas respostas dos jovens algarvios e não algarvios, com excepção para algumas variáveis sócio-demográficas e para as variáveis comportamento religioso e posição política.

No que diz respeito às variáveis sócio-demográficas, verificou-se que grande parte dos jovens não algarvios vive com outros jovens (44.3%) e que a maior parte dos estudantes algarvios vive com os seus progenitores (64.4%) ( $p < 0.05$ ).

Para além disso, verificou-se que os progenitores dos jovens não algarvios têm níveis de instrução superiores do que os progenitores dos estudantes algarvios. Assim, a maior parte dos progenitores algarvios tem apenas o ensino primário completo (56.7%) e uma percentagem maior de progenitores de estudantes não algarvios tem o ensino superior (14.1%) ou um curso técnico ou profissional (13.5%) ( $p < 0.05$ ), como se pode observar no Quadro 5.7. Relativo à distribuição, em percentagem, da variável “Nível de instrução dos pais”, nas amostras dos estudantes algarvios e não algarvios.

Quadro 5.7.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Nível de Instrução dos Pais”

Nível de instrução	Estudantes naturais	Estudantes não naturais
Curso superior	4,2	14,1
Curso técnico ou profissional	9,2	13,5
Ensino secundário, comercial ou industrial	26,7	20,6
Ensino primário completo	56,7	46,5
Ensino primário incompleto ou nulo	2,5	4,7

No que diz respeito ao comportamento religioso (q.33), verificou-se que a grande maioria dos estudantes não naturais do Algarve (59.1%) acha que as pessoas procuram na religião *a satisfação de uma necessidade espiritual* (contra 49.2% dos estudantes algarvios que mantêm essa posição). Para além disso, um quarto dos estudantes algarvios, e apenas 12.3% dos não algarvios, consideram que a religião é *uma fuga para os problemas da vida*. Apesar disto, uma percentagem mais elevada de estudantes algarvios (10.0%) acha que as pessoas procuram na religião *uma forma de amar e servir a Deus* ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.63. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”, nas amostras dos estudantes algarvios e não algarvios.

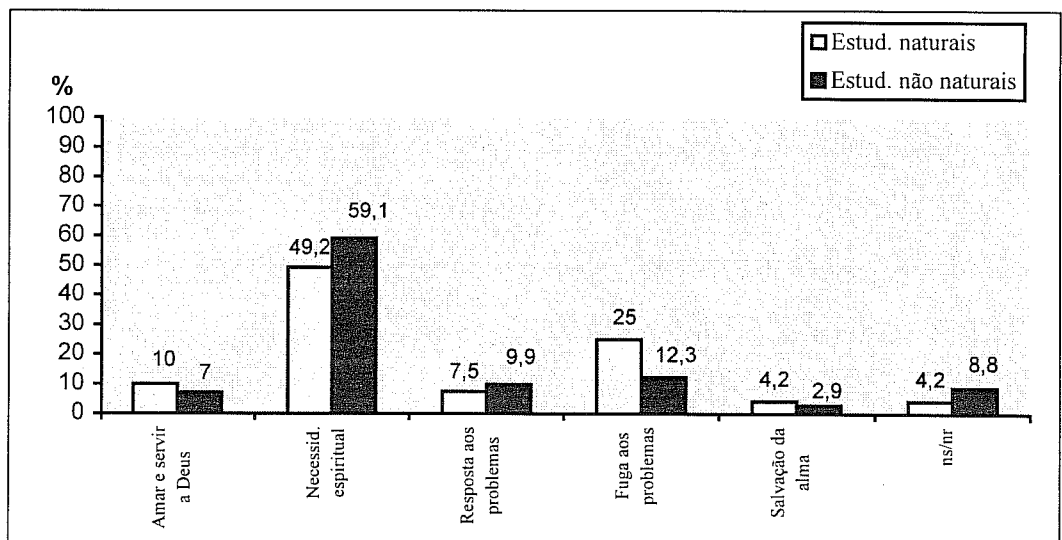


Figura 5.63. Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”

Em relação à posição política (q.38), verificou-se que os estudantes não naturais se situam à direita (35.6%) e ao centro (32.9%). Os estudantes algarvios situam-se, por seu turno, preferencialmente ao centro (39.6%). Para além disso, 29.5% dos estudantes algarvios situam-se à esquerda e na extrema esquerda (5.2%), enquanto que 35.6% dos estudantes não algarvios se situam à direita e 13.0% na extrema direita ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.64. relativa à distribuição, em

percentagem, da variável “Posição política”, nas amostras dos estudantes algarvios e não algarvios.

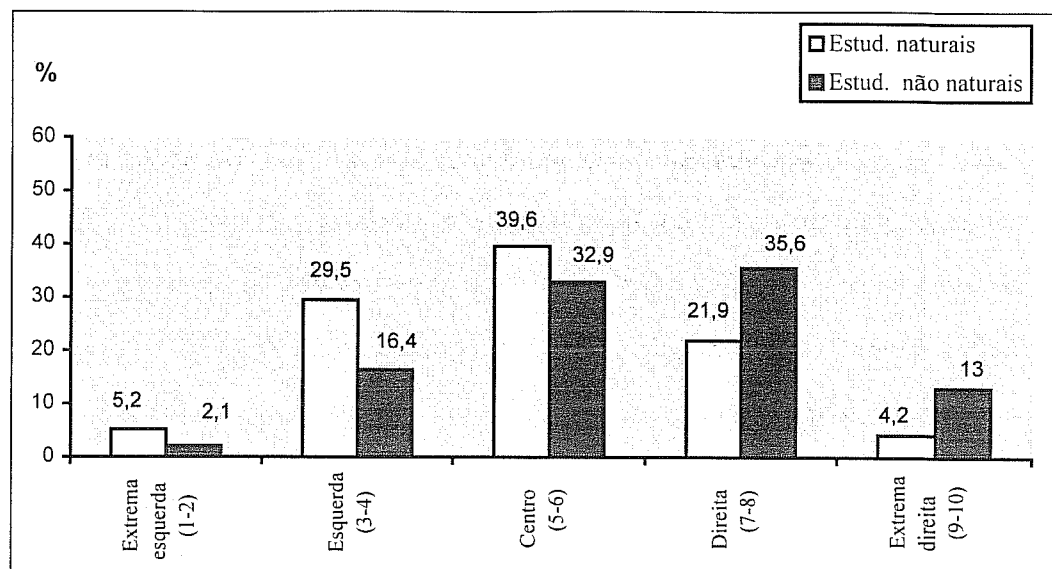


Figura 5.64. Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”

### 5.2.2. Amostra dos progenitores

No que diz respeito ao progenitores naturais e não naturais do Algarve, verificou-se que estes não diferem em termos de variáveis sócio-demográficas, mas que diferem significativamente ( $p < 0.05$ ) em relação ao modo como encaram a resolução de conflitos no casal (q.15), ao divórcio (q.9) e à valorização que fazem de objectivos futuros, tais como *manter a ordem no país* e *garantir o pleno emprego* (q.25).

Em relação ao modo de resolver conflitos no casal, verificou-se que todos os inquiridos não naturais acham que os conflitos entre o casal não podem ser resolvidos *com uma sova na mulher*, à excepção de 4 que ns/nr (3.8%). Na sua maioria (93.9%), os inquiridos do Algarve também defendem esta posição, se bem que 2 inquiridos (representando 2.4% do total de inquiridos naturais do Algarve) considerem que o homem pode bater na mulher em situações excepcionais e 3 inquiridos (que

representam 3.7% do total de naturais do Algarve) consideram que *o homem tem o direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer*.

Em relação ao divórcio, também se observaram diferenças entre os progenitores naturais e os não naturais do Algarve. Assim, 88.7% dos algarvios justifica a razão de ser do divórcio com base na desarmonia do casal (contra 62.1% de não algarvios). Por outro lado, uma percentagem mais elevada de progenitores não algarvios do que algarvios justifica o divórcio com base na liberdade humana (respectivamente, 10.6% e 3.8%) e na verdade total do amor (9.1% - nenhum algarvio escolheu esta opção). Apesar disto, verifica-se que uma percentagem mais elevada de não algarvios (15.2% contra 7.6% de algarvios) discorda com o divórcio (independentemente da razão que apresenta para sustentar essa opinião). Na figura 5.65. apresenta-se a distribuição, em percentagem da variável “Divórcio”, nas amostras dos estudantes algarvios e não algarvios.

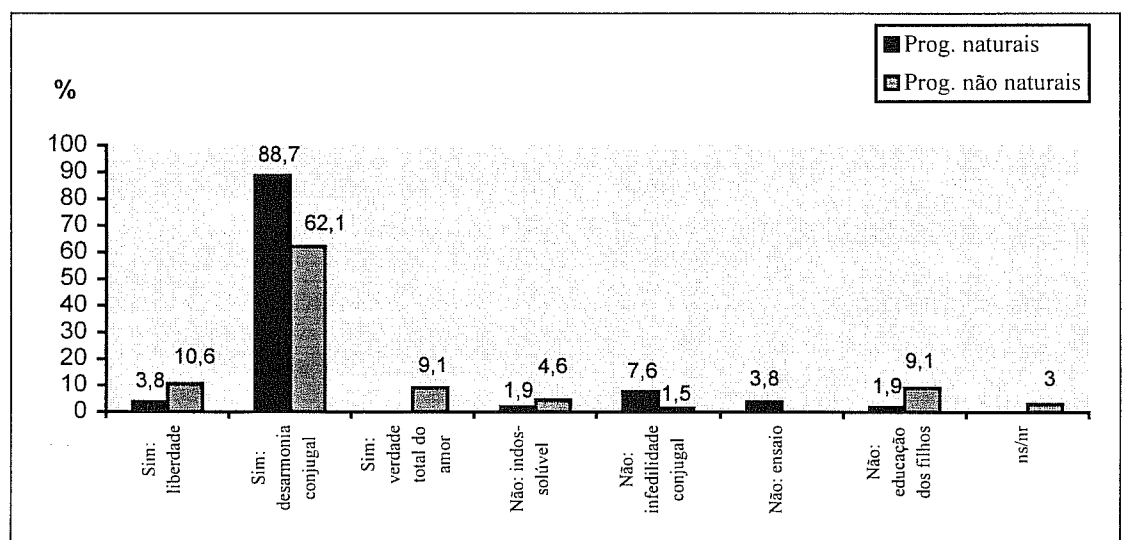


Figura 5.65. Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”

Relativamente aos objectivos que desejaria ver alcançados num futuro próximo, verificou-se que mais progenitores algarvios do que não algarvios escolhem como principal objectivo *manter a ordem do país* (respectivamente, 41.2% e 30.0%) e que

mais progenitores não naturais do Algarve do que naturais do Algarve escolhem como objectivo principal *garantir o pleno emprego* (respectivamente, 55.6% e 36.8%).

### **5.3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS AMOSTRAS ALGARVIA E NACIONAL**

Vai-se neste ponto proceder à comparação das amostras nacional e algarvia, tendo em conta a variável “geração”. Pretende-se saber como variam os valores sociais dos jovens estudantes da Universidade do Algarve e dos respectivos progenitores em relação à amostra nacional de estudantes e respectivos progenitores.

Constituirão os alunos da Universidade do Algarve um grupo distinto dos alunos que frequentam as outras universidades existentes no país? E os respectivos progenitores, em que aspectos divergem e em quais convergem? Terá a variável região uma maior força explicativa do que a variável geração? Estes são algumas das questões que orientaram a apresentação dos dados.

#### **5.3.1. Alguns dados sócio-demográficos**

Os estudantes da amostra nacional têm uma idade média 23.3, são na sua maioria solteiros (82.7%) e 23.5% recebem um ordenado fixo. Ao proceder-se à comparação com a amostra algarvia, verificou-se que os estudantes da amostra algarvia têm, em média, a mesma idade que os estudantes da amostra nacional e que a mesma percentagem de alunos algarvios e nacionais recebe um ordenado fixo. Verificou-se, em contrapartida, que uma percentagem superior de estudantes algarvios são solteiros (92.9%) e que ainda vive com os pais (44.5% contra 33.7% dos estudantes da amostra nacional).

Não se registaram diferenças no que diz respeito a certos índices sócio-económicos, tais como, conforto do alojamento, visto que a maior parte dos estudantes inquiridos, nacionais e algarvios, refere viver num apartamento de conforto intermédio.

Contudo, o mesmo não foi constatado no que diz respeito aos níveis profissionais e educacionais dos seus progenitores.

Assim, verificou-se que apenas 32.5% dos progenitores dos estudantes da amostra nacional têm o ensino primário completo (contra 50.7% dos progenitores dos estudantes algarvios). Para além disso, 29.9% dos progenitores dos estudantes da amostra nacional tem o curso superior. Para além disso, verificou-se que os progenitores dos estudantes da amostra nacional são essencialmente *quadros superiores da Administração, especialistas de profissões científicas ou técnicas ou proprietários agrícolas de grandes dimensões* (37.4%), *empregados de escritório em posição de chefia, operários altamente qualificados ou proprietários ou rendeiros agrícolas de propriedade de média dimensão* (20.7%) ou *empregados de escritório, operários, funcionários ou trabalhadores agrícolas por conta de outrem* (19.6%). Os progenitores dos estudantes algarvios pertencem, em grande parte, à categoria profissional de *empregados de escritório, operários, funcionários ou trabalhadores agrícolas por conta de outrem* (31.8%).

Relativamente aos progenitores que responderam ao questionário, verificou-se que, do mesmo modo, os da amostra nacional têm níveis de instrução e profissional mais elevados. Assim, 8.8% dos progenitores da amostra nacional que responderam ao inquérito tem o curso superior (contra 2.9% dos progenitores da amostra algarvia), 10.4% tem o curso médio (contra 4.1% da amostra algarvia) e 38.3% tem o ensino primário completo (contra 53.8% da amostra algarvia).

Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional são *quadros superiores da Administração, especialistas de profissões científicas ou técnicas ou proprietários agrícolas de grandes dimensões* (11.5% contra 3.1% da amostra algarvia) e mais progenitores da amostra algarvia são *profissionais artistas trabalhando por conta própria em oficina de dimensões reduzidas ou agricultores de propriedade de dimensão familiar* (34.1% contra 25.9% da amostra nacional) e são *empregados de escritório, operários, funcionários ou trabalhadores agrícolas por conta de outrem* (33.5% contra 24.6% da amostra nacional).

Ambas as amostras são semelhantes no que diz respeito ao conforto do alojamento e fonte de rendimento.

Em termos da religião professada, verificou-se que uma percentagem maior dos sujeitos das amostras algarvias (estudantes ou progenitores) é católica. Assim, 94.3% dos estudantes algarvios são católicos (contra 60.7% dos estudantes da amostra nacional), assim como, 98.0% dos progenitores da amostra algarvia (contra 71.7% dos progenitores da amostra nacional).

No que diz respeito a actividades culturais desenvolvidas, constatou-se que os estudantes da Universidade do Algarve viajam mais do que todos os outros estudantes (respectivamente, 27.3% e 21.0%), mas que em contrapartida são os progenitores da amostra nacional aqueles que vão mais passar férias ao estrangeiro (22.6% contra 13.3% dos progenitores da amostra algarvia).

Em termos de movimentos a que pertencem, verificou-se que grande parte dos inquiridos não respondeu a esta questão (53.0% dos estudantes nacionais, 58.8% dos estudantes algarvios, 68.4% dos progenitores nacionais e 72.3% dos progenitores da amostra algarvia). Para além disso, verificou-se que os estudantes da amostra nacional pertencem mais a movimentos ambientais (12.1% contra 3.4% dos estudantes da Universidade do Algarve) ( $p < 0.01$ ) e a movimentos desportivos (3.4% contra 2.7%) ( $p < 0.05$ ) e que os estudantes algarvios pertencem mais a *outros* movimentos (17.6% contra 6.5% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que 11.3% dos progenitores da amostra nacional pertence a movimentos científicos, enquanto que nenhum progenitor da amostra algarvia pertence a este tipo de movimento social ( $p < 0.01$ ). Para além disso, os progenitores da amostra algarvia pertencem mais a *outros* movimentos sociais (14.7% contra 4.4% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ).

Verificou-se que as actividades culturais desenvolvidas (q.37) são, essencialmente, as mesmas em todas as amostras - continuando a verificar-se o predomínio da televisão e do rádio no caso dos estudantes e um predomínio da televisão no caso dos progenitores.

Ainda no que diz respeito a questões culturais (q.34), verificou-se que, muito embora a grande parte dos estudantes nacionais (41.4%) e algarvios (46.8%) leiam jornais não desportivos uma ou duas vezes por semana, há uma percentagem significativamente mais elevada de estudantes da amostra nacional que lê jornais quase todos os dias (31,3%) ( $p<0.01$ ) e uma percentagem bastante mais elevada de estudantes da Universidade do Algarve que quase nunca o faz (39.2%) ( $p<0.01$ ), tal como se pode observar na figura 5.66. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais não desportivos”, nas amostras de estudantes nacional e algarvia.

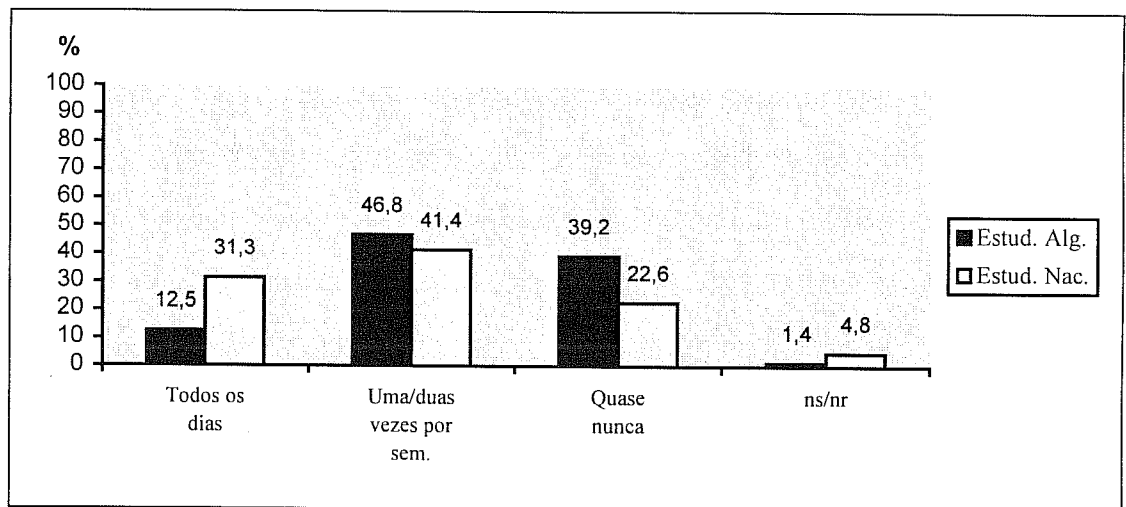


Figura 5.66. Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais” (amostras dos estudantes)

Constatou-se também que os progenitores da amostra nacional lêem muito mais jornais não desportivos do que aqueles que pertencem à amostra algarvia. Assim, se uma percentagem bastante mais elevada de progenitores da amostra nacional, do que da amostra algarvia, lê jornais todos os dias ou quase (35.7%) ( $p<0.01$ ) e uma percentagem mais elevada de progenitores da amostra algarvia (41.1%) quase nunca o faz ( $p<0.01$ ). Na figura 5.67. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável

“Frequência com que lê jornais não desportivos”, nas amostras de progenitores nacional e algarvia.

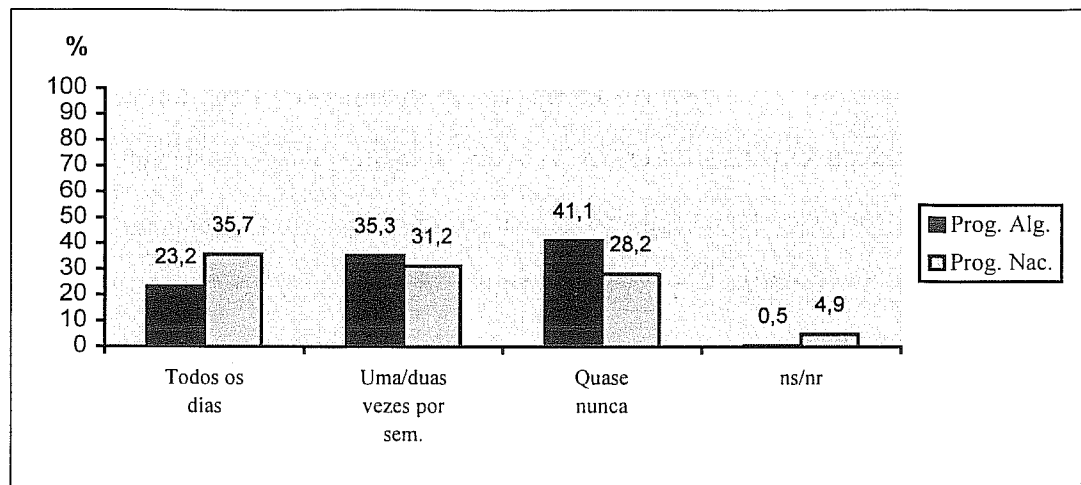


Figura 5.67. Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais” (amostras de progenitores)

Observou-se uma mesma orientação a nível das leituras (q.35) entre os alunos e entre os progenitores nacionais e regionais, muito embora uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve, do que de estudantes da amostra nacional, leia as páginas de divulgação científica (respectivamente, 15.3% e 11.5%), como se pode observar no Quadro 5.8. relativo à distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas”, nas amostras de estudantes nacional e algarvia e nas amostras de progenitores nacional e algarvia.

## Quadro 5.8.

Distribuição, em Percentagem, da variável “Tipo de Secções dos Jornais mais lidas” (sobre o total de respostas)

	Est. Algarvios	Est. Nacionais	Prog. Algarvios	Prog. Nacionais
Vida nacional	16.9	16.9	20.5	19.4
Vida internacional	13.2	14.8	12.0	13.6
Artigos de fundo/ /reportagens	12.6	13.3	12.0	12.9
Desporto	8.3	7.1	6.7	6.7
Artes e letras	4.8	6.9	4.0	5.0
Críticas de espect.	4.9	7.2	3.2	3.0
Crimes	5.3	4.2	9.9	7.9
Folhetins, contos	0.5	1.0	2.1	1.9
Páginas de econ.	3.8	4.0	6.5	5.2
Páginas de divulg. científica	15.3	11.5	6.0	7.6
Curiosidades	8.9	8.8	11.0	10.2
Passatempos	5.5	3.7	5.0	4.9

No que diz respeito à utilização de novas tecnologias (q. 36), verificou-se que quer os estudantes quer os progenitores da amostra regional utilizam mais o computador pessoal do que aqueles da amostra nacional. Assim, 98.0% dos estudantes da Universidade do Algarve referem utilizar o computador pessoal (contra 42.0% dos estudantes das universidades do resto do país), assim como, 48.4% dos progenitores da amostra algarvia (contra 20.8% dos progenitores da amostra nacional).

### 5.3.1. Instituições sociais, problemas sociais e religião

#### a. Escolaridade obrigatória (q.1)

Verificou-se que uma percentagem bastante superior estudantes da Universidade do Algarve considera que se deve prolongar a escolaridade obrigatória (66.0% contra 56.9% estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Para além disso, há uma percentagem bastante superior de estudantes da amostra nacional que defende a redução da escolaridade obrigatória (7.9% contra 1.0% da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ), tal como se pode constatar na figura 5.68. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, nas amostra algarvia e nacional de estudantes.

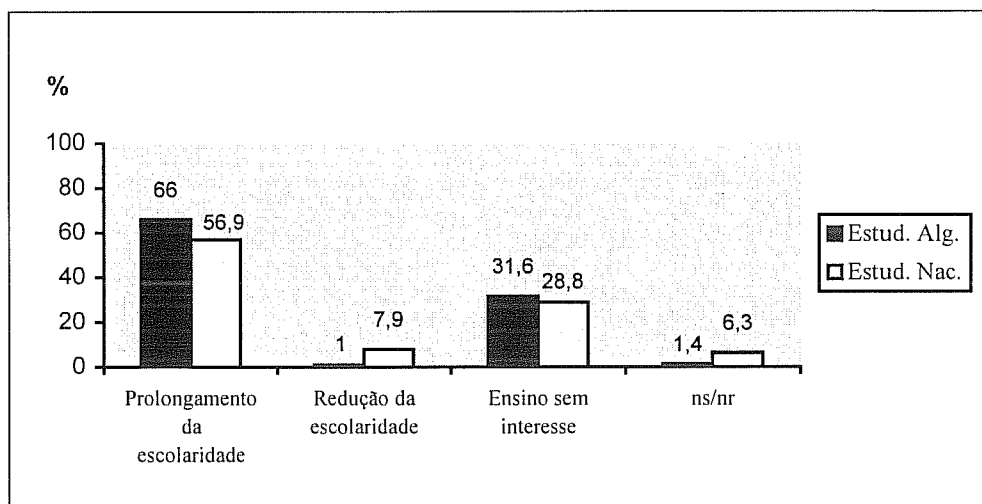


Figura 5.68. Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória” (amostras dos estudantes)

Relativamente às amostras de progenitores, verificou-se que, de uma maneira geral, os progenitores da amostra nacional e da amostra regional defendem a mesma posição: na sua grande parte, considerando que *a escolaridade obrigatória devia ser prolongada, pois os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar*. Há que referir, no entanto, que 6.6% dos progenitores da amostra nacional defende que *a escolaridade obrigatória deve ser reduzida, pois para quem não quer seguir os*

*estudos, só interessa aprender a ler e a escrever* (apenas, 3.2% dos progenitores da amostra do Algarve que defende esta posição) ( $p < 0.05$ ), tal como se pode observar na figura 5.69. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

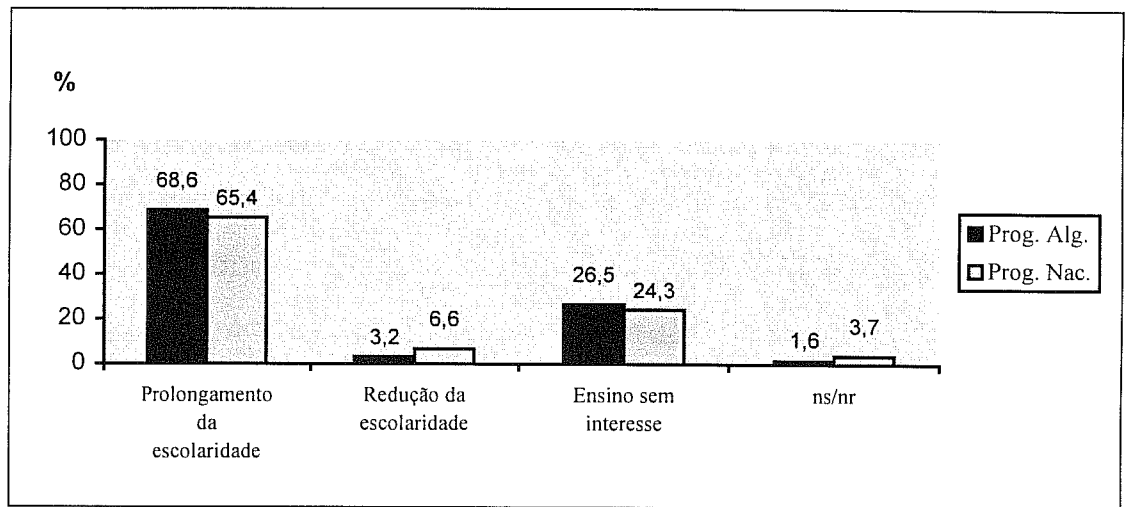


Figura 5.69. Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória” (amostras dos progenitores)

### **b. Educação pré-escolar (q.2)**

Constatou-se, no que diz respeito a esta questão, que uma percentagem mais elevada de progenitores da amostra algarvia considera que *as crianças se desenvolvem mais e melhor se começarem desde muito cedo (pelo menos, a idade de um ano) a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar* (25.7% contra 19.0% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ). Contudo, a grande maioria dos progenitores, nacionais e algarvios, considera que *até aos 3 anos de idade, o melhor meio educativo é a família* (respectivamente, 67.8% e 63.6%). Na figura 5.70. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, nas amostras algarvia e nacional de progenitores.

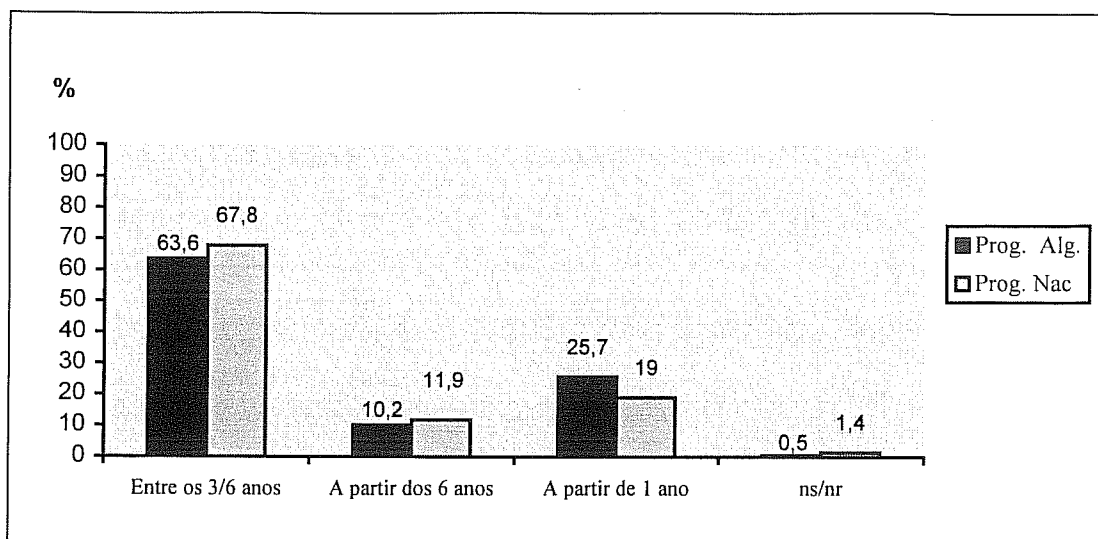


Figura 5.70. Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário” (amostras dos progenitores)

Relativamente aos estudantes, verificou-se que uma percentagem bastante superior de estudantes da amostra nacional defende que *até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família* (12.3% contra 6.4% da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). As diferenças não são significativas para os restantes itens.

### c. Tribunais e leis (q.17)

Esta questão reuniu um forte consenso entre todos os inquiridos, quer a nível regional como a nível nacional: a grande maioria considera que *nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias*.

Esta posição é, no entanto, mais marcada nos estudantes e nos progenitores algarvios. Com efeito, uma percentagem maior de estudantes da amostra nacional acha que por vezes o problema tem que ser resolvido sem esperar por uma decisão do tribunal (15.2% contra 7.8% da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ) e, por outro lado, uma percentagem superior de estudantes algarvios considera que *nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias* (79.7% contra 63.6% dos estudantes nacionais)

( $p < 0.01$ ), tal como se pode observar na figura 5.71. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

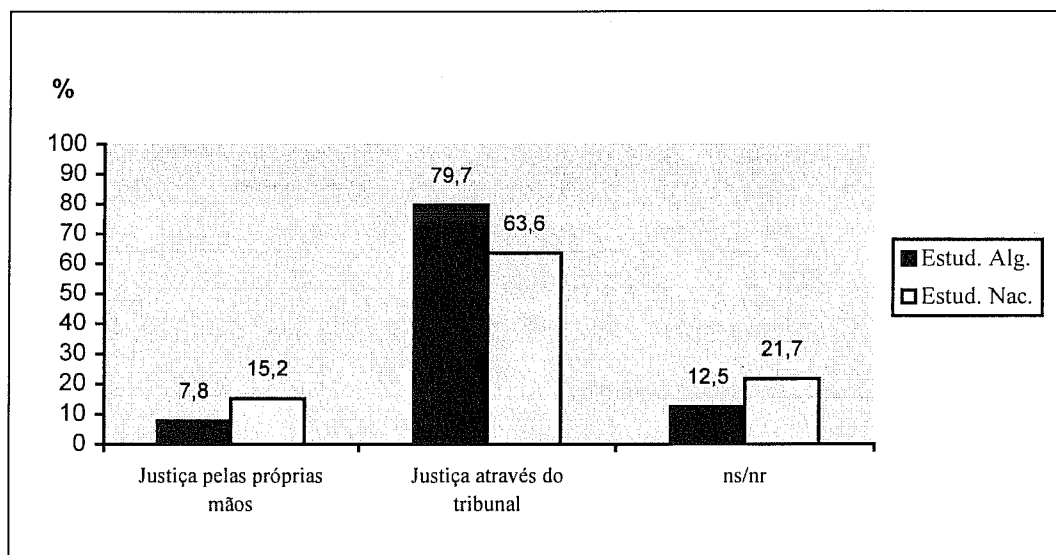


Figura 5.71. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” (amostras de estudantes)

O mesmo padrão surgiu nas respostas dos progenitores: uma percentagem bastante mais elevada de progenitores da amostra do Algarve considera que *nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias* (90.1% contra 73.3% dos progenitores da amostra nacional ) ( $p < 0.01$ ) e, por outro lado, uma percentagem bastante mais elevada de progenitores da amostra nacional considera que *vezes o problema tem que ser resolvido sem esperar por uma decisão do tribunal* (16.1% contra 4.7%) ( $p < 0.01$ ), como se pode constatar na figura 5.72 relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

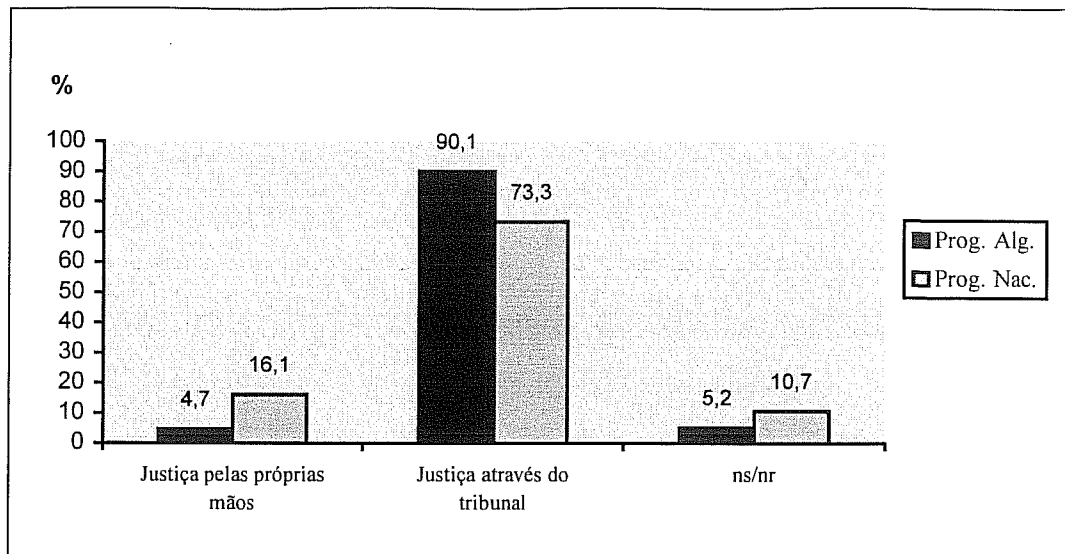


Figura 5.72. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” (amostras dos progenitores)

#### d. Polícia (q.18)

No que diz respeito ao funcionamento da polícia, verificou-se que a maior parte dos estudantes considera que esta *funciona mal* : 65.3% dos estudantes algarvios, bem como, 60.5% dos estudantes da amostra nacional. Para além disso, verificou-se que, se por um lado uma percentagem superior de estudantes nacionais considera que *a polícia não serve para nada* (5.5% contra 2.4% dos estudantes regionais) ( $p < 0.01$ ), por outro lado, uma percentagem maior considera que *é o que nos vale* (3.8% contra 1.4% dos estudantes da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.73. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

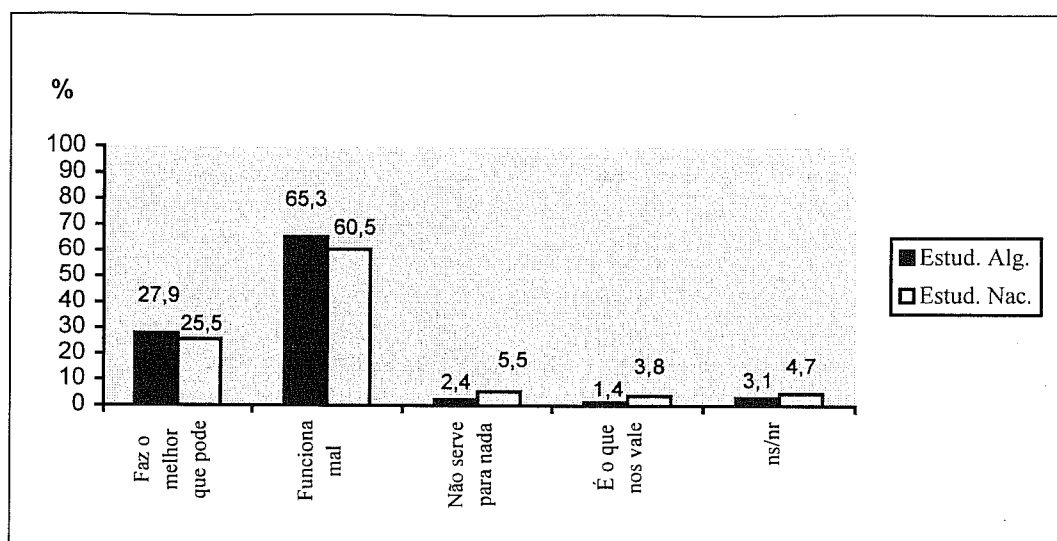


Figura 5.73. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia” (amostras dos estudantes)

Constatou-se que os progenitores não defendem posições significativamente diferentes: quer os da amostra nacional, quer os da amostra algarvia consideram, fundamentalmente, que a polícia *funciona mal* (respectivamente, 44.5% e 45.5%).

#### e. Prisões (q.19)

No que diz respeito a esta questão, verificou-se que uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve considera que as *prisões funcionam mal* (69.9% contra 62.8% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ). Os estudantes da amostra nacional mostram-se, no entanto, menos consensuais: 6.7% de jovens da amostra nacional considera que *a prisão é o que nos vale*, mas 6.5% destes jovens considera que estas *não servem para nada*. Estas duas posições são mais marcadas entre os alunos da amostra nacional do que entre os alunos da Universidade do Algarve (para ambos os itens  $p < 0.01$ ), como se pode observar na figura 5.74. relativa à distribuição, em percentagem da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”, nas amostra nacional e algarvia de estudantes.

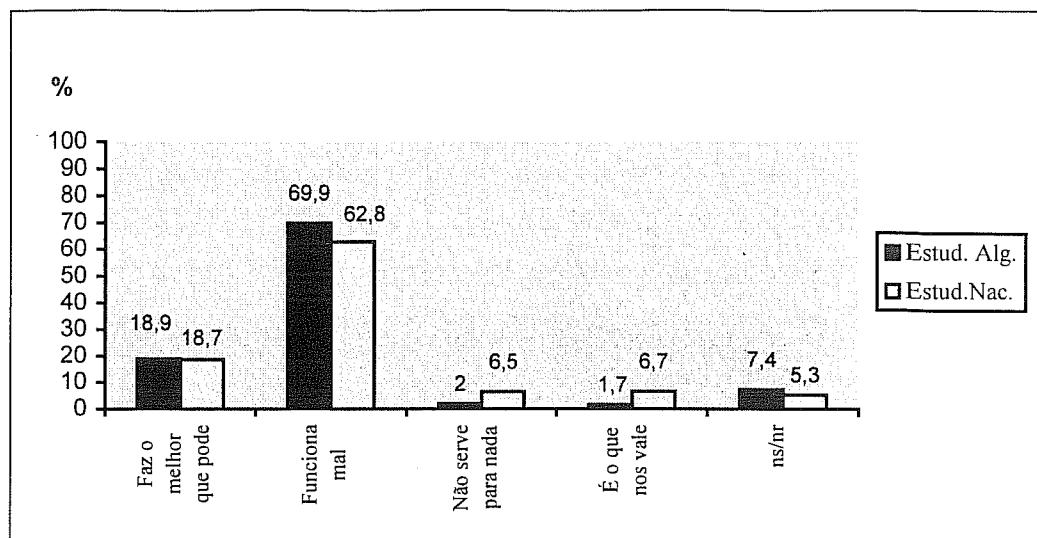


Figura 5.74. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” (amostras dos estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que uma percentagem mais elevada da amostra algarvia refere que o sistema prisional *funciona mal* (59.9% contra 51.5% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), mas que, por outro lado, uma percentagem mais elevada de progenitores da amostra nacional refere que estas *não servem para nada* (4.9% contra 0.6% da amostra do Algarve) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.75. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

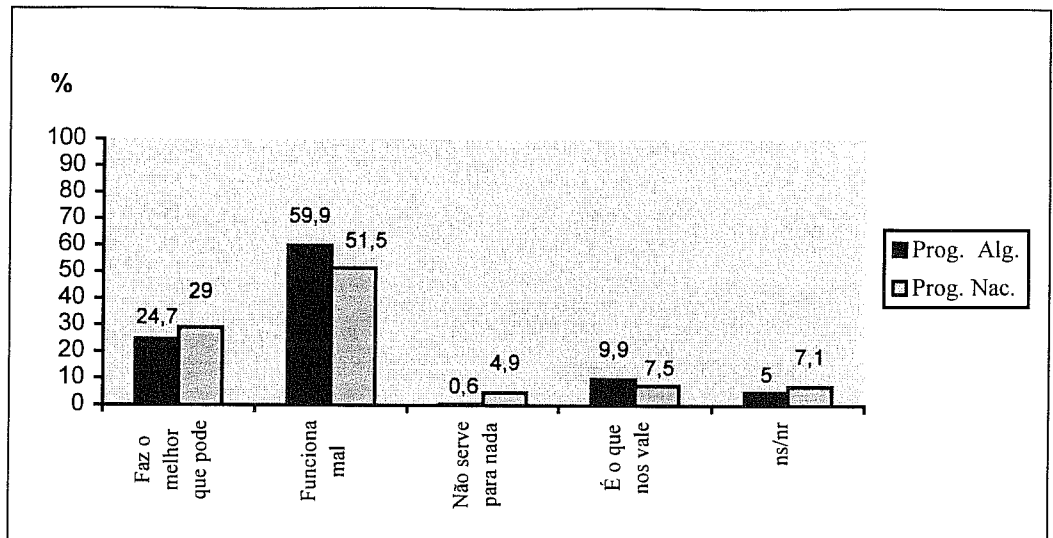


Figura 5.75. Distribuição, em percentagem, da variável "Qualidade do funcionamento das prisões" (amostras dos progenitores)

#### f. Problemas sociais (q.20)

Constatou-se que a atitude preventiva é aquela mais defendida, por ambas as amostras de estudantes, em relação à criminalidade, alcoolismo, droga e prostituição.

Apesar disso, há a referir, no que diz respeito à criminalidade, que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que se devem desenvolver medidas preventivas (57.7% contra 50.8% dos jovens da Universidade do Algarve) ( $p < 0.05$ ) ou medidas terapêuticas (7.6% contra 3.9% dos alunos da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). Em contrapartida, há a referir que uma percentagem bastante superior de estudantes do Algarve considera que as atitudes repressivas são as mais indicadas para lidar com este tipo de problemas (45.3% contra 29.1% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.76. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável "Atitude da sociedade face à criminalidade", nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

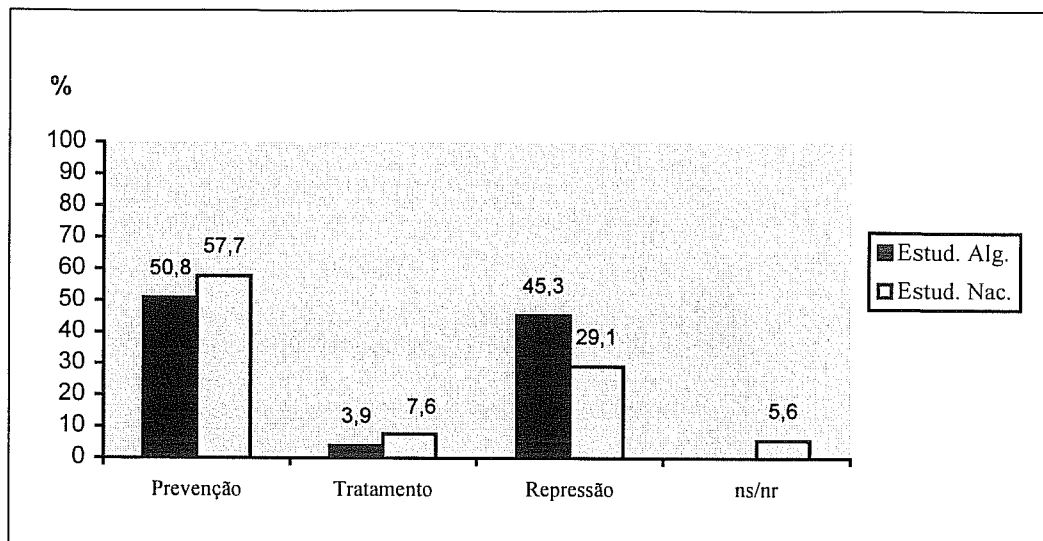


Figura 5.76. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade” (amostras dos estudantes)

Em relação ao alcoolismo, constatou-se que, muito embora, a maior parte dos estudantes - nacionais e regionais, defenda uma atitude preventiva, há, no entanto, uma percentagem mais elevada de estudantes da Universidade do Algarve (46.7%) do que das restantes universidades do país (34.6%) que defendem a adopção de medidas terapêuticas ( $p < 0.01$ ) e uma percentagem mais elevada de estudantes da amostra nacional que defende a adopção de medidas repressivas (2.7% - nenhum estudantes da Universidade do Algarve defendeu a adopção deste tipo de medidas para lidar com o problema do alcoolismo) ( $p < 0.01$ ), como se pode observar na figura 5.77. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”, nas amostra nacional e algarvia de estudantes.

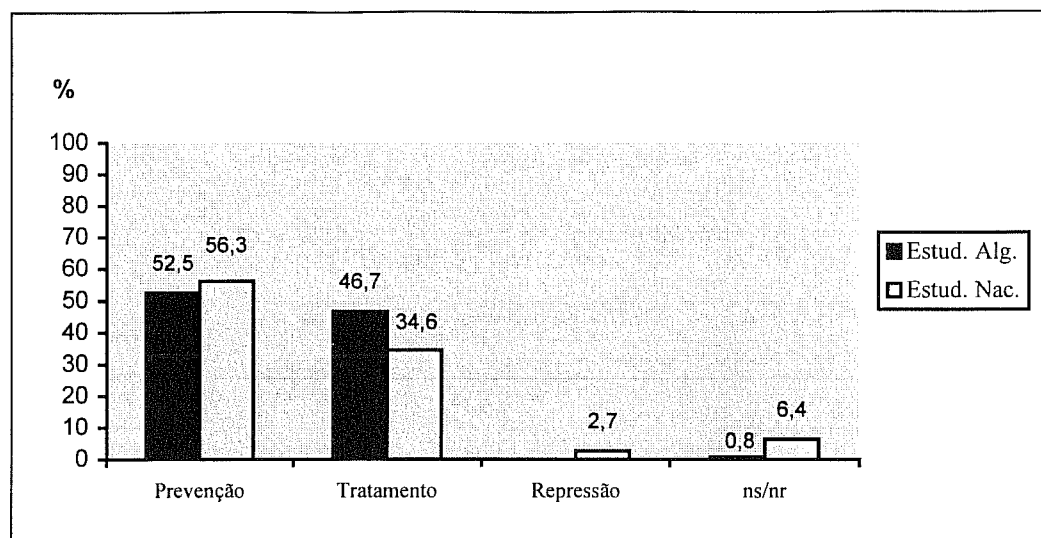


Figura 5.77. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo” (amostras dos estudantes)

De uma maneira geral os estudantes nacionais e regionais defendem o mesmo tipo de atitudes para lidar com o consumo de drogas - a maior parte defendendo a adoção de medidas preventivas, como já foi referido.

Por último, há a referir no que diz respeito à prostituição verificou-se que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional defende uma atitude terapêutica (14.2% contra 9.4%) ( $p < 0.01$ ), mas que uma percentagem superior de estudantes da amostra algarvia considera que prevenir é a melhor solução para este tipo de problemas (73.7% contra 65.9% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.78 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição” nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

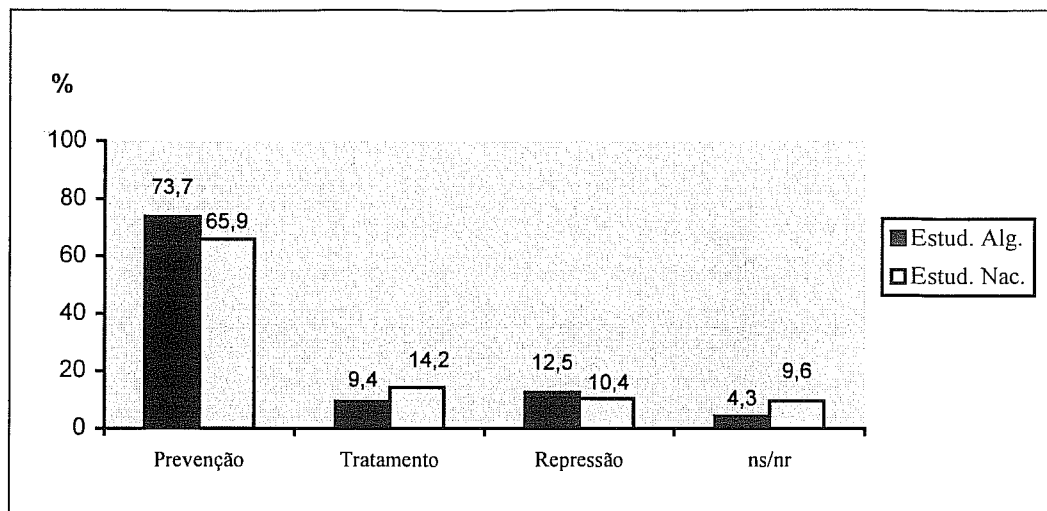


Figura 5.78. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição” (amostras dos estudantes)

Relativamente aos progenitores, verificou-se que, de uma maneira geral, a adopção de medidas preventivas relativamente à criminalidade, alcoolismo, droga e prostituição, é também a opção mais escolhida.

As medidas que consideram mais adequadas para lidar com a criminalidade não diferem de forma significativa: defendem sobretudo a prevenção do crime (53.9% dos progenitores da amostra nacional e 59.0% dos progenitores da amostra algarvia). Em contrapartida, verifica-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra algarvia considera que a prevenção é a medida mais adequada para lidar com a droga (68.5% contra 59.5% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), assim como, para lidar com a prostituição (78.6% contra 64.4% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ), como se pode observar nas figuras 5.79 e 5.80 relativas às Distribuições, em percentagem, das variáveis “Atitude da sociedade face à droga” e “Atitude da sociedade face à prostituição”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

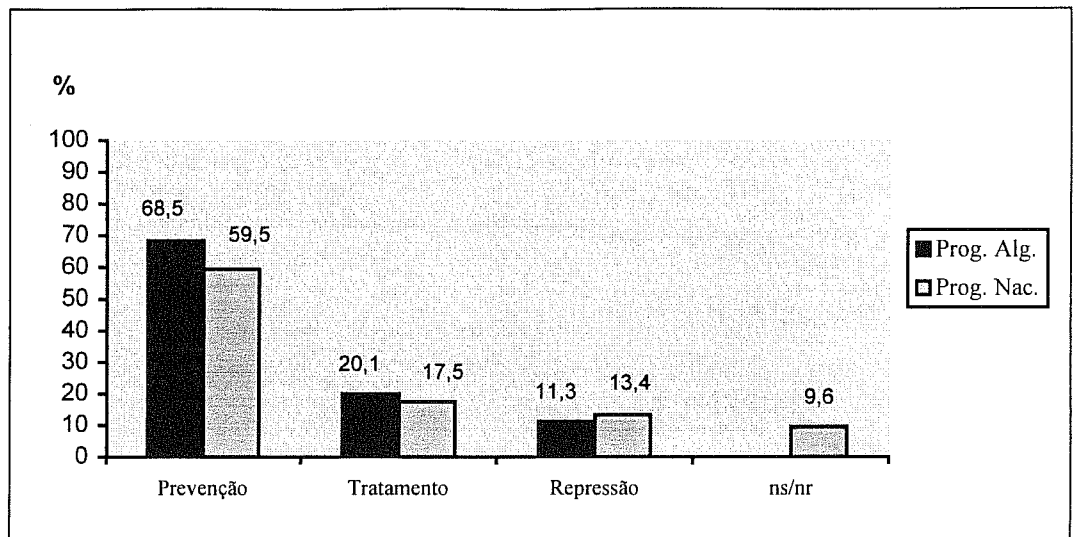


Figura 5.79. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga” (amostras dos progenitores)

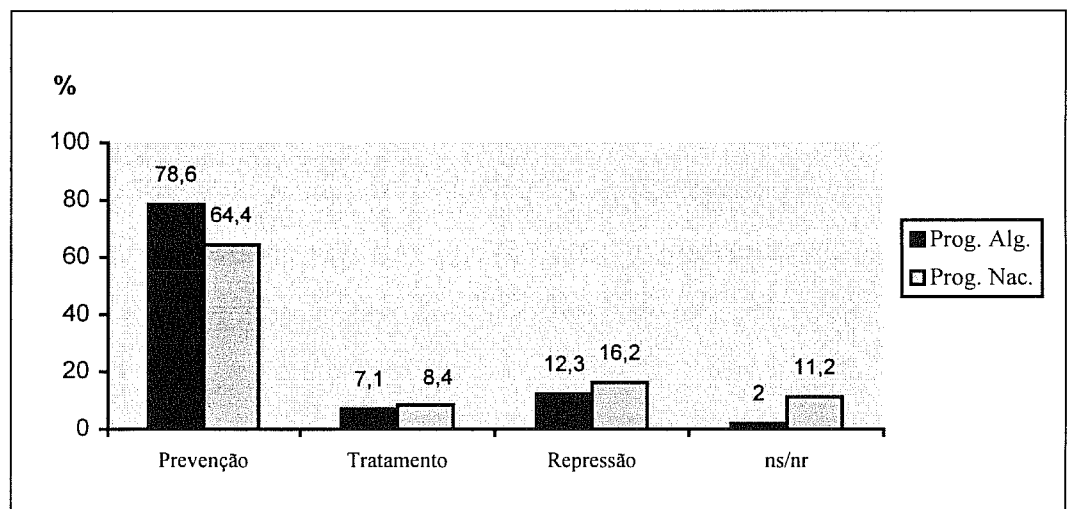


Figura 5.80. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição” (amostras dos progenitores)

No que diz respeito ao alcoolismo, verificou-se que, muito embora defendam sobretudo medidas preventivas, há uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional que defende uma atitude repressiva (respectivamente, 5,5% contra

2.5% da amostra algarvia) ( $p < 0.05$ ) e uma percentagem superior de progenitores algarvios que defende uma atitude terapêutica (47.1% contra 39.3% dos progenitores nacionais) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.81. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da Sociedade face ao alcoolismo”, nas amostras nacionais e algarvia de progenitores.

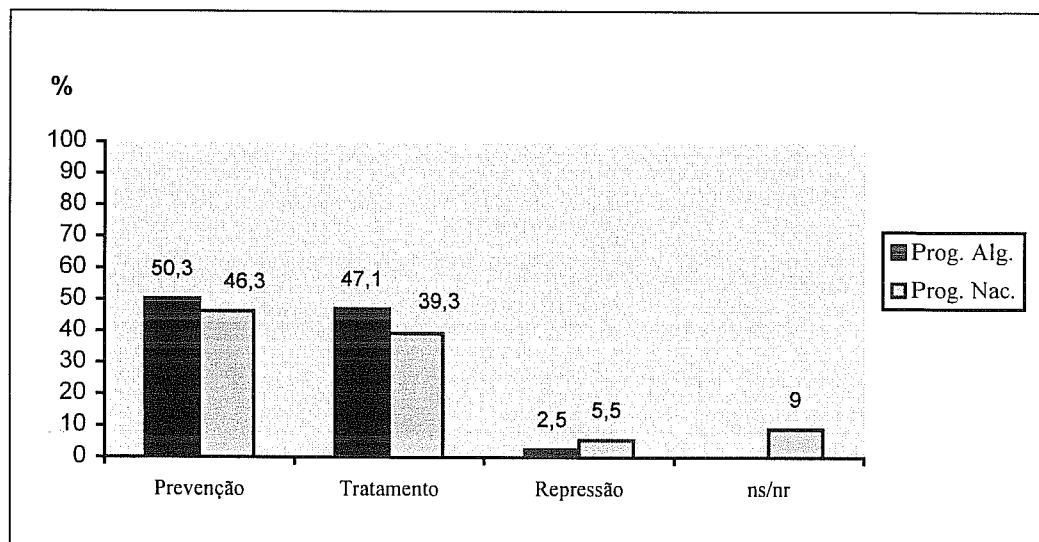


Figura 5.81. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo” (amostras dos progenitores)

#### g. Liberalização das drogas (q.21)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra do Algarve se revela contra todas as drogas, legais ou ilegais (35.2% contra 27.4% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ).

Os estudantes, muito embora, defendam uma atitude semelhante em relação ao consumo de drogas, defendem posições diferentes no que diz respeito à liberalização das drogas. Com efeito, verificou-se que uma percentagem bastante superior de estudantes da amostra nacional considera que *todas as drogas, legais e ilegais, devem ser proibidas* (20.9% contra 11.2% dos jovens da amostra do Algarve) ( $p < 0.01$ ) e que

uma percentagem superior de estudantes da amostra algarvia considera que *todas as drogas ilegais devem continuar ilegais* (50.3% contra 42.0% dos estudantes nacionais ( $p < 0.01$ ), tal como se pode observar na figura 5.82. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

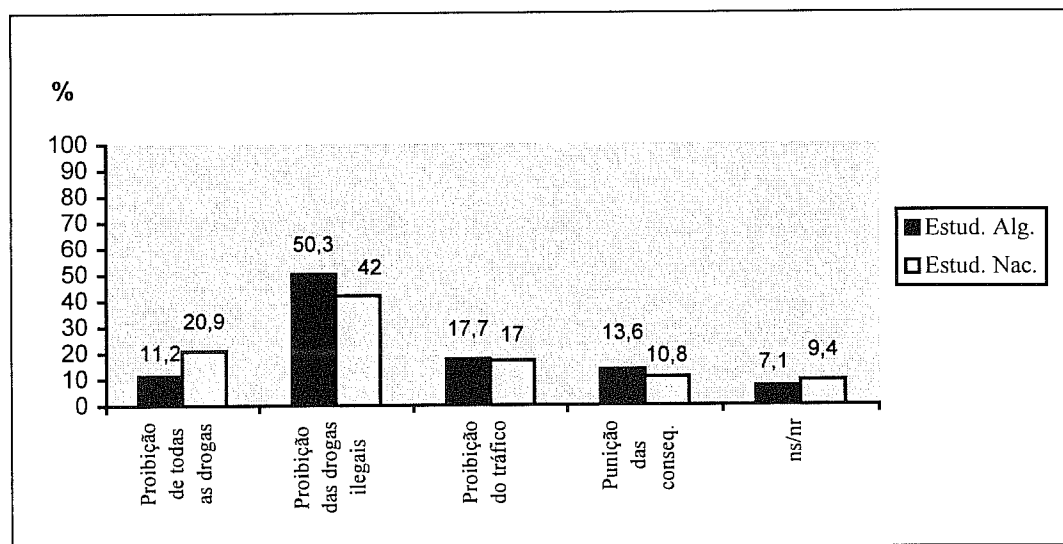


Figura 5.82. Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas” (amostras dos estudantes)

#### ***h. Religião (q.32 e q.33)***

Constatou-se que a maior parte dos inquiridos, nacionais ou regionais, estudantes ou progenitores, considera-se uma pessoa religiosa. Há a referir, no entanto, que de uma maneira geral, uma percentagem superior de jovens da amostra algarvia e nacional, do que de progenitores, considera-se *não religioso* ou *ateu convicto*, respectivamente, 19.7% e 16.9% (contra 10.0% dos progenitores da amostra algarvia e 10.8% da amostra nacional) e 9.8% e 7.7% (contra 4.7% dos progenitores da amostra algarvia e 3.7% da amostra nacional).

Muito embora a maioria dos estudantes algarvios e nacionais considere que *se procura na religião a satisfação de uma necessidade espiritual* (respectivamente,

54.4% e 52.2%), verificou-se que 17.9% dos estudantes algarvios considera que *se procura na religião uma fuga à resolução dos problemas graves da vida* (contra 10.6% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) e que 15.4% dos estudantes da amostra nacional considera que *se procura uma forma de amar e servir a Deus* (contra 8.4% de estudantes da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.83. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”, nas amostras de estudantes algarvia e nacional.

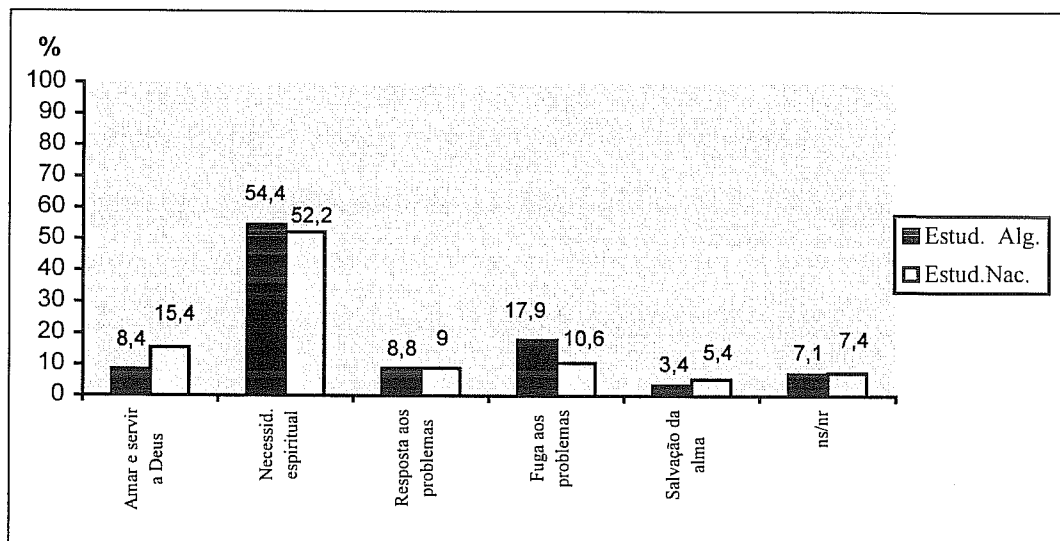


Figura 5.83. Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?” (amostra dos estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que, na sua grande parte - independentemente de pertencer à amostra nacional ou regional, considera que *se procura na religião a satisfação de uma necessidade espiritual* (respectivamente, 37.5% e 41.6%) ou *uma forma de amar e servir a Deus* (respectivamente, 33.8% e 33.2%).

### 5.3.3. Centros de interesse

#### **a. Qualidades interpessoais mais valorizadas (q.31)**

Constatou-se que, ambas as amostras de estudantes, valorizam da mesma forma as qualidades interpessoais. Assim, os estudantes algarvios consideram que a sinceridade (21.8% e 18.9% dos estudantes nacionais), inteligência (16.6% e 16.2% dos nacionais), humildade (11.4% e 9.2% dos nacionais) e lealdade (10.5% e 11.6% dos nacionais) são as características mais importantes numa pessoas.

Em contrapartida, constatou-se, entre as amostras dos progenitores, a existência de diferenças marcadas, a nível do grau de importância que atribuem às características pessoais e, para além disso, que os progenitores do Algarve se mostram mais consensuais nas características que consideram mais importantes. Assim, os progenitores algarvios atribuem maior importância à honradez (26.3% do total das respostas contra 18.4% do total das respostas dos progenitores nacionais ( $p < 0.05$ )) e à inteligência (26.6% do total das respostas contra 16.6% das respostas dos progenitores nacionais ( $p < 0.01$ )). Em contrapartida, verifica-se que uma percentagem bastante superior de progenitores nacionais escolhe a lealdade como uma das características interpessoais mais importantes (10.2% contra 1.8% do total das respostas dos progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ).

#### **b. Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (q.3)**

No que diz respeito aos estudantes, verificou-se que, enquanto a grande maioria dos algarvios considera que o aspecto mais importante da sua vida é *o bem estar interior* (77.8%) e que grande parte dos estudantes da amostra nacional considera que o aspecto mais importante na sua vida é *as relações com colegas e amigos* (26.1%), tal como se pode observar nas figuras 5.84. e 5.85 relativas às distribuições, em percentagem, das variáveis “Bem estar interior” e “Relações com colegas e amigos”, nas amostras algarvia e nacional de estudantes.

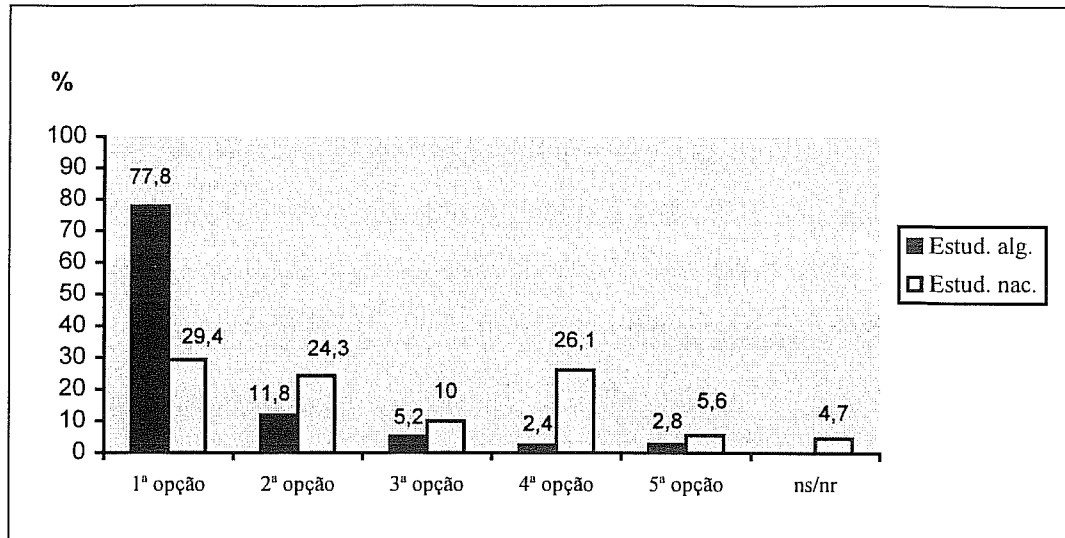


Figura 5.84. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior” (amostra de estudantes)

Verificou-se, pois, a existência de grandes diferenças na importância atribuída ao *bem estar interior*: apenas, 29.4% dos estudantes da amostra nacional o escolheu em primeiro lugar; para além disso, 26.1% dos jovens da amostra nacional escolheu este aspecto em quarto lugar contra, apenas, 2.4% dos estudantes algarvios.

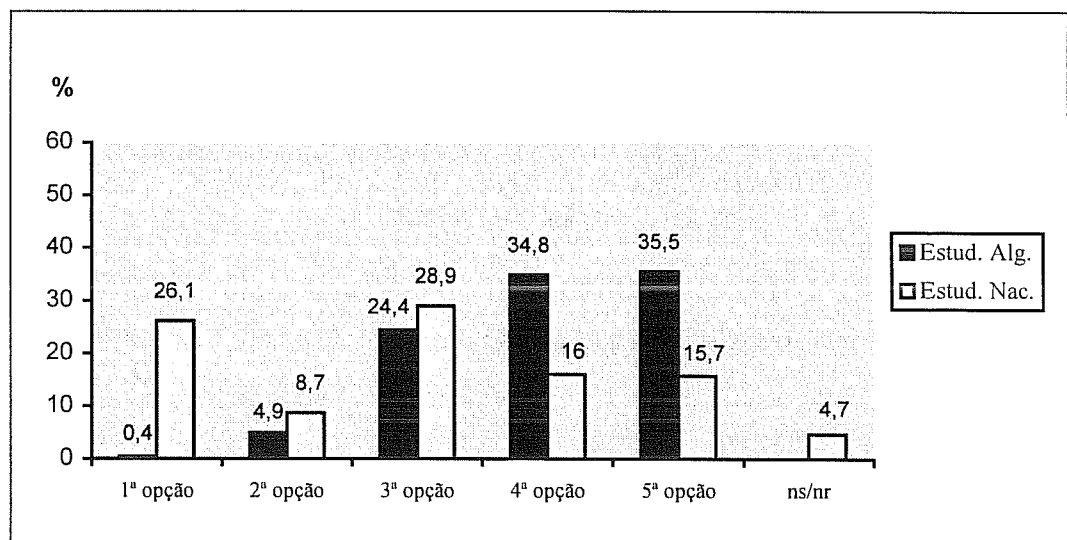


Figura 5.85. Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos” (amostra de estudantes)

Constatou-se que as diferenças encontradas a nível das *relações com colegas e amigos* são bastantes marcadas entre a amostra nacional e regional. Em primeiro lugar, esta constitui o aspecto principal para 26.1% dos estudantes da amostra nacional, mas para, apenas, 0.4% dos estudantes algarvios. Em segundo lugar, este aspecto foi escolhido, pelos estudantes da Universidade do Algarve, fundamentalmente em 4º (34.9%) e 5º lugares (35.5%).

Constatou-se ainda que, se *as relações com a família* constituem o segundo aspecto mais importante para os jovens algarvios (48.1% dos estudantes algarvios escolheu esta opção em segundo lugar), estas constituem o aspecto com menos importância para 40.7% dos alunos da amostra nacional, como se pode observar na figura 5.86. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras algarvia e nacional de estudantes.

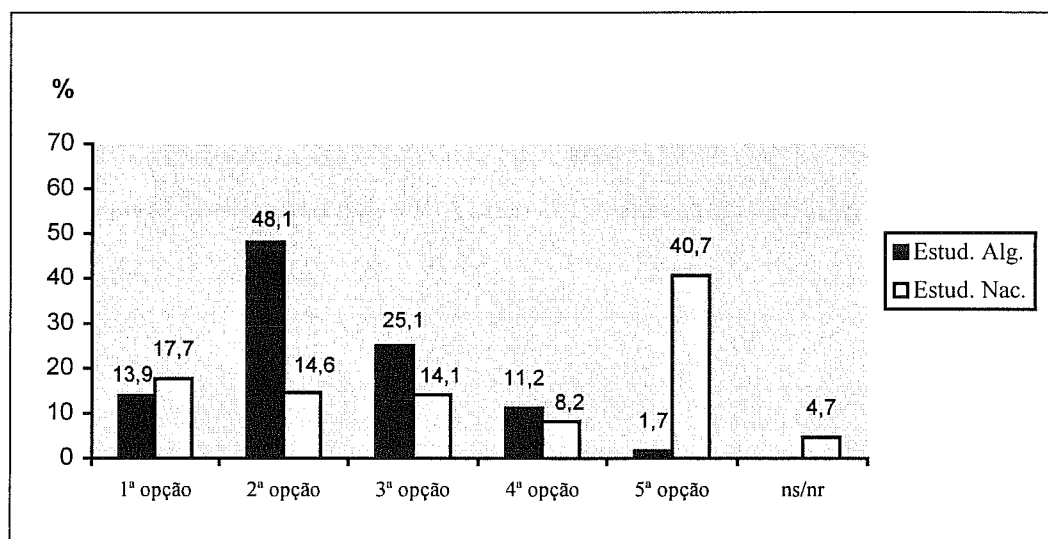


Figura 5.86. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” (amostra de estudantes)

Observou-se que o *amor* constitui, para os jovens nacionais, um aspecto mais importante do que a família: 17.2% escolheu esta alternativa em 1º lugar (contra 7.3% dos estudantes algarvios). *O amor* é o terceiro aspecto mais importante para 30.1% dos estudantes algarvios, mas o segundo aspecto considerado mais importante por

24.9% dos estudantes nacionais. Na figura 5.87. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Amor”, nas amostras algarvia e nacional de estudantes.

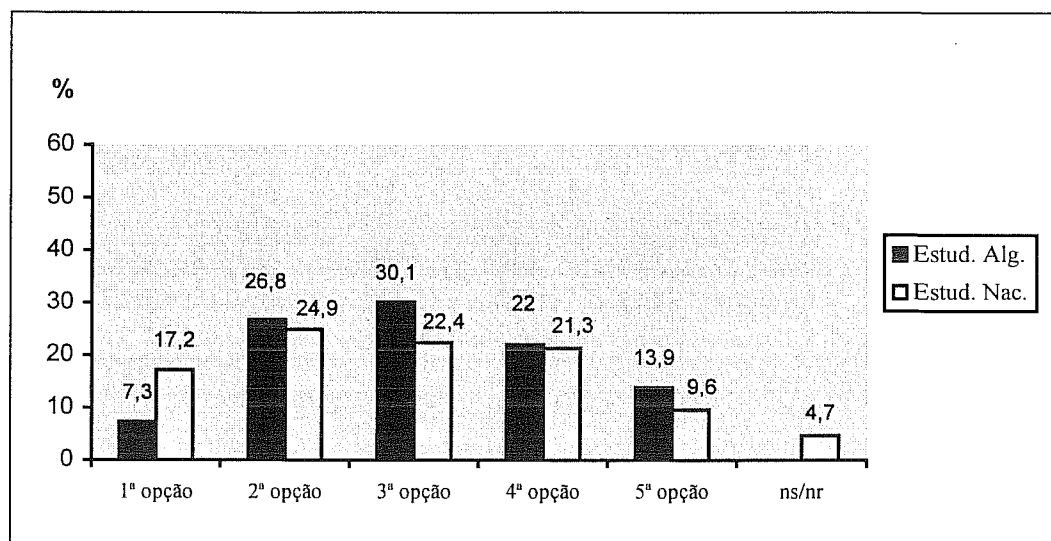


Figura 5.87. Distribuição, em percentagem, da variável “Amor” (amostra de estudantes)

Por último, verificou-se que a *satisfação com o trabalho profissional* e as *relações com os colegas e amigos* são aqueles aspectos considerados menos importantes pelos jovens da Universidade do Algarve (opções escolhidas em último lugar por, respectivamente, 46.0% e 35.5% dos estudantes algarvios), sendo fundamentalmente *as relações com a família* que constituem os aspectos menos importantes para os jovens da amostra nacional.

Assim, no que diz respeito à *satisfação com o trabalho profissional*, há a referir que 23.8% dos estudantes da amostra nacional escolheu esta opção em 4º lugar (contra 30.0% dos estudantes nacionais) e que 22.8% a escolheu em 2º lugar (contra 8.4% dos estudantes da amostra regional), como se pode observar na figura 5.88. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

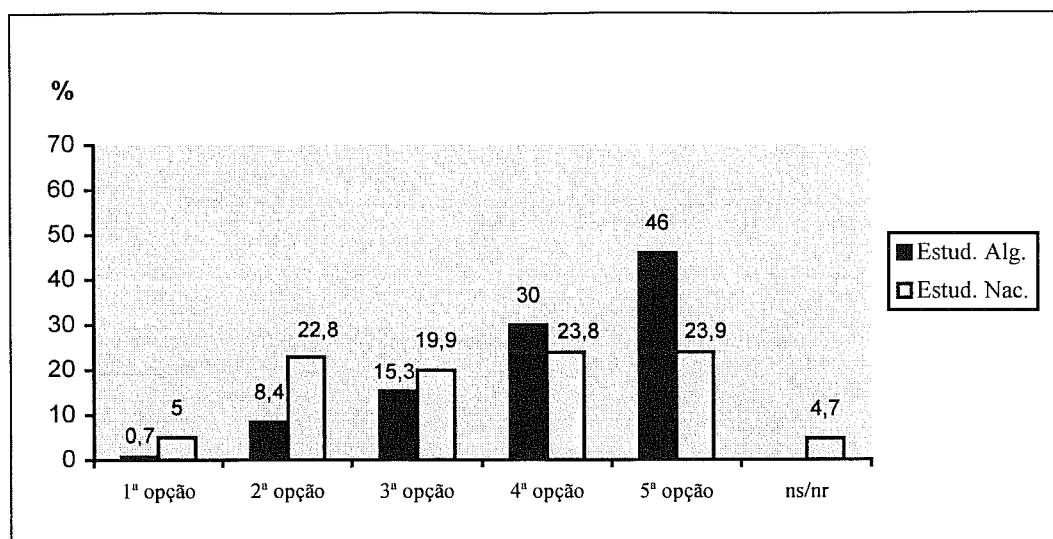


Figura 5.88. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional” (amostra de estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que ambas as amostras consideram as *relações com a família* como o aspecto mais importante das suas vidas: 54.5% dos progenitores algarvios escolheu esta opção em primeiro lugar, assim como, 38.0% dos progenitores da amostra nacional. Há a referir, no entanto, que 24.3% dos progenitores da amostra algarvia escolheram esta opção em último lugar (contra 1.8% dos progenitores da amostra do Algarve que o fez), como se pode observar na figura 5.89. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras algarvia e nacional de progenitores.

A par das *relações com a família*, o *bem estar interior* é também considerado, por 29.3% dos progenitores da amostra algarvia, como o principal aspecto da sua vida (contra 14.2% dos progenitores nacionais). Este é considerado por 31.0% dos progenitores da amostra nacional como o segundo aspecto mais importante da sua vida. Há a referir que cerca de um quarto dos progenitores nacionais (23.4%) escolheu esta opção em 4º lugar (contra 13.4% dos progenitores da amostra algarvia que o fez), como se pode constatar na figura 5.90. relativa à distribuição, em percentagem da variável “Bem estar interior”, nas amostras algarvia e nacional de progenitores.

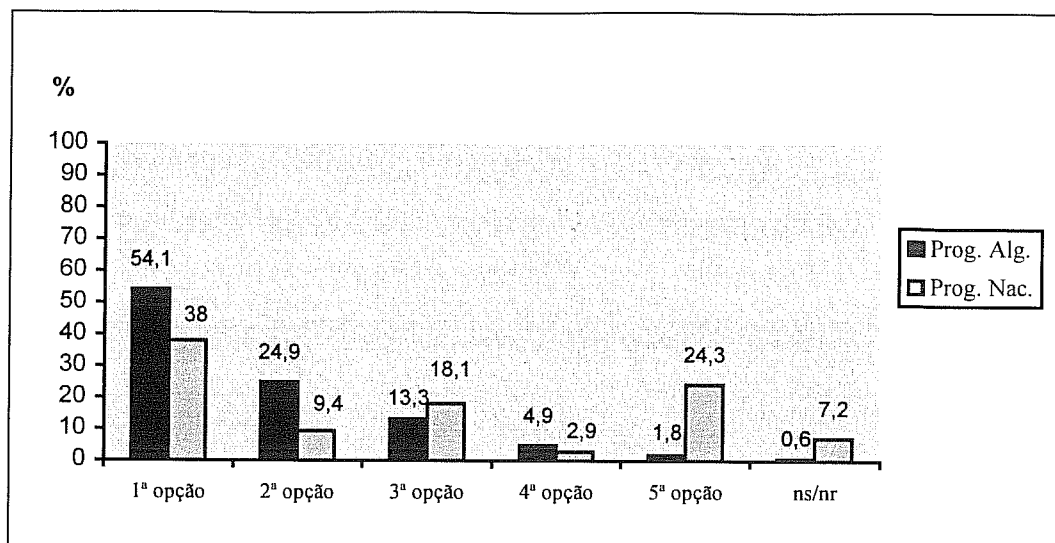


Figura 5.89. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” (amostra dos progenitores)

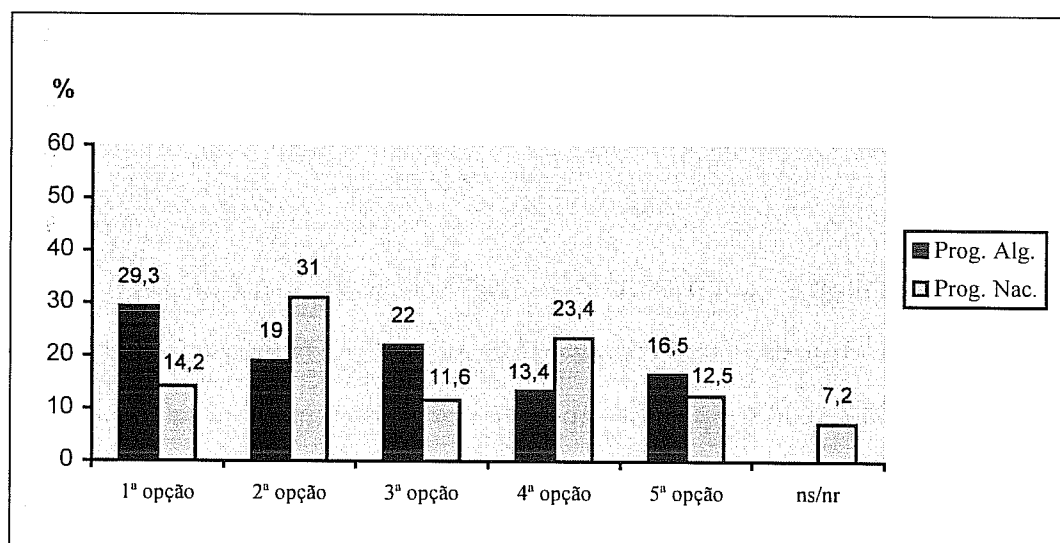


Figura 5.90. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior” (amostras de progenitores)

No que diz respeito aos progenitores da amostra nacional, verificou-se que as *relações com colegas e amigos* constituem, a par da família, um aspecto principal na sua vida: 21.6% escolheu esta opção em primeiro lugar e 22.7% em terceiro lugar. É de

referir que apenas 1.2% dos progenitores da amostra algarvia que escolheu esta opção em 1º lugar, tendo uma grande parte (41.5%) a escolhido em 5º lugar, tal como se pode observar na figura 5.91. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Relações com colegas e amigos”, nas amostras dos progenitores.

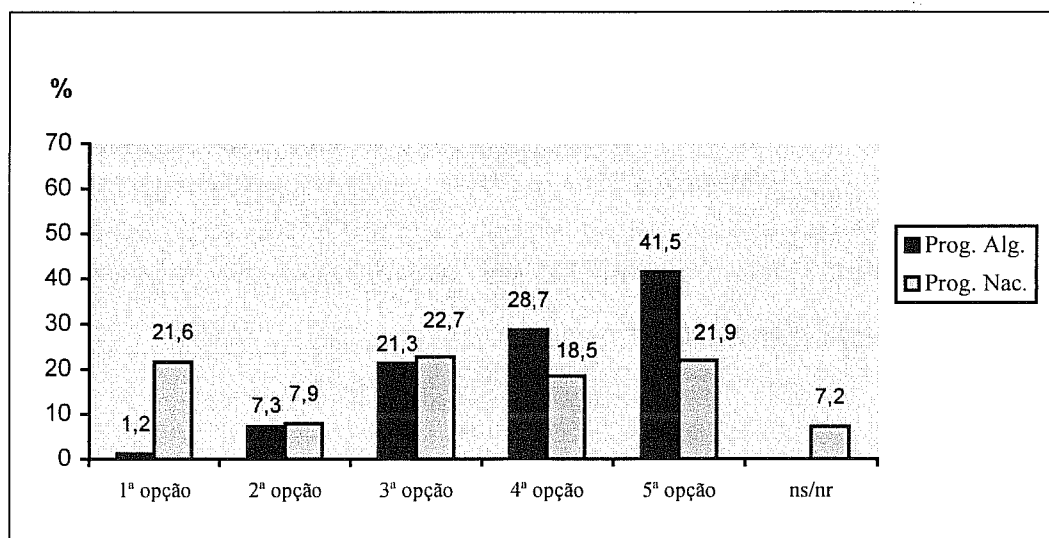


Figura 5.91. Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos” (amostras dos progenitores)

Verificou-se que o *amor* foi o segundo aspecto considerado mais importante por 32.2% dos progenitores da amostra do Algarve. Os progenitores da amostra nacional consideram, em contrapartida, que o *amor* é o terceiro aspecto mais importante da sua vida (24.7%), a par das *relações com colegas e amigos* (22.7%). Na figura 5.92. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Amor”, nas amostras dos estudantes e progenitores.

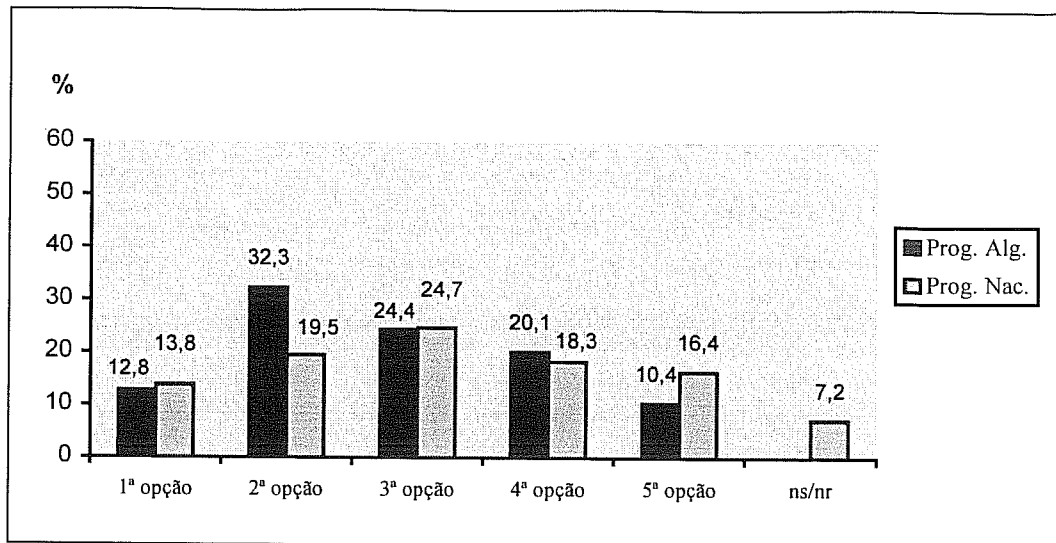


Figura 5.92. Distribuição, em percentagem, da variável “Amor” (amostras dos progenitores)

O segundo aspecto considerado mais importante pelos progenitores da amostra nacional foi *a satisfação com o trabalho profissional* (25.0% dos progenitores da amostra nacional escolheu esta opção em segundo lugar contra 15.9% dos progenitores da amostra regional). *A satisfação com o trabalho profissional* foi escolhida em quarto lugar por 29.5% dos progenitores da amostra nacional e por 32.8% dos progenitores da amostra algarvia. Na figura 5.93. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

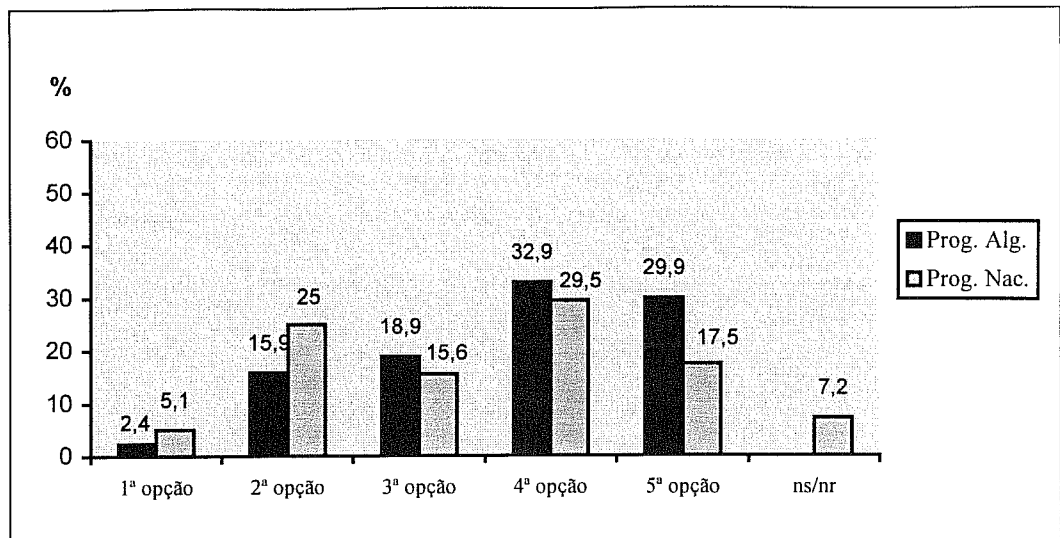


Figura 5.93. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional” (amostras dos progenitores)

### c. Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (q.44)

No que diz respeito a esta questão, verificou-se uma grande convergência a nível das respostas dos progenitores e uma grande discrepância a nível das respostas dos filhos.

Os progenitores atribuem uma maior importância, de um modo geral, aos *problemas da sociedade* (opção escolhida por 24.2% dos progenitores da amostra nacional e por 25.6% dos da amostra regional), ao *meio ambiente* (opção escolhida por 18.1% dos progenitores da amostra nacional e por 21.2% dos da amostra regional) e à *política nacional* (opção escolhida por 11.8% dos progenitores da amostra nacional e por 10.5% dos da amostra regional). A *ciência e tecnologia* foi a quarta opção mais escolhida pelos progenitores da amostra nacional (10.4%), tendo sido escolhida por 8.1% dos progenitores da amostra algarvia, muito embora as diferenças não sejam significativas.

Este consenso já não se verifica na amostra de estudantes. Os jovens algarvios escolhem fundamentalmente o *meio ambiente* (22.9% contra 15.3% dos jovens das Universidades de todo o país) ( $p < 0.01$ ). Estes atribuíram maior importância aos

*problemas da sociedade* (18.3% escolheu esta opção contra 18.2% dos estudantes algarvios). Os estudantes Algarvios atribuíram grande importância à *ciência e tecnologia* - opção escolhida por 21.5% destes jovens e por apenas 15.0% dos estudantes da amostra nacional ( $p < 0.01$ ). Verificou-se, ainda, que os estudantes da amostra nacional atribuíram maior importância à *política nacional* (opção escolhida por 10.4% dos estudantes da amostra nacional e por 4.2% dos da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ), assim como, à *política internacional* (opção escolhida por 5.8% dos alunos nacionais e por 1.0% dos alunos regionais) ( $p < 0.01$ ). No Quadro 5.9. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse despertam”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

Quadro 5.9.

Distribuição, em Percentagem, da variável “Aspectos da Vida que mais interesse despertam” (sobre o total de respostas)

	Estudantes algarvios	Estudantes nacionais
Ciências e tecnologias	21.3	15.0
Política nacional	4.2	10.4
Desporto	10.8	8.1
Problemas da sociedade	18.2	18.3
Artes e espectáculos	9.7	11.5
Outros povos	2.3	3.0
Cultura regional	3.0	4.3
Meio ambiente	22.9	15.3
Problemas de subdesenvolvimento	5.7	6.2
Vida política internacional	1.0	5.8
Religião	0.8	1.6

#### d. O que pensa do trabalho? (q.5)

No que diz respeito a esta questão, verificou-se mais uma vez um grande convergência nas respostas dos progenitores - grande parte dos quais considera que *só quem trabalha é que se sente realizado* (56.9% dos progenitores da amostra nacional e 59.0% dos progenitores da amostra algarvia). Apesar desta convergência, constatou-se que os progenitores da amostra nacional dão, de um modo geral, maior importância à satisfação com o trabalho profissional dos que os progenitores da amostra algarvia, os quais atribuem maior importância a outros aspectos da sua vida, tais como, família, bem-estar interior e amor.

Na amostra dos filhos observou-se que os estudantes algarvios consideram, na sua maioria, que as *pessoas preferiam não trabalhar se tivessem as suas necessidades económicas asseguradas* (55.4% contra 41.9% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) e que uma percentagem bastante mais elevada de estudantes nacionais encarara o trabalho como fonte de realização ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.94. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

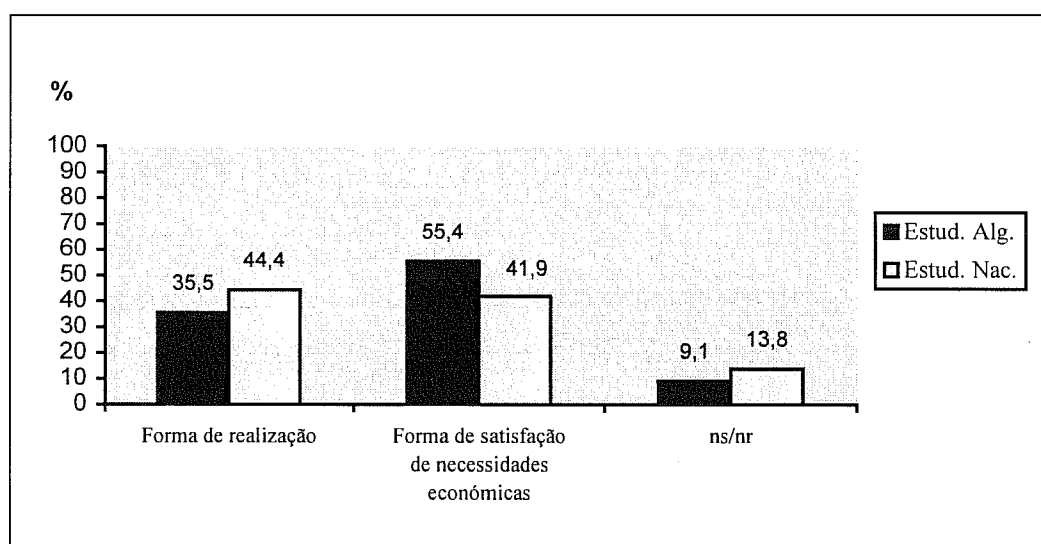


Figura 5.94. Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”

### 5.3.4. Sexualidade, Casamento, Família

#### a. Finalidades do casamento (q.8)

Entre os jovens, verificou-se que aqueles que pertencem à amostra algarvia consideram que o principal fim do casamento é *a realização humana dos cônjuges* - tendo sido escolhida em primeiro lugar por 49.1% destes jovens, bem como, por 32.9% dos estudantes da amostra nacional. Estes consideram por sua vez que o fim do casamento é *o auxílio mútuo entre os esposos* (52.1% de estudantes da amostra nacional escolheram esta opção em primeiro lugar contra 40.0% da amostra algarvia). Nas figuras 5.95. e 5.96. apresenta-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Realização dos esposos e “Auxílio mútuo entre os cônjuges”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

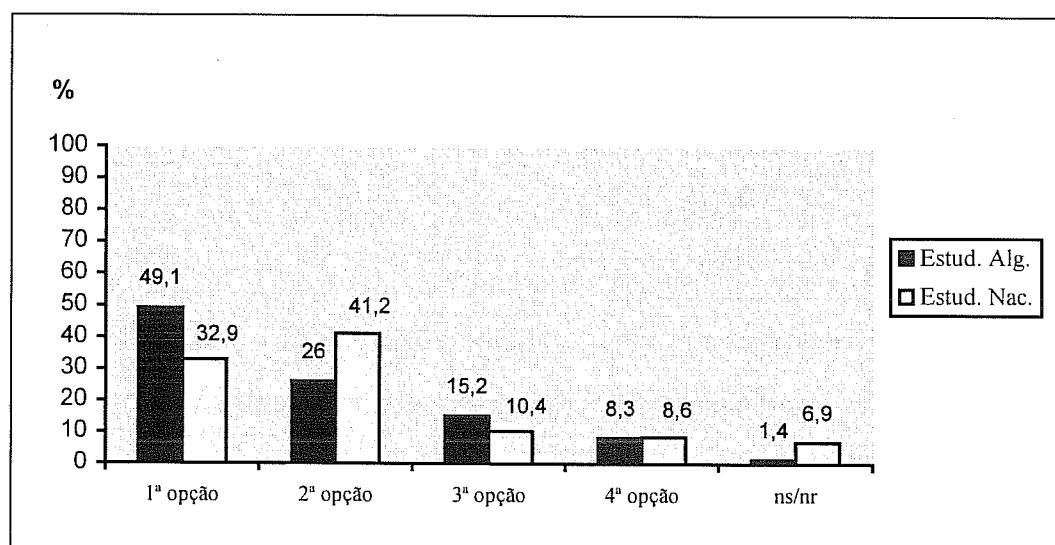


Figura 5.95. Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos esposos” (amostras de estudantes)

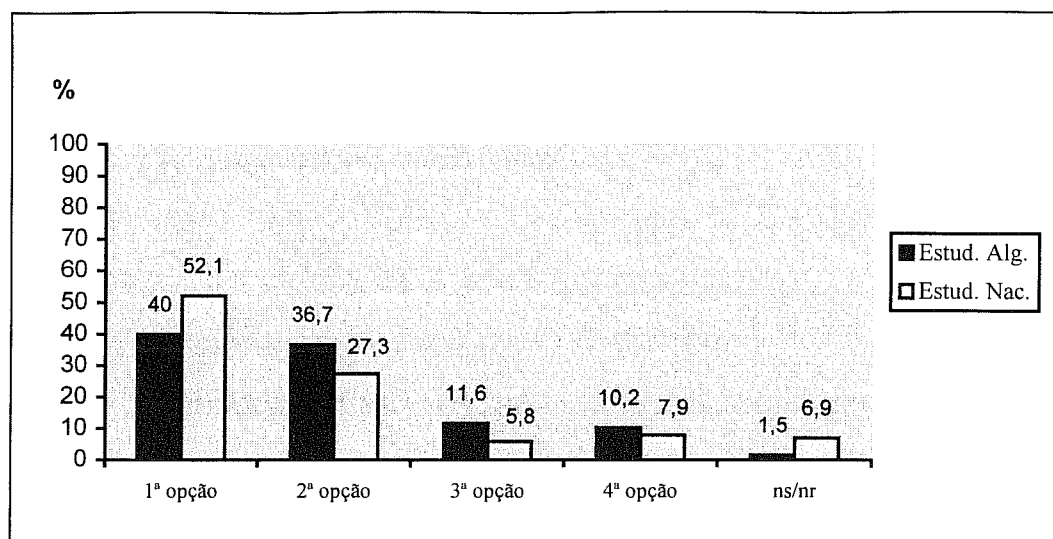


Figura 5.96. Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os cônjuges” (amostras de estudantes)

Constatou-se que a *procriação e educação dos filhos* foi a opção mais escolhida em terceiro lugar, quer por 46.2% dos estudantes da amostra nacional, quer por 44.4% dos estudantes da Universidade do Algarve e a opção *meio legítimo de satisfação das necessidades sexuais* foi escolhida em último lugar por 53.4% dos estudantes da amostra algarvia e 51.9% dos estudantes da amostra nacional

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que o *auxílio mútuo entre os cônjuges* é o aspecto mais valorizado do casamento pelos progenitores da amostra nacional (52.3% destes escolheram esta opção em primeiro lugar contra 27.0% dos progenitores da amostra algarvia). Estes escolheram como primeira opção *meio de realização dos esposos* (30.8%) e a *procriação e educação dos filhos* (30.8%). A *realização dos cônjuges* foi a opção escolhida em segundo lugar por 29.7% dos progenitores da amostra nacional. Nas figuras 5.97 e 5.98. apresenta-se as distribuições, em percentagem, das variáveis “Realização dos cônjuges” e “Auxílio mútuo entre os esposos”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

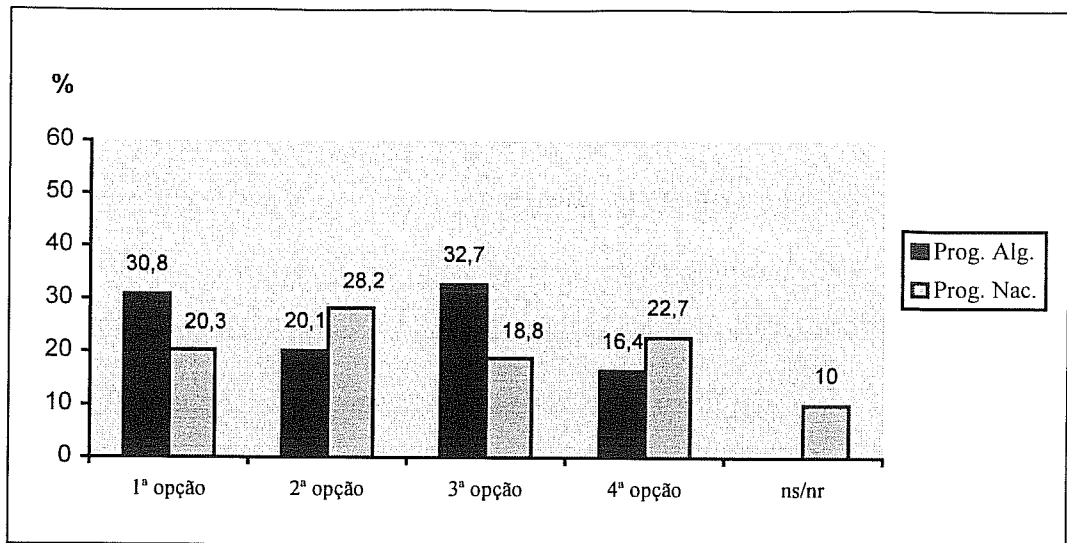


Figura 5.97. Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos esposos” (amostras dos progenitores)

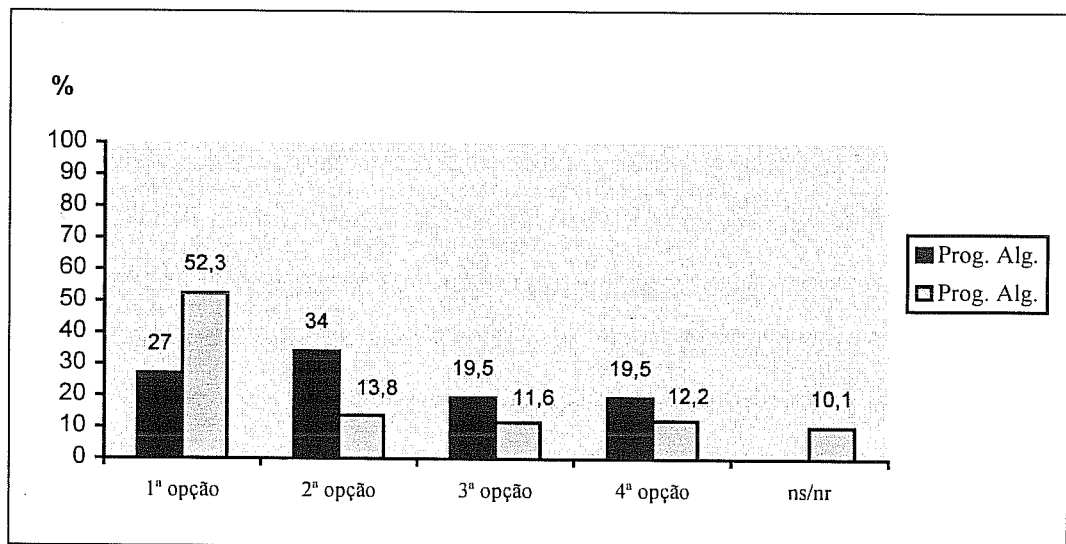


Figura 5.98. Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os cônjuges” (amostras dos progenitores)

Constatou-se ainda que 34.0% dos progenitores da amostra do Algarve escolheu, em segundo lugar, o *auxílio mútuo entre os esposos* e 31.4% a *procriação e educação*

dos filhos. Na figura 5.99. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos”, nas amostras nacionais e algarvias de progenitores.

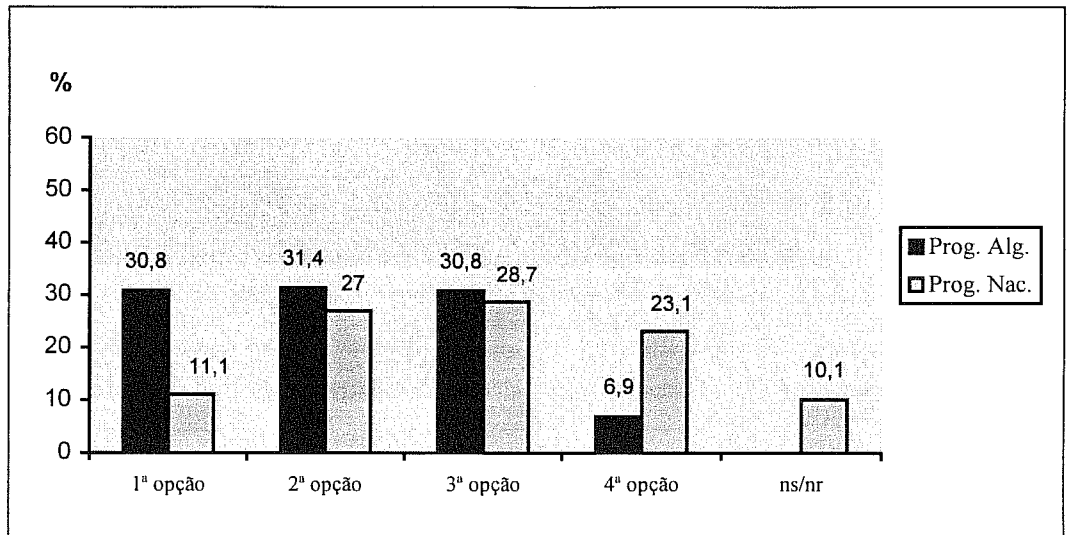


Figura 5.99. Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos” (amostras dos progenitores)

Constatou-se, por último, que uma percentagem mais elevada de progenitores da amostra algarvia escolheu a *satisfação das necessidades sexuais* em primeiro lugar (11.3% contra 6.3% dos progenitores da amostra nacional), mas que em contrapartida, uma percentagem muito mais elevada de progenitores da amostra algarvia escolheu esta opção em último lugar (respectivamente, 56.9% e 32.7%), como se pode observar na figura 5.100. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação das necessidades sexuais”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

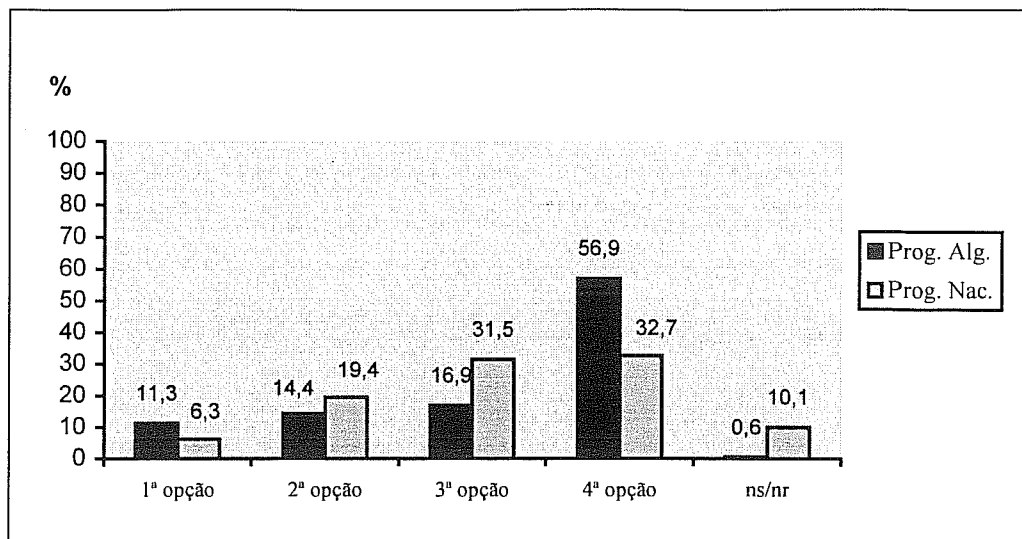


Figura 5.100. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação das necessidades sexuais” (amostras dos progenitores)

#### **b. Experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes (q.10)**

Verificou-se que, de uma maneira geral, os progenitores da amostra algarvia e da amostra nacional consideram que as relações sexuais pré-matrimoniais no caso dos rapazes não têm gravidade (respectivamente, 36.5% e 30.3%). Contudo, constatou-se que uma percentagem bastante mais elevada de progenitores da amostra nacional revela uma atitude desfavorável - 18.0% considerando-as repreensíveis (contra 6.1% de progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ) e que uma percentagem bastante mais elevada de progenitores da amostra algarvia consideram-nas úteis (32.0% contra 19.6% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.101. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

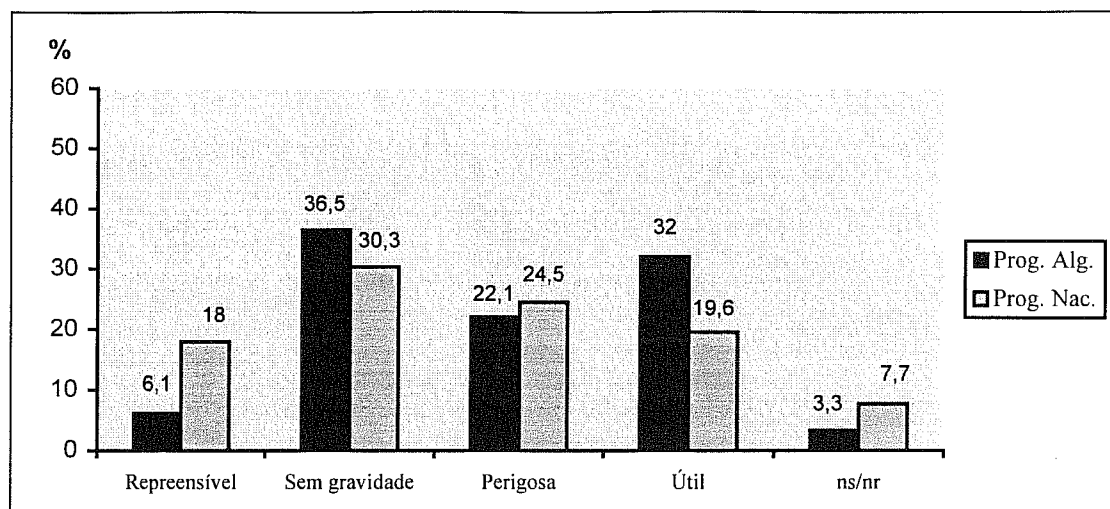


Figura 5.101. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” (amostras dos progenitores)

Os jovens nacionais demonstraram também uma atitude menos favorável no que diz respeito a este aspecto - já que apenas 34.9% dos jovens da amostra nacional qualifica as relações sexuais pré-matrimoniais como úteis (contra 50.6% dos jovens da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ) e que 9.3% as qualifica como repreensíveis (contra 2.3% dos jovens da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.102. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

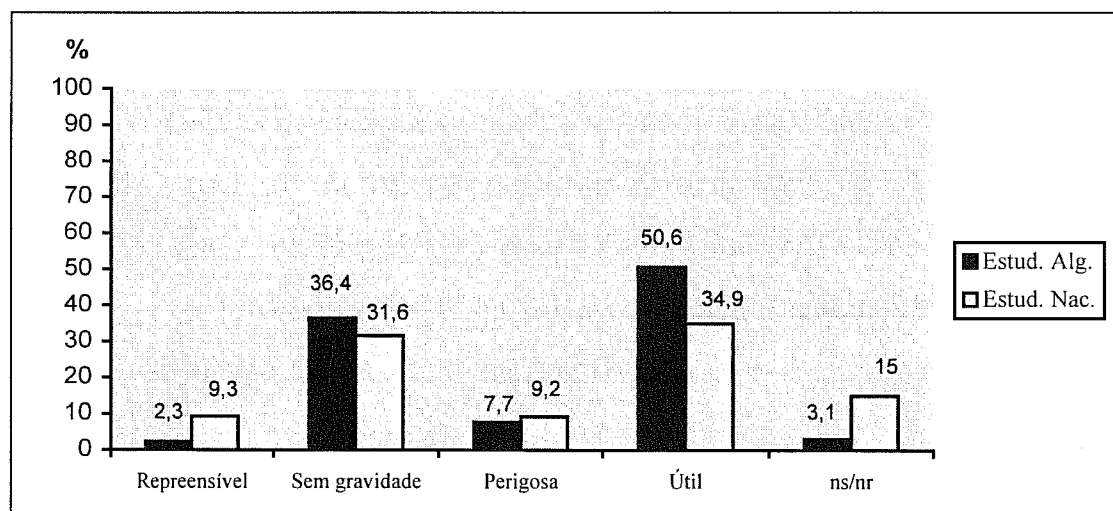


Figura 5.102. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” (amostras dos estudantes)

### c. Experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas (q.11)

Verificou-se que os jovens da amostra algarvia são mais liberais quanto à sexualidade das raparigas, já que 44.1% destes jovens continuam a considerar que as experiências sexuais pré-matrimoniais são úteis, contra 28.0% dos estudantes da amostra nacional ( $p < 0.01$ ), uma percentagem mais elevada dos quais defende, para além disso, uma posição desfavorável: 12.0% destes jovens considera que estas experiências são repreensíveis (contra 3.1% dos jovens algarvios) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.103. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais nas raparigas, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

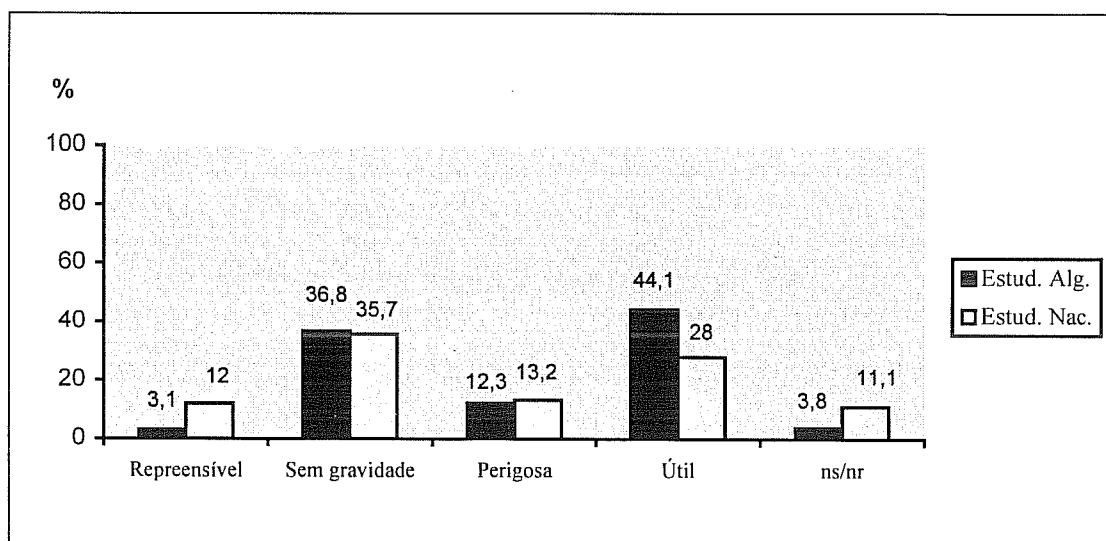


Figura 5.103. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” (amostras dos estudantes)

Constatou-se que os progenitores de ambas as amostras assumem uma posição mais discriminatória, no que diz respeito a este aspecto, visto que conotam as experiências sexuais das raparigas de uma forma mais desfavorável do que no caso dos rapazes (39.0% dos progenitores nacionais, bem como, 43.8% dos progenitores da amostra algarvia consideram-nas perigosas). Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional qualifica a vida sexual pré-

matrimonial da rapariga como repreensível (25.7% contra 18.9% dos progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.05$ ), tal como se pode observar na figura 5.104. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

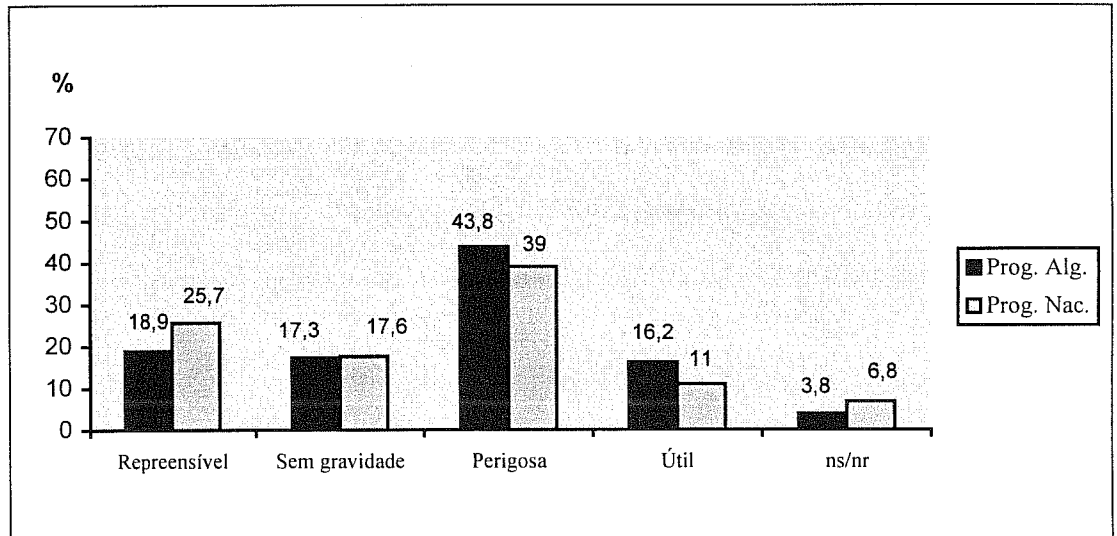


Figura 5.104. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” (amostras dos progenitores)

#### d. Planeamento familiar (q.13)

Constatou-se que a grande parte dos progenitores e dos jovens de ambas as amostras - nacional e regional, são a favor do planeamento familiar considerando-o *um meio lícito tendo em conta a escolha das melhores condições de procriação e educação dos filhos*. É, no entanto, de notar que uma percentagem superior de estudantes algarvios escolhe esta opção (53.0% contra 43.8% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) e que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que o planeamento familiar *é uma prática lícita desde que haja acordo entre os cônjuges* (14.5% contra 10.5% dos estudantes da amostra algarvia) ( $p < 0.05$ ). A segunda opção mais escolhida é a mesma para as duas amostras -

*necessária dado o super-povoamento do mundo* (opção escolhida por 25.5% da amostra regional e por 25.3% dos jovens da amostra nacional).

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que a segunda opção mais escolhida é *uma prática lícita desde que haja acordo entre os cônjuges* (21.4% dos progenitores da amostra nacional e 27.6% dos progenitores da amostra algarvia escolheu esta opção) e que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional escolhe a opção *tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão* (3.6% contra 1.1% dos progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ).

#### e. Número desejado de filhos (q.12)

Observou-se que uma percentagem superior de jovens algarvios gostaria de ter 2-3 filhos (70.6% contra 57.1% dos jovens da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) e que uma percentagem superior de jovens da amostra nacional não gostaria de ter filhos (10.9% contra 3.4% dos jovens algarvios) ( $p < 0.01$ ), tal como se pode constatar pela figura 5.105. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

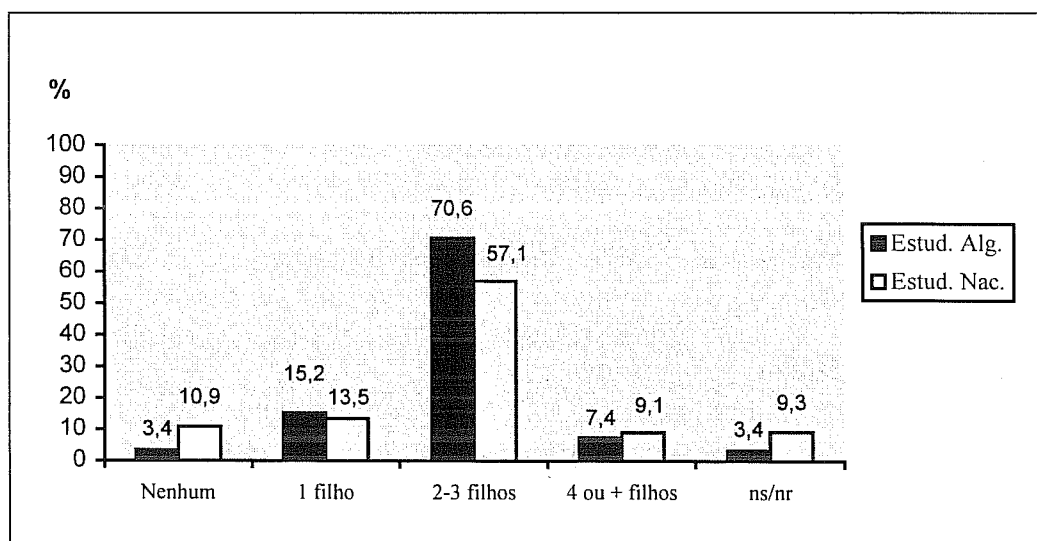


Figura 5.105. Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” (amostras dos estudantes)

No caso dos progenitores, verificou-se que uma percentagem mais elevada dos da amostra algarvia considera que o número ideal de filhos é 2-3 (78.5% contra 65.7% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional considera que é 4 ou mais (12.6% contra 6.3% dos progenitores da amostra do Algarve) ( $p < 0.01$ ), mas, por outro lado, há também uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional que considera que o número ideal de filhos é nenhum (5.5% contra 2.6% dos progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.106. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

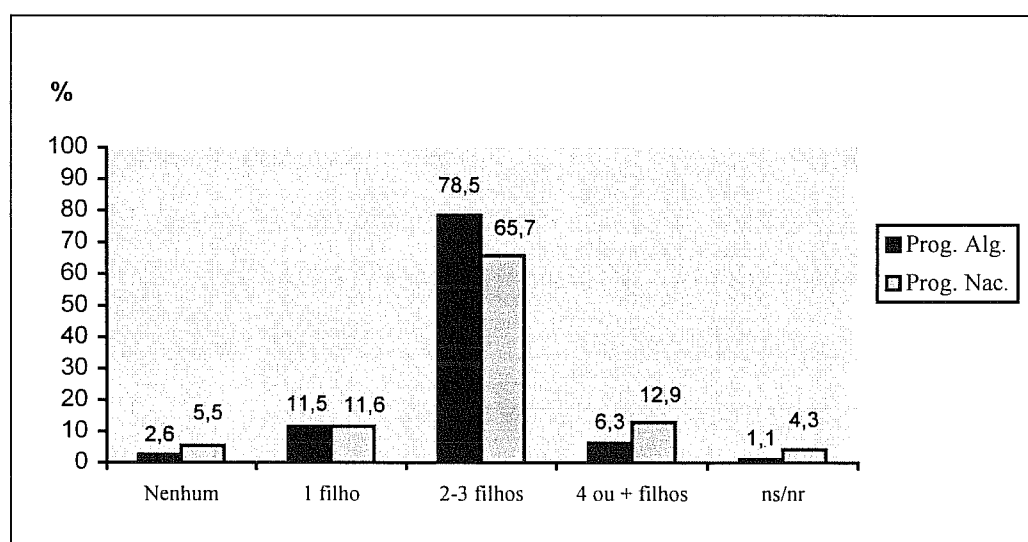


Figura 5.106. Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” (amostras dos progenitores)

#### **f. Com quem gostariam de viver os filhos? (q.4)**

Verificou-se que uma percentagem bastante superior de estudantes da Universidade do Algarve considera que *os jovens a partir dos 17-18 anos escolheriam mais naturalmente viver com outros jovens* (58.6% contra 48.8% dos jovens da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Por outro lado, verificou-se que uma percentagem

superior de estudantes da amostra nacional considera que os *jovens escolheriam mais naturalmente viver em casa dos pais* (18.8% contra 10.2% dos estudantes algarvios) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.107. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes).

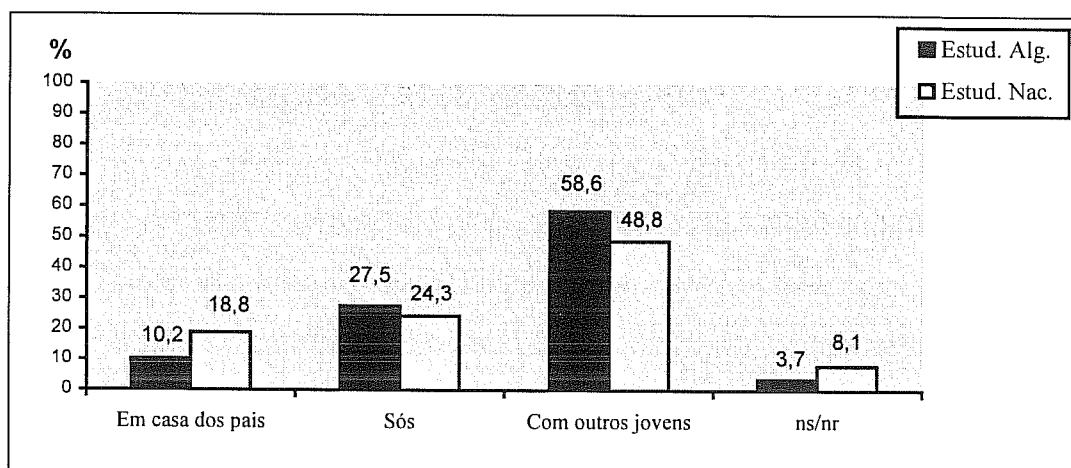


Figura 5.107. Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?” (amostras dos estudantes)

Constatou-se que os progenitores consideram, de uma maneira geral, que os *jovens escolheriam naturalmente viver em casa dos pais* (34.7% dos progenitores nacionais e 35.0% dos progenitores da amostra algarvia) ou *viver com outros jovens* (31.8% dos progenitores nacionais e 34.4% dos progenitores da amostra algarvia).

#### g. Educação dos filhos (q.14)

Verificou-se que a uma percentagem superior de estudantes algarvios, do que de jovens da amostra nacional considera que *por vezes é necessário bater nos filhos, mas que os pais devem evitar fazê-lo* (respectivamente, 56.6% e 49.3%) ( $p < 0.05$ ). Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de jovens da amostra nacional

considera que *os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário* (7.6% contra 4.8% de estudantes algarvios) ( $p < 0.05$ ).

Constatou-se, ainda, que uma percentagem superior de progenitores da amostra algarvia, do que amostra nacional, considera que *por vezes é necessário bater nos filhos, mas que os pais devem evitar fazê-lo* (respectivamente, 60.6% e 52.8%) ( $p < 0.05$ ).

#### ***h. Resolução de conflitos no casal (q.15)***

A maior parte dos jovens - da Universidade do Algarve e da amostra nacional, bem como, a maior parte dos progenitores - da amostra algarvia e nacional, não concordam com a afirmação *entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher*. Contudo, esta posição é mais marcada entre os estudantes da Universidade do Algarve e entre os respectivos progenitores (para ambas as amostras  $p < 0.01$ ).

Para além disso, verificou-se em ambas as amostras nacionais - de progenitores e de estudantes, uma elevação de respostas *concordo que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais* ( $p < 0.01$ ) e de respostas *bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas* ( $p < 0.01$ ). Na amostra de estudantes verificou-se, ainda, a elevação de respostas *o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer* ( $p < 0.01$ ).

#### ***i. Os dois factores determinantes para o bom entendimento do casal (q.7)***

Constatou-se que os estudantes algarvios e nacionais escolhem como os dois factores mais importantes para o bom entendimento do casal *terem os mesmos ideais, terem feitios e gostos semelhantes e terem níveis de instrução semelhantes* - muito embora os pesos que atribuem a cada um destes aspectos difira. Assim, uma percentagem bastante mais elevada de estudantes da Universidade do Algarve escolhe a opção *ter os mesmos ideais* (40.2% contra 31.4% da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Em

contrapartida, há uma percentagem maior de estudantes da amostra nacional que escolhe *ter as mesmas atitudes religiosas* (6.2% contra 2.7% da amostra regional) ( $p < 0.01$ ). No Quadro 5.10. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Os dois factores determinantes para o bom entendimento do casal”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores e de estudantes.

Verificou-se, no que diz respeito aos progenitores, que os da amostra nacional escolhem *ter um nível de instrução semelhante* (26.4%) e *ter os mesmos ideias* (22.7%) enquanto que os progenitores da amostra algarvia escolhem *ter feitos e gostos semelhantes* (37.0%) e *ter um nível de instrução semelhante* (26.7%). Constatou-se que são, fundamentalmente, os progenitores da amostra do Algarve que atribuem uma grande importância aos *mesmos gostos e feitos* ( $p < 0.01$ ), tal como se pode observar no Quadro 5.10.

Quadro 5.10.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “Factores Determinantes para o Bom Entendimento do Casal” (sobre o total de respostas)

	Est. algarvios	Est. nacionais	Prog. algarvios	Prog. nacionais
Nível de instrução semelhante	17.9	20.4	26.7	26.4
Educação no mesmo meio	5.4	4.7	8.5	12.3
Ideais semelhantes	40.2	31.4	22.7	23.9
Atitudes religiosas semelhantes	2.7	6.2	4.5	6.9
Feitos e gostos semelhantes	27.7	22.5	37.0	22.7
ns/nr	6.0	14.7	0.6	7.9

### j. Divórcio

Verificou-se que uma grande maioria de estudantes algarvios (72.2%) considera que o divórcio é *uma solução para casos muito graves de desarmonia conjugal* enquanto que, apenas, 49.4% dos estudantes nacionais concordam com este aspecto ( $p < 0.01$ ). Uma maior percentagem de estudantes nacionais considera, por seu turno, que o divórcio *possibilita a verdade total do amor* (11.7% contra 3.5% dos estudantes da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Por outro lado, verifica-se que uma percentagem maior de estudantes da amostra nacional considera que o *casamento é indissolúvel* (4.1% - nenhum estudante da amostra algarvia escolheu esta opção) ( $p < 0.01$ ) e que é *uma tentação contra a fidelidade conjugal* (1.3% contra 0.4% dos estudantes algarvios) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.108. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

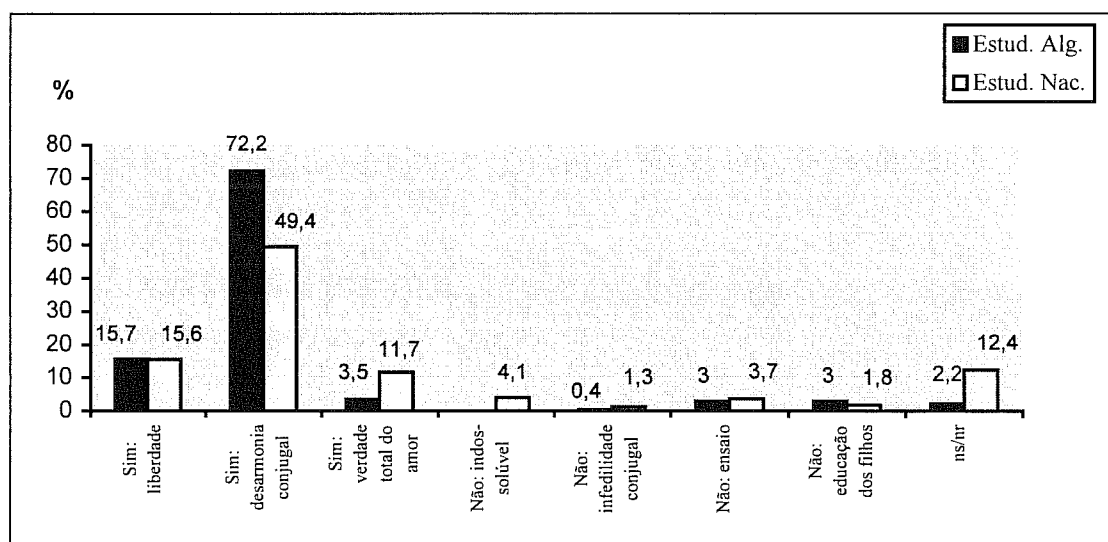


Figura 5.108. Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio” (amostras de estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que uma percentagem bastante superior de progenitores da amostra algarvia concorda com o divórcio por ser *uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal* ( $p < 0.01$ ) e que, em

contrapartida, uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional discorda com o divórcio porque *o casamento é indissolúvel* ( $p<0.01$ ) e porque *é uma tentação contra a fidelidade conjugal* ( $p<0.05$ ), como se pode observar na figura 5.109. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

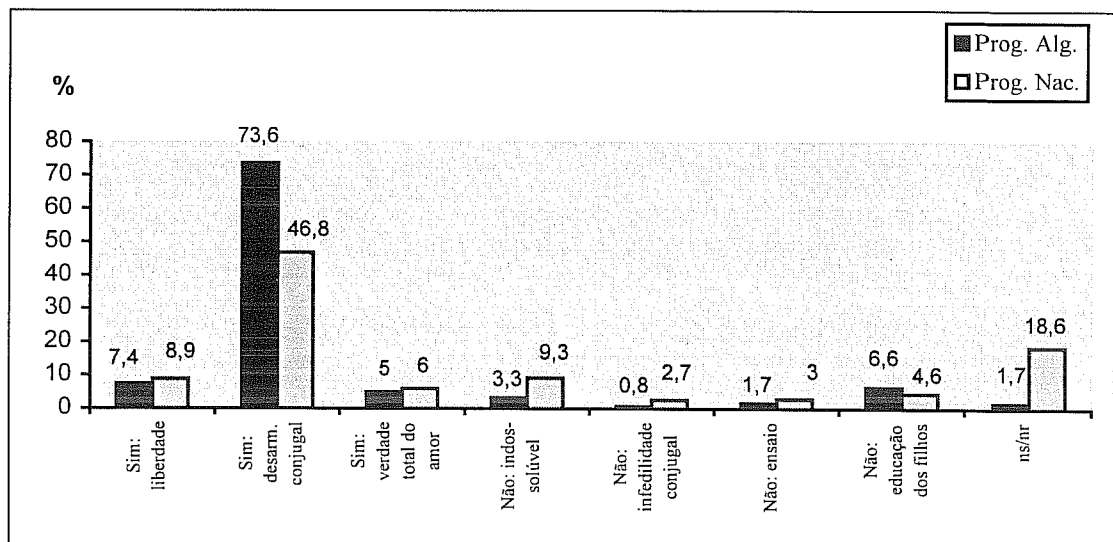


Figura 5.109. Distribuição, em percentagem, da variável “Divórcio” (amostras dos progenitores)

### I. Trabalho feminino

Constatou-se que os estudantes algarvios mostram-se mais a favor do trabalho feminino do que os da amostra nacional: 87.0% dos estudantes da Universidade do Algarve acham que a família deve ter um emprego durante toda a vida tal como o homem (contra 71.5% dos estudantes da amostra nacional) ( $p<0.01$ ) e, para além disso, uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que a mulher *deve ter um emprego até casar* (6.2% - nenhum estudante da Universidade do Algarve escolheu esta opção) ( $p<0.01$ ), que a *mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade* (3.6% contra 0.7% dos estudantes da Universidade do Algarve) ( $p<0.01$ ) ou que *a mulher casada não deve em caso algum empregar-se* (2.3%

- nenhum estudante da Universidade do Algarve escolheu esta opção) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.110. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

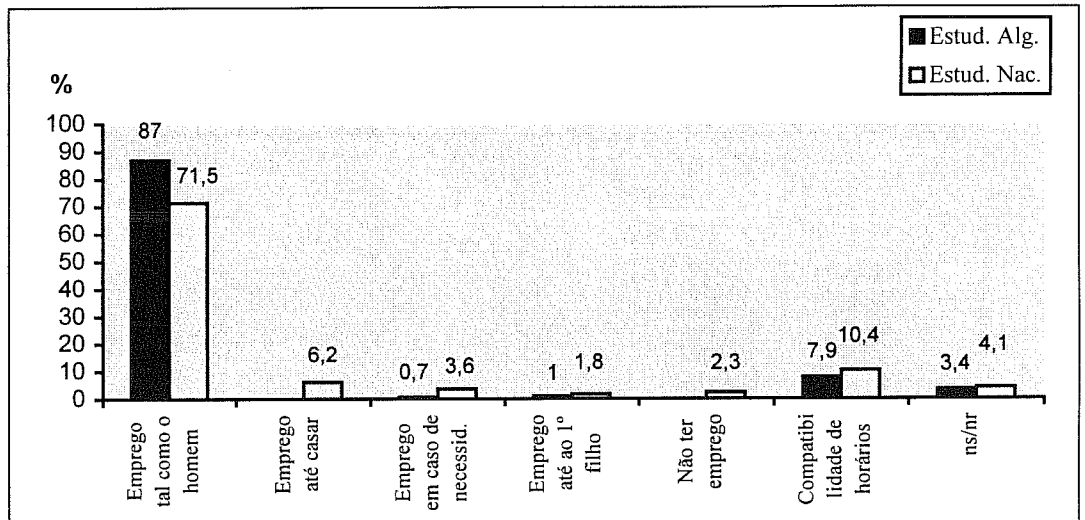


Figura 5.110. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” (amostras dos estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que os da amostra algarvia se revelam mais a favor do trabalho da mulher durante toda a vida tal como o homem (54.3% contra 46.8% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), mas que, por outro lado, uma percentagem maior de progenitores algarvios impõe a compatibilidade de horários (35.5% contra 25.2% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ). Por último, há uma percentagem mais elevada de progenitores da amostra nacional que acha que a mulher *só deve ter emprego até casar* ( $p < 0.01$ ), que *só deve ter emprego até ao nascimento do primeiro filho* ( $p < 0.01$ ) ou que *não deve empregar-se em caso algum* ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.111. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

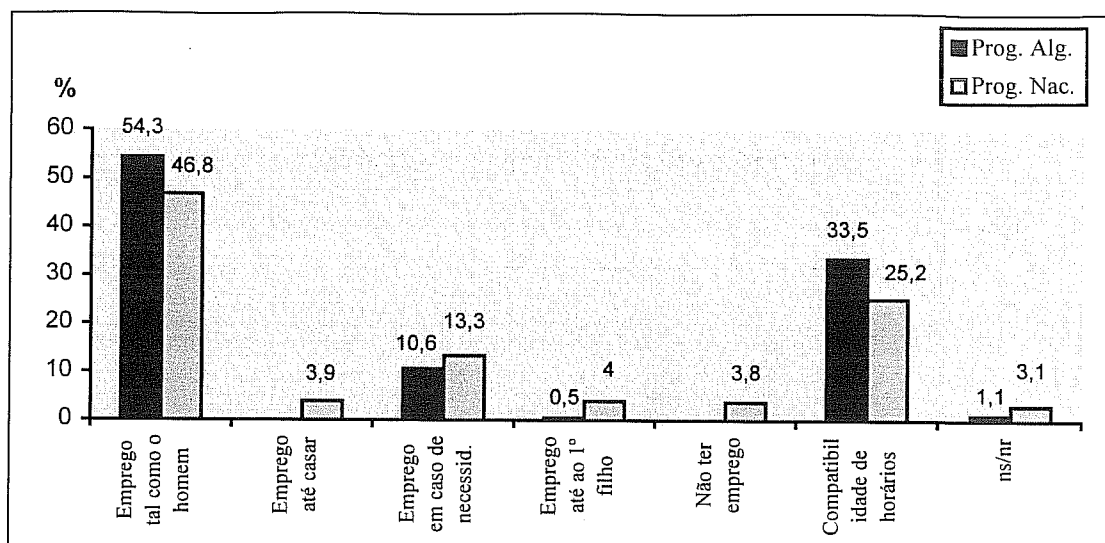


Figura 5. 111. Distribuição, em percentagem, da variável "Trabalho feminino" (amostras dos progenitores)

### 5.3.5. Progresso e civilização

#### a. Principais objectivos para os próximos 10/15 anos (q.25)

Verificou-se que grande parte dos estudantes algarvios considera o *pleno emprego* como o principal objectivo a ser concretizado num futuro próximo. Com efeito, 43.1% escolheu esta alternativa em primeiro lugar e 30.6% escolheu-a a segundo lugar. O *pleno emprego* já não constitui uma fonte de preocupação tão grande para os estudantes da amostra nacional: a grande parte escolheu esta opção em terceiro lugar (32.6%), muito embora, 25.2% a tenha escolhido em primeiro lugar e 23.1% em segundo, como se pode observar na figura 5.112. relativa à distribuição, em percentagem, da variável "Pleno emprego", nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

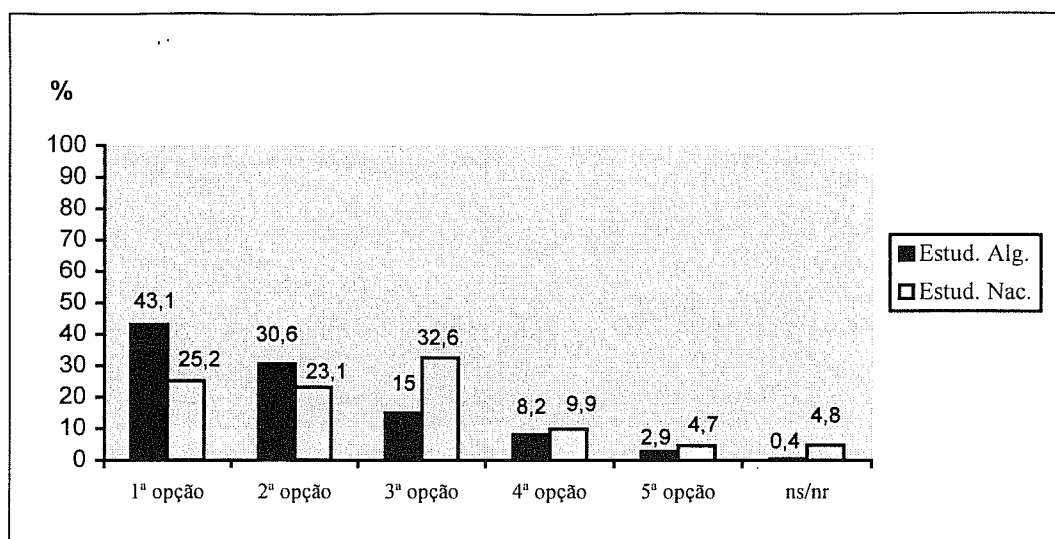


Figura 5.112. Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego” (amostras dos estudantes)

Constatou-se ainda que *garantir a liberdade de expressão* constitui também um aspecto importante para todos os jovens inquiridos. Assim, 26.0% dos jovens da Universidade do Algarve consideram-na como o principal objectivo que o país deve procurar atingir dentro de 10/15 anos, assim como, 22.7% dos estudantes da amostra nacional. Para além disso, 22.8% dos estudantes algarvios escolheu-a em terceiro lugar, assim como, 22.1% dos estudantes nacionais. Na figura 5.113. apresenta-se a distribuição, em percentagem da variável “Garantir a liberdade de expressão”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

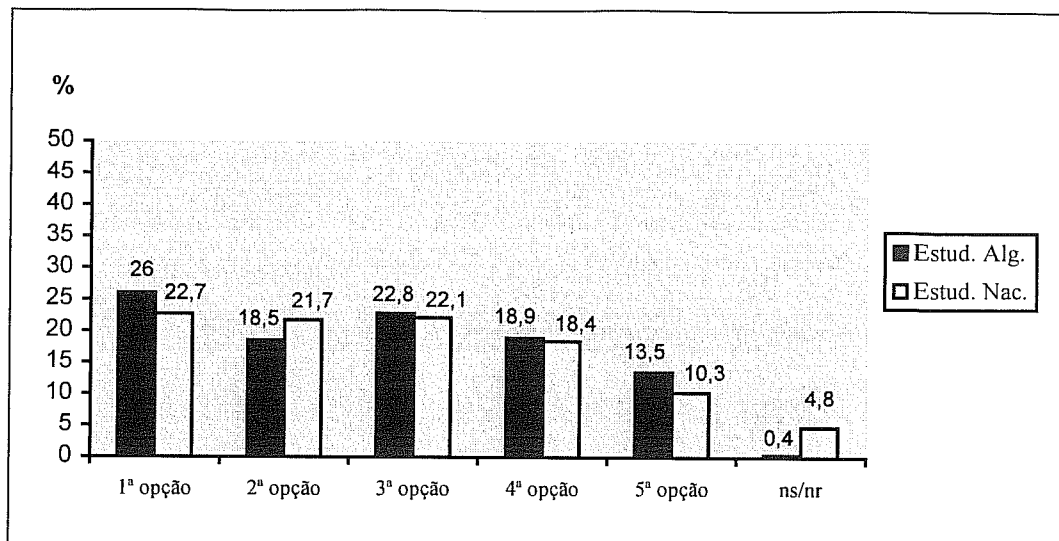


Figura 5.113. Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão” (amostras dos estudantes)

Verificou-se que, os estudantes da amostra algarvia mostram-se mais preocupados com a manutenção da ordem no país do que os estudantes da amostra nacional. Com efeito, 16.1% dos estudantes algarvios escolheu esta opção em primeiro lugar (contra 13.6% dos estudantes nacionais), 17.9% escolheu-a em segundo lugar (contra 15.9% dos estudantes nacionais) e 24.2% escolheu-a em terceiro lugar (contra 11.8% dos estudantes nacionais). Para além disso, há ainda a referir que grande parte dos estudantes da amostra nacional considera que *manter a ordem no país* constitui dos objectivos menos importantes (29.1% dos estudantes da amostra nacional escolheu esta opção em último lugar, contra 14.7% dos estudantes da amostra algarvia). Na figura 5.114. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

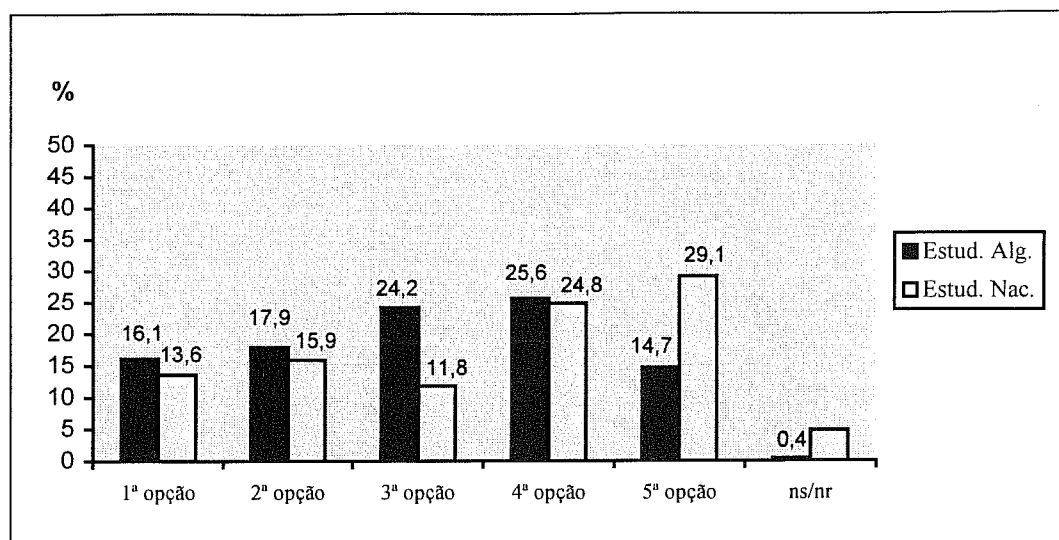


Figura 5.114. Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país” (amostras dos estudantes)

*Combater a alta dos preços* constitui claramente uma preocupação pouco importante para todos os jovens inquiridos - se bem que, sobretudo, para os jovens da Universidade do Algarve. É assim que, 45.6% dos jovens da Universidade do Algarve escolheu esta opção em último lugar e 27.1% em quarto lugar e que, 30.1% dos estudantes da amostra nacional escolheu esta opção em quinto lugar e 19.1% em quarto lugar. Verificou-se ainda que uma percentagem bastante superior de estudantes da amostra nacional escolheu esta opção em primeiro lugar e segundo lugar (respectivamente, 13% contra 1.1% dos estudantes da amostra da Universidade do Algarve e 17.8% da amostra nacional contra 10.7% da amostra algarvia). Na figura 5.115. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

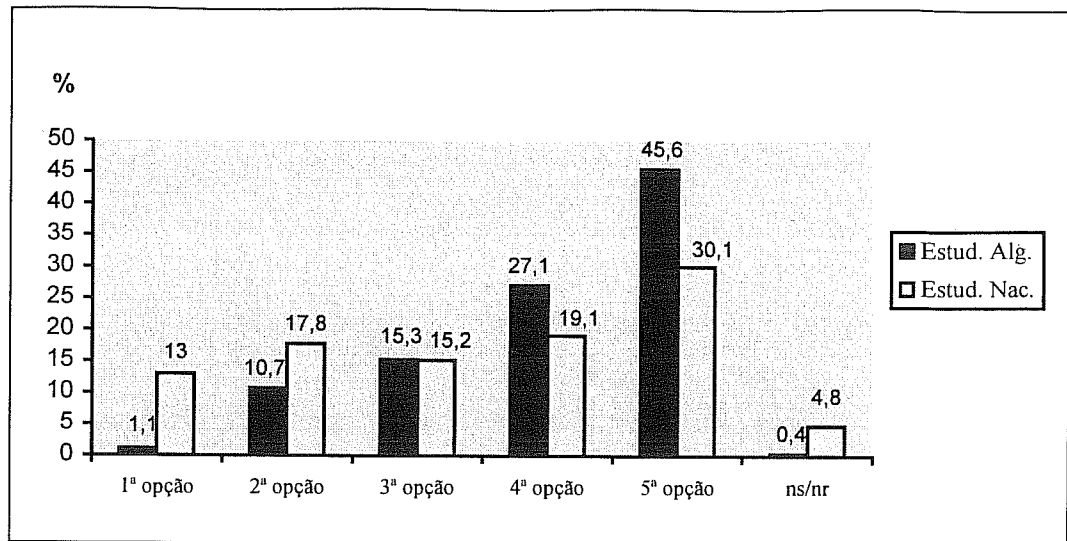


Figura 5.115. Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços” (amostras dos estudantes)

Constatou-se que a importância atribuída ao *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo* não é consensual - as respostas encontram-se muito dispersas, quer na amostra dos estudantes da Universidade do Algarve, como na amostra dos estudantes que frequentam as restantes universidades do país. Verificou-se, no entanto, que uma percentagem superior de jovens da amostra nacional considera que o *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo* é um aspecto importante a atingir num futuro próximo: 20.7% escolheu esta opção em primeiro lugar contra 13.5% dos estudantes da amostra algarvia; se bem que uma percentagem superior de estudantes da amostra algarvia tenha escolhido esta opção em segundo (21.7%) e em terceiro lugares (22.1%), tal como se pode observar na figura 5.116. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

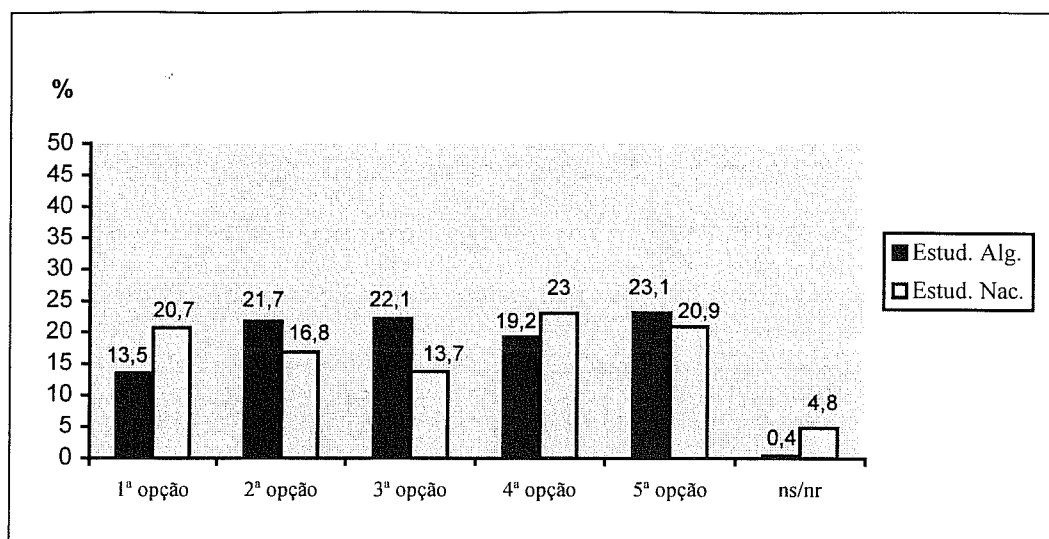


Figura 5.16. Distribuição, em percentagem, da variável "Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo" (amostras dos estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que são principalmente os progenitores da amostra algarvia que se mostram preocupados com o *pleno emprego* - 47.2% escolheu esta opção em primeiro lugar (contra 22.2% dos progenitores da amostra nacional). Estes escolheram esta opção principalmente em segundo lugar (27.3%) e em terceiro lugar (22.2%), tal como se pode observar na figura 5.117. relativa á distribuição, em percentagem, da variável "Pleno emprego", nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

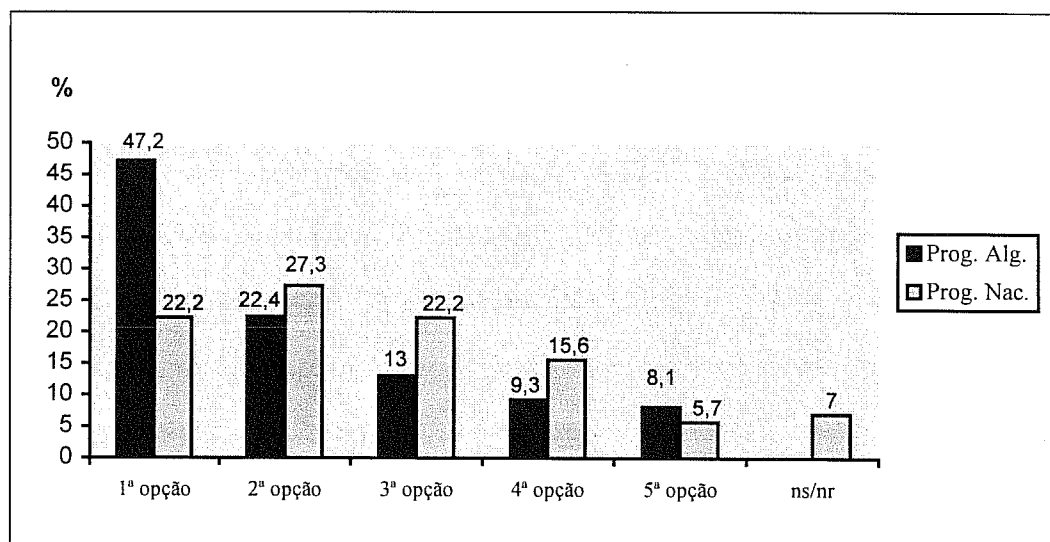


Figura 5.117. Distribuição, em percentagem, da variável "Pleno emprego"

Constatou-se que os progenitores da amostra nacional atribuem, claramente, uma maior importância à *liberdade de expressão* enquanto objectivo a atingir num futuro próximo. Com efeito, uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional escolhe esta opção em primeiro e em segundo lugares (respectivamente, 12.2% e 25.9% contra 8.1% e 16.2% dos progenitores da amostra algarvia). Para além disso, uma percentagem bastante superior de progenitores da amostra algarvia atribui pouca importância a este aspecto, já que grande parte (26.7%) escolheu esta opção em último lugar (contra 12.6% dos progenitores da amostra nacional). Na figura 5.118. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão” nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

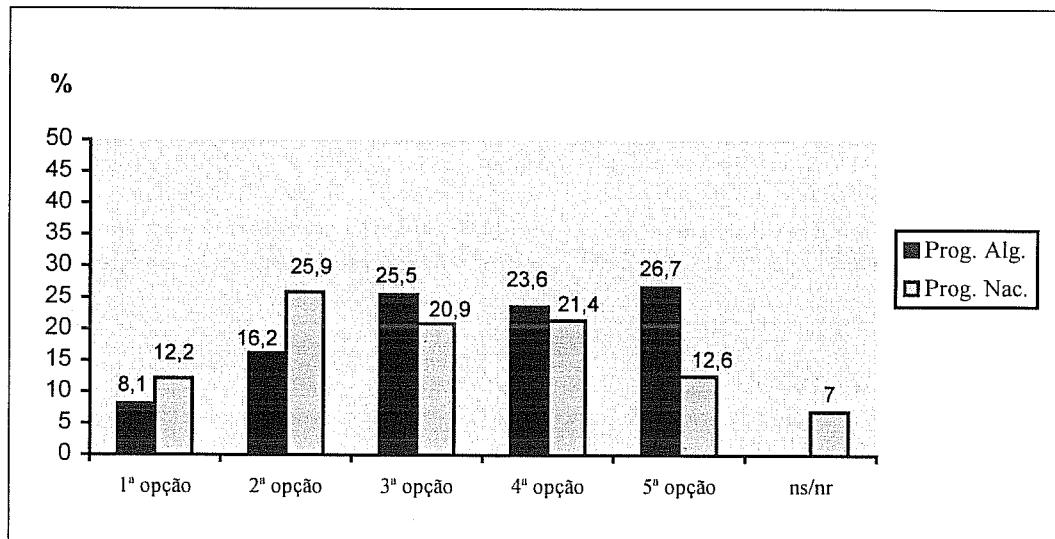


Figura 5.118. Distribuição, em percentagem., da variável “Garantir a liberdade de expressão” (amostras dos progenitores)

Verificou-se que, se a maior parte dos progenitores da amostra algarvia (34.8%) considera que *manter a ordem no país* é o principal objectivo que os governos devem procurar atingir dentro de 10/15 anos, grande parte dos progenitores da amostra nacional (29.6%) considera este aspecto menos importante, tendo o escolhido em último lugar. Constatou-se, no entanto, que 27.0% de progenitores nacionais escolhem esta alternativa em primeiro lugar. Apesar de tudo, este constitui um objectivo, de um

modo geral, mais importante para os progenitores da amostra regional, visto que 21.7% o escolhem em segundo lugar (contra 12.6% dos progenitores da amostra nacional) e que 20.5% o escolhe em terceiro lugar (contra 12.7% dos progenitores nacionais). Na figura 5.119. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

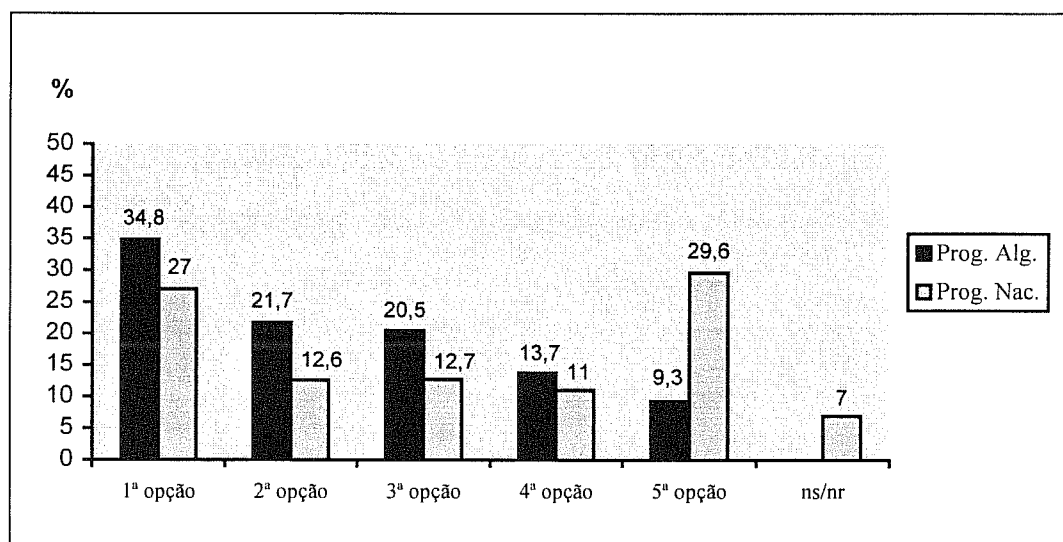


Figura 5.119. Distribuição, em percentagem., da variável “Manter a ordem no país” (amostras dos progenitores)

Verificou-se, no que diz respeito ao objectivo *combater a alta dos preços*, que há mais progenitores da amostra nacional que escolhem esta opção em primeiro lugar (14.3% contra 2.5% da amostra algarvia), mas que, 28.6% dos progenitores algarvios escolhem esta alternativa em terceiro lugar e 23.3% dos progenitores nacionais a escolhem em quarto lugar). Na figura 5.120. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

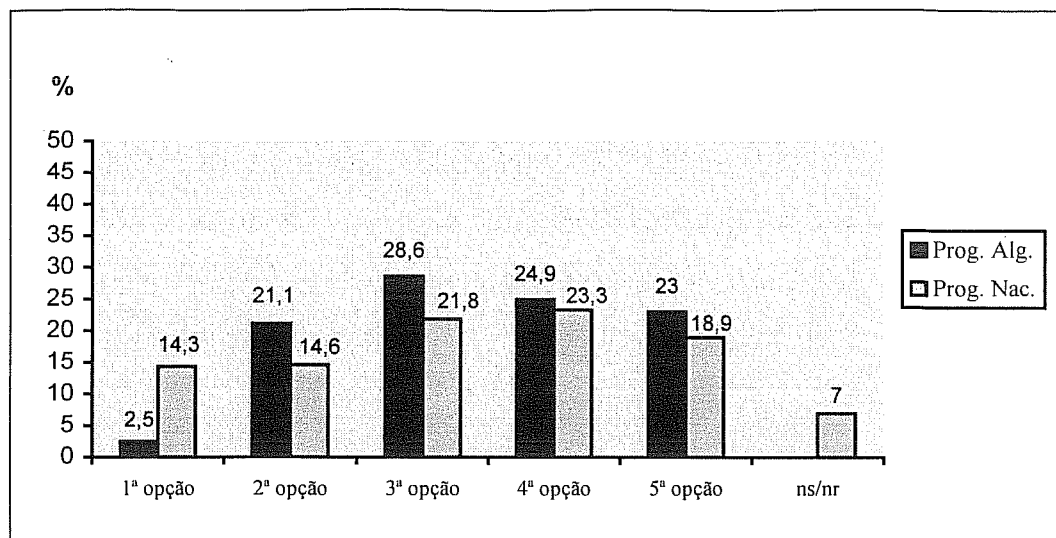


Figura 5.120. Distribuição, em percentagem., da variável “Combater a alta dos preços” (amostras dos progenitores)

No que diz respeito ao *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo*, verificou-se que uma percentagem bastante superior de progenitores da amostra nacional escolhe esta opção em primeiro lugar (17.2% contra 7.5% dos progenitores da amostra algarvia) - se bem que uma percentagem superior de progenitores da amostra regional a escolha em segundo lugar (18.6% contra 12.5% dos progenitores nacionais). Constatou-se, ainda, que grande parte dos progenitores da amostra algarvia escolhem esta opção em quarto (28.6%) e em quinto lugares (32.9%), assim como, grande parte dos progenitores da amostra nacional (respectivamente, 21.7% e 26.1%). Na figura 5.121. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

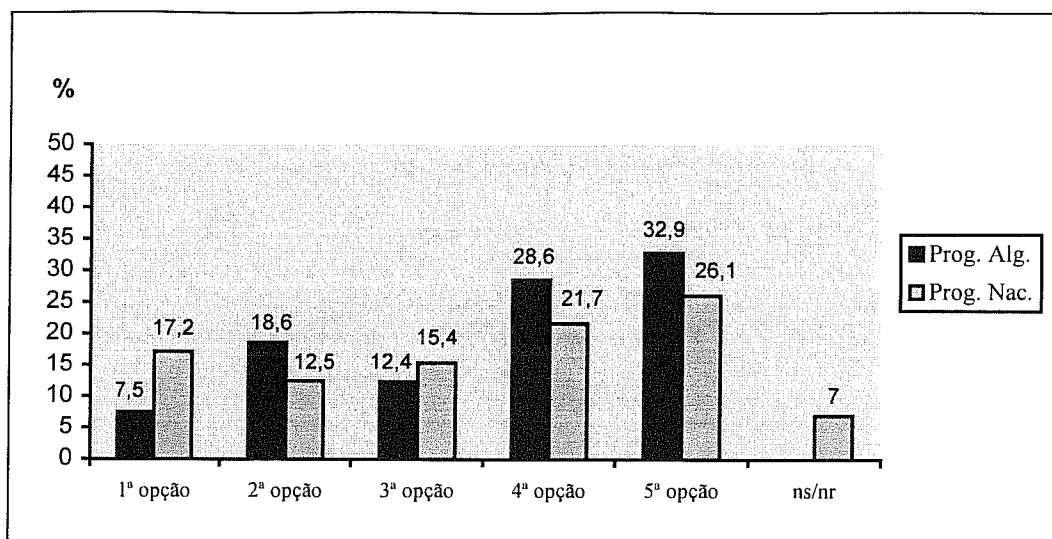


Figura 5.121. Distribuição, em percentagem., da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo” (amostras dos progenitores)

**b. O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010? (q. 41)**

Observou-se que 36.2% dos estudantes da Universidade do Algarve escolheu a opção *cura das doenças perigosas*, assim como, 33.9% da amostra nacional e que 42.6% dos progenitores da amostra algarvia escolheu esta opção, bem como, 39.4% dos da amostra nacional. Esta opção foi aquela mais escolhida em todas as amostras. A segunda opção mais escolhida foi *o fim da fome e da pobreza* para todas as amostras. A terceira opção mais escolhida por todas as amostras - regionais e nacionais, de estudantes e progenitores, foi *o fim da guerra e dos exércitos*: escolhida por 17.7% dos estudantes algarvios e 17.8% dos estudantes da amostra nacional, bem como, por 18.4% dos progenitores da amostra algarvia e 22.5% dos progenitores da amostra nacional. *O combate eficiente à poluição* surge como a quinta opção mais escolhida por todas as amostras, como se pode observar no Quadro 5.11. relativo à distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes e de progenitores.

## Quadro 5.11.

Distribuição, em Percentagem, da Variável “O que deseja que o Progresso torne possível no Ano 2010? (sobre o total de respostas)

	Est. Algarvios	Est. Nacionais	Prog. Algarvios	Prog. Nacionais
Cura das doenças graves	36.2	33.9	42.6	39.4
Fim das guerras e dos exércitos	17.7	17.8	18.4	22.5
Tempo meteorológico	0	0.1	0	0
Vida noutros planetas	3.0	1.1	0.3	0.7
Fim da fome e pobreza	20.0	20.3	27.2	24.8
Igualdade de direitos entre povos	13.1	16.0	5.8	6.7
Idioma universal	0.4	0.3	1.7	0.6
Combate à poluição	11.5	8.5	4.1	3.5

**c. Causas por que vale a pena fazer sacrifícios (q. 27)**

A *paz* foi a opção mais escolhida por todas as amostras: 26.4% dos estudantes algarvios, 26.9% dos estudantes nacionais, 28.1% dos progenitores da amostra algarvia e 28.4% dos progenitores da amostra nacional.

No que diz respeito aos progenitores, verifica-se que 28.0% dos progenitores da amostra algarvia considera que vale a pena fazer sacrifícios pela *luta contra a miséria*, bem como, 22.9% dos progenitores da amostra nacional. A terceira opção escolhida pelos progenitores foi a *protecção da natureza* - escolhida por 17.6% dos progenitores da amostra nacional e por 17.2% dos da amostra regional.

Os estudantes consideram que vale a pena fazer sacrifícios pela *direitos do Homem* (24.8% dos estudantes algarvios e 25.5% dos estudantes nacionais) e pela *protecção da natureza*. Constatou-se que uma percentagem claramente superior de

estudantes da amostra nacional considera que vale a pena fazer sacrifícios pela *liberdade do indivíduo* (13.6% contra 8.3% dos estudantes da Universidade do Algarve) ( $p < 0.01$ ). No Quadro 5.12. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes e de progenitores.

Quadro 5.12.

Distribuição da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios” (sobre o total de respostas)

	Est. Algarv.	Est. Nacion.	Prog. Algarv.	Prog. Nacion.
Protecção da natureza	20.1	16.3	17.2	17.6
Paz	26.4	26.9	28.1	28.4
Luta contra a miséria	17.1	14.4	28.0	22.9
Defesa nacional	2.3	2.1	3.5	3.1
Liberdade do indivíduo	8.3	13.6	6.5	7.9
Direitos do Homem	24.8	25.5	16.2	18.7
Nenhuma	0.5	0.3	0.4	0.1

**d. As pessoas serão mais felizes no ano 2010?**

No que diz respeito a esta questão verificou-se que ambas a amostra algarvia de estudantes tem respostas mais pessimistas que a amostra nacional. Com efeito, uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve considera que as pessoas serão semelhantes a hoje (50.0% contra 42.7% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), mas uma percentagem claramente superior de estudantes de todo o país considera que as pessoas serão mais felizes no ano 2010 (20.3% contra apenas 8.1% dos estudantes algarvios que defendem esta posição) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.122. apresenta-se a

distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

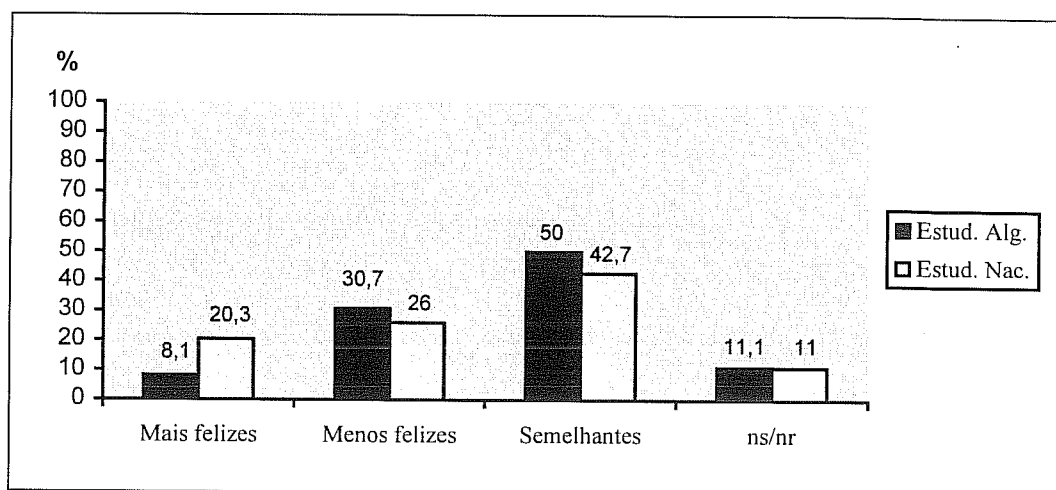


Figura 5.122. Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” (amostras dos estudantes)

Constatou-se que entre os progenitores da amostra algarvia e nacional não existem diferenças significativas: grande parte considerando que as pessoas serão semelhantes (41.7% dos progenitores nacionais e 41.2% dos progenitores da amostra algarvia) e grande parte considerando que as pessoas serão menos felizes (40.6% dos progenitores da amostra regional e 33.3% dos progenitores da amostra nacional)

#### **e. Qual a geração com uma visão mais realista do mundo? (q.46)**

Verificou-se que tanto os estudantes algarvios como aqueles da amostra nacional consideram que a geração com uma visão mais realista do mundo é aquela constituída por pessoas com idades compreendidas entre os 30-40 anos (respectivamente, 33.9% e 29.9%) e entre os 25-30 anos (respectivamente, 29.5% e 24.3%).

Constatou-se que os progenitores consideram por sua vez que é a geração dos 40 aos 50 anos (geração escolhida por 36.0% dos progenitores da amostra algarvia e por 30.0% dos progenitores da amostra nacional) e a geração dos 30 aos 40 anos (geração

escolhida por 28.6% dos progenitores da amostra algarvia e por 24.7% dos progenitores da amostra nacional). Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional, do que da amostra algarvia consideram que a geração dos 20 aos 25 anos é aquela com a visão mais realista do mundo (respectivamente, 5.9% e 2.7%) ( $p < 0.05$ ).

#### **f. Capacidade para influenciar o progresso (q.42)**

Constatou-se que a uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve, do que da amostra nacional, considera que pode influenciar o curso do progresso (respectivamente, 61.2% e 52.0%) ( $p < 0.05$ ) e que, para além disso, uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que não tem capacidades para o fazer (4.2% contra 1.0% dos estudantes da Universidade do Algarve) ( $p < 0.01$ ).

Verificou-se que grande parte dos progenitores considera que só *talvez* possa influenciar o progresso (43.7% dos progenitores da amostra algarvia e 41.3% dos progenitores da amostra nacional), mas que 38.4% dos progenitores da amostra algarvia e 36.3% dos progenitores da amostra nacional considera que o pode fazer.

#### **g. O que deseja com o progresso? (q.22)**

Verificou-se que a grande maioria dos inquiridos das quatro amostras considera que com o progresso deve procurar-se *diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos* - contudo, uma percentagem superior de estudantes algarvios defende essa posição (83.7% contra 66.0% da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ). Para além disso, verificou-se relativamente aos estudantes que uma percentagem bastante superior de jovens da amostra nacional considera que o mais importante do progresso é que *os governantes sejam capazes de manter a ordem social* (14.0% contra 4.8% dos estudantes da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ). A figura 5.123.

apresenta a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

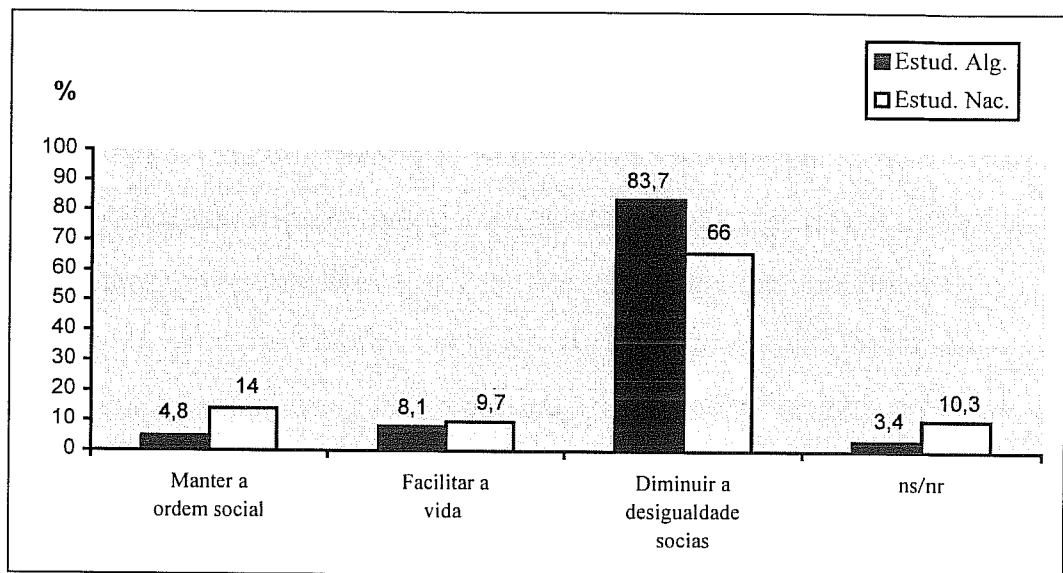


Figura 5.123. Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?” (amostras de estudantes)

#### ***h. O que deseja com o progresso do país? (q.28,q.29,q.30)***

Constatou-se que grande parte dos estudantes e dos progenitores (nacionais e regionais), defendem que, com o progresso deve-se procurar *melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, aumentar a produtividade da agricultura e desenvolver as pequenas cidades*. Contudo, há a referir algumas divergências entre as amostras.

No que diz respeito aos estudantes, verificou-se que uma percentagem maior de estudantes da Universidade do Algarve defende que se *deve melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais* (96.6% contra 85.5% dos estudantes nacionais) ( $p < 0.01$ ), mas que uma percentagem maior de estudantes da amostra nacional considera que se deve facilitar a mudança dos trabalhadores rurais para a cidade (6.6% contra 0.3% dos estudantes algarvios) ( $p < 0.01$ ).

Para além disso, verificou-se, no que diz respeito ao desenvolvimento das cidades, que uma percentagem mais elevada de estudantes da amostra nacional considera que se *deve desenvolver cada vez mais as cidades mais importantes* (13.2% contra 2.7% dos estudantes algarvios) ( $p < 0.01$ ) e que, em contrapartida, uma percentagem bastante superior de estudantes da Universidade do Algarve considera que se *deve desenvolver as cidades pequenas* (92.5% contra 75.8% dos jovens nacionais) ( $p < 0.01$ ). Constatou-se, ainda, que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que se *deve desenvolver sobretudo a indústria* (34.5% contra 26.5% dos estudantes da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ) e, que em contrapartida, uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve considera que se *deve aumentar a produtividade da agricultura* (63.6% contra 47.1% dos jovens nacionais) ( $p < 0.01$ ). Na figura 5.124. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade se deve privilegiar?”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

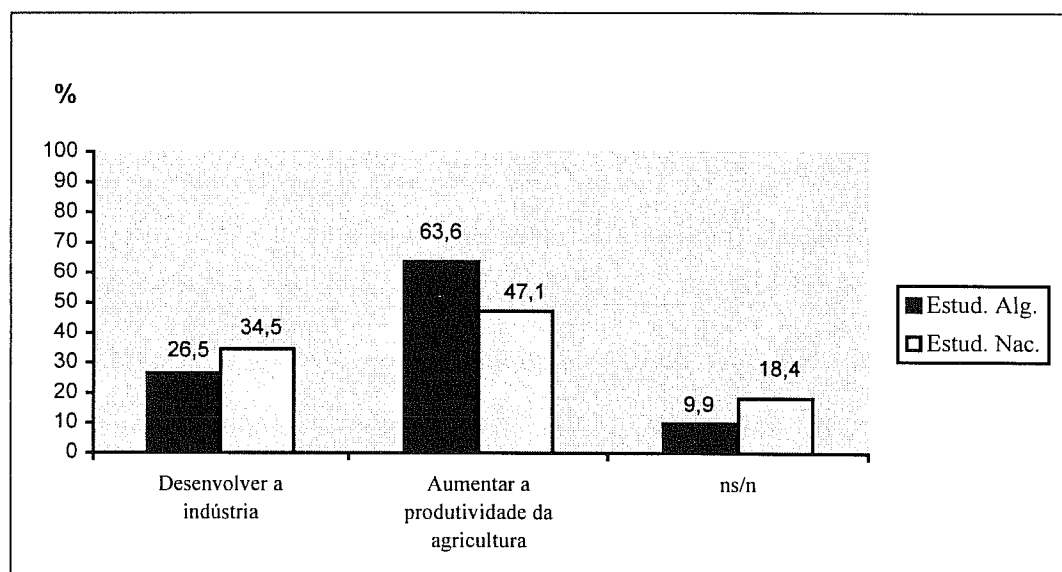


Figura 5.124. Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?” (amostras dos estudantes)

No que diz respeito aos progenitores, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores algarvios defende o aumento da produtividade da agricultura (65.4% contra 56.6% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), bem como, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais (96.3% contra 93.0% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ). Para além disso, constatou-se que uma percentagem bastante superior de progenitores da amostra nacional considera que se deve *desenvolver as pequenas cidades* (96.8% contra 84.5% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) e que, em contrapartida, uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional defende o desenvolvimento das cidades mais importantes (6.3% contra 1.1% dos progenitores da amostra algarvia) ( $p < 0.01$ ).

### ***1. Evolução bem orientada versus revolução (q.23)***

Verificou-se que uma percentagem superior de estudantes e progenitores da amostra algarvia (respectivamente, 71.4% e 76.1%) concorda com a afirmação - na amostra nacional, 57.0% dos estudantes concorda, assim como, 68.6% dos progenitores (as diferenças são significativas para os progenitores e altamente significativas no caso dos estudantes). Para além disso, constatou-se que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que a afirmação, “Não é na revolução que existe a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”, é *radicalmente errada* (7.8% contra 1.7% dos estudantes da amostra regional) ( $p < 0.01$ ); o mesmo se verificando no progenitores da amostra nacional. Com efeito, 7.2% considera-a *radicalmente errada* (contra 3.7% dos progenitores da amostra do Algarve) ( $p < 0.05$ ), como se pode observar na figura 5.125. relativa à distribuição, em percentagem da variável “Evolução bem orientada versus revolução”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes. Na figura 5.126. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

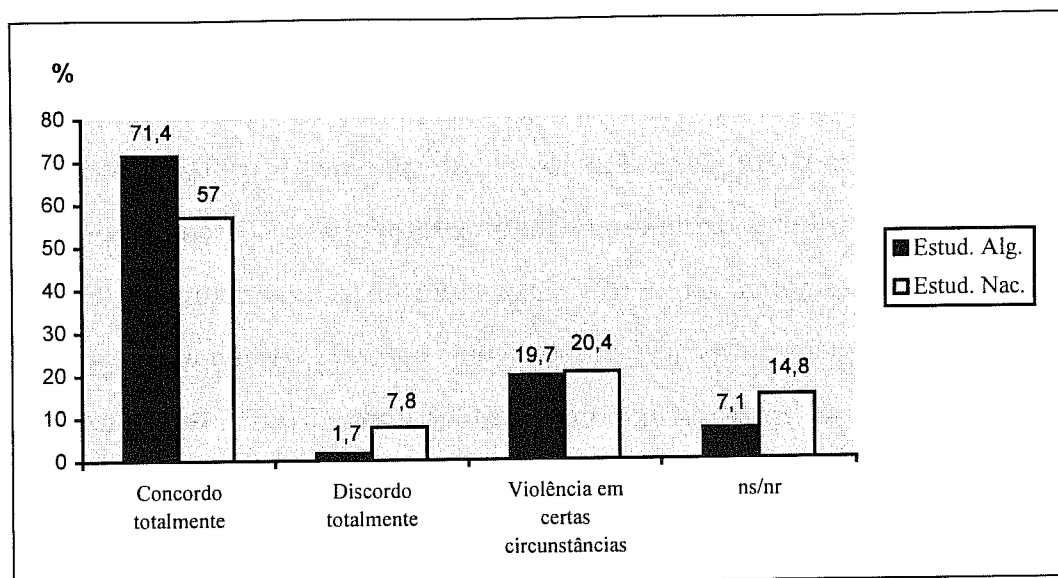


Figura 5.125. Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução” (amostras dos estudantes)

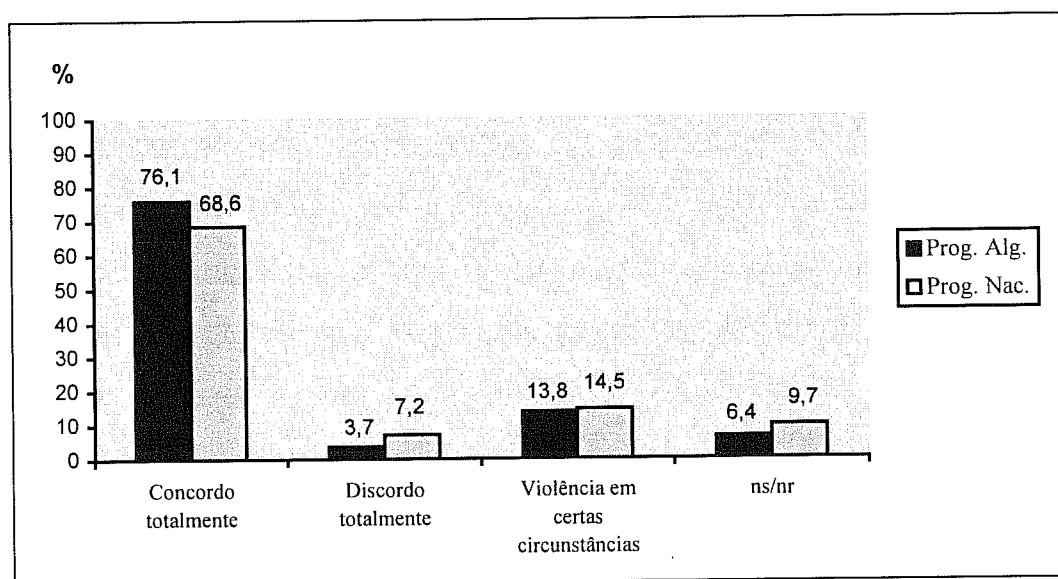


Figura 5.126. Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução” (amostras dos progenitores)

### j. Como pode ser vencida a crise de civilização?

Verificou-se, que entre os progenitores, existe uma percentagem mais elevada da amostra nacional que considera que a crise de civilização *pode ser vencida pela renovação espiritual e moral* (48.2% dos progenitores da amostra nacional e 37.2% da amostra regional) ( $p < 0.05$ ). Em contrapartida, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra algarvia considera que esta *pode ser vencida pela economia e política* (27.0% contra 17.7% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) ou então, que considera que esta *não pode ser vencida* (13.8% contra 7.9% dos progenitores nacionais) ( $p < 0.05$ ). Na figura 5.127. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”, nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

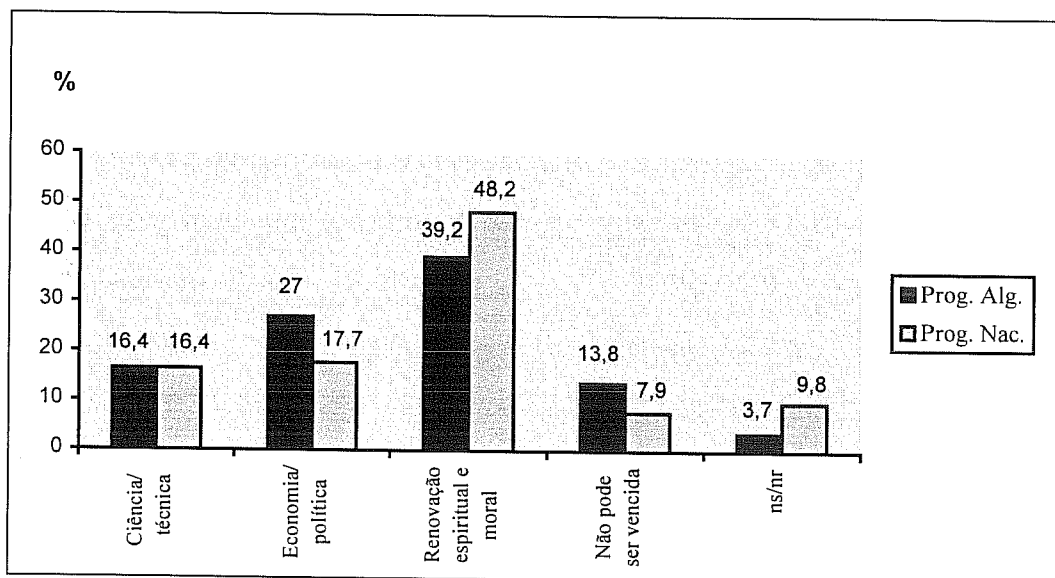


Figura 5.127. Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”(amostras dos progenitores)

Verificou-se que os estudantes mantêm a mesma posição: 46.6% dos estudantes da amostra algarvia e 45.0% dos estudantes da amostra nacional considera que a crise de civilização *pode ser vencida pela renovação espiritual e moral*.

### I. A União Europeia (q.24 e q.40)

No que diz respeito ao ideal europeu, verificou-se que este se encontra igualmente investido pelos estudantes da Universidade do Algarve e pelos estudantes do país em geral: a maior parte refere, com efeito, que *sentiria pena se Portugal abandonasse a UE* (57.9% dos estudantes da amostra algarvia e 55.1% dos estudantes da amostra nacional). Verificou-se que, do mesmo modo, grande parte dos progenitores da amostra algarvia (46.5%), bem como, grande parte dos progenitores da amostra nacional (49.2%) refere que *também sentiria pena se Portugal abandonasse a UE*.

No que diz respeito à concepção da UE a longo prazo, constatou-se que grande parte de todos os inquiridos considera que *os governos dos Estados devem ser soberanos*, muito embora, uma percentagem superior de estudantes algarvios (73.2% contra 66.3% da amostra nacional) ( $p < 0.05$ ), assim como, uma percentagem superior de progenitores da amostra algarvia (78.6% contra 68.0% dos progenitores da amostra nacional) ( $p < 0.01$ ) concorde com esta posição. Para além disso, verificou-se que uma percentagem superior de progenitores da amostra nacional considera que a UE *devia ter não só um único parlamento, mas também, um único governo* (12.4% contra 7.7% dos progenitores da amostra do Algarve) ( $p < 0.05$ ). Nas figuras 5.128 e 5.129 apresenta-se as distribuições, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes e nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

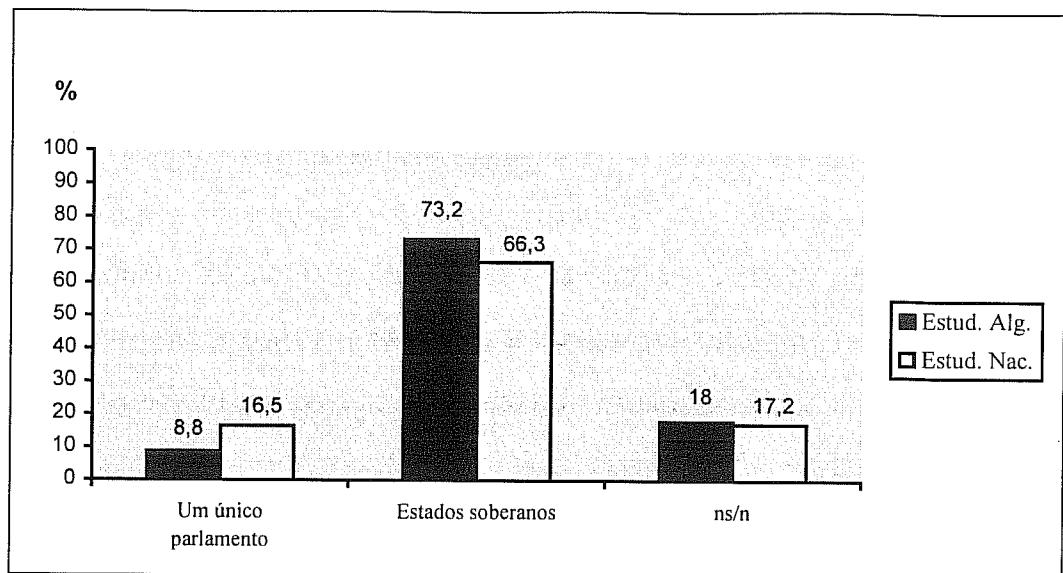


Figura 5.128. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo”(amostras dos estudantes)

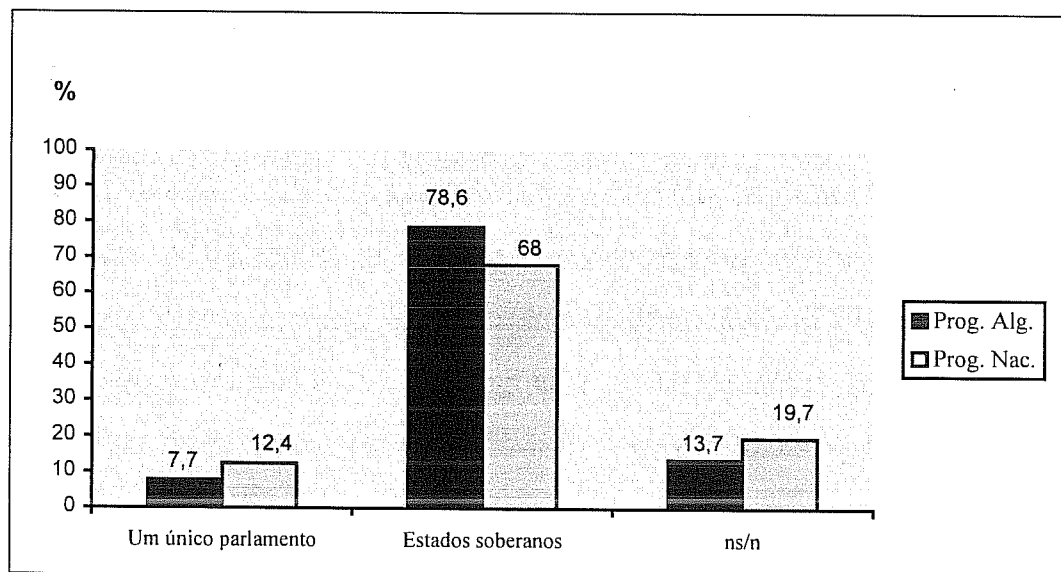


Figura 5.129. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo”(amostras dos progenitores)

## 6. Política

### a. Posição política (q.38)

As distribuições relativas à posição política são semelhantes para as amostras nacionais e regionais. Contudo, há a referir que no caso dos estudantes, se observa a existência de uma percentagem maior de estudantes nacionais (8.2%) do que da amostra algarvia (3.3%) que se situa na extrema esquerda (1-2) ( $p < 0.01$ ) e na esquerda (3-4) ( $p < 0.01$ ).

### b. Ligação a um partido político (q.39)

Verificou-se que uma percentagem de progenitores da amostra nacional, bem como, de estudantes da amostra nacional, têm uma ligação mais forte a um partido político do que os progenitores e estudantes da amostra algarvia. Com efeito, uma percentagem superior de estudantes e de progenitores da amostra nacional refere que se encontra *muito ligado* ou *bastante ligado a um partido político* (para ambas as amostras e itens,  $p < 0.01$ ). Para além disso, relativamente à amostra de estudantes, constatou-se que uma percentagem superior de estudantes da Universidade do Algarve se declara *sobretudo simpatizantes* ou *sem proximidade a nenhum partido político* (para ambos os itens  $p < 0.05$ ). Nas figuras 5.130 e 5.131 apresenta-se as distribuições, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes e nas amostras nacional e algarvia de progenitores.

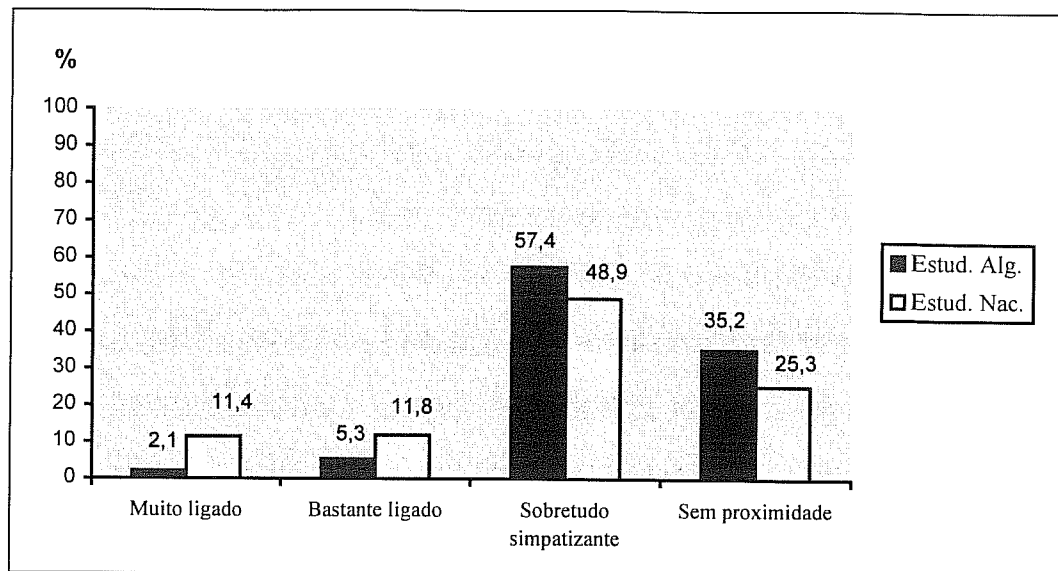


Figura 5.130. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” (amostras dos estudantes)

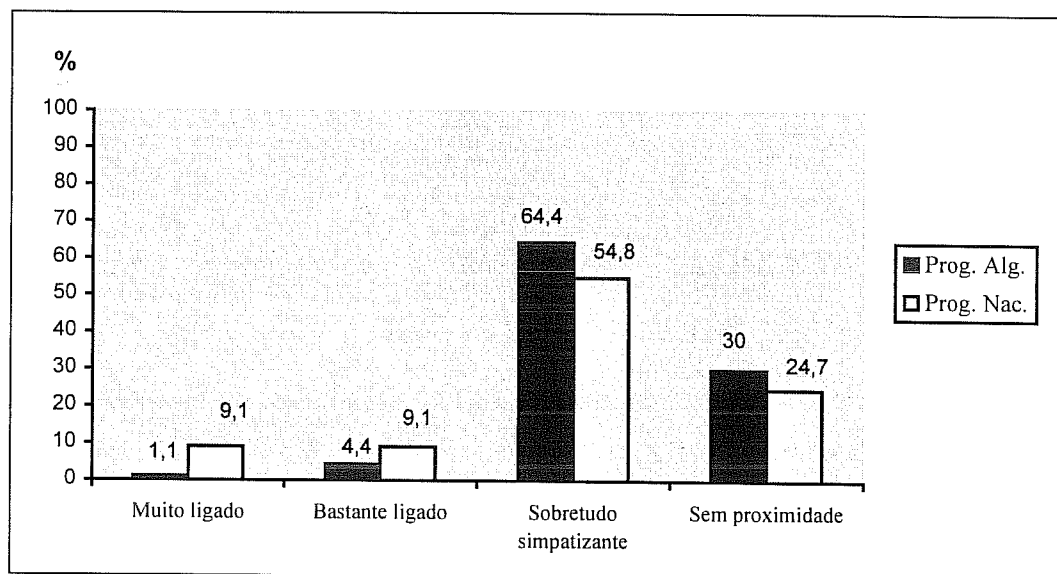


Figura 5.131. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” (amostras dos progenitores)

### c. Sistema político (q.45)

No que diz respeito a esta questão, verificou-se que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que *as nações se devem orientar para um sistema de partido único*: 15.7% dos estudantes nacionais contra 8.5% dos estudantes algarvios ( $p < 0.01$ ), muito embora a grande parte dos estudantes da Universidade do Algarve (77.9%) e da amostra nacional (73.6%) defenda um sistema político constituído por vários partidos, como se pode observar na figura 5.132. relativa à distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político”, nas amostras nacional e algarvia de estudantes.

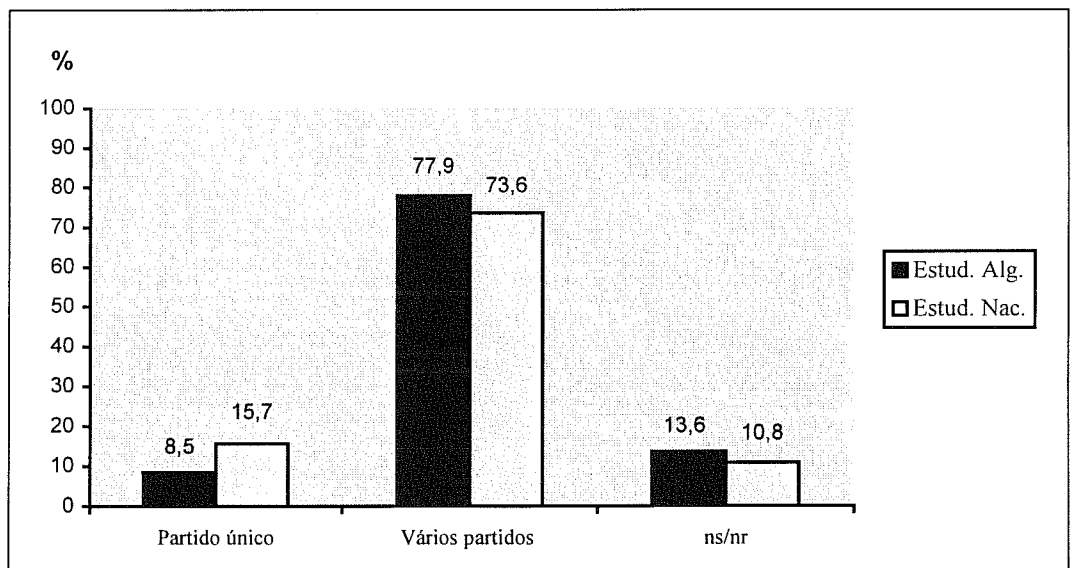


Figura 5.132. Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” (amostras dos estudantes)

Não foram encontradas diferenças significativas entre ambas as amostras de progenitores. Assim, na sua grande parte estes também defendem um sistema de vários partidos (70.7% dos progenitores da amostra nacional, bem como, 75.8% dos progenitores da amostra algarvia).

---

## CAPÍTULO 6

# DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

---

### 6. 1. OS VALORES DOS JOVENS FINALISTAS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E NOS RESPECTIVOS PROGENITORES

#### 6.1.1. Quem são estes jovens?

São jovens que fazem pouco desporto e que viajam pouco. Consideram-se pessoas religiosas, procurando na religião a satisfação de uma necessidade espiritual. Consideram a participação política um aspecto não muito importante, sendo, com efeito, sobretudo simpatizantes de um partido. Poucos pertencem a movimentos culturais, científicos, ambientais e/ou desportivos.

Têm uma actividade cultural pouco intensa, consumindo essencialmente bens culturais privados (televisão e rádio), mas lendo jornais de uma forma regular (1/2 vezes por semana) - e, essencialmente, as secções sobre política nacional, divulgação científica, política internacional e artigos de fundo/reportagens.

O meio ambiente, a ciência e tecnologia e os grandes problemas da sociedade são os aspectos do mundo que mais interesse lhes despertam. Para além disso, desejam, sobretudo, a cura das doenças graves, o fim da fome e da pobreza e o fim da guerra e dos exércitos e estão dispostos a sacrificar-se pela paz, pelos direitos do Homem, pela protecção da natureza e pela luta contra a miséria.

Em termos da sua esfera pessoal, consideram que o bem estar interior é o aspecto mais importante da sua vida, seguido da família e depois do amor, sendo a satisfação com o trabalho profissional e as relações com os amigos e colegas aspectos considerados menos importantes.

*(Neste ponto é necessário ter em consideração a natureza desta pergunta. Era pedido aos inquiridos que ordenassem por ordem decrescente de importância estes*

*cinco aspectos - logo, a resposta dada apenas nos indica que a satisfação com o trabalho profissional tem menos importância do que todos os outros aspectos, mas não nos permite concluir que este não tem nenhuma, ou, mesmo, pouca importância para os sujeitos inquiridos).*

Estes jovens encaram a família como um aspecto importante da sua vida. Apesar disso, acham que os jovens a partir dos 17/18 anos preferiam não viver com a família, mas sim com amigos da sua idade. Por outro lado, acham que a família é o melhor meio educativo até aos três anos de idade.

Consideram, fundamentalmente, que o casamento tem como fim a realização mútua entre os cônjuges, não se justificando, em caso algum, pela possibilidade de satisfação das necessidades sexuais. Encaram as relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes e nas raparigas como uma experiência útil e sem gravidade. Para além disso, consideram o planeamento familiar como uma prática lícita que se justifica pela escolha das melhores condições para procriar e educar os filhos.

Consideram que o bom entendimento entre o casal depende, essencialmente, da partilha de ideais comuns, que o divórcio se justifica face a situações de desarmonia do casal e que os conflitos entre o casal não podem, em qualquer ocasião, ser resolvidos pela força física exercida pelo marido sobre a mulher.

Como já foi referido, encaram o trabalho como fonte de satisfação das necessidades económicas, sendo a satisfação com o trabalho profissional um aspecto menos valorizado. Contudo, acham que a mulher deve trabalhar em igualdade de circunstâncias com o homem e consideram que os jovens, em geral, só têm a lucrar com a aprendizagem escolar. Desejam, para além disso, que nos próximos 10/15 anos o país atinja uma situação de pleno emprego.

Consideram que é a geração dos 30-40 anos aquela que tem uma visão mais realista do mundo, não obstante, acham-se capacitados para influenciar o progresso. Na sua opinião, a principal vantagem do progresso é possibilitar a diminuição das desigualdades sociais e a promoção de oportunidades iguais para todos. Para além disso, consideram que a crise civilizacional só pode ser vencida pela renovação espiritual e que a salvação e a justiça só se consegue com uma evolução bem orientada.

Defendem medidas preventivas (e não repressivas) para resolver os principais problemas sociais e acham que não se justifica fazer justiça pelas próprias mãos em caso algum. Simultaneamente, acham que as instituições legais e judiciais funcionam mal.

Situam-se, em termos de posicionamento político, ao centro, mas também à direita. Defendem, fundamentalmente, um sistema multipartidário e mostram-se muito empenhados relativamente ao ideal europeu; muitos deles mostram-se, no entanto, pouco informados e pouco interessados relativamente as estas questões.

### **6.1.2. Análise dos valores sociais defendidos por estes jovens**

É interessante verificar como numa altura em que persiste a ideia vulgarizada de que a instituição familiar se encontra ultrapassada (Félix, 1994), a família assume um lugar preponderante na vida destes jovens, sendo o segundo aspecto que consideram mais importante (acima deste só o bem estar interior).

Segundo Fernandes (1994) as avaliações contraditórias que se fazem acerca da família e da sua importância resultam de dois pontos de vista distintos. Por um lado, existe toda uma série de indicadores estatísticos que apontam no sentido do esboroamento da família - os casamentos fazem-se mais tarde, o número de divórcios encontra-se a aumentar, o número de filhos por casal a diminuir, etc. Por outro lado, inúmeros inquéritos têm revelado que a família continua a ter uma posição central em termos de valores e representações sociais. Este autor explica esta contradição referindo que a par de todas as mudanças que estão a ocorrer nas sociedades ocidentais actuais, também a instituição familiar se encontra a sofrer mudanças estruturais. Para além disso, a família já não é entendida da mesma forma que pelas gerações anteriores, continuando a ocupar, no entanto, um lugar importante no sistema de valores dos indivíduos.

Como é, então, entendida a família pelos jovens universitários do Algarve?

Como já foi referido, a família constitui um aspecto fundamental na vida destes jovens. Numa época marcada pelas dificuldades de obtenção de habitação e de

inserção no mercado de trabalho (sendo esta particularmente acentuada na região do Algarve, de acordo com o semanário expresso de 28-6-1997), pela precarização das relações sociais - marcadas pela competitividade, pelo distanciamento, pela instrumentalização, não é de todo inesperado que, também nestes jovens, se observe o “retorno” à família.

Almeida (1986), tendo em conta os resultados obtidos no inquérito “Valores e atitudes nos jovens”, considera que a família assume grande importância para os jovens, que a encaram fundamentalmente como um espaço de segurança afectiva. Do mesmo modo, os resultados obtidos no inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas, aspirações”, indicam que a família é encarada pelos jovens do 15 aos 29 anos como fonte de sustento, assim como, espaço de partilha, de proximidade e de entre-ajuda (Ferreira, 1993).

No presente inquérito não existe informação directa que nos permita descobrir que aspectos estão na base de tamanha valorização da família, nem tão pouco se os jovens se estão a referir à família de origem ou, pelo contrário, à família de orientação. Contudo, alguns dados podem fornecer pistas importantes. Por um lado, sabemos que para uma grande parte destes jovens, a família é a primeira fonte de sustento e que grande parte ainda vive com os pais (estes são, fundamentalmente, os jovens naturais do Algarve). Na sua maior parte, estes acham, no entanto, que a partir dos 17/18 anos os jovens prefeririam viver com outros jovens ou sós. Estes dados permitem concluir que a dependência económica é um factor importante de valorização da família. Contudo, não nos dizem nada sobre o nível de satisfação com a vida familiar e sobre o tipo de apoio que aí procuram. Para além disso, como é que estes jovens concebem a família?

A família é entendida por estes jovens como uma espaço de realização pessoal, que promove o crescimento, a autonomia, o bem estar interior. Nela, homem e mulher são iguais nos seus papéis e nas suas funções, constituindo a partilha de ideais um factor importante de bom entendimento entre o casal. A grande finalidade do casamento é promover a realização entre o cônjuges, logo, este pode ser dissolvido

quando deixar de cumprir essa finalidade, nomeadamente, quando a desarmonia entre o casal não proporcionar mais o bem estar interior.

Encontram-se patentes, entre estes jovens, os novos valores da família. O casamento surge dissociado da procriação e educação dos filhos e já não coincide com o início do relacionamento sexual. Com efeito, a grande maioria considera o planeamento familiar um meio lícito de controlo da natalidade de acordo com as condições ou disponibilidade do casal e considera que 2/3 é o número ideal de filhos. Para além disso, as relações sexuais pré-matrimoniais são amplamente aceites entre os jovens: a grande maioria encara-as como úteis ou sem gravidade, isto quer para o caso das raparigas, quer para o caso dos rapazes.

Enquanto espaço de realização pessoal, de auxílio mútuo e de partilha de ideais, homem e mulher surgem com direitos e deveres semelhantes. O homem não pode servir-se da sua superioridade física para bater na mulher quando há conflitos que urgem ser resolvidos; a mulher tem o direito de trabalhar durante toda a vida tal como o homem.

Neste ponto é interessante relembrar as reflexões de Machado Pais (1985) sobre a “dupla carreira” da mulher. De acordo com este autor, ainda que a nível dos valores seja amplamente aceite a igualdade a nível da distribuição de papeis, das expectativas e do relacionamento entre homem e mulher, estes aspectos não é muito marcado nas práticas sociais. Com efeito, são as mulheres que continuam a realizar grande parte das tarefas domésticas a par do seu trabalho profissional, o que lhes poderá trazer inúmeras dificuldades, nomeadamente, em termos da sua progressão na carreira profissional.

No presente estudo não há informação que permita observar (ou não) esta discrepância entre valores e práticas. Contudo, um dado interessante diz respeito à percentagem de rapazes e de raparigas que considera que as crianças devem ficar até mais tarde com a família: mais raparigas concordam com a frequência do ensino pré-escolar em crianças com um ano de idade, mas mais rapazes do que raparigas acham que a criança deve ficar em casa com a família até chegar a idade de ir para a primária (portanto, aos 5/6 anos de idade) e que é benéfico a frequência do jardim de infância a partir dos três anos de idade. A diferença observada nos rapazes e raparigas em relação

às opções escolares das crianças pequenas pode ser fruto do desejo das raparigas em prosseguirem uma carreira profissional em igualdade de circunstâncias com os rapazes e daí o seu desejo de colocar as crianças no jardim infantil desde muito cedo, como forma de não dificultar o seu re-ingresso na vida activa e a sua carreira profissional. Este aspecto é confirmado com a posição que rapazes e raparigas defendem relativamente ao trabalho feminino. Com efeito, há mais raparigas do que rapazes a defenderem que a mulher deve ter um emprego durante toda a vida tal como o homem e, para além disso, há mais rapazes a defenderem que a mulher casada só deve empregar-se se arranjar um trabalho cujo horário seja compatível com o horário familiar.

Apesar das diferenças entre rapazes e raparigas no que diz respeito ao trabalho feminino, verifica-se que este é extremamente valorizado por estes jovens em geral. Com efeito, a maior parte dos jovens acha que a mulher deve ter um emprego durante toda a vida tal como o homem.

Almeida (1985) considera que o trabalho feminino nem sempre pode ser visto como reflectindo valores de emancipação da mulher, pelo simples facto de este ser entendido como um trabalho secundário, que surge como forma de equilibrar o orçamento familiar. Refere-se, no entanto, a indivíduos pertencendo, fundamentalmente, a níveis sócio-económicos baixos. Contudo, com os dados do presente estudo, não há forma de saber se esta valorização do trabalho feminino oculta valores de emancipação das mulheres, se preocupações económicas e financeiras.

Este demonstra, no entanto, que estes jovens consideram que as pessoas só trabalham para satisfazer necessidades económicas e que a satisfação com o trabalho profissional é um aspecto pouco valorizado (foi, com efeito, aquele menos valorizado). Estaremos na presença de valores materialistas, que se encontram geralmente associados, segundo Ferreira de Almeida (1990), à valorização dos aspectos extrínsecos do trabalho ou na presença de valores pós-materialistas associados à superação da ética protestante do trabalho (Correia Jesuíno, 1993) e em que o trabalho e o lazer são encarados em continuidade - o primeiro sendo importante por possibilitar

oportunidades de lazer e de melhoria da qualidade de vida (Garelli, 1984 citado em Ferreira, 1993)?

Os dados obtidos no presente estudo não permitem tirar conclusões precisas a este nível. Contudo, é necessário ter em consideração que a satisfação com o trabalho profissional foi escolhido em último lugar por 46.0% dos estudantes e que, para além disso, 43.1% dos estudantes consideraram o pleno emprego como o principal objectivo a atingir nos próximos 10/15 anos - tendo sido, este objectivo, considerado mais importante do que, nomeadamente, aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo ou que manter a liberdade de expressão.

Que significado poderão ter estes dados em estudantes universitários? Se a realização profissional não é importante, então porquê prolongar os estudos? Procurarão nos estudos a esperança exclusiva de ascenderem socialmente ou de adquirirem trabalhos bem remunerados, ou procurarão nos estudos uma forma de aumentar os seus conhecimentos, a sua cultura e de crescer interiormente?

Uma maioria destes estudantes considera, com efeito, *que os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar*. Mas, o que é que têm a lucrar? O crescimento individual que o prolongamento dos estudos pode proporcionar ou, simplesmente, a possibilidade de ascender socialmente?

Não esqueçamos que a grande maioria destes jovens provém de níveis sócio-culturais baixos (com efeito, a grande maior parte dos seus progenitores - 78.6% - não tem mais do que o ensino primário, completo ou incompleto), daí que o prolongamento dos estudos tenha sempre um significado de ascensão social ou sócio-cultural.

Apesar de acharem que as pessoas trabalham para assegurar a satisfação das suas necessidades económicas e da satisfação com o trabalho profissional ser um aspecto menos valorizado, não existe informação que indique que estes jovens não gostariam de ter empregos caracterizados por um bom ambiente de trabalho entre os colegas, que promovessem o seu crescimento pessoal, a sua autonomia na tomada de decisões relativas ao seu trabalho, a responsabilização e participação na planificação do seu trabalho, etc. Para além disso, ficamos sem saber que necessidades económicas gostariam os jovens de ver satisfeitas - se necessidades de segurança material e de

prestígio e de ascensão social ou, se necessidades de realização pessoal, nomeadamente, através do lazer.

É indiscutível, no entanto, que estes jovens defendem fundamentalmente uma concepção de trabalho-instrumento, mas também, um terço dos estudantes, de trabalho-realização. Contudo, como refere Ferreira de Almeida (1990), a concepção de trabalho-instrumento tem duas vertentes - trabalho enquanto meio de sucesso, encarado como uma forma de enriquecer e de ascender socialmente, e trabalho enquanto instrumento de consumo, encarado como uma forma de aumentar a qualidade de vida e a realização pessoal na esfera privada. Fica-se, pois, na dúvida sobre qual das duas vertentes é valorizada por estes jovens.

Em termos de valores sócio-políticos, podemos dizer que o aspecto mais saliente é o pouco interesse que demonstram por questões políticas e a pouca participação política que manifestam. Assim, muito embora a grande parte dos jovens leia jornais de uma forma algo regular (sobretudo, os rapazes) e procure as secções sobre política nacional, divulgação científica e política internacional, estes são, na sua maior parte, apenas simpatizantes de algum partido político, poucos pertencem a movimentos culturais, desportivos, ambientais e/ou científicos e a política nacional e internacional estão entre aqueles aspectos da vida que menos interesse lhes suscitam. Nas questões relacionadas com a política, nomeadamente, com a UE, existe uma elevação de respostas não sabe/não responde, revelando uma posição neutra, passiva e desinteressada.

Resultados semelhantes foram já obtidos noutros inquéritos realizados na década de 80, indicando o mesmo desinteresse por questões políticas e a mesma desmotivação para recolher informação nesta área. Contudo, segundo Braga da Cruz (1985), esta passividade política e esta falta de participação política não é um fenómeno da juventude, mas sim um fenómeno global que tem que ver com uma tradição política em Portugal de não-participação e com o nível de desenvolvimento político, que não permitiu ainda criar entre os portugueses uma determinada cultura política caracterizada pela participação, mobilização, informação, etc.

É interessante observar que a par deste desinteresse e desta passividade política, os jovens consideram que podem fazer algo para influenciar o progresso. Contudo, apesar de se acharem com capacidades para influenciar o progresso, poucos consideram que aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo seja dos principais objectivos a atingir nos próximos 10/15 anos (20% dos estudantes escolheu esta opção em 2º lugar e, apenas, 13.5% em primeiro).

Estes jovens consideram que as pessoas serão tão felizes no ano 2010 como o são presentemente. Para além disso, acreditam que a sociedade se pode transformar de uma forma progressiva, não sendo necessário haver revoluções para se vencer a crise civilizacional que se faz sentir. Estes jovens acham, com efeito, que a crise pode ser ultrapassada com uma evolução bem orientada e através da renovação espiritual - e não através da economia e da política ou da ciência e da técnica, isto apesar de serem estudantes universitários e da ciência e da técnica serem dois aspectos claramente valorizados por estes jovens.

Com efeito, a ciência e a técnica constituem o segundo aspecto que mais interesse lhes desperta (depois do meio ambiente) e é um dos assuntos acerca dos quais se procuram manter mais informados através da leitura de artigos de divulgação científica. (Em contrapartida, a secção sobre economia é aquela menos escolhida - abaixo desta, apenas, a secção sobre contos). Assim, apesar de considerarem o desenvolvimento tecnológico e a ciência como dois aspectos muito importantes, não os encaram como meios para resolver a crise civilizacional ou para promover o desenvolvimento e influenciar o progresso.

Na sua perspectiva, o progresso passa por aumentar a produtividade da agricultura e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, por promover o desenvolvimento das cidades pequenas, por assegurar o pleno emprego e por criar as mesmas oportunidades para todos como forma de diminuir as desigualdades sociais.

Estes jovens apresentam poucos valores de modernidade, tais como, a promoção da iniciativa privada e o desejo de menor intervenção do estado, pelo menos, no que diz respeito a questões sociais - nada nos indica qual a sua posição relativamente ao sector da economia. Com efeito, poucos são os jovens que consideram que o progresso

deva facilitar a vida aos mais capazes e com espírito de iniciativa. Apesar de tudo, mantêm uma posição crítica em relação a algumas instituições sociais, não se revelando conformistas ou submissos. Assim, acham que a polícia e o sistema prisional funcionam mal. Para além disso, consideram que as medidas preventivas são as mais adequadas para lidar com problemas sociais, com excepção para a criminalidade (45.3% defendendo a implementação de uma atitude repressiva) e para o alcoolismo (46.7% defendendo uma atitude terapêutica).

### 6.1.3. Materialistas ou pós-materialistas?

Estes jovens rejeitam claramente alguns valores materialistas, tais como *combater a alta dos preços e manter a ordem social*, mas por outro lado, consideram que o objectivo mais importante a atingir num futuro próximo é *garantir o pleno emprego*. Para além disso, dão grande importância a alguns valores pós-materialistas, tal como, *manter a liberdade de expressão* - considerado como o segundo objectivo mais importante a atingir num futuro próximo, mas são, no entanto, pouco consensuais no que diz respeito ao *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo* (opção escolhida pela mesma percentagem de estudantes, simultaneamente, em último, segundo e terceiro lugares).

São sobretudo simpatizantes de partidos políticos, pertencem a poucos movimentos sociais, mas apesar de tudo acham que um objectivo importante a alcançar é garantir a liberdade de expressão. A política nacional e internacional encontram-se entre os aspectos que menos interesse lhes despertam, mas contudo, as secções do jornal sobre política nacional e internacional estão entre as mais lidas.

Manifestam claramente algumas preocupações pós-materialistas. O ambiente surge, com efeito, como o aspecto com mais interesse para os jovens - pelo qual estão dispostos a sacrificar-se. Contudo a par da valorização do ambiente estes jovens dão também grande importância à ciência e à tecnologia. Como refere Vala (1993) muito provavelmente a discussão sobre as consequências que o desenvolvimento tecnológico pode provocar na natureza ainda não surgem em toda a sua amplitude nos meios de

comunicação social, daí que estas dois aspectos não sejam ainda considerados incompatíveis.

Parecem, pois, coexistir nestes jovens valores materialistas e pós-materialistas. Em comparação com a amostra nacional, verificamos, no entanto, que os estudantes da Universidade do Algarve investem menos valores pós-materialistas.

De facto, muito embora o *pleno emprego* - uma preocupação materialista, seja considerado como o principal objectivo a ser atingido num futuro próximo por uma grande parte dos estudantes da Universidade do Algarve, assim como, pelos estudantes das restantes universidades, verifica-se que este constitui o principal objectivo para 43.1% dos estudantes da amostra algarvia e o segundo para 30.6%, enquanto que, não só constitui a principal preocupação para apenas 25.2% dos estudantes da amostra nacional, como também, surge a par de outras preocupação pós-materialistas. Com efeito, 22.7% dos estudantes da amostra nacional escolhe *garantir a liberdade de expressão* em primeiro lugar e 20.7% escolhe *aumentar a participação dos cidadãos nas decisões dos governos* também em primeiro lugar. Para além disso, se 23.1% dos estudantes da amostra nacional escolheu o *pleno emprego* em segundo lugar, também houve 21.7% destes mesmos estudantes que escolheu a opção *garantir a liberdade de expressão* em segundo lugar. A acrescentar que as opções *manter a ordem no país e combater a alta dos preços* - opções materialistas, são claramente menos investidas pelos estudantes da amostra nacional do que pelos estudantes da Universidade do Algarve.

Há ainda a referir que, para além dos estudantes algarvios investirem menos valores pós-materialistas do que os estudantes da amostra nacional, verifica-se que os estudantes nacionais se mostram mais participativos em termos políticos (uma percentagem superior de estudantes nacionais refere estar *muito ligado* ou *bastante ligado* a um partido político) e revelam um maior interesse por questões políticas, lendo jornais não desportivos com uma maior frequência que os estudantes da Universidade do Algarve e interessando-se mais do que os estudantes da amostra algarvia pela política nacional e internacional.

Por outro lado, há a referir que os jovens estudantes da Universidade do Algarve demonstram um maior interesse por questões relacionadas com o meio ambiente, a natureza e a ecologia, muito embora, pertencem menos a movimentos ambientais.

Assim, pode-se dizer que os estudantes - nacionais ou regionais, se encontram, de uma maneira geral, numa fase de transição entre valores materialistas para valores pós-materialistas. Mas que, no entanto, os valores pós-materialistas se encontram mais investidos pelos jovens da amostra nacional.

#### **6.1.4. Quem são os progenitores?**

São, tal como os filhos, pessoas religiosas, na sua maior parte católicas. Procuram na religião a satisfação de uma necessidade espiritual, mas também, sobretudo as mães, uma forma de amar e servir a Deus.

São pessoas provenientes de níveis sócio-culturais baixos, apresentando um baixo nível de instrução (têm sobretudo o ensino primário, completo ou incompleto). Viajam pouco e os meios culturais de eleição são a rádio e a televisão. Para além disso, raramente lêem jornais, sobretudo as mulheres. Aquilo que lêem diz respeito principalmente à vida nacional e internacional, a artigos de fundo e reportagens. Lêem também as secções dos jornais relativas a curiosidades e crimes e notícias sensacionalistas. Poucos fazem parte de movimentos sociais.

Valorizam, tal como os filhos, os problemas da sociedade e o ambiente. Para além destes, valorizam também a política nacional, os problemas decorrentes do subdesenvolvimento e a ciência e a tecnologia. Tal como os filhos, também desejam a cura das doenças graves, o fim da fome e da pobreza, o fim das guerras e dos exércitos e acham que vale a pena fazer sacrifícios pela paz, pela miséria, pela natureza e pelos direitos do Homem. Em termos pessoais, consideram a família como o aspecto mais importante da sua vida, assim como, o bem estar interior.

Acham que a realização dos cônjuges é a principal finalidade do casamento, mas também atribuem grande importância a aspectos como o auxílio mútuo entre os cônjuges e à procriação e educação dos filhos. Consideram que o bom entendimento

do casal depende essencialmente de possuírem os mesmos gostos e feitios e que, em caso de desarmonia, é lícito recorrerem ao divórcio. Têm relativamente ao planeamento familiar a mesma posição que os filhos, considerando-o como uma prática lícita que se justifica pela escolha das melhores condições para procriar e educar os filhos. Consideram que 2/3 é o número ideal de filhos.

Defendem, no que diz respeito às relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes e nas raparigas, uma posição claramente discriminatória. Assim, consideram que no caso dos rapazes as relações sexuais pré-matrimoniais não são graves, mas que no caso das raparigas estas são perigosas e repreensíveis. Apesar dessa posição discriminatória em relação aos rapazes e às raparigas, consideram que os conflitos entre o casal não devem ser resolvidos com recurso à força física e que a mulher deve ter um emprego tal como o homem, se bem que a compatibilidade entre o horário de trabalho e familiar seja um aspecto considerado importante por muitos progenitores.

O trabalho é considerado, ao contrário dos filhos, como fonte de realização pessoal. A aprendizagem escolar é considerada extremamente importante. O pleno emprego é encarado como um dos grandes objectivos a atingir pelo país dentre de 10/15 anos, assim como, a manutenção da ordem no país.

Estes progenitores acham que a crise deve ser resolvida pela renovação espiritual, mas também, pela economia e pela política e que, em caso algum, se justifica a revolução como forma de justiça e salvação. Acham que são as pessoas com 40-50 anos que têm a visão mais realista do mundo, mas não acreditam, no entanto, que possam influenciar o progresso e, para além disso, acham que as pessoas serão menos felizes, ou semelhantes, num futuro próximo. Encaram o progresso, tal como os filhos, como algo vantajoso, pois poderá fazer diminuir as desigualdades sociais.

Defendem, do mesmo modo que os estudantes, posições moderadas relativamente aos grandes problemas da sociedade, considerando que as medidas preventivas são aquelas mais adequadas para os resolver e que não se deve fazer justiça pelas próprias mãos. Mostram-se, no entanto, mais resignados e conformistas do que estes no que diz respeito aos sistemas policial e prisional - muitos considerando que estes fazem o melhor que podem e que são o que lhes vale.

Em termos de posicionamento político situam-se sobretudo ao centro, mas também defendem posições à esquerda. Apesar de serem a favor do ideal europeu, mostram-se, no entanto, mais cépticos e receosos do que os filhos.

### **6.1.5. Continuidade intergeracional ou conflito de gerações?**

Verificamos que a nível das práticas sociais há algumas diferenças entre os progenitores e os estudantes, muito embora não tantas quanto seria de esperar tendo em conta a grande discontinuidade que existe entre a geração dos progenitores e dos filhos em termos de nível de instrução - os primeiros tendo na sua maior parte o ensino primário completo e os segundo encontrando-se a frequentar o ensino superior.

Assim, verificamos que os filhos viajam mais do que os pais, muito embora, ambas as gerações viajem pouco e pertençam a poucos movimentos sociais. Para além disso, no que diz respeito a actividades culturais desenvolvidas, confirma-se a ideia veiculada no estudo do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1993), de acordo com a qual, os portugueses fazem pouco uso de material cultural de utilização colectiva, nomeadamente, de cinemas. Com efeito, este estudo indica que, entre 1986 e 1989, houve um decréscimo de 58.3% no número de espectadores. Para além disso, indica que há um predomínio de actividades culturais desenvolvidas dentro de casa, o qual está relacionado com a acessibilidade a uma maior número de programas televisivos. Este cenário é, com efeito, muito semelhante nas duas gerações. Assim, verificamos que as duas gerações consomem essencialmente bens culturais privados, tal como TV e rádio, lêem pouco e vão pouco a conferências e ao teatro. As grandes discrepâncias encontradas são ao nível do cinema e do desporto - duas actividades fundamentalmente desenvolvidas pelos estudantes e o desporto fundamentalmente pelos rapazes.

É ao nível da recolha de informação que existe um maior discontinuidade entre as duas gerações. Com efeito, os estudantes lêem mais jornais não desportivos do que os seus progenitores, grande parte dos quais raramente o faz (e entre estes, sobretudo, as mulheres).

No que diz respeito aos valores sociais, verificamos que os jovens defendem, de uma maneira geral, mais valores pessoais e que, em contrapartida, os progenitores defendem mais valores relacionais. Esta diferença poderá ser o reflexo da existência de diferentes necessidades e exigências específicas a cada fase do ciclo de vida. Os jovens estariam mais activos na consolidação dos seus processos psicológicos (Blos, 1962/1985), mais virados para a experimentação das suas novas capacidades no mundo dos adultos, e logo, mais virados para si próprios; os progenitores valorizando sobretudo a família, numa altura em que os filhos estão a sair de casa, ou já saíram, em que têm que encontrar novos equilíbrios familiares e novas formas de relacionamento e de intimidade com os filhos e mesmo entre o próprio casal. É assim que, para grande parte dos progenitores a família constitui o aspecto da sua vida mais importante (mas também o bem estar interior) enquanto que para os filhos o bem estar interior é aquele aspecto considerado mais importante.

No que diz respeito ao trabalho, verificamos que ambas as gerações encaram a satisfação com o trabalho profissional como um aspecto menos importante, muito embora, lhe atribuam um significado distinto. Os progenitores acham que o trabalho é um factor importante de realização pessoal; os filhos encaram-no como um instrumento que lhes permite satisfazer as suas necessidades económicas. Contudo, apesar de fonte de realização pessoal, muitos dos progenitores acham que as mulheres só devem trabalhar se tiverem horários compatíveis com a sua vida familiar.

Ao atribuírem maior importância do que os filhos à compatibilidade entre o horário de trabalho e familiar e, também, à procriação e educação dos filhos enquanto finalidade do casamento, assim como, ao defenderem, mais do que os filhos, que as crianças devem ficar em casa até mais tarde e ingressar no sistema de ensino com uma idade mais avançada, os progenitores estão a defender uma distribuição de papéis familiares diferente da dos jovens estudantes.

Assim, ainda que ambas as gerações defendam valores semelhantes no que diz respeito ao planeamento familiar, ao número desejado de filhos e ao divórcio (se bem que haja uma percentagem maior de progenitores que se revelou contra este independentemente das razões apresentadas), nota-se alguma discontinuidade no que

diz respeito aos papéis familiares. Os filhos encaram a família como um espaço fundamental para a sua realização pessoal, que permita atingir o bem estar interior. Os progenitores, muito embora, considerem, do mesmo modo, que a principal finalidade do casamento é a realização pessoal entre os cônjuges, também valorizam outros aspectos instrumentais - tais como, a entre-ajuda e a educação e procriação dos filhos. Esta valorização dos aspectos instrumentais da família não é tão clara entre os jovens.

Um outro aspecto onde existem divergências claras diz respeito ao início do relacionamento sexual, que deve coincidir, segundo a perspectiva dos progenitores, com o início do casamento. Estes defendem, para além disso, relativamente às relações sexuais pré-matrimoniais, uma posição mais crítica e também mais discriminatória do que os filhos, mostrando-se os filhos mais favoráveis quer no que diz respeito às relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes, como nas raparigas.

Esta divergência, encontrada a nível da concepção da família e do trabalho, já não é tão marcada no que diz respeito a outras áreas da vida social. Assim, verifica-se alguma continuidade a nível dos valores religiosos. Ambas as gerações consideram-se religiosas, se bem que haja a assinalar uma maior percentagem de indivíduos que se consideram ateus entre a geração dos estudantes. Para além disso, ambas as gerações acham que se procura na religião a satisfação de uma necessidade espiritual, muito embora, as mães procurem na religião uma forma de amar e servir a Deus. É interessante verificar que a grande discontinuidade a este nível não tem que ver com a variável geracional, mas sim, com a variável sexo. Assim, em termos de padrões, os pais aproximam-se dos filhos e as mães das filhas. São os rapazes aqueles que se consideram menos religiosos, seguidos dos pais, das raparigas e, por último, das mães - no qual existe uma maior percentagem de pessoas que se consideram religiosas. Para além disso, é entre os rapazes que se registam maior número de ateus, depois nos pais, seguidos pelas filhas e por último pelas mães (este grupo regista uma percentagem quase negligenciável de ateus).

Relativamente aos valores económico-políticos, verifica-se também uma grande continuidade entre pais e filhos, quando era esperado encontrar-se maiores divergências, dada as diferentes condições de vida e os diferentes níveis educacionais.

Os progenitores foram testemunhas directos da grande mudança na ordem económica e política que ocorreu no período do 25 de Abril, tendo assistido e vivido um ambiente de grande agitação e envolvimento político. Antes desse período, viveram numa época marcada por um regime político ditatorial e pelo grande isolamento económico, político e social relativamente aos outros países, nomeadamente da Europa. Os filhos cresceram, por seu turno, numa época pós 25 de Abril, caracterizada pelo crescimento económico e pela grande abertura ao exterior não só em termos económicos como também em termos de influências sociais e culturais, que proporcionou a emergência de novos valores económicos, sociais e políticos.

É extremamente interessante, no entanto, verificar que apesar de possuírem experiências e condições de vida distintas, ambas as gerações têm a mesma posição passiva e pouco participativa na sociedade civil - facto que corrobora a ideia de Braga de Cruz (1985) segundo a qual, a passividade política não é um fenómeno caro aos jovens, mas tem antes que ver com uma certa tradição política e uma determinada cultura política em Portugal. Ou talvez, tenha que ver, como refere Ferreira (1993) com um determinado clima mais global, típico das sociedades ocidentalizadas, onde imperam valores mais individualistas que são incompatíveis com preocupações políticas - as quais, por definição, dizem respeito a aspectos colectivos da sociedade.

Um outro dado interessante, na análise comparativa das duas gerações, diz respeito ao posicionamento político. Ambas as gerações colocam-se ao centro. Contudo, tendencialmente, os filhos optam mais por um posicionamento à direita e os pais por um posicionamento à esquerda. Este padrão político foi, também, encontrado nos filhos e nos progenitores da amostra nacional e, parece indicar que os filhos são mais conservadores, em termos políticos, do que os progenitores.

Apesar dos progenitores pertencerem à geração revolucionária (em média, tinham 30 anos quando se deu o 25 de Abril), estes defendem, tal como os filhos, um modelo de transformação gradual da sociedade, e não um modelo revolucionário. Consideram assim que a crise civilizacional pode ser resolvida pela renovação espiritual e, também, pela economia e política. (A economia e política assumem uma maior importância

para os progenitores do que para os estudantes - isto apesar destes irem ocupar, num futuro próximo, lugares técnicos, e de responsabilidade e, mesmo, de decisão política!).

Para além disso, assumem ao contrário dos filhos, uma posição de maior submissão às instituições policial e prisional, referindo mais do que os filhos que estas fazem o melhor que podem e que são o que lhes vale, enquanto que os filhos mais consensualmente adoptam uma posição crítica em relação a estas instituições, referindo mais claramente que estas funcionam mal.

No que diz respeito à classificação proposta por Inglehart, verifica-se a existência de uma clara discontinuidade - os progenitores defendendo claramente valores materialistas e os estudantes encontrando-se numa fase de transição entre os valores materialistas e pós-materialistas (como já foi referido).

De facto, os progenitores consideram que os principais objectivos a atingir num futuro próximo são o *pleno emprego*, seguido da manutenção de *ordem do país* (que constitui também uma das vantagens do progresso) e do *combate à alta dos preços*. A *liberdade de expressão* e o *aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo* constituem dois objectivos claramente pouco valorizados por estes.

A desvalorização de aspectos como liberdade de expressão e participação nas decisões políticas encontra-se claramente reflectida nas suas práticas. Assim, são sobretudo simpatizantes de um partido - colocando-se, como tal, numa posição passiva e pouco interventora relativamente às questões políticas - e poucos pertencem a movimentos sociais. Para além disso, apesar de demonstrarem algum interesse por questões políticas (lendo sobretudo as secções sobre a vida nacional e internacional), não procuram obter muita informação sobre estes aspectos uma vez que raramente lêem jornais.

Esta discrepância era já de esperar. Os progenitores provêm de níveis sócio-económicos baixos e têm um nível de instrução e cultural baixo. Os filhos vivem em melhores condições económicas que os pais e, para além disso, têm mais acesso à informação, resultado não só da sua própria escolarização, como também, do fenómeno de globalização das telecomunicações que se tem feito sentir nos últimos anos.

Assim, ao compararmos os valores defendidos pelos pais e pelos filhos, observámos algumas diferenças interessantes, particularmente a nível dos valores relativos ao trabalho e à família e a nível dos valores materialistas/pós-materialistas. Contudo, se tivermos em conta que as gerações inquiridas tiveram experiências de vida muito diferentes e que, para além disso, possuem níveis de instrução também muito distintos, então provavelmente seria de esperar a existência de uma maior discontinuidade entre as duas gerações. Com efeito, a continuação dos estudos deveria, por si só, introduzir uma discontinuidade, que se esperava ver mais claramente reflectida nos valores e práticas das duas gerações inquiridas.

Estes resultados estão, no entanto, de acordo com o modelo de mudança cultural proposto por Inglehart (1990). Com efeito, segundo este autor detectar mudanças culturais entre gerações próximas torna-se difícil, sendo estas mudanças mais visíveis em domínios que estejam a sofrer grandes mudanças - é o caso dos domínios da família e do trabalho, onde foram encontradas as maiores diferenças. Para além disso, segundo este autor o crescimento económico encontra-se associado à transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, sendo este um dado observado neste estudo. De facto, as condições sociais e económicas em que os pais cresceram e viveram são substancialmente diferentes da dos filhos. Este aspecto encontra-se, claramente, reflectido nos resultados obtidos na sondagem feita por Villaverde Cabral (1991), de acordo com os quais os inquiridos têm a sensação de pertencer a níveis económicos mais elevados do que aquele em que objectivamente se situam; este autor refere que esta avaliação subjectiva é o resultado de um efeito ilusório, que geralmente, se encontra associado ao crescimento económico.

## **6.2. IMPACTO DO GÉNERO NOS VALORES SOCIAIS DEFENDIDOS**

Não existem muitas diferenças, em termos dos valores sociais mais investidos, pelos pais e mães, e pelos filhos e filhas. Contudo, estas diferenças são mais marcadas

na amostra dos estudantes, nomeadamente, no que diz respeito a certas questões relacionadas com a família, com a política e com a religião.

No que diz respeito à religião, as mulheres são, como já foi referido, claramente mais religiosas, encontrando-se, em contrapartida, entre os homens (filhos e pais) uma percentagem superior de indivíduos que se consideram ateus ou não religiosos.

É interessante verificar que, entre as raparigas, predomina uma posição mais passiva e mais desinteressada relativamente às questões políticas. Assim, estão menos ligadas a partidos políticos e, apesar de estudarem, tal como os rapazes, na Universidade, manifestam um menor interesse a nível da recolha de informação acerca do mundo, visto que lêem jornais não desportivos com menos frequência do que os rapazes. Este desinteresse por este tipo de questões (muito embora, quando leiam jornais procurem as mesmas secções que os rapazes) reflecte-se num maior desconhecimento acerca de uma série de questões políticas, nomeadamente, relacionadas com a UE. Apesar deste desinteresse por questões públicas, as raparigas demonstram-se mais críticas relativamente ao funcionamento das instituições judiciais - referindo, mais do que os rapazes, que os sistemas policial e prisional funcionam mal.

É também nas questões relacionadas com a família que se observam grandes diferenças. Com efeito, são, sobretudo, as raparigas que constituem o motor da mudança a nível dos valores acerca da família - defendendo, claramente, a liberalização da vida sexual, a orientação para a vida profissional e a conciliação dos papéis familiares (mãe/esposa) com os papéis profissionais.

Em primeiro lugar, há a referir que as raparigas são mais liberais e menos discriminatórias no que diz respeito às questões relacionadas com a sexualidade - os rapazes defendem, mais claramente, posições distintas relativamente à vida sexual pré-matrimonial na rapariga e no rapaz.

Para além disso, é interessante verificar como a procriação e educação dos filhos constitui um aspecto mais investido pelos jovens do sexo masculino. Estes consideram-no, mais do que as raparigas, como uma das principais finalidades do casamento; muito embora, considerem que a principal finalidade do casamento seja a realização dos cônjuges (e as raparigas, o auxílio mútuo entre os esposos) e, para além

disso, defendem mais do que as raparigas a compatibilidade de horários entre a vida familiar e a vida profissional.

O menor investimento que as jovens do sexo feminino fazem na procriação e educação dos filhos tem que ver com uma orientação clara para a vida activa e para a carreira profissional. Com efeito, estas jovens estudantes consideram, mais do que os rapazes, que a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem. Os filhos continuam a constituir um aspecto importante (tanto as raparigas como os rapazes consideram que 2/3 é o número ideal de filhos), muito embora, se procure conciliar a vida familiar e profissional. Daí as raparigas defenderem, mais do que os rapazes, que as crianças devem ir desde muito cedo para o jardim infantil e atribuírem mais importância do que os rapazes ao planeamento familiar enquanto forma de escolher as melhores condições de procriação e educação dos filhos.

### **6.3. IMPACTO DA UNIVERSIDADE NOS VALORES SOCIAIS DEFENDIDOS**

É interessante observar que é a nível da concepção da família que se encontram as maiores diferenças entre os estudantes, defendendo os jovens estudantes da Universidade do Algarve (e entre estes, principalmente as raparigas, como já foi referido) uma concepção mais moderna de família.

Em primeiro lugar, há a referir a incontestável valorização que os estudantes da Universidade do Algarve fazem da família - esta é com efeito considerado dos aspectos mais importantes na sua vida (acima deste só o bem estar interior). Apesar dos jovens nacionais não se apresentarem muito consensuais no que diz respeito a esta questão (com certeza, devido ao facto de se ter inquirido estudantes provenientes de regiões muito distintas), uma coisa é no entanto certa: grande parte dos estudantes da amostra nacional atribuiu menos importância às relações com a família: 40.7% escolheu esta opção em último lugar.

Mas, não é só na valorização que fazem da família que as duas amostras divergem. A própria concepção de família é distinta entre as duas amostras de estudantes. Com efeito, os estudantes da Universidade do Algarve são mais liberais no que diz respeito à vida sexual pré-matrimonial (muito embora, também defendam posições mais discriminatórias em relação aos rapazes e às raparigas). Para além disso, encaram o casamento como um espaço de partilha e troca de ideias, que promove a realização pessoal e o bem estar interior. Como tal, este deve ser dissolvido sempre que houver casos de desarmonia entre o casal. Os estudantes da amostra nacional encaram-no mais como um espaço de auxílio entre os esposos e uma percentagem superior é contra o divórcio, porque considera que o casamento é indissolúvel ou porque considera que uma tentação contra a fidelidade conjugal. Acrescentar que uma percentagem superior de estudantes da amostra nacional considera que *há questões no casal que podem ser resolvidas com uma sova do homem na mulher*; que as mulheres só devem trabalhar até casarem e que aquelas que são casadas só devem trabalhar em caso de extrema necessidade ou nunca se devem empregar, e, por último, uma percentagem superior considera que as crianças devem ficar em casa com a família até terem idade de ir para a escola.

Ora, todas estas posições têm subjacente uma concepção diferente de família, i.e., da distribuição de papéis, das expectativas, deveres e direitos que são atribuídos a cada elemento do casal. Entre os estudantes da Universidade do Algarve, predomina uma concepção de casal mais igualitária, e daí atribuírem mais importância do que os estudantes da amostra nacional, à partilha de ideais como factor de bom entendimento entre o casal. Para além disso, há uma orientação clara para o trabalho na mulher, e daí encararem, fundamentalmente, o planeamento familiar como forma de escolher as melhores condições de procriação e educação dos filhos.

Os estudantes da amostra nacional possuem, em contrapartida, uma concepção mais instrumental do casal, sendo o seu fim principal o auxílio mútuo entre os esposos, e defendem uma distribuição distinta dos papéis familiares - as mulheres orientadas para a família, nomeadamente, para a educação e procriação dos filhos e os homens mais orientados para a vida profissional. Isto apesar de, na sua grande parte, considerar

que o trabalho é uma fonte importante de realização pessoal e de considerarem, mais do que os estudantes da Universidade do Algarve, que a satisfação com o trabalho profissional é uma aspecto importante.

O trabalho profissional constitui uma outra área de discontinuidade entre os estudantes da Universidade do Algarve e os estudantes da amostra nacional. Os primeiros, dando mais importância ao trabalho enquanto instrumento que permite a satisfação das necessidades económicas, os segundos dando mais importância ao trabalho enquanto forma de realização pessoal. Daí, que para estes estudantes, a satisfação com o trabalho profissional seja, claramente, um aspecto considerado mais importante.

A nível da religião também se observam algumas diferenças, já que uma percentagem bastante superior de estudantes nacionais do que de estudantes regionais, considera que se procura na *religião uma forma de amar e servir a Deus* - aproximando-se, como tal, os estudantes da amostra nacional dos progenitores em geral.

Em termos de conclusão, verifica-se, pois, que os estudantes da Universidade do Algarve defendem valores diferentes dos estudantes da amostra nacional. Os jovens algarvios são mais favoráveis em relação à aplicação da lei pelos tribunais, mas em contrapartida demonstram-se mais críticos relativamente ao funcionamento do sistema prisional; dão maior importância à família e defendem uma concepção de família mais moderna; encaram o trabalho essencialmente como uma forma de assegurar as necessidades económicas, sendo a satisfação com o trabalho daqueles aspectos menos investidos; interessam-se mais por aspectos relacionados com a natureza e o ambiente; têm uma visão menos optimista do futuro, no entanto, consideram-se com mais capacidades para influenciar o progresso; investem menos valores pós-materialistas.

Que variáveis podem estar na base destas divergências? Por um lado, a variável naturalidade não parece exercer qualquer efeito na configuração de valores sociais defendidos entre os estudantes da Universidade do Algarve. Não existem, com efeito, praticamente diferenças entre os valores defendidos pelos alunos naturais do Algarve e pelos alunos que são naturais de outras regiões do país. Sendo assim, parece que é o

processo de socialização ao longo dos anos da vida universitária que constitui o motor da mudança de valores - visto que os estudantes naturais do Algarve e naturais de outras regiões do país se aproximam em termos dos valores defendidos e que os estudantes da Universidade do Algarve se afastam dos restantes estudantes.

Mas, será que é a experiência de frequentar a Universidade do Algarve o motor da mudança, ou será, pelo contrário, a experiência de viver na região do Algarve? Com efeito, o contacto privilegiado com outras culturas pode estar a provocar esta mudança de valores - visto esta ser uma zona de turismo, onde habitam muitos residentes estrangeiros (de acordo com o censo de 1991, 2.5% da população residente no Algarve é estrangeira - sendo que, em Portugal continental, esse valor é de 1.2%) (INE, 1991).

Por outro lado, a divergência encontrada entre os estudantes da Universidade do Algarve e os restantes estudantes pode ter que ver com influências mais precoces, relacionadas com a sua experiência de vida e com as próprias condições, sociais, económicas, culturais em que cresceram. De facto, os jovens inquiridos da amostra do Algarve provêm de níveis sócio-económicos mais baixos e, logo, possuem experiências de vida diferentes e desenvolveram-se em condições sociais, económicas e culturais também distintas. Para além disso, os próprios progenitores dos estudantes da Universidade do Algarve defendem alguns valores diferentes dos progenitores dos estudantes da amostra nacional, nomeadamente, valores relativos à família. Logo, tudo leva a crer que os valores que transmitiram precocemente aos filhos também diferem.

Estas são algumas das respostas que ficam por responder, mas para as quais seria interessante encontrar uma resposta. Como foi referido, o Algarve sofreu nos últimos 30 anos mudanças consideráveis. Como vão gerir estes jovens estas mudanças, todos os problemas que o Algarve enfrenta nesta altura - de dinamização, da necessidade de desenvolver uma economia sólida, capaz de dar resposta à competição de outros programadores turísticos? Um dos objectivos da criação da Universidade do Algarve foi o de desenvolver cursos virados para o desenvolvimento regional, que permitissem dar resposta às necessidades sentidas no Distrito de Faro. Estes jovens sentem-se com efeito capazes de influenciar o progresso, mas por outro lado, consideram que é a

geração dos 30-40 anos que tem uma visão mais realista do mundo e muitos consideram que as pessoas serão menos felizes. Significará isto que estes jovens se vão demitir da construção de um futuro melhor, que passa também pelo desenvolvimento integrado da região? Note-se que a política nacional e internacional constituem aspectos da vida considerados com pouco interesse por estes jovens.

Uma outra questão que fica em aberto prende-se com as divergências encontradas a nível dos progenitores - nacionais e regionais.

Com efeito, verifica-se que, muito embora ambos invistam sobretudo valores materialistas, desejando, para um futuro próximo, fundamentalmente o pleno emprego e a manutenção da ordem, os progenitores da amostra nacional revelam maiores preocupações pós-materialistas, uma vez que investem mais do que os progenitores da amostra algarvia, valores como a liberdade de expressão e a participação dos cidadãos nas decisões do governo. Para além disso, os progenitores da amostra nacional revelam-se mais activos na procura e recolha de informação, uma vez que lêem jornais não desportivos com uma frequência maior do que os progenitores não algarvios (os quais nas sua grande parte quase nunca o faz) e alguns deles revelam-se bastante activos na vida política, referindo estar muito ou bastante ligados a um partido político.

É, no entanto, interessante observar que mais progenitores da amostra algarvia consideram que a crise de civilização pode ser vencida pela política e pela economia - muito embora, assumam de seguida uma atitude mais passiva, demarcando-se como tal, da resolução dessa crise, e que mais progenitores da amostra nacional defendem um modelo revolucionário de transformação da sociedade.

Foi, no entanto, no domínio da família que se encontraram as maiores divergências. De facto, os progenitores da amostra do Algarve valorizam mais as relações com a família, dando grande importância à educação e procriação dos filhos.

É, assim, que, se os progenitores da amostra nacional consideram que o auxílio mútuo entre os esposos é, claramente, a principal finalidade do casamento, os progenitores da amostra algarvia já não se mostram tão consensuais neste ponto - muitos deles considerando que a principal finalidade do casamento é a procriação e educação dos filhos, mas também a realização dos cônjuges.

Para além disso, muito embora os progenitores da amostra algarvia se mostrem mais orientados para o trabalho feminino do que os progenitores da amostra nacional - muitos dos quais defendem, ainda, que a mulher só deve ter um emprego até casar, até ao nascimento do primeiro filho ou, mesmo, que nunca se deve empregar, os progenitores da amostra algarvia colocam a tónica, mais uma vez, na procriação e educação dos filhos, já que muitos destes defendem a compatibilidade de horários de trabalho e familiar e, já que muitos defendem que as crianças devem ficar em casa com a família até irem para o ensino primário.

Para além de valorizarem, menos do que os progenitores da amostra do Algarve, as relações familiares, os progenitores da amostra nacional defendem ainda uma concepção menos moderna da família. Assim, são menos liberais no que diz respeito à vida sexual pré-matrimonial dos rapazes (e apenas no caso dos rapazes, pois defendem a mesma posição desfavorável relativamente à vida sexual das raparigas), mostram-se mais contra o divórcio, por considerarem que *o casamento é indissolúvel* ou que *é uma tentação contra a fidelidade do casal*, mostram-se mais contra o planeamento familiar, por ser *a tradução de egoísmo social e falta de responsabilidade*, consideram mais que 4 ou mais é o número ideal de filhos (muito embora, também defendam mais não ter nenhum filho), defendem mais a resolução de questões, entre o casal, *com uma sova na mulher* (o que reflecte um desequilíbrio em termos dos direitos e deveres que atribuem a cada elemento do casal).

Estas divergências não são, no entanto, facilmente explicáveis. Como foi referido na metodologia, a amostra dos progenitores foi construída a partir da amostra dos jovens estudantes da Universidade do Algarve. Logo, não se controlou a variável naturalidade. Neste sentido, a amostra dos progenitores dos estudantes algarvios não é constituída exclusivamente por naturais do Algarve: 43.6% dos progenitores são naturais do Algarve, todos os outros provenientes das mais diversas regiões do país.

As diferenças identificadas serão, pois devidas a uma maior representatividade de progenitores algarvios na amostra regional do que na amostra nacional? Com efeito, se na amostra algarvia, 43.6% dos progenitores são naturais do Algarve, na amostra nacional apenas 5.9% o são. Neste caso, as diferenças encontradas entre os

progenitores das amostras algarvia e nacional poderão ser devido à “experiência de nascer e viver no Algarve” ou de “nascer e viver em outra qualquer região do país”. Poderão ter tido, estas experiências incontestavelmente diferentes, algum impacto nos valores defendidos? Com efeito, o Algarve sofreu enormes mudanças nos últimos 30 anos - será que estes tiveram um impacto de tal modo grande que afastaram os Algarvios das outras regiões do país?

Mas, se os progenitores da amostra nacional (dos quais 5.9% são naturais do Algarve) defendem alguns valores diferentes dos progenitores da amostra algarvia (dos quais 43.6% são naturais do Algarve), o mesmo não se verifica, de um modo geral, quando se compara os valores dos progenitores naturais do Algarve com os valores dos progenitores naturais de outras regiões do país.

Serão, então, as diferenças encontradas a nível dos progenitores das amostras nacional e algarvia, devidas ao facto dos progenitores da amostra algarvia terem níveis de instrução e profissionais inferiores aos progenitores da amostra nacional? Neste caso, seria a variável “nível sócio-cultural” que, ao proporcionar estilos e experiências de vida diferentes, bem como, contactos diferentes com outras pessoas ou outros meios, estaria a criar divergências em termos dos valores defendidos. Mas, neste caso, esta variável poderia estar a criar um efeito espúrio, pois a distribuição desta variável na amostra de progenitores naturais do Algarve, pode não corresponder à sua distribuição real na população de progenitores naturais do Algarve que têm filhos a estudar no ensino superior.

Para confirmar esta hipótese teria que se desenvolver estudos recorrendo a metodologias diferentes, nomeadamente, que permitissem controlar a variável “nível sócio-cultural”. Ou, se se quisesse saber se, de facto, os progenitores algarvios (ou um grupo etário particular) defendem valores diferentes dos progenitores naturais de outras regiões do país, então teria que se desenvolver outros estudos que utilizem metodologias mais adequadas a este problema.

Dado que o Algarve sofreu, nos últimos anos, mudanças importantes a nível da organização da actividade económica e a nível social, seria com certeza interessante desenvolver um estudo que permitisse avaliar o impacto destas mudanças a nível dos

valores sociais defendidos pelos algarvios - um estudo na qual fosse controlada a variável naturalidade dos progenitores, em vez da variável “universidade” dos filhos. Aí sim, poderiam surgir resultados reveladores (ou não) de importantes diferenças regionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Almeida, A. N. (1985). Trabalho Feminino e estratégias familiares. *Análise Social*, XXI (85), 7-44.
- Almeida, A. N. (1986). Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento - notas críticas. *Análise Social*, XXII (90),157-164.
- Almeida, A. N. e Guerreiro, M. D. (1993). A Família. In L. França (Ed.), *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Amaro, F. (1988). Algarve: turismo e desenvolvimento nos anos 60. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Ashford, S. e Timms, N. (1992). *What Europe thinks - a study of Western European values*. England: Dartmouth Publishing Company Limited.
- Askevis, M. (1995). Jeunesse - adolescence. *Adolescence* , 26, 107-122.
- Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.) (1993). *Estruturas sociais e desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Berry, J., Poortinga, Y., Segall, M. e Dasen, P. (1996). *Cross-cultural psychology: research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*, XXX (134), 841-855.
- Blos, P. (1985). *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editores Lda. (Trabalho original em inglês publicado em 1962)
- Braithwaite, V. A. e Law, H. G. (1985). Structure of human value: testing the adequacy of the Rokeach Value Survey. *Journal of Personality and Social Psychology* , 49 (1), 250-263.

- Braga da Cruz, M., Seruya, J. M., Reis, L. B. e Schmidt, L. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise Social*, XX (81-82), 285-308.
- Braga da Cruz, M. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, XXI (87-88-89), 1067-1088.
- Brezinka, W. (1992). Educacion de los valores? *Revista Ciências de la Education*, 367-389.
- Campbell, E. (1969). Adolescent Socialization. In D. A. Goslin (Ed.). *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand Mc.Nally College Publishing Company.
- Comissão para o Ano Internacional da Família (1994). *Relatório: situação actual da família portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral da Família.
- Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, XXV (108-109), 675-693
- Correia Jesuíno, J. (1993). O Trabalho. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Costa, A. (1992). *Representações sociais de homens e mulheres - Portugal 1991*. Lisboa: Ministério de Emprego e da Segurança Social: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Deutsch, H. (1967). *Problèmes de l'Adolescence: la formation de groupes*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Devereux, E.C. (1970). The role of peer-group experience in moral development. In J. Hill (Ed.). *Minnesota Symposia on Child Psychology* (vol.4). Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Dias Cordeiro, J. C. (1978). *O Adolescente e a Família*. Lisboa: Moraes Editores.
- Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica (1967). *Situação e opinião dos universitários*. Lisboa

- Duarte, J. (1988). A sociedade algarvia. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Erickson, E. (1968). *Adolescence et crise: la quête de l'identité*. Paris: Flammarion.
- Etxebarria, I. (1992). Sentimientos de culpa y abandono de los valores paternos. *Infancia y Aprendizaje*, 57, 67-88
- Evangelista, J. M. (1988). Algarve: Turismo e Desenvolvimento. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.2). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Feio, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Évora: Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.
- Félix, A. B. (1994). Traços da família portuguesa. Lisboa: Direcção Geral da Família.
- Félix da Costa, N. (1992). Axiologia e Psicopatologia: estudo das relações da psicopatologia com as cognições e o juízo ético. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa.
- Fernandes, A. F. (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos. *Análise Social*, XXIX (129), 1149-1191
- Ferreira de Almeida, J. (1990). *Portugal: os próximos 20 anos - valores e representações sociais* (vol. VIII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, P. A. (1993). *Valores nos jovens portugueses nos anos 80*. Lisboa: ICS/Instituto da Juventude: Cadernos do ICS: Estudos da Juventude.
- Figueiredo, E. (1983). Ideologias e conflitos de gerações. In Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.
- Figueiredo, E. (1985-a). *No Reino de Xantum - Os Jovens e o Conflito de Gerações*. Porto: Edições Afrontamento.
- Figueiredo, E. (1985-b). Mudança, valores e conflito de gerações em Portugal. *Análise Social*, XXI (87- 88-89), 1005-1020

- Figueiredo, E. (1988). *Portugal: os próximos 20 anos. Conflito de gerações - conflito de valores* (vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Figueiredo, E., Silva, L. F. (1992). As gerações e os valores nos universitários e respectivos pais. *Psicologia*, VIII (3), 339-344.
- Fleming, M., Aguiar, A. I. (1992). A saída de casa e o processo de autonomia em jovens universitários e seus pais. *Psicologia*, VIII (3), 329-337.
- Fleming, M. (1992). Autonomia adolescente e atitudes dos pais. *Psicologia*, VIII (3), 301-315
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia - O Desenvolvimento psicológico e a Relação com os Pais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fornäs, J. (1995). Youth, culture and modernity. In J. Fornäs e G. Bolin (Eds.). *Youth culture in late modernity*. Londres: Sage Publications.
- Fornäs, J. (1995). *Youth, culture in late modernity*. Londres: Sage Publications.
- França, L. (1983). As grandes preocupações da juventude. In Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.
- França, L. (1985). Os jovens portugueses perante a religião: caracterização global. *Análise Social*, XXI (86), 247-281.
- França, L. (1986). A religião na memória e na actualidade dos jovens portugueses (Número especial). *Desenvolvimento*, 26, 29-47.
- França, L. (1993). Ética e Sentido da Vida. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- França, L. (1993). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural* Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Garcia, L., Seabra, T., Vala, J. (1993). O pós-materialismo: problemas conceptuais e metodológicos. In Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.). *Estruturas sociais e desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Gomes, M. T. (1988). Algarve de Ontem. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Goslin, D. A. (Ed.) (1969). *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand Mc.Nally College Publishing Company.
- Guerreiro, J. P. (1987). O Algarve e os seus Recursos Naturais. *Pensamiento Iberoamericano*, 12.
- Guerreiro, M. G. (1989-a). O Algarve Mediterrâneo no Contexto Nacional. In Instituto Nacional de Investigação Científica (Ed.). *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. Lisboa.
- Guerreiro, M. G. (1989-b). O Algarve perante a Regionalização do País. In Instituto Nacional de Investigação Científica (Ed.). *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. Lisboa.
- Halstead, J. M. (1996). Values and values education in schools. In J. M. Halstead e M. J. Taylor (Eds.). *Values in education and education in values*. Washington, D.C.: The Falmer Press.
- Halstead, J. M. e Taylor, M. J. (Ed.) (1996). *Values in education and education in values*. Washington, D.C.: The Falmer Press.
- Harding, S. e Phillips, D. (1986). *Contrasting values in Western Europe: unity, diversity and change*. London: The MacMillan Press Ltd.
- Hill, J. (Ed.) (1970). *Minnesota Symposia on Child Psychology* (vol.4). Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences - international differences in work related values*. Califórnia: Sage Publications.
- Hui, H. e Triandis, H. (1986). Individualism-collectivism: a study of cross-cultural researchers. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 17 (2), 225-248.

- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press.
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.) (1983). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Instituto Nacional de Estatística (1993). *Censos 91 - Algarve*. Lisboa: Autor.
- Instituto Nacional de Investigação Científica (Ed.) (1989). *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica
- Lau, S. (1988). The value orientation of Chinese University Students in Hong Kong. *International Journal of Psychology*, 23, 583-596.
- Leal, J. J. e Ruiz, B. H. (1986). Análises de los valores humanos y su organization según la escala de Rokeach. *Revista de Psicologia General Aplicada*, 41 (3), 539-550
- Matoso, J. (1989). O Algarve na História Regional Portuguesa da Idade Média. In Instituto Nacional de Investigação Científica (Ed.). *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológico*. Lisboa.
- Martins, I. M. P. (1988). Desenvolvimento cultural do Algarve: a cultura e a sociedade. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mendes, M. C. e Jorge, F. (1991). Algarve: imagens e números. *Sociedade e Território - revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 13, 8-16.
- Mendes, M. F., Pereira, P. T. e Pinto, J. E. (1994). *A família portuguesa - linha de reflexão no ano internacional da família*. Lisboa: Direcção Geral da Família.
- Menezes, I., Costa, M. E., Campos, B. P. (1989). Valores de estudantes universitários. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5, 53-68.
- Miguel, N., Vilar, D. (1986). Sexualidade: o fim de uma Era (Número especial). *Desenvolvimento*, 26, 103-126.

- Moore, D. (1987). Parent-adolescent separation: the construction of adulthood by late adolescents. *Developmental Psychology*, 23(2), 298-307.
- Ministério do Planeamento e Administração do Território (1993). *Preparar Portugal para o século XXI - análise económica e social*. Lisboa: Autor.
- Machado Pais, J. (1985). Família, sexualidade e religião. *Análise Social*, XXI (86), 345-389.
- Machado Pais, J. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pimpão, A. (1991). Economia do Algarve: preparar o terceiro milénio. *Sociedade e Território - revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 13, 17-21.
- Reed, E. (1996). Selves, values, cultures. In E. Reed, E. Turiel e T. Brown (Eds.). *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Reed, E., Turiel, E. e Brown, T. (Eds.). (1996) *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Reis, L. B. (1986). Tendências recentes da atitude dos jovens portugueses face à política - análise comparativa com os indicadores europeus (número especial). *Desenvolvimento*, 26,
- Reis, L., Dias, M. (1993). Grupos e valores de referência sócio-políticos. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento.
- Rivto, S. (1995). Fin d'adolescence et processus de développement. *Adolescence*, 26, 133-149
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: free press.
- Roussel, L. (1992). O futuro da família. *Sociologia-problemas e práticas*, 11, 165-179.
- Sampaio, D. (1991). *Ninguém morre sozinho*. Lisboa: Editorial Caminho S.A.
- Sampaio, D. (1994). *Inventem-se novos pais*. Lisboa: Editorial Caminho S.A.

- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, M. E. B. e Dias, M. (1993). Bem-estar individual, relações inter-pessoais e participação social. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Schmidt, L. (1990). Jovens: família, dinheiro, autonomia. *Análise Social*, XXV (108-109), 645-673.
- Schwartz, S. (1990). Individualism-collectivism: critique and proposed refinements. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 21 (2), 139-157.
- Schwartz, S. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (vol.25). California: Academic Press Inc.
- Serrano, M. M. (1994). *Historia de los cambios de mentalidades de los jóvenes entre 1960-1990*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales: Instituto de la Juventud.
- Shrum, L. J. e McCarty, J. (1992). Individual differences in differentiation in the rating of personal values: the role of private self-consciousness. *Personality and Social Psychology*, 18 (2), 223-230.
- Sohlberg, S. (1986). Similarity and dissimilarity in value patterns of israeli kibbutz and city adolescents. *International Journal of Psychology*, 21, 189-202.
- Sprinthall, N. e Collins, W. (1994). *Psicologia do adolescente*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original em inglês publicado em 1988)
- Triandis, H., Bontempo, L., Villareal, M., Asai, M. e Lucca, N. (1988). Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives on self-ingroups relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (2), 323-338.
- Tuckman, B. (1978). *Conducting educational research* (2ªed.). New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Turiel, E. (1996). Equality and hierarchy: conflict in values. In E. Reed, E. Turiel e T. Brown (Eds.). *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Ulrich, F. (1991). Administração, instituições, cultura empresarial. In Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Ed.). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Vala, J. (1983). Identidade psico-social dos jovens. In Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.
- Vala, J. (1986). *Representações sociais dos jovens: valores, identidade e imagens da sociedade portuguesa*. Lisboa: Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento.
- Vala, J. (1993). Valores socio-políticos. In Luís de França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento.
- van Wel, F. (1994). A culture gap between the generations? Social influences on youth cultural style. *International Journal of Adolescence and Youth*, 4, 211-228.
- Villaverde Cabral, M.; Freitas, E. e Rodrigues, M. L. (1991). Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento - principais conclusões da sondagem de Janeiro de 1991. In Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Ed.). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Vockell, E. (1983). *Educational research*. New York: MacMillan Publishing Co, Inc.
- Zanna, M. P. (Ed.). (1992). *Advances in Experimental Social Psychology* (vol.25). California: Academic Press Inc.

# *ANEXO*

---

Leia atentamente cada pergunta e as hipóteses de resposta. Circunde a letra que corresponde à resposta que escolhe.

Ex:

97. ....

- A. aseg zert yuio
- B. pqsd fgui llot
- C. waze assm carl
- D. capt relm sita
- O. ?

No caso de não concordar exactamente com nenhuma das respostas que pode escolher, procure aquela que se aproxima mais da sua opinião.

Só em último caso é que deve usar a resposta O ?, que significa que não sabe ou não quer responder.

**1. Qual das frases seguintes exprime melhor a sua opinião sobre educação escolar ?**

- A. a escolaridade obrigatória deve ser prolongada pois os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar.
- B. a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever.
- C. a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos.
- O. ?

**2. No que respeita à educação das crianças pequenas, qual destas opiniões lhe parece mais certa ?**

- A. até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre os 3 e os 6 anos é bom que frequentem um jardim de infância.
- B. até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família .
- C. as crianças desenvolvem-se mais e melhor se começarem desde muito cedo (pelo menos a idade de um ano) a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar.
- O. ?

**3. Na sua opinião o que é mais importante na vida de uma pessoa ?  
(Ordene as respostas hierarquicamente por ordem de preferência).**

- A. as relações com a família
- B. as relações com colegas e pessoas amigas
- C. o amor
- D. a satisfação com o trabalho profissional
- E. o bem estar interior consigo próprio

1ª. <sup>C</sup>.....  
2ª. <sup>E</sup>.....  
3ª. <sup>A</sup>.....  
4ª. <sup>D</sup>.....  
5ª. <sup>B</sup>.....  
O. ?

**4. Se a escolha pudesse ser inteiramente livre, acha que os jovens a partir dos 17-18 anos escolheriam mais naturalmente:**

- A. viver em casa dos pais
- B. viver sós
- C. viver com outros jovens
- O. ?

**5. Actualmente a falta de emprego afecta muitas pessoas. Qual acha que é a razão principal que motiva as pessoas a procurar trabalho ? (assinale uma das frases).**

- A. as pessoas querem trabalhar porque só quem trabalha é que se sente realizado.
- B. as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas.
- O. ?

6. Qual das frases define a sua posição sobre o trabalho da mulher ?

- A. a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem.
- B. a mulher deve ter um emprego até casar.
- C. a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade.
- D. a mulher pode ter um emprego até o nascimento do 1º filho.
- E. a mulher casada não deve empregar-se em caso algum.
- F. a mulher casada só deve empregar-se se conseguir um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar.
- O. ?

7. Para um bom entendimento de um casal quais os dois factores mais importantes de entre os que se seguem (escolha dois):

- A. os cônjuges terem um nível de instrução semelhante
- B. terem sido educados no mesmo meio
- C. terem os mesmos ideais
- D. terem as mesmas atitudes religiosas
- E. terem feitios e gostos semelhantes
- O. ?

8. Entre os seguintes fins do casamento, indique por ordem de preferência a importância que lhes atribui:

- A. meio legítimo de satisfação de necessidades sexuais
- B. procriação e educação dos filhos
- C. meio de realização dos cônjuges
- D. auxílio mútuo entre esposos
- 1ª. B
- 2ª. C
- 3ª. E
- 4ª. A
- O. ?

9. Indique a frase que melhor se identifica com a sua opinião sobre o divórcio.

**Concordo com o divórcio**

- A. porque é uma expressão natural da liberdade humana
- B. porque é uma solução para situações muito graves de desarmonia conjugal
- C. porque possibilita a verdade total do amor

**Não concordo**

- D. porque o casamento é por natureza indissolúvel
- E. porque é uma tentação contra a fidelidade conjugal
- F. porque pode transformar o casamento numa união natural, temporária e de ensaio
- G. porque impossibilita a educação dos filhos
- O. ?

É conhecido que certos jovens têm por vontade própria experiências sexuais antes do casamento. Essa conduta parece-lhe:

10. No caso do rapaz (escolha uma resposta)

- A. repreensível
- B. sem gravidade
- C. perigosa
- D. útil
- O. ?

11. No caso da rapariga (escolha uma resposta)

- A. repreensível
- B. sem gravidade
- C. perigosa
- D. útil
- O. ?

12. Qual o número de filhos que gostaria de ter ?

- A. nenhum
- B. 1 filho
- C. 2-3 filhos
- D. 4 ou mais
- O. ?

13. Que pensa do planeamento familiar ?

- A. é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo
- B. é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família
- C. é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo
- D. é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão
- E. é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos
- O. ?

Entre pessoas que se estimam, acontece por vezes que se zangam por causa de opiniões ou atitudes diferentes. Isso acontece também no grupo familiar. (Em relação às frases nº 14, 15 e 16, assinale em cada uma delas a frase mais próxima da sua opinião)

14. «Os pais que querem educar bem os filhos não podem passar sem os castigar fisicamente»

- A. não concordo
- B. concordo que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo
- C. uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13-14 anos já os pais não devem bater nos filhos
- D. os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário
- O. ?

15. «Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher»

- A. não concordo
- B. concordo que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais
- C. bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas
- D. o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer
- O. ?

16. «Num casal, a mulher nunca deve levantar a mão para o marido».

- A. não concordo
- B. acho que em raras exceções se pode justificar que a mulher bata no marido
- C. há homens que merecem bem que a mulher lhes bata frequentemente
- D. a mulher tem todo o direito de bater no marido desde que considere ter razões para isso
- O. ?

17. Os tribunais e as leis existem devido a haver problemas em que as pessoas implicadas não são capazes de chegar a um acordo (diga com qual destas frases concorda mais).

- A. nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser logo resolvido, a bem ou a mal, sem esperar por uma decisão do tribunal.
- B. é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias.
- O. ?

18. Qual destas frases exprime melhor a sua opinião sobre a polícia:

- A. faz o melhor que pode
- B. funciona mal
- C. não serve para nada
- D. é o que nos vale
- O. ?

19. Com qual das frases seguintes está mais de acordo relativamente ao sistema prisional (cadeias e prisões):

- A. fazem o melhor que podem
- B. funcionam mal
- C. não servem para nada
- D. são o que nos vale
- O. ?

20. Nos assuntos que se seguem, qual acha que deve ser a atitude da sociedade (assinale com (x) para cada assunto de A a D.)

	Atitude Preventiva (prevenir, evitar)	Atitude Terapêutica (tratar, curar)	Atitude Repressiva (proibir, prender)	O
A. Criminalidade			✓	
B. Alcoolismo		✓		
C. Consumo Droga	✓			
D. Prostituição	✓			

21. Várias substâncias podem provocar toxicodependência (drogas), umas legais (álcool, caféina, nicotina, etc) outras ilegais (heroína, cannabis, etc), com qual das opiniões concorda (assinale uma só):

- A. todas as drogas legais e ilegais devem ser proibidas
- B. todas as drogas ilegais devem continuar ilegais
- C. todas as drogas ilegais devem poder ser consumidas (segundo o princípio da liberdade individual) mas o tráfico proibido
- D. todas substâncias que provocam toxicodependência devem poder ser consumidas e apenas proibidos e punidos os malefícios que provocam nos outros (ex: fumador passivo, conduzir sob efeito de álcool ou cocaína, etc)
- O. ?

22. No que respeita ao progresso do país com qual das opiniões concorda mais (assinale uma só):

- A. o mais importante é que os governantes sejam capazes de manter a ordem social
- B. a sociedade deve facilitar a vida às pessoas mais capazes e com espírito de iniciativa
- C. acima de tudo deve-se procurar diminuir as desigualdades sociais e criar oportunidades semelhantes para todos
- O. ?

23. «Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada». Qual a sua opinião sobre esta frase:

- A. concordo inteiramente
- B. acho que é radicalmente errada
- C. acho que nem sempre é exacta porque há circunstâncias em que só a violência se torna remédio adequado
- O. ?

24. Nos jornais, rádio e TV, fala-se muitas vezes na União Europeia (UE). Se Portugal abandonasse a União Europeia, que sentiria você:

- A. sentia que era uma pena
- B. era indiferente
- C. sentia alívio
- O. ?

25. Ouvem-se várias opiniões sobre os objectivos que o país se deveria esforçar por atingir nos próximos 10 a 15 anos. Na lista que se segue são mencionados os principais objectivos que algumas pessoas queriam ver alcançados. Numere-os pela ordem de importância que pessoalmente lhes atribui.

- A. manter a ordem no país
- B. aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo
- C. combater a alta dos preços
- D. garantir a liberdade de expressão
- E. garantir o emprego pleno

- 1ª. E
- 2ª. C
- 3ª. B
- 4ª. A
- 5ª. D
- O. ?

26. Fala-se hoje muito em crise de civilização. Como lhe parece que essa crise pode ser vencida (assinale uma só frase de A a D)

- A. principalmente por meio da ciência e da técnica
- B. principalmente por meio da economia e da política
- C. principalmente por meio da renovação espiritual e moral do homem
- D. julgo que essa crise não pode ser vencida
- O. ?

27. No seu entender quais são as grandes causas por que vale a pena aceitar sacrifícios (escolha três):

- A. proteção da natureza
- B. paz
- C. luta contra a miséria
- D. defesa nacional
- E. liberdade do indivíduo
- F. direitos do homem
- G. nenhuma
- O. ?

28. Para o progresso do país, qual destas opiniões deve ser defendida em relação ao meio rural.

- A. deve-se melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais
- B. deve-se facilitar aos trabalhadores rurais que mudem para a cidade
- O. ?

29. E de entre as seguintes opiniões, com qual concorda mais:

- A. deve-se sobretudo desenvolver a indústria
- B. deve-se aumentar a produtividade da agricultura
- O. ?

30. E escolha ainda uma das seguintes:

- A. deve-se desenvolver cada vez mais as cidades importantes
- B. deve-se desenvolver as pequenas cidades
- O. ?

31. Indique de entre as seguintes qualidades as três que mais admira: (assinale três)

- |   |   |
|---|---|
| A - honradez  | I - audácia                                       |
| <input checked="" type="checkbox"/> B - humildade   | J - prudência                                     |
| C - inteligência                                    | L - caridade                                      |
| D - espírito de sacrificio                          | M - paciência                                     |
| E - pureza  | <input checked="" type="checkbox"/> N - dinamismo |
| F - eficácia  | C - lealdade                                      |
| G - perseverança                                    | P - descontracção                                 |
| <input checked="" type="checkbox"/> H - sinceridade | Q - fidelidade                                    |
| O - ?   |   |

32. Independentemente de frequentar ou não a igreja, considera-se:

- A. uma pessoa religiosa
- B. uma pessoa não religiosa
- C. um ateu convicto
- O. ?

33. O que pensa que se procura fundamentalmente na religião: (assinale apenas uma frase de A a E)

- A. uma forma de amar e servir a Deus
- B. a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos
- C. uma resposta aos problemas morais e familiares
- D. uma fuga à resolução dos problemas graves da vida
- E. a salvação da alma
- O. ?

34. Com que frequência costuma ler um jornal (não desportivo)

- A. todos os dias ou quase
- B. uma ou duas vezes por semana
- C. quase nunca
- D. ?

35. Que secções dos jornais lhe interessam mais (escolha 5)

- A. vida nacional
- B. vida internacional
- C. artigos de fundo, reportagens
- D. desporto
- E. artes e letras
- F. crítica de espectáculos
- G. crimes e outros acontecimentos sensacionais
- H. folhetins, contos
- I. páginas de economia
- J. páginas de divulgação científica
- L. curiosidades
- M. passatempos (palavras cruzadas, testes, signos)
- O. ?

36. De entre as seguintes "novas" tecnologias assinale quais delas utiliza regularmente

- A. computador pessoal ( ) / Internet ( )
- B. telemóvel
- C. bip
- D. fax
- E. máquina de calcular
- O. ?

37. Indique das actividades seguintes as que praticou há menos de uma semana:

- A. leitura de um livro
- B. ir ao cinema
- C. ir ao teatro
- D. ir a concertos
- E. praticar desporto
- F. assistir a uma conferência
- G. ouvir rádio
- H. ver TV
- O. ?

38. A propósito de política, as pessoas falam de «direita» e de «esquerda». Quer situar a sua posição na escala que se segue:

Esquerda |--1--|--2--|--3--|--4--|5| |--6--|--7--|--8--|--9--|--10--| Direita

39. Há algum partido político de que se sinta mais próximo do que de outros ? Se SIM indique o seu grau de ligação a esse partido:

- A. muito ligado
- B. bastante ligado
- C. sobretudo simpatizante
- D. sem proximidade a nenhum partido

40. Há duas maneiras de conceber a longo prazo a União Europeia. Qual é a opinião mais próxima da sua ?

- A. a UE deveria ter não só um único parlamento (Assembleia) eleito por sufrágio universal, mas também um único governo que tivesse a última palavra em certos domínios importantes.
- B. a última palavra deverá pertencer aos governos dos estados membros.
- O. ?

41. O que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010 (escolha 2 frases)

- A. tornar possível a cura de doenças graves como o cancro, SIDA, hepatite, etc
- B. tornar possível que o mundo se organize de tal maneira que desapareçam as guerras e os exércitos
- C. decidir com antecedência o tempo (meteorológico) que vai fazer
- D. provar se há ou não vida noutras planetas
- E. tornar possível o fim da fome e da pobreza
- F. tornar possível a efectiva igualdade de direitos entre povos e raças
- G. existência de um idioma universal
- H. tornar possível um combate eficiente à poluição
- O. ?

42. Acha que as pessoas como você podem contribuir em alguma coisa para influenciarem o progresso ?

- A. sim
- B. talvez
- C. não
- O. ?

43. Tente imaginar-se no Ano 2010. Na sua ideia as pessoas serão:

- A. mais felizes que hoje
- B. menos felizes que hoje
- C. semelhantes a hoje
- O. ?

44. Por quais dos seguintes aspectos da vida se interessa você verdadeiramente ? (escolha três)

- A. ciências e tecnologias
- B. política nacional
- C. desporto
- D. grandes problemas da sociedade (por exemplo: direitos do homem, pobreza, igualdade entre sexos.)
- E. artes e espectáculos (teatro, cinema, música, etc.)
- F. como vivem os outros povos nos outros países da Europa
- G. a vida das regiões, as línguas e a cultura regional
- H. o meio ambiente, a protecção da natureza, a ecologia
- I. o terceiro mundo, os problemas de subdesenvolvimento
- J. a vida política internacional
- L. religião
- O. ?

45. A propósito de democracia, qual o sistema político para que se deveriam orientar as nações.

- A. sistema de partido único
- B. sistema de vários partidos
- O. ?

46. Na sua opinião, quem tem uma visão mais realista do mundo actual, é...

- A. a geração com menos de 20 anos
- B. a geração dos 20-25 anos
- C. a geração dos 25-30 anos
- D. a geração dos que têm entre 30 e 40 anos
- E. a geração dos que têm entre 40 e 50 anos
- F. a geração que tem mais de 50 anos
- O. ?

47. Respondeu a este questionário:

- A. com total sinceridade
- B. com alguma sinceridade
- C. sem sinceridade
- O. ?

48. Responder ao inquérito foi:

- A. agradável
- B. indiferente
- C. desagradável

Finalmente precisamos que nos forneça dados sobre a sua situação de vida. Circunde a resposta que corresponde à sua situação ou inscreva a sua informação no espaço em branco.

10. Idade \_\_\_\_ (anos completos)

11. Sexo 1. masculino 2. feminino

12. Estudante do \_\_\_\_º Ano

13. Distrito de Nascimento \_\_\_\_\_

14. Curso de \_\_\_\_\_

15. Universidade \_\_\_\_\_

16. Religião \_\_\_\_\_

17. Estado civil

- 1. Solteiro (a)
- 2. casado (a)
- 3. vivendo com companheiro (a)
- 4. divorciado (a)
- 5. separado (a)
- O. ?

18. Participa em algum Movimento ? Se sim, de que tipo ?

- 1. ambiental
- 2. científico
- 3. desportivo
- 4. cultural
- O. ? / outros ( \_\_\_\_\_ )

19. Pratica desporto ? Se sim, qual ? \_\_\_\_\_

20. As últimas férias, viajou para o estrangeiro ( \_\_\_\_\_ ), ou ficou em Portugal ( \_\_\_\_\_ )

21. O que é que comprou de significativo na última semana ? \_\_\_\_\_

22. Responda

- 1. tem pai e mãe vivos
- 2. só tem pai vivo
- 3. só tem mãe viva
- 4. não tem pai nem mãe vivos
- O. ?

23. Se tem pai e mãe vivos

- 1. Os seus pais vivem juntos
- 2. Os seus pais vivem separados
- O. ?

24. Com quem vive (a maior parte do tempo)

- 1. só
- 2. com companheiro (a)
- 3. com outros jovens (lar, residência, etc.)
- 4. com os pais (pai e/ou mãe)
- 5. com outros familiares
- O. ?

**25. Qual a sua situação financeira:**

1. tem ordenado fixo
  2. faz alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro
  3. recebe uma mesada (quantia fixa) dada por pais ou outros
  4. recebe bolsa de estudo de um organismo oficial ou particular
  5. não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias
0. ?

**26. Com quem viveu a maior parte da sua infância (até aos 10 anos de idade):**

1. com os pais (com ou sem outras pessoas)
  2. com outros familiares (sem os pais)
  3. em internato
- O. ?

Nas cinco perguntas que se seguem, pretendemos que classifique a posição da sua família de origem (pais).

Refira-se nas cinco perguntas à pessoa (pai ou mãe) que exerce (exerceu no caso de ter morrido) a profissão de nível mais elevado.

**27. Profissão**

1. quadro superior da Administração Pública ou privada; Especialistas das profissões científicas ou técnicas, liberais ou similares; proprietário agrícola de grandes dimensões.
  2. empregado de escritório em posição de chefia; operário altamente qualificado; trabalhador especializado; rendeiro de propriedade agrícola de que não é proprietário; proprietário agrícola de propriedade de dimensão média empregando outros trabalhadores.
  3. profissional artista trabalhando por conta própria em oficina de dimensões reduzidas; agricultor proprietário de exploração de dimensão familiar.
  4. empregado de escritório; operário; funcionário (subordinados em geral); trabalhador agrícola por conta de outrem
5. pessoal auxiliar; ajudante; jornaleiro

**28. Nível de instrução**

1. diploma de ensino universitário ou equivalente (curso superior)
  2. diploma de curso técnico ou profissional (curso médio)
  3. diploma de ensino secundário, liceal, comercial ou industrial
  4. ensino primário completo
  5. ensino primário incompleto ou nulo
- O. ?

**29. Fontes de rendimento**

1. vive principalmente de rendimentos de bens que possui ou do rendimento da actividade liberal exercida
  2. vive principalmente de vencimento mensal tipo funcionário
  3. vive de vencimento mensal de pessoas com quem vive: não tem rendimentos próprios
  4. vive principalmente de salários irregulares, remuneração semanal; à tarefa ou à hora
  5. é principalmente sustentado pela segurança social (pensões de reforma, invalidez, etc.)
- O. ?

**30. Conforto do alojamento**

1. casas ou andares luxuosos e muito grandes oferecendo aos seus moradores o máximo de conforto
  2. categoria intermédia: casas ou andares que, sem serem tão luxuosos como os da categoria precedente, são, não obstante, espaçosos e confortáveis
  3. casas ou andares modestos, bem construídos e em razoável estado de conservação, bem iluminados e arejados, com cozinha e casa de banho (ex: Bairro Camarário)
  4. categoria intermédia entre 3 a 5 (casa em bom estado de conservação mas sem quarto de banho dentro da casa, ou de construção clandestina)
  5. Alojamentos impróprios para uma vida decente, choças, barracas ou andares desprovidos de todo o conforto, ventilação, iluminação ou também aqueles onde moram demasiadas pessoas em promiscuidade, nomeadamente qualquer habitação em que o quarto de banho não sirva só o agregado familiar
- O. ?